**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

FLÁVIA DE ANGELIS SANTANA

**Atuação política do movimento estudantil
no Brasil: 1964 a 1984**

**São Paulo
2007**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**Atuação política do movimento estudantil
no Brasil: 1964 a 1984**

Flávia de Angelis Santana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto

**São Paulo
2007**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Flávia de Angelis Santana

Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964 – 1984

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de mestre.
Área de concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

**A todos os ex-militantes estudantis,
que acreditaram em sua força de transformação
e lutaram por um país melhor,
e também às gerações atuais e futuras
do movimento estudantil.**

**Agradeço ao meu orientador, professor Ulysses Guariba,
pela orientação, confiança e liberdade
com que me permitiu desenvolver este trabalho;
à professora Tucci, por ter me auxiliado desde o momento
em que ingressei no mestrado;
aos meus professores da Unesp,
pela formação acadêmica e pelo estímulo à pesquisa;
às minhas amigas, Raquel e Daniela,
pelo apoio na formatação desta pesquisa;
à minha família, por sempre acreditar no meu potencial.**

**“Os estudantes são fundamentais para o Brasil,
assim como seu movimento,
pois é através deles
que começaremos a construir o cidadão do futuro,
com novos valores e novas concepções”.**

SUMÁRIO

Resumo	p.09
Abstract	p.10
Índice	p.11
Prefácio	p.12
Introdução	p.14
Capítulo I – Liberdade (1961 – 1964)	p.18
1.1. Introdução.....	p.18
1.2. Precedentes do golpe: o governo João Goulart.....	p.18
1.3. O Brasil herdado por Jango.....	p.20
1.4. O movimento estudantil no período Jango e o golpe de 64.....	p.22
Capítulo II – Resistência (1964 – 1968)	p.44
2.1. Introdução.....	p.44
2.2. O panorama político pós-golpe.....	p.44
2.3. O cenário político, econômico e social de Castello à decretação do AI-5.....	p.50
2.4. A atuação do ME e a repressão do regime.....	p.61
2.4.1. A Lei Suplicy de Lacerda.....	p.62
2.4.2. O caso da Universidade de Brasília (UnB).....	p.66
2.4.3. O ME reorganizado e resistente.....	p.69
2.5. A questão da universidade: movimento estudantil <i>versus</i> regime.....	p.95
2.6. As influências ideológicas dos estudantes e o embrião da luta armada.....	p.108
2.7. O fechamento do regime: a decretação do AI-5.....	p.114
Capítulo III – Silenciamento (1968 – 1974)	p.117
3.1. Introdução.....	p.117
3.2. O cenário político, econômico e social entre 1969 e 1974.....	p.117
3.3. A repressão generalizada.....	p.123
3.4. A universidade controlada: a manutenção das arbitrariedades na educação.....	p.128
3.5. O movimento estudantil contido.....	p.134
3.6. Os estudantes na luta armada.....	p.137
3.7. USP: um foco de resistência do ME nos anos negros do regime.....	p.143
Capítulo IV – Retomada (1974 – 1984)	p.160
4.1. Introdução.....	p.160
4.2. O processo de abertura política.....	p.160
4.3. A crise do milagre econômico.....	p.177

4.4. A repressão no período de abertura.....	p. 179
4.5. A reorganização do movimento estudantil.....	p.182
4.6. Os impactos do regime no ensino superior.....	p.202
4.7. Um balanço da repressão aos estudantes na ditadura.....	p.206
Conclusão.....	p.212
Referências.....	p.224
Anexos.....	p.230
Anexo A – Acordo MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil.....	p.231
Anexo B – Convênio MEC-USAID de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior.....	p.234
Anexo C – Lei nº. 4.464, de 9 de novembro de 1964.....	p.236
Anexo D – Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968.....	p.239
Anexo E – Decreto-Lei nº. 477, de 26 de fevereiro de 1969.....	p.241
Apêndice.....	p.242
Apêndice A – Manifesto dos Ministros Militares.....	p.243
Apêndice B – A Emenda Dante de Oliveira.....	p.244
Apêndice C – Técnicas e Instrumentos de Tortura.....	p.245
Apêndice D – Cronologia do Movimento Estudantil.....	p.247
Apêndice E – Estrutura Interna do Movimento Estudantil.....	p.249

RESUMO

O movimento estudantil teve um importante papel no cenário brasileiro entre 1964 e 1984, pois lutou intensamente contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura no âmbito político, social, econômico e educacional. Para demonstrar a relevância deste movimento, bem como elaborar uma análise aprofundada da atuação dos estudantes nesse período, este trabalho – embasado na literatura, em textos e depoimentos – procura apresentar a história do movimento estudantil das universidades públicas durante a ditadura civil-militar, com ênfase em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados que reúnem a maior parte dos episódios envolvendo os estudantes nesses 20 anos de autoritarismo.

O resgate histórico mostra que o movimento estudantil brasileiro vivenciou 4 fases distintas entre 1961 e 1984: liberdade, resistência, silenciamento e retomada. Essa divisão, portanto, evidencia que o Brasil passou por diferentes momentos políticos durante a ditadura e isso se refletiu na atuação dos estudantes, que também foi diferenciada em cada uma dessas fases, acompanhando as transformações políticas do país.

PALAVRAS-CHAVES: movimento estudantil, história, atuação política, ditadura militar, universidade pública.

ABSTRACT

The student movement played an important role in Brazil during the 1964-1984 period, mainly for the intense struggle against the military dictatorship's actions, regarding the political, social, economical and educational spheres. In order to present the importance of this movement, and to analyze the students' role during those years, this work based on political literature, bibliographical review and personal statements to describe the history of this public universities student movement during the civil-military dictatorship period, focusing the events on those two decades, which were mostly located in the States of São Paulo, Rio de Janeiro and Minas Gerais.

There are four different phases along 1961 and 1984: freedom of expression, resistance, silence and retake. This division shows that Brazil was under different political moments during the dictatorship period, and the student movement reflects the political circumstances of them.

KEY-WORDS: student movement, history, political action, military dictatorship, public university

ÍNDICE

I. Prefácio.....	p.12
II. Introdução.....	p.14
III. Capítulo I.....	p.18
IV. Capítulo II.....	p.44
V. Capítulo III.....	p.117
VI. Capítulo IV.....	p.160
VII. Conclusão.....	p.212
VIII. Referências.....	p.224
IX. Anexos.....	p.230
X. Apêndice.....	p.242

PREFÁCIO

Em 1997, ingressei no Movimento Estudantil como presidente do Centro Acadêmico de comunicação “Florestan Fernandes” (CACOFF), da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da UNESP de Bauru. Como presidente do CACOFF, inicialmente, não tive contatos diretos com a política universitária, fazendo-me acreditar que, com meu empenho, poderia colaborar com as causas estudantis. Entretanto, no segundo semestre de 1997, abandonei a presidência do Centro Acadêmico e tornei-me representante de política externa da mesma entidade. A partir desse momento, minha opinião sobre a atuação estudantil começou a mudar. Participando dos Congressos e Assembléias, percebi que o movimento era formado por blocos de interesse, que não se misturavam e não defendiam as mesmas causas, e que essa conjuntura o estagnava, afastando cada vez mais os estudantes.

Convivendo ativamente naquele contexto, percebi que esses grupos se formavam por afinidade partidária, e mais, que os ideais ali defendidos, seguiam fielmente os direcionamentos de partidos de esquerda, velhos conhecidos do cenário político nacional – aqui, refiro-me, especificamente, ao movimento estudantil das Universidades Públicas, onde há predominância do partidarismo de esquerda, pois nas faculdades particulares percebe-se a existência e infiltração também de partidos de direita.

Quando enxerguei toda essa estrutura aparelhada, minha primeira reação foi de repulsa, já que muitos, iguais a mim, estavam lá com o real intuito de lutar pelos estudantes e pelo ensino, mas acabavam, por ingenuidade ou boa vontade, servindo de fantoches de meia dúzia de “Capas”¹ do movimento estudantil.

Inconformada com o oportunismo de uma minoria partidária que se aproveitava da vontade política de uma grande massa estudantil apartidária, pensei em abandonar aquele cenário de discursos enviesados e de desmobilização de um movimento que sempre teve grande representatividade e participação nas questões políticas brasileiras.

Passada essa sensação de inconformismo e impotência, resolvi continuar atuando no movimento, com o intuito de lutar contra essa conjuntura, através da denúncia do descaso dos partidaristas com os estudantes e o ensino, e por meio da conscientização dos meus colegas. Assim, em 1998, candidatei-me à diretoria do Diretório Central dos Estudantes da UNESP – DCE. Durante a campanha, procurei apresentar, de forma transparente, propostas realmente

¹ Capas são os líderes que militam no movimento estudantil, articulando a atuação e luta dos estudantes, segundo seus próprios ideais partidários.

calcadas na melhoria do ensino, na otimização dos procedimentos burocráticos acadêmicos, bem como na defesa dos direitos e da qualidade de vida dos estudantes, sem necessitar, para isso, aderir a qualquer ideologia de caráter partidário.

Embora, ao final da eleição, tenha se formado uma chapa ampla, que abrigava militantes partidários, eu também venci e passei a compor a nova diretoria do DCE, como representante da UNESP de Bauru. Senti-me revigorada, pois esse resultado demonstrava, não só que meu anseio por um movimento estudantil apartidário era compartilhado com a maioria dos estudantes, como que aquele era o primeiro passo para começar a mudar essa estrutura viciada e pouco representativa das causas estudantis.

Meses após esse episódio, mais precisamente em novembro de 1998, aconteceu o X CONEB – Congresso Nacional de Entidades de Base –, em Viçosa, Minas Gerais. Participei deste como representante dos cursos de comunicação da UNESP. Foi nesse Congresso que minhas esperanças de um movimento representativo arrefeceram.

O Congresso parecia um circo. Bandeiras de partidos, gritos de guerra, brigas partidárias, e nenhuma ação em prol do ensino, ou de questões que envolvessem direitos estudantis. Assistindo a todo aquele espetáculo fora de controle, resolvi desistir do movimento estudantil. Como muitos outros, minhas forças haviam se esgotado. Cansei-me de lutar em vão contra o partidarismo enraizado nas entidades estudantis. A partir desse dia, resolvi que iria esquecer minha participação no movimento.

Atualmente, já afastada, continuo acompanhando a atuação estudantil. Vejo que não houve muitas mudanças em relação ao período que relatei. Entretanto, distanciada do calor da militância, posso perceber que o partidarismo não é, exclusivamente, o único problema no cerne do movimento. Há, nas entrelinhas da história, outras questões envolvendo a atuação dos estudantes no cenário universitário e político nacional. Tal constatação me estimulou, então, a pesquisar este movimento e suas realizações no período entre 1964 e 1984, quando vigorou, no Brasil, a ditadura civil-militar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho procurará resgatar a história da atuação do movimento estudantil no Brasil no período entre 1964 e 1984. Como a expressão “movimento estudantil” abrange um grupo muito amplo de jovens e tendências, optou-se por estudar, especificamente, o ME das universidades públicas, com ênfase em três estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Decidiu-se abordar o movimento estudantil das universidades públicas por dois motivos especiais. Primeiramente porque, à época do golpe de 64, estas instituições eram dominantes no contexto do ensino superior brasileiro e, mesmo depois da expansão privatista posta em prática pelo regime através dos Acordos MEC-USAID², mantiveram sua importância política e ideológica no cenário nacional. Em segundo lugar, porque eram os estudantes das universidades públicas os mais atuantes no combate à ditadura e, por esse motivo, os mais atingidos por esta.

A justificativa para a ênfase nos movimentos estudantis de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais está no fato desses estados abrigarem o maior número de episódios demonstrativos da atuação dos estudantes durante a ditadura. Apesar disso, não há como negar que o ME agia em âmbito nacional e, por esse motivo, alguns acontecimentos ocorridos em outras regiões merecem ser apreciados neste trabalho, como o caso, por exemplo, da Universidade Nacional de Brasília (UnB), cujos alunos, professores e funcionários sofreram imensamente com os atos arbitrários do regime.

A escolha desse período específico – 1964 a 1984 – não é ocasional, mas sim vem de encontro com o primeiro objetivo desta pesquisa, que é tentar demonstrar que o movimento estudantil vivenciou diferentes etapas no Brasil, nesse momento de exceção no país – quando vigorou um regime autoritário –, bem como expor a reação e atuação dos estudantes em cada uma delas.

João Roberto Martins Filho³, no livro “1968: faz 30 anos”, corrobora essa visão de que o ME passou por diferentes momentos, não só durante a ditadura civil-militar, mas também antes dela. Nas palavras do autor:

Nas últimas três décadas e meia, em vários momentos históricos, a participação política dos estudantes brasileiros teve impacto crucial na vida

² Os Acordos MEC-USAID serão melhor apreciados ao longo do trabalho.

³ MARTINS FILHO, João Roberto (org.). 1968: Faz 30 Anos. Campinas: Editora UFSCar/Mercado das Letras, 1998, p.11.

do país. De certa forma, tudo começou nos anos 1962-1964, numa conjuntura marcada pela inserção do movimento estudantil universitário nas campanhas reformistas do final do período populista. Em seguida, com o golpe militar de 1964, as lutas estudantis renasceriam na resistência ao projeto de reforma educacional da ditadura e na luta contra a repressão policial-militar, até chegar aos grandes atos públicos de 1968. Com o “golpe dentro do golpe”, de 13 de dezembro daquele ano, inicia-se uma fase de silêncio forçado dos movimentos de massa, rompida afinal em 1977, com a luta estudantil pelas liberdades democráticas, no contexto da distensão gradual proposta pelo general Geisel.

Com uma divisão um pouco diferente da apresentada pelo autor citado, este trabalho vai procurar enfatizar três fases distintas da atuação do movimento estudantil no Brasil entre 1964 e 1984. A primeira delas, que será chamada de “Resistência”, vai de 1964 a 1968 e relata a rearticulação do ME após o golpe e a luta deste contra as arbitrariedades do regime em diversos setores; a segunda, nomeada “Silenciamento”, vai de 1968 a 1974 e aborda o silêncio imposto ao ME no período de fechamento do regime, após a decretação do AI-5, bem como as alternativas encontradas pelos estudantes para reagir à escalada da repressão; a última fase, intitulada “Retomada”, vai de 1974 a 1984 e, além de descrever o momento em que o ME volta à cena para se manifestar contra as arbitrariedades do regime, em defesa da anistia e pela volta das liberdades democráticas, também aprecia a reorganização das entidades estudantis no início dos anos 80 e a atuação do ME a partir dessa reorganização até 1984.

Além de se propor a resgatar a história do movimento estudantil das universidades públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais durante a ditadura civil-militar, bem como demonstrar as diferentes fases de atuação deste movimento nesse período, este trabalho também tem como objetivo questionar: os impactos da ditadura sobre diversos setores da sociedade, especialmente o ME; a possível existência de impasses, divergências e problemas internos no ME nas diferentes fases que este vivenciou entre 1964 e 1984; os limites da atuação estudantil e suas causas; a importância do movimento estudantil no cenário nacional; os aspectos positivos da atuação dos estudantes; entre outras questões relevantes para compreensão aprofundada do verdadeiro papel deste movimento no Brasil.

Para atender a esses objetivos e questionamentos, esse estudo será dividido em cinco partes:

- Capítulo I – Liberdade: 1961 a 1964
- Capítulo II – Resistência: 1964 a 1968
- Capítulo III– Silenciamento: 1968 a 1974
- Capítulo IV – Retomada: 1974 a 1984
- Conclusão

No primeiro capítulo, procurar-se-á apresentar um breve relato da participação dos estudantes antes do golpe militar, durante o governo João Goulart, com o intuito não só de contextualizar historicamente a mudança no cenário político do país, mas também mostrar como o movimento estudantil vivenciou esse momento de transição.

O segundo capítulo, como o próprio título evidencia, tratará da resistência do movimento estudantil ao regime entre 1964 e 1968. Nesse sentido, partir-se-á para a descrição da atuação estudantil após o golpe, procurando demonstrar como o movimento reagiu a este, como se rearticulou e passou a lutar contra as arbitrariedades do regime imposto. Neste capítulo, portanto, procurar-se-á expor os principais episódios e manifestações envolvendo estudantes; as influências ideológicas e políticas do ME; as bandeiras erguidas pelo movimento; a perseguição da ditadura aos estudantes; e todo o cenário político, social, educacional e econômico por trás dos acontecimentos desse período.

O terceiro capítulo retrata o período de fechamento do regime entre a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e o início do processo de abertura, em 1974. Além de mostrar como se deu essa escalada do autoritarismo no país, procurar-se-á apresentar como o aumento da repressão limitou a atuação do ME, fazendo com que grande parte dos estudantes buscasse na luta armada uma alternativa para combater a ditadura. Desse modo, será retratado, neste capítulo, a expansão generalizada e descontrolada da repressão a vários setores da sociedade, incluindo o ME, que foi silenciado, tendo muitos de seus membros jogados na clandestinidade ou desaparecidos; o envolvimento das organizações de esquerda – com ativa participação de estudantes – na luta armada e o combate efusivo do regime a esta última; as ações arbitrárias dos ditadores no campo educacional; o cenário social, econômico e político; entre outros.

No quarto capítulo, será apreciado o período de abertura do regime, entre 1974 e 1984. Além de expor o cenário político, econômico e social desses 10 anos, o intuito desta parte do trabalho será evidenciar a retomada da atuação estudantil; a participação do ME nos grandes episódios que marcaram esse período – como a luta pela anistia, pela educação e pela redemocratização –; como se deu a reorganização das entidades estudantis; o novo direcionamento do ME e as novas bandeiras que passou a defender; as influências políticas e ideológicas coexistentes no movimento; entre outros.

Após todo o resgate histórico do movimento estudantil no período ditatorial, haverá elementos suficientes para, na conclusão, elaborar uma análise mais detalhada da atuação do ME nas diferentes fases vivenciadas por este entre 1964 e 1984. Enfim, será feito um balanço da atuação dos estudantes, considerando questões como: os impactos da ditadura sobre o movimento e outros setores da sociedade que o apoiavam; as lutas que travaram e demais

aspectos positivos dessa atuação; as características do ME; e os problemas internos e limites do ME. Pretende-se, portanto, ao final deste trabalho, fornecer uma visão ampla e aprofundada do papel desempenhado pelo movimento estudantil, no cenário brasileiro, durante os 20 anos em que a ditadura civil-militar vigorou no Brasil.

CAPÍTULO I

LIBERDADE (1961 – 1964)

1.1. Introdução

Este capítulo vai apresentar alguns fatos que precederam o golpe de 1º de abril de 1964. Desse modo, além de expor o cenário político, econômico e social pré-ditadura, vai relatar, de maneira sucinta, a atuação do ME durante o governo João Goulart, bem como explicar as articulações que culminaram no golpe.

1.2. Precedentes do golpe: o governo João Goulart

A renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, soou como uma bomba para todos os brasileiros e fez cair por terra o seu ideal de governar com plenos poderes e aprovação política, conforme relata Skidmore⁴:

Os milhões de brasileiros que lhe deram o voto ficaram perplexos vendo frustradas suas melhores esperanças. Embora possa ter pensado que o Congresso o chamaria de volta dando-lhe poderes para governar ao estilo de um De Gaulle (o que aparentemente desejava), Jânio abandonou Brasília no mesmo dia e se foi incógnito.

O fato é que a renúncia de Jânio Quadros foi rapidamente dada como consumada pelo Congresso, iniciando-se, a partir daí, uma verdadeira queda de braço pela sucessão. Nesse momento, o vice de Jânio, João Goulart, estava em visita à China e, mesmo antes de retornar ao Brasil, já era considerado inadequado para assumir a presidência pela oposição.

(...) os três ministros militares, tendo à frente o ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, anunciaram que não lhe seria permitido assumir a presidência. Alegavam que, na condição de ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart havia entregue cargos-chave nos sindicatos a “agentes do comunismo internacional”. O manifesto dos ministros terminava expressando o receio de que uma vez na presidência Goulart promovesse a infiltração das forças armadas, transformando-as assim em “simples milícias comunistas”.⁵

(SKIDMORE, 2004: 30)

⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Trad. Mário Salviano Silva. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 29.

⁵ O Manifesto dos ministros militares pode ser visto na íntegra no Apêndice deste trabalho.

O leque de forças pela sucessão estava formado. De um lado, estavam os membros da União Democrática Nacional (UDN) e os militares articulando para que João Goulart não assumisse a presidência, com base na justificativa de que este representava o risco da ascensão do comunismo no país. Do outro lado, formou-se uma “Campanha da Legalidade”, composta por Jango e pelo PTB, pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo III Exército, sediado no Rio Grande do Sul e comandado pelo general Machado Lopes, que defendia o direito constitucional de Goulart exercer a presidência.

Machado Lopes e Brizola, os maiores entusiastas da frente de apoio a Jango, conceberam um plano para frustrar as possíveis articulações da oposição: “Goulart entraria no Brasil via Rio Grande do Sul; se a Marinha ameaçasse intervir, Brizola reagiria mandando afundar bastantes navios para impedir o acesso de Porto Alegre”⁶. A oposição a Jango não teve outra alternativa senão negociar. Então, a resolução desse impasse se deu através da instauração do parlamentarismo, em setembro de 1961, ou seja, Goulart assumiu, porém, sem amplos poderes.

Nessa época, ocupava a presidência da UNE Aldo Arantes, estudante ligado à corrente política Ação Popular (AP)⁷, que não hesitou em se deslocar para Porto Alegre a fim de dar o seu apoio – representando a posição dos estudantes – à Campanha da Legalidade, ou seja, à garantia da posse de Jango.

A UNE decreta greve geral de repúdio ao golpe...e desloca sua diretoria para o Rio Grande do Sul, de onde, durante esse período de resistência, se dirige aos estudantes através da rede da legalidade, que era uma cadeia de rádio que, em certo sentido, comandava e dirigia politicamente a resistência democrática contra o golpe. O Movimento Estudantil, concretamente, ouvia as orientações da UNE através dessa rede...No Rio Grande do Sul, de forma mais destacada, chegaram a ser formados contingentes que se preparavam para a eventualidade de uma resistência armada. O clima era de possibilidade de guerra civil no País.⁸

O apoio da União Nacional dos Estudantes, evidenciado no depoimento de Aldo Arantes, confirma-se com a seguinte nota publicada pela entidade no jornal *O Metropolitano*, da União Metropolitana dos Estudantes (UME):

A Constituição Brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada, há alguns anos atrás, não será desrespeitada. Desde as primeiras

⁶ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 30.

⁷ Ver mais sobre a Ação Popular, bem como a sua influência entre os estudantes mais à frente, neste mesmo capítulo.

⁸ Depoimento do próprio Aldo Arantes sobre a história da UNE e do papel da entidade no apoio à posse de Jango IN: MENDES JR., Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 61 e 62.

horas da crise a União Nacional dos Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes não de resistir...Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição.⁹

O posicionamento dos estudantes em favor da posse de Jango, naquele momento, provocou a reação do governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, que mandou a polícia fechar a sede da UNE. Apesar do episódio, os estudantes se mostraram firmes em defesa da legalidade, não sucumbindo às pressões que sofriam.

Sobre o desfecho da sucessão presidencial, a UNE também não deixou de se manifestar. Em 2 de setembro de 1961, na “Declaração de Porto Alegre” – documento que sintetizava as deliberações e decisões assumidas por um Conselho Extraordinário de Estudantes –, a entidade não só apresentou um balanço positivo do episódio, como denunciou o “golpe branco” dos conservadores, desferido pela implantação do regime parlamentarista¹⁰. Além disso, colocaram claramente os seus anseios e expectativas para o novo governante:

(...) queremos que fique clara nossa posição em face da continuidade do processo político interrompido pela renúncia do sr. Jânio Quadros. Exigimos reformas de base que alterem em profundidade as estruturas caducas e conservadoras da nação. Não consideramos como válida qualquer luta política vazia de conteúdo e, neste momento, voltamos nossos olhos para Brasília, para o presidente João Goulart, para o Conselho de Ministros, para o Congresso Nacional, para todos os núcleos dirigentes da nação, cobrando com avidez aquelas reivindicações renovadoras de todo o povo brasileiro. Estamos ao lado dos operários, dos camponeses, das forças armadas progressistas, de todas as classes revolucionárias brasileiras, para que, juntos, pressionemos às últimas consequências, até que estas aspirações sejam realizadas.

A luta pelas medidas nacionalistas de transformação corresponde a uma fase de nossa luta global por aquela transformação mais profunda de nossa sociedade, que terá que caminhar até situações mais justas de equilíbrio de um ponto de vista de democracia econômica e justiça social.

(UNE, *Movimento*, 09/1961: 5, *apud* SANFELICE, 1986: 20)

1.3. O Brasil herdado por Jango

Quando Jango assumiu, percebia-se já no país uma tendência ao esgotamento do “modelo de substituição das importações”. Nesse sentido, estava nas mãos do novo presidente o desafio de “ressuscitar” tal modelo, com base na abertura de um amplo mercado interno.

⁹ A nota deste jornal está IN: MENDES JR., Antonio. **Movimento Estudantil no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.62.

¹⁰ SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

No entanto, essa não era uma tarefa tão simples. Jango precisaria ter um excelente “jogo de cintura” para lidar com diversas forças e interesses econômicos coexistentes no país, conforme enumeram Cunha e Góes¹¹:

- O latifúndio, impenetrável às mudanças sociais;
- Os grupos ligados à internacionalização do capital que buscavam o poder político, indispensável à segurança de sua reprodução;
- A chamada “burguesia nacional” que preferia aliar-se ao capital internacional a fazer concessões à força de trabalho, apesar dos ideólogos do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) teorizarem a aliança de classes.

Aliado ao impasse do modelo de substituição das importações, Jango encontrou outros problemas graves: infra-estrutura básica inadequada na área energética e de transporte; atendimento insuficiente no sistema de saúde; processo de expansão das favelas; a reivindicação de reforma agrária; déficit crônico na balança de pagamentos; inflação alta; entre outros.

Ao mesmo tempo, Goulart tinha que encarar uma sociedade que passava por profundas transformações, exigindo também muita atenção. Ainda conforme Cunha e Góes (2002:8 e 9), Jango encontrou uma realidade social:

- Em que o movimento operário era vulnerável, pela sua dependência de Estado interventor de sindicatos;
- Em que o campo estava no início da organização de seus trabalhadores em Ligas Camponesas e sindicatos rurais;
- Em que as camadas médias eram atravessadas pela “indústria do anticomunismo”;
- Em que a Aliança para o Progresso constituía-se na grande ideóloga contra a Revolução Cubana e financiava “ilhas de sanidade” hostis ao governo reformista de Jango;
- Em que os intelectuais orgânicos da classe dominante atuavam no Congresso Nacional, formavam opinião pública através dos meios de comunicação de massas, da escola, de parte das Igrejas, de organizações tipo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instrumentalizando conceitos ideológicos de “civilização ocidental e cristã”, corrompendo com o dinheiro da embaixada americana (eleições de 1962) com o objetivo político de conservação das estruturas, contra as reformas ou qualquer mudança, escamoteando a discussão da luta de classes.

O sistema educacional também não apresentava dados muito animadores. Além de não cumprir as metas mínimas de alfabetização, deixava de atender àquilo que seria a principal

¹¹ CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. **O Golpe na Educação**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p.8.

meta dos governos pós-golpe para a educação: preparar a força de trabalho qualificada para o mercado¹².

A instrução primária e secundária era atribuição dos municípios e dos estados, mas menos de 10 por cento dos alunos matriculados no primeiro grau concluíam o curso primário, e apenas 15 por cento dos estudantes secundários conseguiam ir até o fim do curso. As causas incluíam recursos inadequados para contratar professores e construir escolas, indiferença dos pais, falta de dinheiro para pagar uniformes escolares, pressão dos pais para que os filhos trabalhassem e muitas outras. Na maior parte das cidades, as melhores escolas secundárias eram particulares e atendiam aos filhos dos ricos que levavam enorme vantagem nos exames de admissão às universidades federais gratuitas. Não causava surpresa o fato de as universidades¹³ do governo serem freqüentadas em sua maioria por filhos de gente bem de vida. Com mais da metade das verbas para educação canalizadas para as universidades federais, o governo na realidade trabalhava contra a ascensão social via educação.

(SKIDMORE, 2004: 31 e 32)

Realmente, no âmbito do ensino superior, eram nítidos os sinais de esgotamento do modelo universitário criado a partir de 1945. Nem mesmo o processo de aglutinação de escolas isoladas em universidades nos anos 50 conseguiu sanar alguns problemas antigos, tais como a questão da oportunidade de acesso às classes sociais menos favorecidas, os excedentes,

carência de instalações, bibliotecas e equipamentos; duplicação de recursos, causada pelo sistema de cátedras (em que os grandes mestres eram donos vitalícios de uma cadeira e nomeavam seus sucessores); currículos ultrapassados; métodos de ensino arcaicos, professores em tempo parcial etc¹⁴.

1.4. O movimento estudantil no período Jango e o golpe de 64

De acordo com João Roberto Martins Filho¹⁵, “no começo dos anos 60, uma politização até então desconhecida tomou conta do meio universitário brasileiro”. Isso porque, mesmo com a conquista de alguns avanços positivos no âmbito universitário, como aumento das matrículas no ensino superior e o privilégio deste último em detrimento dos graus inferiores de ensino, os estudantes não se mostravam satisfeitos, mantendo uma atitude inquietante diante do contexto que se delineava no país.

¹² Vale ressaltar que, neste ponto, não há intenção em defender ou criticar a política do regime, mas apenas apontar que o sistema educacional que Jango encontrou não atendia às demandas do mercado.

¹³ É importante destacar que, nessa época, 80% das universidades brasileiras eram públicas.

¹⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. **A Rebelião Estudantil**: México, França, Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 1996, p. 73.

¹⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. **1968: Faz 30 Anos**. Campinas/SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp; São Carlos/SP: Editora UFScar, 1998, p.14.

A própria UNE, nesse período, assumiu uma posição mais acentuada no panorama político nacional quando,

se lançou ao debate de questões que estavam mais amplamente presentes na sociedade brasileira da época. A orientação econômica, a ordem política, o nacionalismo, o desenvolvimento, a política educacional, por exemplo, foram alguns dos temas em torno dos quais a UNE manifestou-se e buscou, em diversas ocasiões, mobilizar os estudantes.

(SANFELICE, 1986: 18)

Nessa época, já era perceptível a hegemonia de estudantes socialistas e comunistas no movimento. Também era nítida, a partir de 1961, a influência da Ação Popular (AP) no meio do estudantado.

Surgida por volta de 1960 – momento de grande ebulição social –, de uma dissensão entre a Juventude Universitária Católica (JUC) e a hierarquia religiosa, a Ação Popular defendia a inexistência, no país, de um partido realmente revolucionário, cujas características deveriam ser: uma proposta ideológica verdadeiramente revolucionária; atuação e presença constante junto à massa; participação efetiva de classes desfavorecidas no partido. Resumindo, para os membros da AP, as organizações existentes até então eram pré-revolucionárias e “tenderiam a se unir, através do trabalho político de agitação, numa entidade autenticamente revolucionária”¹⁶.

Com esse direcionamento, a AP, assim como outras organizações de esquerda, teve que ficar na clandestinidade, mantendo-se com recursos próprios. Apesar disso, contou com vários fatores que impulsionaram sua atuação no cenário político, como a excelente gestão de Aldo Arantes na UNE e os seguintes episódios:

(...) a dinamização das atividades dos corpos discentes nas universidades católicas, de que é expressão o célebre Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da PUC do Rio de Janeiro, que denuncia o caráter privilegiado do estudante superior, pela seleção econômica que a universidade, em nosso país, impõe aos que nela pretendem ingressar; a rebelião da juventude cristã brasileira contra o clericalismo na religião; o capitalismo na economia e o reacionarismo na política do Brasil; o surgimento, em plano internacional, do ecumenismo; e, sobretudo, o caráter eminentemente ativista e o radicalismo das mensagens da AP.

(POERNER, 1995: 176)

A postura da AP era, portanto, desafiar a realidade que se impunha através da ação revolucionária imediata, com base no socialismo. Seus militantes – na grande maioria estudantes – procuravam, desse modo, não só definir uma opção de luta, mas também

¹⁶ POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995, p. 175.

compensar o atraso ou ausência de debates acerca da situação atravessada pelo país por parte das gerações anteriores.

O PCB – sigla que, até 1961, correspondeu a Partido Comunista do Brasil e, daí em diante, a Partido Comunista Brasileiro – também tinha forte influência no movimento estudantil nesse período. Além de alterar o seu nome, o PCB havia assumido uma nova linha política¹⁷, após discussões incansáveis: a concepção da revolução brasileira em duas etapas.

Conforme Gorender¹⁸, tal concepção era proveniente do Sexto Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928, e se apresentava da seguinte forma: “a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista”.

Para realizar a revolução, o PCB também propunha uma aliança de forças sociais que incluía o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. O partido, assim como outras organizações de esquerda, tinha como requisito a hegemonia do proletariado, mas também acreditava poder fazer uma aliança com a burguesia, vista pelas outras esquerdas como uma classe vacilante, que defendia apenas interesses próprios.

A Declaração introduziu, portanto, outro elemento que também se demonstrou ilusório: a opção pelo caminho pacífico num país em que a burguesia já era classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo. (...) Estava fora da objetividade política ganhar semelhante consenso de uma burguesia que não precisava de nenhuma revolução.

(GORENDER, 1987: 31)

As palavras do autor mostram que o PCB se posicionava em favor do caminho pacífico da revolução, pois pensava que este se viabilizaria pelo cenário internacional favorável ao socialismo e pela aliança de forças de diferentes setores da sociedade. Entretanto, os militantes do partido lembravam que, apesar de acreditarem na concretização da revolução através da luta em prol da ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura – também chamadas de Reformas de Base –, uma reação poderia obrigá-los a um encaminhamento diferente, a luta armada.

Embora carregada de certo teor utópico, a Declaração de Março possuía um elemento positivo, que era a defesa da luta pelas reformas de base. Foi justamente esse posicionamento que permitiu ao PCB aglutinar e mobilizar um grande conjunto de forças nos dois últimos anos do governo Jango. Conforme Gorender (1987: 31), essa decisão representa um

¹⁷ A nova linha política do PCB foi estabelecida na Declaração de Março, documento produzido em 1958, em antecipação ao Quinto Congresso, que se deu em 1960.

¹⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 30.

momento ímpar em que os “militantes comunistas puderam aplicar uma orientação tática ajustada à realidade concreta e coerente com a linha política” do partido.

O Partido Comunista do Brasil (PC do B), originado da cisão do PCB em fevereiro de 1962, era outra entidade de esquerda que aglutinava estudantes. A coexistência de dois partidos comunistas foi formalizada na Conferência Nacional Extraordinária, na qual o PC do B aprovou um Manifesto-Programa, que defendia a conquista de um governo popular revolucionário e repelia a luta pelas reformas de base. Para os militantes do novo partido, “tarefa imediata devia ser a instauração do novo regime – antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. O que não se daria pelo inviável caminho pacífico, porém pela violência revolucionária” (GORENDER, 1987: 34).

Alinhado ao Partido Comunista da China, o PC do B procurou difundir o maoísmo no Brasil para arregimentar forças contra o PCB. Apesar disso, manteve a concepção das duas etapas da revolução, o que acabava lhe aproximando, ainda que à revelia, do partido do qual se originou.

Criado em 1953, o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – POR (T) – também tinha grande adesão de estudantes no início dos anos 60. Filiado à Quarta Internacional, o POR (T) vinculou-se à facção orientada pelo argentino Homero Cristali – cujo pseudônimo era J. Posadas –, que havia elaborado um modelo de transição do nacionalismo pequeno-burguês para o Estado operário, com inspiração na revolução cubana. Apesar de obter alguns resultados positivos, o POR (T) não conseguiu muita expressão no cenário político, conforme relata Gorender (1987: 35):

Derivou para uma extremação de posições, que o deixavam afastado do movimento de massas. Avançava propostas tão inconsistentes com as possibilidades reais como as de criação de milícias camponesas, fundação de uma Central Sindical Camponesa, julgamento dos patrões por tribunais populares e realização de um Congresso de Operários, Camponeses e Soldados, o que não passava de reprodução fotográfica da revolução soviética de 1917.

Outra organização comunista com expressão no meio estudantil entre 1961 e 1964 era a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) que, desde o início reuniu intelectuais em torno da crítica ao PCB e a sua insistência em viabilizar a revolução através da aliança com a burguesia. Produzia um jornal, que depois se transformou em revista, chamado *Política Operária*, onde apresentava seus posicionamentos políticos. Segundo Daniel Aarão Reis Filho¹⁹, a intenção da POLOP era “constituir um movimento

¹⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 34.

operário independente da tutela das classes dominantes”, formando um “partido revolucionário de vanguarda”. Embora tivesse toda essa vontade de conduzir a revolução brasileira, a ORM-POLOP, assim como o POR(T), não obteve muito sucesso, como evidencia Gorender (1987: 36):

A ORM-POLOP realizou três congressos (em 1961, 1963 e 1964) antes do golpe militar e se difundiu no ambiente universitário com uma força muito maior do que o trotskismo ortodoxo. Mas ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos movimentos de massa. (...) se mostrou incapaz de elaborar uma alternativa tática viável. Impotência prática que resultava da recusa a participar no movimento pelas reformas de base e da proposição de uma frente de esquerda que não admitia senão representantes da classe operária, (...).

Percebe-se, portanto, que os estudantes eram muito disputados por essas organizações de esquerda, embora fosse evidente a hegemonia da AP e do PCB nesse período. Mas, é importante ressaltar que, apesar da coexistência de adeptos de várias ideologias, o movimento estudantil não teve sua atuação inviabilizada, nem mesmo deixou de realizar manifestações expressivas nos anos que precederam o golpe de 64²⁰.

No âmbito educacional, por exemplo, um ano antes do governo Jango, a UNE já vinha adotando a realização de seminários como método de trabalho para definição de seu projeto de atuação. Eram nesses seminários, cujo maior foco era a questão da reforma universitária, que

(...) os representantes de vários Estados trariam suas sugestões, problemas e críticas sobre os mais importantes assuntos. Desses seminários saíam “cartas de princípios” ou programáticas que, depois de discutidas nas diversas faculdades, serviriam como orientação das atividades do Movimento Estudantil.

(MENDES JR., 1982: 63)

O primeiro seminário ocorreu em Salvador, na Bahia, em maio de 1960. Dele, resultou a “Declaração da Bahia”, documento que, para Poerner (1995: 177), foi o “primeiro dos importantes textos programáticos do movimento estudantil brasileiro na Quarta República”. A declaração continha três títulos principais – “A realidade brasileira”, “A Universidade no Brasil” e “A Reforma Universitária” –, bem como um anexo discutindo o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nas primeiras palavras deste documento, já se podia notar a tendência da UNE a aprofundar sua visão crítica da universidade brasileira:

De maneira alguma atrairia a consideração de uma universidade tomada abstratamente, retirada do processo histórico que a nação atravessa.

²⁰ SANFELICE, *op. cit.*, p.18.

Incumbe-nos esboçar a missão de uma universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades concretas do povo brasileiro. Universidade historicamente datada e sociologicamente situada na segunda metade do século 20, num país em fase de desenvolvimento.²¹

Com essa postura, o documento caracterizava a universidade brasileira como um espaço oriundo de uma sociedade alienada e estratificada economicamente, que refletia toda a discriminação sócio-econômica, tornando-se um local privilegiado, elitista.

Sobre a realidade brasileira, a declaração exprime a dualidade presente no Brasil: um país capitalista “em desenvolvimento”, mas que ainda possui uma estrutura preponderantemente agrária e uma economia dominada pelo capital internacional. De acordo Mendes Jr. (1982: 63), os estudantes propõem, neste documento, a socialização dos setores econômicos básicos e a participação dos operários nos órgãos governamentais para solucionar os impasses econômicos do país.

No âmbito da reforma universitária, a declaração coloca que a universidade deve ser analisada juntamente com a realidade brasileira, de forma que, se não pode atingir um modelo ideal, pelo menos não sirva de sustentação para a estrutura sócio-econômica desigual em vigor no país. Nesse sentido, o documento propõe:

1) a luta pela democratização do ensino, com acesso de todos à educação, em todos os graus; 2) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas faculdades de Direito) e de mestres-de-obras (nas faculdades de Engenharia), por exemplo; e 3) a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos interesses operários²².

(POERNER, 1995: 179)

Questões mais específicas também foram levantadas no que tange a reforma universitária, tais como: a autonomia da universidade; o regime dos docentes (defendendo a extinção da cátedra); a mudança no formato administrativo, permitindo uma participação maior de alunos, ex-alunos e profissionais nas decisões; e maior respaldo sócio-econômico aos estudantes de classes inferiores.

Sobre os efeitos da Declaração da Bahia, Poerner (1995: 180) ressalta:

Embora não tivesse obtido grande repercussão junto às bases estudantis, em virtude de não fornecer uma perspectiva tática e pecar pela falta de objetividade, a Declaração da Bahia sensibilizou as lideranças jovens, não só pela importância conferida à Reforma Universitária, como por representar um programa, ainda que enunciado em termos vagos, para o movimento estudantil.

²¹ O citado trecho da “Declaração da Bahia” pode ser encontrado In: POERNER, *op. cit.*, p. 178.

²² Percebe-se, nas palavras do documento redigido pelos estudantes, a clara influência dos posicionamentos ideológicos e políticos das organizações de esquerda citadas anteriormente.

No cenário político, o movimento estudantil também procurava colocar as suas posições, fazendo uma série de cobranças ao novo governo, como mostra o documento intitulado “O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango”, de 2 de setembro de 1961:

1. Um Governo Popular firme e decidido a atender aos interesses das classes trabalhadoras, apoiando-a em suas reivindicações e em sua luta pela Justiça Social.
 2. Um Governo apoiando (*sic*) não em grupos econômicos e na burguesia internacional, mas no povo brasileiro que o garantiu e o garantirá no exercício pleno de seus direitos presidenciais.
 3. Governo livre trabalhando por um Brasil livre de pressão dos grupos internacionais, do colonialismo, por um Brasil soberano e autodeterminado.
 4. Governo de liderança na América Latina, comandando a luta pela autodeterminação dos povos em apoio ao bloco neutralista.
 5. Governo de consolidação das conquistas nacionalistas, Petrobrás, defesa das riquezas minerais, proibição da remessa de lucros, lei antitruste, industrialização do país.
 6. Governo de unidade econômica nacional, impedindo a exploração regional, o colonialismo interno.
 7. Governo da justiça social e da coibição do abuso econômico de grupos e classes; da planificação e desenvolvimento contribuindo para a justa distribuição da renda nacional; garantindo ainda o direito de greve, a participação nos lucros e cogestão operária.
 8. Governo que torne efetiva a reforma agrária, exigência de justiça para milhões de camponeses explorados em seus direitos fundamentais.
 9. Governo que leve, custe o que custar, até o fim o seu mandato governamental em defesa intransigente dos sagrados direitos do povo e da nação.
- A UNE SÓ TEM UM COMPROMISSO: LUTAR PELO POVO E PELO BRASIL!

(UNE, *Movimento*, 2/09/1961, *apud* SANFELICE, 1986: 21)

Apesar de todas as exigências feitas pelo movimento estudantil, desde o início, o governo Jango assumiu uma postura política ambígua que, em inúmeras situações, pendia para a direita, segundo relata Aarão (1990: 27):

(...) os acontecimentos não corresponderiam às expectativas. O primeiro gabinete parlamentarista, sob a chefia de Tancredo Neves, escolhido por Jango, tomaria posse em 8 de setembro de 1961 e revelaria, desde logo, uma clara inclinação por alianças com forças conservadoras.

O primeiro-ministro evidenciava posições claramente contrárias àquelas defendidas pela esquerda, incluindo o ME, já que, dentre outras questões, desejava restringir o movimento popular e mandava apreender literatura considerada subversiva. Sem contar o próprio Jango, que chegou a defender a participação do capital norte-americano no desenvolvimento brasileiro, quando estava em viagem aos Estados Unidos, em março de 1962. Para Aarão

(1990), essa e outras atitudes do presidente apenas demonstravam o caráter conciliatório e imprevisível das suas posições enquanto político burguês progressista.

Mas nem mesmo esse comportamento vacilante de Jango desanimava os estudantes, que continuavam a viver intensamente o ápice da efervescência e da participação política, cultural e social desse período, representados por um movimento que atuava de forma alinhada com seus ideais e reivindicações. E foi justamente munida dessa vontade de dar seqüência às lutas estudantis que a UNE convocou, entre os dias 17 e 24 de março de 1962, o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, no Paraná.

Deste seminário resultou um documento denominado “Carta do Paraná” que, assim como a Declaração da Bahia, dividiu-se em três partes: “Fundamentação teórica da Reforma Universitária”, “Análise crítica da universidade brasileira” e “Síntese final: esquema tático de luta pela Reforma Universitária”. Além de manter a linha antiimperialista e revolucionária da Declaração da Bahia ao tratar da universidade, a Carta do Paraná apresentou um aprofundamento crítico em relação às definições resultantes do primeiro seminário – principalmente no que tange a perspectiva tática em defesa da reforma, conforme aponta Poerner (1995: 181):

A maior inovação aportada pela Carta do Paraná reside (...) em sua terceira parte, onde expõe o seu “esquema tático de luta pela Reforma Universitária”, mediante a polêmica inclusão desse objetivo entre as chamadas “reformas de base”, cuja discussão afluía ao primeiro plano da vida nacional com o governo João Goulart.

Para Poerner (1995), essa proposta de inclusão da reforma universitária entre as reformas de base era polêmica, porque apesar de ser o ponto de partida para a teorização da aliança entre operários, estudantes e camponeses, implicava no fato do povo, ao lutar por essas reformas, ter que comprar também uma briga em defesa de uma universidade a qual ele nunca teve acesso.

A Carta do Paraná foi o documento que norteou a atuação concreta do movimento estudantil na luta pela reforma universitária até a crise de 31 de março de 1964. Mas, embora tivesse adquirido essa importância, segundo um dos líderes estudantis da época²³, trazia algumas controvérsias, tais como: adequava a reforma universitária ao desenvolvimento nacional, deixando de lado o tom radical do debate; enfatizava o aspecto tático em detrimento da estratégia; deixou de tratar a reforma universitária como denúncia para impô-la como uma conquista concreta, a ser feita desde aquele momento, em torno de determinados

²³ Os comentários do ex-líder estudantil podem ser vistos na íntegra In: POERNER, , Artur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4ª ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995, p. 181 e 182.

pontos; lançou uma proposta em que perderam forças todos os movimentos populares que procuravam elaborar uma cultura autenticamente popular e nacional, ou seja, não se concebia que os estudantes desenvolvessem atividades culturais paralelas à universidade, mas sim que reivindicasse da universidade esse tipo de cultura, desvinculando, assim, a luta pela cultura popular da reforma universitária; e, por fim, deu muita importância às conquistas imediatistas, sobretudo à participação de estudantes nos órgãos dirigentes da universidade.

A luta concreta pela Reforma Universitária se deu ainda em 1962, no início de junho, no final da gestão de Aldo Arantes na UNE, através de uma greve geral nas universidades. O movimento ficou conhecido como “a greve de um terço”, porque, de acordo com Antonio Mendes Jr. (1982: 66),

(...) sua reivindicação básica era que os estudantes passassem a ter representantes nessa proporção em todos os órgãos colegiados de direção das Faculdades e Universidades, isto é, nas congregações, nos conselhos universitários e nos conselhos técnicos.

A participação de estudantes nessa proporção foi definida no Seminário de Curitiba e deveria ser regulamentada pelos estatutos das faculdades e universidades, visto que já estava incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961. Poerner (1995: 182) relata como se desencadeou o movimento grevista:

Como dispusessem de um prazo curtíssimo para a consecução do fim colimado – pois até 27 de junho de 1962 as faculdades teriam de entregar seus estatutos, já reformados, ao Conselho Federal de Educação –, os líderes da UNE, assim impedidos de se esmerar na preparação do movimento reivindicatório, decidiram confiar na sua capacidade de mobilização das bases estudantis: o dia 1º de junho foi fixado como data-limite para o atendimento da reivindicação de um terço. Caso contrário, haveria greve geral.

Como o prazo dado pelo movimento estudantil se esgotou sem que a reivindicação fosse atendida, a UNE decretou uma greve geral que ganhou amplitude nacional inusitada, chegando, em certo momento, a paralisar grande parte das 40 universidades brasileiras da época, incluindo nessa contagem as federais, particulares e estaduais. Durante o movimento, também foram realizadas inúmeras manifestações, destacando-se a ocupação, pelos estudantes cariocas, do Ministério da Educação (MEC), de onde saíram somente com a intervenção da polícia militar.

Para atingir o objetivo da greve e conseguir a maior mobilização possível, foi desencadeada uma campanha nacional de propaganda, viabilizada por caravanas que viajavam por todo país chamadas de “UNE-Volante”. Essas caravanas procuravam a

conscientização popular através de espetáculos teatrais que facilitavam a compreensão das mensagens que desejavam transmitir.

Mais de um mês depois de deflagrada a greve, as lideranças estudantis optaram por mantê-la, dado o sucesso inicial que o movimento havia adquirido. Essa decisão foi tomada em julho de 1962, durante o 25º Congresso Nacional de Estudantes, que também serviu para eleição do sucessor do militante da AP, Aldo Arantes, na UNE. O balanço positivo da gestão deste último fez com que o resultado da eleição fosse novamente favorável a um líder estudantil católico, o mineiro Vinícius Caldeira Brant.

Sobre o resultado dessa eleição e as responsabilidades do novo presidente da UNE, Poerner (1995: 183) comenta:

Era a consolidação da hegemonia da AP no movimento estudantil brasileiro. A Vinícius Caldeira Brant cumpria fortalecer, ainda mais, essa hegemonia, extrapolando, se possível, a crescente influência da liderança católica revolucionária, do plano da política estudantil para o da política nacional. Para isso, ele tinha, de início, que conduzir a continuação da greve do um terço, já voltada, naquele momento, não mais contra as congregações das faculdades, mas sim contra o próprio Conselho Federal de Educação.

O saldo final da greve não foi dos melhores. Embora, no seu decurso, tenha obtido algumas vitórias regionais, bem como tenha contribuído para aumentar a consciência política dos estudantes e chamado a atenção da população para os problemas enfrentados pela universidade, o movimento não conseguiu atingir seus objetivos iniciais e ainda provocou um grande desgaste das lideranças, resultando no enfraquecimento da atuação política estudantil. Foram justamente esses efeitos negativos que levaram à suspensão do movimento grevista em agosto de 1962, durante um Congresso Extraordinário realizado pela UNE.

Mesmo computando alguns fracassos, o movimento estudantil certamente passava por um momento ímpar de intenso debate sobre a questão do engajamento e da atuação revolucionária, conforme relata Heloisa Buarque de Hollanda²⁴:

(...) a juventude acreditava e se empenhava, com o maior entusiasmo, numa forma peculiar de engajamento cultural diretamente relacionada com as forças da militância política.

A relação direta e imediata estabelecida entre arte e sociedade era tomada como uma palavra de ordem e definia a concepção de arte como serviço e superinvestida do ponto de vista de sua eficácia mais imediata.

Do ponto de vista cultural, portanto, esse engajamento vai se traduzir na politização e popularização das produções artísticas. Nesse sentido, em 1962, a União Nacional dos

²⁴ HOLLANDA, Heloisa Buarque. A participação engajada no calor dos anos 60, IN: **Impressões de Viagem**: CPC, Vanguarda e Desbunde. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1981, p.15.

Estudantes – UNE –, juntamente com o cineasta Leon Hirzman, o sociólogo Carlos Estevam Martins e teatrólogo Oduvaldo Vianna, integra o núcleo formador do Centro Popular de Cultura (CPC), que contou com a adesão de vários intelectuais de esquerda.

Com o CPC e também a citada UNE-Volante, os estudantes pretendiam produzir e difundir a arte de modo a conscientizar o povo e, conseqüentemente, transformar a sociedade, apresentando, segundo Miliandre Garcia²⁵, duas faces diferentes: a do emissor da cultura e a do receptor dessa cultura, isto é, o “movimento de cultura popular se daria através da atuação de dois grupos inicialmente distintos: a atuação *para* os grupos sociais e a atuação *com* os grupos sociais”.

Os membros do CPC acreditavam que, naquela época, existiam três alternativas para os artistas e a intelectualidade: o conformismo, o inconformismo ou a atitude revolucionária conseqüente. Associados à última vertente, os cepecistas “optaram por ser povo” e direcionaram suas atividades artísticas segundo o ideal marxista. Desse modo, como afirma Renato Ortiz²⁶,

A cultura se transforma (...) em ação política junto às classes subalternas. (...) O que se buscava, pois, através da cultura popular, era levar às classes populares uma consciência crítica dos problemas sociais. Movimento que caminhava ao lado da questão nacional, pois, de acordo com o pensamento dominante, a “autêntica” cultura brasileira se exprimia na sua relação com o povo-nação.

Acreditando na força transformadora da sociedade, os estudantes e demais membros do CPC usaram o conceito de cultura popular sob uma perspectiva claramente política, conforme aponta Carlos Guilherme Mota²⁷:

(...) foi posta em ação a tese de que a cultura popular não era apenas a cultura que vinha do povo. A *cultura popular* é então conceituada como um instrumento de educação, que visa dar às classes economicamente (e *ipsu facto* culturalmente) desfavorecidas uma consciência política e social.

Inspirado esteticamente no Teatro Arena e ideologicamente no Partido Comunista Brasileiro – PCB – e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB –, o CPC defendia a produção artística que fosse facilmente absorvida pelo povo, priorizando, portanto, o conteúdo em detrimento da forma. Para Hollanda (1981:26), essa opção dos cepecistas de captar a “sintaxe das massas”, utilizando uma linguagem que não lhes pertencia, tornava a

²⁵ GARCIA, Miliandre. **A questão da cultura popular**: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Artigo referente à dissertação de mestrado, UFPR, Curitiba, 2002.

²⁶ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.162.

²⁷ MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1994, p.210.

sua arte “metaforicamente pobre, codificada e esquemática”, gerando uma contradição entre qualidade e popularidade.

Apesar da força de vontade dos estudantes, artistas e intelectuais, o CPC não conseguiu atingir seu objetivo de conscientizar o povo e transformar a sociedade. Assim como Hollanda, Ferreira Gullar²⁸ ressalta a questão da qualidade da produção artística como uma das principais causas desse insucesso:

(...) a experiência mostrou que o sacrifício dessas qualidades – que foi feito em função de buscar uma comunicação mais rápida, mais direta e mais ampla – não deu muito resultado porque, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista literário a coisa produzida não tinha alta qualidade, o público ao qual a gente se dirigia (o público que a gente pretendia atingir) não foi atingido.

Embora tenha recebido várias críticas, inclusive da própria esquerda, o CPC não pode ser considerado uma experiência totalmente negativa ou equivocada, visto que, além de evidenciar a mobilização cultural e política dos estudantes nesse período, foi um movimento de grande importância no cenário nacional, demonstrando extrema generosidade e vitalidade dentro desse campo de pesquisa e experimentações.

No âmbito político nacional, também começava a se delinear, em 1962, a crise do sistema parlamentarista. O posicionamento conciliatório de Jango com os conservadores dava os primeiros sinais de esgotamento, ao mesmo tempo em que desagradava as esquerdas, que cobravam uma atitude mais firme do presidente com relação às suas reivindicações.

Em 1º de maio do mesmo ano, a situação parecia haver se definido favoravelmente às esquerdas, pois Jango fez um discurso em Volta Redonda, defendendo a urgência das reformas de base e a necessidade destas serem precedidas de uma reforma constitucional. O pronunciamento não agradou os conservadores, que não tinham interesse algum em mexer na Constituição e, por esse motivo, colocaram-se contra a idéia. Em 26 de junho, Tancredo Neves demonstrou nitidamente esse descontentamento, renunciando ao cargo de primeiro-ministro. A sua renúncia

(...) abriu uma crise que se estenderia por 17 dias. A indicação de San Tiago Dantas seria derrubada em 28 de junho por 174 votos a 10. Jango então sugeriu ao Congresso o nome de Auro Moura Andrade, aprovado em 3 de julho por 222 a 51 votos. Contudo, a crise reacendeu-se com a renúncia do próprio no dia seguinte. Longas e sinuosas negociações chegariam ao nome de Brochado da Rocha, aprovado apenas em 13 de julho, por 215 a 58 votos. O novo primeiro-ministro era muito mais um

²⁸ Entrevista cedida por Ferreira Gullar em 23/08/79. In: GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir; HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Cultura em trânsito: da repressão à abertura – Anos 70/80**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.170-171.

homem de confiança do presidente do que do Congresso: o parlamentarismo saíra enfraquecido e não mais voltaria a se recompor.
(REIS FILHO, 1990: 28 e 29)

A esquerda acreditava que, a partir desse desfecho, estavam presentes todas as condições necessárias para o início do governo nacional e democrático que tanto idealizava. Enganara-se, pois a parceria Jango-Brochado manteve a posição conciliadora com as forças conservadoras. Esse continuísmo acentuou as divergências político-ideológicas no cenário nacional. Enquanto Goulart “queria reformular a Constituição antes de propor as chamadas ‘reformas de base’”, com base em “acordos impossíveis” com o Congresso, os comunistas “consideravam possível avançar utilizando as amplas prerrogativas legais do poder executivo”, já que não acreditavam na possibilidade do Congresso aprovar reformas que fugiam aos seus interesses (AARÃO, 1990: 29).

Em setembro de 1962, um novo impasse agravava a crise. Depois de ter recusada pelo Congresso a sua proposta de ampla delegação de poderes legislativos, Brochado Rocha renuncia, deixando o Brasil novamente sem primeiro-ministro. De acordo com Daniel Aarão (1990), a iniciativa de Brochado não agradou nem conservadores, nem comunistas. Os primeiros porque acreditavam que “a delegação de poderes, em tese, serviria aos projetos reformistas” e, os segundos, porque não achavam que valesse a pena dar poderes “a um gabinete ‘conciliador e entreguista’”.

Mas Jango ainda tinha outra carta na manga: a antecipação do plebiscito sobre o regime político, anteriormente marcado para 1965. A intenção do presidente era realizá-lo juntamente com as eleições que ocorreriam em outubro de 1962. Para esquerda, essa decisão era considerada secundária, enquanto Goulart não se comprometesse verdadeiramente com as reformas de base. Mesmo sem muitos apoios, Jango pressionou até que o Congresso votou a antecipação da consulta popular para janeiro de 1963.

Em relação ao embate político para fixação da data do plebiscito que decidiria a continuidade ou não do parlamentarismo, o movimento estudantil assim se manifestou:

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, diante do atual estado de crise e inquietação, sente-se no dever de definir perante o povo brasileiro sua posição.

Estudantes de um país espoliado, lutamos em primeiro lugar pela Reforma Universitária, considerada por nós como a luta específica que nos cabe inicialmente no processo de redenção do povo brasileiro.

Nosso compromisso de honra é com a emancipação de uma sociedade justa, a sociedade do operário, do camponês, do homem que batalha.

Não admitimos conciliações com os oportunistas, os que desejam servir-se do povo e não servi-lo, os que propõem soluções paliativas e vindas de cúpulas, para evitar a ascensão das massas populares ao nível de decisão

dos problemas nacionais; não aceitamos falsos dilemas, nem julgamos que a luta seja entre Parlamentarismo e Presidencialismo.

Os estudantes brasileiros deixam claro diante dos partidos dos governantes e das Forças Armadas que só batalharão por medidas que tenham por fundamento as classes populares e que assegurem a sua livre manifestação, ponto imprescindível para sua participação efetiva na luta pela emancipação nacional.

O estudante é livre para dizer, neste momento, que seu compromisso não é com as cúpulas nem com as falsas elites, mas com o povo; que seu compromisso se expressa na luta pela Reforma Universitária, pela emancipação deste país, espoliado, pelas reformas imediatas, sem traições ou recuos.

A UNE conclama a todos os estudantes para, coesos em torno dessas posições, permanecermos vigilantes e prontos a nos unir ao povo para a sua redenção²⁹.

Enquanto a UNE se preocupava em assumir compromissos com o povo brasileiro, Jango, ainda sob a égide do regime parlamentarista, enfrentava o agravamento de outra crise: a situação econômico-financeira do país. Começava a pesar sobre os ombros do presidente as consequências de uma administração ineficiente e conciliatória.

Para esquerda, as atitudes de Jango continuavam insatisfatórias, já que ao invés de

(...) uma política antiimperialista, protelava a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, já aprovada, e negociava, por intermédio de Roberto Campos, um Acordo de Garantia dos investimentos estrangeiros no país. Quanto aos salários, retardava reajustes considerados essenciais.

(REIS FILHO, 1990: 30)

Apesar de participar a favor da retomada do presidencialismo, a questão central para esquerda não era essa mudança, mas sim a realização das reformas de base. Essa também era uma das posições defendidas pelo movimento estudantil, que dias antes do plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963, fez o seguinte pronunciamento:

Na crise de agosto de 1961, a UNE foi a primeira voz a se erguer escapando à perplexidade geral, pela posse do presidente eleito. Naquela época, como hoje, articulavam-se as forças antinacionais para impor ao país uma ditadura de direita. Diante da pressão do povo não conseguiram o golpe puro e simples. Mas obtiveram uma solução de compromisso, que evitava a ditadura ostensiva, ao mesmo tempo em que golpeava a luta popular, impedindo a participação direta do povo no processo político. Instalou-se um parlamentarismo que significou o fortalecimento das oligarquias e do imperialismo.

Naquela época, como hoje, os estudantes traçaram uma posição. Deixando de lado as discussões entre sistemas de governos, conscientes que estes sistemas não trazem em si a solução dos problemas nacionais, sem estar motivados por qualidades ou defeitos dos eventuais ocupantes do governo, consideramos o Ato Adicional um golpe contra a participação política ao povo e estaremos presentes para dizer não em 6 de janeiro.

²⁹ UNE. **Nota Oficial**. Rio de Janeiro, 3/09/1962, *apud* SANFELICE, 1986, p. 22.

Mas devemos denunciar que os gorilas de 1961 continuam a exercer a sua atividade antidemocrática. A luta contra a política externa, as campanhas contra a Petrobrás, o amotinamento na Marinha, as denúncias de supostos movimentos insurrecionais e a visita do Senhor Robert Kennedy ao país, são peças do mesmo sistema golpista destinado a preparar a entrega do país aos grupos econômicos internacionais.

O não ao Ato Adicional deve significar a retomada de uma luta, e não admitirão que o país prossiga à sombra da conciliação, mas exigirão um governo capaz de enfrentar a luta, particularmente um Ministério da Educação que fuja dos jogos de interesses que o têm norteados e passe a se voltar para o povo.

Nosso NÃO será um NÃO definitivo aos interesses antinacionais³⁰.

De fato, o resultado do plebiscito nacional foi a retomada do sistema presidencialista. Mas isso não reduzia o desafio de Jango, que tinha que encontrar uma solução para a crise econômico-financeira. A esquerda esperava uma postura antiimperialista do presidente, bem como exigia uma política dura contra o latifúndio e a conciliação. No entanto, Goulart parecia querer manter seus compromissos com as forças conservadoras, ao invés de romper com estas, como evidencia Daniel Aarão (1990: 31):

(...) conciliava com as empresas concessionárias de serviços públicos, refazia composições conservadoras e o máximo de ousadia de que era capaz foi consubstanciado no Plano Trienal, pelo qual o governo prometia desenvolvimento econômico, eliminação da inflação e satisfação dos interesses populares.

Por uma conjunção de fatores, o Plano de três anos não durou nem mesmo seis meses e Jango começou a sofrer fortes pressões tanto da direita, quanto da esquerda. Nesse contexto, em maio de 1963, a UNE emitiu uma nota oficial repudiando as manobras antidemocráticas, bem como defendendo as reformas estruturais, a manutenção das liberdades públicas e efetivação das medidas de organização do povo.

Ficava cada vez mais evidente que as tentativas de conciliação de Jango estavam agravando ainda mais a situação. Nesse sentido, a UNE procurava mostrar ao presidente que este precisava se definir e compreender que já não era mais hora para conciliações, mas sim para uma ação efetiva, conforme demonstra no trecho da seguinte nota: “Ou as reformas de base prometidas desde a campanha do plebiscito, e daí o conteúdo popular daquela campanha, são efetivadas, infligindo derrotas ao imperialismo e ao latifúndio, ou a crise continuará a aprofundar-se” (UNE, *apud* SANFELICE, 1986: 26).

É também em 1963 que os estudantes se reuniram em Belo Horizonte para o 3º Seminário Nacional da Reforma Universitária que manteve o esquema tático determinado na Carta do Paraná, com poucas mudanças para adaptar a questão à realidade daquele momento. Ainda

³⁰ UNE. Rio de Janeiro, 27/12/1962, *apud* SANFELICE, 1986: 23.

em julho desse mesmo ano, a UNE realizou seu 26º Congresso, elegendo para presidente da entidade o estudante paulista José Serra, também ligado à Ação Popular.

A UNE se engajou, a partir daí, de corpo e alma, em todas as questões políticas de relevância. Pode-se dizer até – forçando um pouco – que não havia problema importante, nacional ou internacional, que não justificasse um pronunciamento da entidade máxima dos estudantes. Das resistências mais recônditas que se faziam notar contra a anunciada reforma agrária à política racista do *apartheid* sul-africano, nada escapava à atenção da UNE.

(POERNER, 1995: 184)

Vale ressaltar que essa postura de onipresença da UNE nas mais variadas questões políticas internas e externas lhe rendeu inúmeras críticas futuras por parte de ex-lideranças estudantis, que acusavam a entidade de dispersar o movimento estudantil, afastando-o das lutas realmente urgentes do Brasil. Sobre essa questão, embora reconheça certos exageros da UNE, Poerner (1995: 184 e 185), destaca:

Deve-se levar em conta, entretanto, (...) que a gestão de José Serra na UNE coincidiu com um dos períodos mais agitados, social e politicamente, da história do Brasil, durante o qual os acontecimentos se sucediam com uma rapidez que exigia respostas igualmente prontas e nem sempre muito elaboradas. Não havia muito tempo para análise e autocríticas minuciosas. A época de fundamentações e preparativos teóricos estava ultrapassada. A hora era de ação³¹.

Ao longo de 1963, a agitação social era realmente crescente. Haja vista o surgimento de numerosas greves operárias que reivindicavam aumentos salariais e pediam a efetivação das reformas de base. Além disso, ficavam cada vez mais evidentes as divisões políticas entre a esquerda e a direita. Enquanto a direita divulgava que Goulart estava articulando um golpe de Estado, apoiado pelas esquerdas, estas últimas denunciavam a formação de uma trama golpista de direita.

Sem saída para os problemas econômicos que não conseguira solucionar através do plano Dantas-Furtado³², somado ao descontentamento crescente de diversos setores da sociedade com relação ao seu posicionamento político vacilante, Jango, a partir de meados de 1963,

(...) passou a defender com crescente entusiasmo um conjunto de “reformas de base” que incluíam reforma agrária, educação, impostos e habitação. Dizia ele agora que a crise econômica do Brasil – da qual o impasse do

³¹ Poerner procura esclarecer que apesar das críticas posteriores terem sido pertinentes, é difícil vivenciar um período de luta política-ideológica tão intenso e ainda ter tempo para fazer autocríticas, ou seja, o movimento estudantil fez o que lhe era possível naquele momento.

³² O plano econômico foi chamado de “Dantas-Furtado” em referência a San Thiago Dantas e Celso Furtado, dois membros da esquerda moderada que foram convocados por João Goulart para elaborar um programa de estabilização econômica. Quanto aos problemas econômicos mencionados, pode-se dizer que a política adotada fracassou porque não gerou crescimento, nem acabou com a inflação.

balanço de pagamentos e a inflação eram os sintomas mais imediatos – só podia ser resolvida com a aprovação do seu pacote de reformas.
(SKIDMORE, 2004: 39)

A proposta das Reformas de Base não agradou os setores conservadores da sociedade com quem, até então, o presidente havia tentado, em vários momentos, manter uma postura conciliatória. Mesmo diante deste fato, a esquerda ainda relutava em acreditar que Jango havia realmente mudado o seu posicionamento político.

Todos duvidavam das intenções do presidente. Quando da solicitação do estado de sítio por Goulart, em outubro, da extrema direita à extrema esquerda (...), todos rejeitaram as medidas excepcionais. De fato, a ambigüidade de Jango permitia qualquer suposição a respeito de quem seria alvejado pelos superpoderes conferidos pelo estado de sítio.
(REIS FILHO, 1990: 32)

Inseguranças à parte, no Congresso Nacional já se podia perceber a polarização de forças que se formava a partir da citada atitude do presidente. De um lado, estava a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), composta por parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), bem como dissidentes do PSD e UDN. Buscavam uma luta nacional-reformista e tinham apoio da UNE, do CGT e do PCB. Do outro lado, estavam as forças conservadoras, que formavam a Ação Democrática Parlamentar (ADP), composta pela União Democrática Nacional (UDN) e a maioria do Partido Social Democrático (PSD). A ADP ainda contava com o auxílio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgão financiado pela embaixada norte-americana.

Mesmo nesse ambiente de ebulição política, o movimento estudantil não deixou de atuar. A UNE promoveu uma série de iniciativas muito positivas, conforme menciona Poerner (1995: 185):

Os estudantes, efetivamente, tomavam consciência da realidade nacional e se aproximavam do povo, ao participar, por exemplo, com destaque, da campanha nacional de alfabetização de adultos, conforme o método especializado do professor pernambucano Paulo Freire³³. E a UNE canalizava energias estudantis para a participação, em massa, nas campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, levadas a efeito pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais do Ministério da Saúde, sob a lúcida orientação do ministro Wilson Fadul. Tais campanhas sanitárias propiciavam contatos mais estreitos entre os universitários e as populações rurais – o estudante via, afinal, o camponês de que tanto falava e ouvia falar nos comícios –, sobretudo nos Estados do Rio e de Pernambuco, sendo que, neste último, o governo inovador e progressista de

³³ Sobre o método Paulo Freire, Cunha e Góes (2002: 20) ressaltam que foi um verdadeiro achado no contexto das Reformas de Base de Jango e que “através dele seria possível – era a previsão – acrescentar cinco milhões de eleitores ao corpo eleitoral em 1965 e assim desequilibrar o poder da oligarquia em favor do movimento popular”. Por esse motivo, o sistema deixou o anonimato e passou a ser adotado nacionalmente como proposta oficial do governo federal de janeiro de 1962 até o início de 1964.

Miguel Arraes favorecia, ao máximo, a integração estudantil-camponesa. Enquanto isso, nos centros urbanos, o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE levava às favelas e subúrbios um teatro de esclarecimento, protesto e denúncia – no qual a juventude descobria nova trincheira.

Ao mesmo tempo em que os estudantes promoviam iniciativas como essas, a oposição a Jango crescia e se articulava. Em São Paulo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), formado por um grupo de empresários, difundia a luta contra o presidente, enquanto setores extremamente conservadores organizavam grupos militarizados e a grande imprensa cuidava de lançar uma bateria de críticas ao governo. Desse modo, “as reformas sociais preconizadas passaram a ser fortemente ameaçadas e, no cenário político, manifestou-se, por inteiro, a crise vivida pelo Estado populista quando o governo foi perdendo o apoio de quase toda a burguesia” (SANFELICE, 1986: 27).

O agravamento da situação se deu no dia 13 de março de 1964, quando foi realizado um grande comício em defesa das reformas de base na estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. O movimento estudantil participou em peso da organização do evento, através da UNE, da UME, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (Ames) e dos diretórios acadêmicos de diversas faculdades. Ao lado das delegações estudantis de todos os Estados brasileiros, estavam as representações operárias e sindicais que, juntamente com outros setores da população, reuniram mais de 300 mil pessoas em frente à estação para apoiar o presidente.

No comício em que o presidente da UNE, José Serra, foi um dos oradores, Jango começou o seu discurso anunciando a assinatura de dois importantes decretos:

(...) um declarava de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras inaproveitadas às margens de eixos rodoviários, de leitos de ferrovias, de açudes públicos federais e das áreas beneficiadas por obras de saneamento da União, constituindo o primeiro passo para a concretização da reforma agrária, apesar de não abranger, segundo opiniões emitidas por técnicos e estudiosos, nem 10% das glebas inaproveitadas do país; o outro encampava as refinarias particulares de petróleo, fortalecendo o monopólio estatal.

(POERNER, 1995: 187)

Além disso, em seu pronunciamento, o presidente prometeu que enviaria ao Congresso outros projetos de reformas – agrária, eleitoral, universitária³⁴ e constitucional –, bem como

³⁴ Mesmo antes das promessas do comício, Jango já havia definido algumas iniciativas no âmbito do ensino superior, como o Plano Trienal, que previa investimentos generosos nas universidades, e o decreto de fevereiro de 1964, que instituiu um Programa Nacional de Expansão das Matrículas, prevendo duplicação das vagas nos cursos mais procurados. Essa combinação de ações, apesar de não resolver os problemas das universidades, contribuiu para um aumento considerável das matrículas. Informações extraídas in: MARTINS FILHO, João Roberto. **A rebelião estudantil** – México, França, Brasil. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1996, p.73.

tomaria medidas urgentes na defesa do povo e das classes populares. De acordo com Oswaldo Munteal Filho³⁵,

A agenda trabalhista em torno das reformas foi exposta como um míssil que tinha como alvo a oposição civil da época. Os ecos do estrondo chegaram aos quartéis, tomaram todo o país em menos de 24 horas, e alguns estilhaços alcançaram até mesmo os ouvidos do governo norte-americano.

Após o comício, a reação foi imediata. Aumentou o temor da UDN e do PSD mineiro acerca do perigo da revolução socialista no Brasil. Tanto no Congresso, quanto na imprensa ecoaram as vozes conservadoras do latifúndio e do imperialismo, denunciando o discurso “comunizante”³⁶ do presidente em defesa das reformas e dos decretos. Nas cidades, os proprietários urbanos chamaram de “ilegal e inconstitucional” o decreto de Jango que regulamentava os preços de apartamentos e residências desocupados; o governador de São Paulo, Ademar de Barros, fez questão de anunciar que estava preparado para conter qualquer ameaça de revolução com homens armados à sua disposição; os fazendeiros já se diziam dispostos a “matar ou morrer” em defesa da invasão das suas terras por “comunistas”; enfim, todos os setores conservadores mostravam seu “potencial de fogo” contra o presidente, acusando-o do uso de uma “tática comunista para assumir o governo”.

É preciso destacar, no entanto, que a estratégia dos conservadores para derrubar Jango não incluía apenas evidenciar o perigo da expansão comunista. Tinha-se também a intenção de apresentar uma campanha de divulgação dos seus projetos políticos, com base em questões sociais levantadas pela esquerda. Segundo Mendes³⁷, para difundir essas idéias, os oposicionistas utilizaram os mais variados instrumentos, tais como: revistas, livros, boletins informativos, imprensa, Congresso Nacional, entre outros.

Para os grupos que apoiavam Jango, o comício – chamado pelo presidente de “festa cívica” – representou o ponto de partida para uma grande revolução popular, conforme relata Munteal (2005: 20):

O comício da Central incendiou trabalhadores, estudantes, alguns setores das Forças Armadas e servidores civis do Estado. A massa parecia

³⁵ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Certezas e percepções da política em 1964**. IN: FREIXO, Adriano; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.) et. al. **A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, Capítulo I, 15-32, p.15.

³⁶ De acordo com Nelson Werneck Sodré, em todos os casos em que os militares tentaram tomar o poder no Brasil – como, por exemplo, em 1961, após a renúncia de Jango – estavam presentes em seus discursos as tendências esquerdistas dos presidentes que “deveriam ser depostos”, ou seja, a propaganda militar – incluindo a do golpe de 64 – era sempre alicerçada no anticomunismo. IN: SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura – 20 Anos de Autoritarismo no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984, p. 27.

³⁷ MENDES, Ricardo A. Souza. **Anti-reformismo e a questão social no Brasil – o golpe de 1964**. In: FREIXO, Adriano; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (orgs.) et. al. **A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, Capítulo 2, 33-78, p. 35 a 37.

compreender em um único momento o seu papel transformador na história do Brasil. O carisma das idéias ultrapassou uma mera aptidão para os palanques, e as promessas converteram-se, instantaneamente, em um programa de ampla participação popular.

Apesar do excesso de otimismo da esquerda, a oposição não dava trégua. Em São Paulo, cerca de 300 mil pessoas participaram da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”³⁸, organizada pela Igreja Católica e pelo empresariado, evidenciando que a propaganda anticomunista havia recebido ampla adesão da classe média e de setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos. Durante esse evento, um padre paulista, o senador Calazans, chegou a extrapolar no discurso, afirmando que Deus era contra as reformas. Mas, somente as marchas não bastaram para a oposição. Outras formas de exploração política da fé religiosa foram adotadas, como ressalta Poerner (1995: 188):

Empregadas domésticas e populares esfarrapados eram levados frente às câmeras de televisão para se pronunciarem contra as “reformas comunistas”. Rosários de há muito não rezados eram empunhados pelas senhoras da sociedade no combate à desapropriação de terras. De nada valiam as manifestações reformistas dos setores mais progressistas do clero. Apenas serviam para que o obscurantismo denunciasse a infiltração comunista também nas igrejas.

As manifestações de caráter religioso somaram-se às conspirações articuladas por grupos de oficiais das Forças Armadas liderados pelo general Olímpio Mourão Filho e pelo almirante Sílvio Heck, em conjunto com João Baptista Figueiredo, Costa Cavalcanti e o general Ernesto Geisel.

Para os conspiradores, só faltava mesmo o apoio oficial dos Estados Unidos³⁹, que, segundo Poerner (1995: 188 e 189),

(...) veio quando o Departamento de Estado divulgou comunicado que acusava Goulart de “não colaborar com medidas mais efetivas contra o regime de Fidel Castro” e de “tolerar a infiltração comunista em setores do

³⁸ Vale ressaltar que algumas outras marchas como essas foram realizadas nesse período, sendo esta apenas a de maior destaque pela grande adesão que conquistou.

³⁹ Embora não se pretenda aqui avançar nesse assunto, vale ressaltar que o apoio dos Estados Unidos ao golpe não se resumiu a este episódio, nem mesmo foi tão sucinto. Vários autores abordam o envolvimento próximo dos Estados Unidos na articulação do golpe, bem como relatam que os norte-americanos acompanharam atentamente os eventos que o precederam. Também evidenciam que este país teve papel importante durante o regime ditatorial. Exemplo dessa participação dos Estados Unidos é a influência norte-americana em organismos como o IBAD e o IPES, estreitamente ligados à CIA e ao FBI e até mesmo com organizações sindicais norte-americanas comprometidas com o Departamento de Estado. O fato é que, nem norte-americanos, nem os golpistas faziam questão de omitir esse envolvimento tão próximo dos Estados Unidos com o golpe e com o novo regime instituído, conforme evidencia Sodré (1984: 66): “A conhecida revista norte-americana *Newsweek*, em novembro de 1966, com a situação da ditadura brasileira plenamente consolidada, não fazia nenhuma cerimônia em contar que, ‘no caso do golpe militar de 1964 no Brasil, o governo de Washington, habilmente, mandou o empreendedor e loquaz General Vernon A. Walters para o Rio de Janeiro, como adido militar, dois anos antes do golpe’”. A revista ainda declarava que “Walters tornou-se confidente dos conspiradores militares” e “encorajou o General Humberto de Alencar Castello Branco, que fora seu companheiro na Itália, a tomar o poder”.

governo”. O comunicado, lido ante a Comissão de Assuntos Externos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, foi logo interpretado, nos seus devidos termos, pela imprensa norte-americana, que, menos sutilmente, aconselhou os militares conservadores do Brasil a dar um “golpe de Estado à velha maneira sul-americana” contra Goulart.

Paralelamente, no Rio de Janeiro, o cabo José Anselmo, líder da Associação dos Marinheiros, orientou seus companheiros, reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, a se declararem em “assembléia permanente” e não se apresentarem às unidades da marinha as quais pertenciam. No dia 28 de março de 1964, o movimento estudantil – representado pelos diretórios acadêmicos das Faculdades Nacionais de Direito e Filosofia da Universidade do Brasil, pela Faculdade de Sociologia da PUC e pela Ames – lançou vários manifestos de apoio não só à luta destes por direitos comuns, vedados pelo arcadismo do Estatuto da Marinha e de artigos da Constituição de 1946, como também à efetivação das mudanças estruturais necessárias à sociedade.

De acordo com Gorender⁴⁰, foi nesse cenário conturbado que “Jango fez um discurso no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, dirigindo-se aos sargentos, que conseguiam sair dos quartéis, bloqueados pelos oficiais”, no dia 30 de março. Para os seus opositores, foi a gota d’água.

Ainda no final do mês, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, convocou a população a restaurar a ordem constitucional, através do seguinte manifesto:

Ante o malogro que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as forças sediadas em Minas, responsáveis pela segurança das instituições feridas no que mais lhes importa ao País, isto é, a fidelidade aos princípios, garantidores da normalidade institucional e da paz pública, consideram de seu dever entrar em ação a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República.

(SODRÉ, 1984: 112 e 113)

No dia 31, o general Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, mobilizou as tropas mineiras e iniciou uma marcha em direção ao Rio de Janeiro, contando ainda com o apoio dos comandantes do II e IV Exércitos, além de diversos governadores. Embora tivessem esperanças na reversão da situação, as forças nacionalistas e de esquerda foram surpreendidas sem nenhum esquema militar de defesa e, portanto, sem qualquer possibilidade de reação.

A UNE, apesar da gravidade do panorama político, ainda procurou se manifestar diante dos episódios do dia 31 de março. Em defesa da legalidade e da Liberdade Democrática, a

⁴⁰ GORENDER, Jacob. **O ciclo do PCB: 1922 – 1980**. In: FORTES, Alexandre (org.) et. al. **Histórias e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, Capítulo 9, 163-172, p.171.

entidade decretou greve geral de estudantes em todo país, bem como expediu uma nota, assinada por seu presidente, José Serra, em que denunciava a articulação de um golpe da oposição a Jango e convocava todas as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), executivas nacionais, centros e diretórios acadêmicos para que se mobilizassem e resistissem.

Embora tenha sido alertado sobre os rumores de um golpe, Jango preferiu acreditar em seus assessores militares – general Assis Brasil, chefe da Casa Militar, e general Jair Dantas Ribeiro, ministro da guerra –, que garantiram a existência de apoio militar suficiente para enfrentar qualquer tentativa golpista.

Os estudantes chegaram a solicitar do governo armas para a resistência, já que não estavam seguros quanto à eficácia do esquema militar organizado pelo general Assis Brasil. Entretanto, conforme Poerner (1995: 189 e 190),

como as armas não viessem, a juventude acorreu às ruas, em 1º de abril, participando, majoritariamente, de manifestações antigolpistas, como na Cinelândia, no Rio. Já habituados à idéia de que o Exército seria o garantidor das reformas exigidas pela estrutura arcaica do país, os estudantes custaram a perceber que os tanques se haviam voltado contra eles. Um panfleto distribuído à porta do Clube Militar anunciara a chegada de tropas na Cinelândia e isso bastava para que a mocidade se considerasse protegida. No açodamento próprio da época, ninguém lera a íntegra do texto, que falava, também, na “defesa da propriedade privada”, no “perigo vermelho”, na “família ocidental-cristã ameaçada” e noutras coisas semelhantes.

Quando o golpe⁴¹ se concretizou, Jango não teve outra alternativa senão sucumbir à realidade. Desse modo, na madrugada de 2 de abril, embarcou para o Rio Grande do Sul e, em seguida, abandonou o país pela fronteira com o Uruguai.

⁴¹ É necessário destacar que o golpe de 64, não se comparava aos demais golpes clássicos que consistiam na tomada do poder e posterior restabelecimento da normalidade política. Apesar de guardar algumas semelhanças em relação aos episódios anteriores – como se originar do interior do próprio aparelho de Estado –, tratava-se, naquela situação, de um projeto de governo de longo prazo, embasado no massacre de oponentes, no estabelecimento de um novo sistema político e no atendimento das finalidades do imperialismo, conforme será visto mais adiante neste trabalho (SODRÉ, 1984: 33).

CAPÍTULO II

RESISTÊNCIA (1964 – 1968)

2.1. Introdução

Este capítulo vai abordar a atuação do movimento estudantil nos primeiros 4 anos da ditadura civil-militar. Nesse sentido, vai relatar o histórico do período de resistência do movimento estudantil à ditadura, que vai de 1964 até a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Procurar-se-á descrever o cenário político, econômico e social por trás da atuação estudantil; a rearticulação dos estudantes pós-golpe; as influências político-ideológicas coexistentes no movimento; as bandeiras defendidas pelos estudantes, principalmente na área da educação e em defesa das suas entidades; a repressão do regime ao ME; os principais episódios envolvendo estudantes; entre outros.

2.2. O panorama político pós-golpe

A partir de 1º de abril de 1964, o Brasil entrou em uma nova fase da sua história. Por 21 anos, o país viveu uma ditadura civil-militar, que deixou marcas no povo e nas instituições, bem como promoveu confrontos políticos e sociais. Para “garantir a ordem”⁴², os detentores do poder fizeram uso de todos os recursos disponíveis: inteligência, sistemas de informação, tortura, prisão, supressão de direitos políticos, perseguição, censura, entre outros. No total, foram 5 mandatos militares e dois governos transitórios de Juntas Militares.

A vitória do golpe foi festejada por vários setores da sociedade. Importantes jornais brasileiros – como o Jornal do Brasil, o Correio da Manhã, O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo – comemoraram a deposição de João Goulart, assim como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Igreja Católica.

A primeira atitude dos golpistas após a vitória da conspiração foi viabilizar a chegada à presidência e o acesso a toda estrutura administrativa do poder executivo. Mas a situação não era tão favorável, já que a Constituição de 1946 previa apenas três meios legais para um presidente deixar o cargo antes de encerrado o mandato: renúncia, *impeachment* votado pelo

⁴² Segundo Sodré (1984: 14), essa expressão “garantir a ordem”, usada pelos militares, justificava o uso da violência para, na verdade, deter ou retardar o avanço do sistema político anterior.

Congresso ou afastamento do país sem aprovação legislativa. Como a renúncia não ocorreu, não havia votos suficientes no Congresso para um *impeachment* e Jango ainda não tinha abandonado o país, certamente esse processo não se daria por métodos puramente legais. E foi justamente o que aconteceu, conforme relata Skidmore (2004: 46):

O presidente do Senado, Auro Moura de Andrade, resolveu o problema. Os militares estavam exigindo que fosse facilitado o caminho para a posse de um novo presidente que eles indicariam – sem dúvida um general. Diante disso, nas primeiras horas da manhã de 2 de abril, Moura Andrade simplesmente declarou vacante a presidência, ato sem qualquer amparo legal que provocou furiosos protestos dos deputados do PTB. A Constituição especificava que se a presidência vacasse, o próximo a ocupá-la seria o presidente da Câmara dos Deputados (Ranieri Mazzilli) por um prazo máximo de 30 dias, enquanto o Congresso tratava de eleger um novo chefe de governo. Neste ponto, a Constituição foi observada: Mazzilli tornou-se presidente em exercício. A assunção ao poder da Revolução, nascida de um ato arbitrário, estava agora seguindo a mais estrita constitucionalidade.

Em seguida, havia a questão da obrigatoriedade de eleições. Começaram, então, as especulações sobre possíveis “candidatos” a assumir a presidência. Depois de se autoneostrar ministro da guerra do novo governo, o general Arthur da Costa e Silva anunciou a formação de um Comando Supremo Revolucionário, que comandaria o país até que houvesse eleições, do qual faziam parte, juntamente com Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo – sendo que estes últimos assumiram os outros ministérios militares. Sobre as primeiras exigências desse Comando e reações dos parlamentares a estas, Skidmore (2004: 48) descreve:

A 7 de abril os novos titulares fardados exigiram publicamente legislação de emergência suspensiva dos procedimentos legais para realizarem expurgos no serviço público, na área militar e entre os ocupantes de cargos eletivos em todos os níveis. Mas os líderes parlamentares conservadores ainda não estavam prontos para abrir mão dos seus poderes. Por isso, redigiram seu próprio “Ato Institucional”, que delegava ao Comando Revolucionário (somente com dois terços dos votos do Congresso) poderes limitados para expurgar o Legislativo e a burocracia federal.

Depois de ignorar o projeto dos parlamentares, os três ministros militares decretaram, no dia 9 de abril, o Ato Institucional nº. 1, redigido pelo jurista Francisco Campos e o advogado conservador Carlos Medeiros da Silva. Além de trazer muitos elogios à “Revolução”, o AI-1 estipulava:

(1) O presidente pode apresentar emendas constitucionais ao Congresso, que terá apenas 30 dias para examiná-las, sendo necessário para sua aprovação apenas o voto da maioria (ao contrário dos dois terços requeridos pela Constituição de 1946). (2) O presidente tem o exclusivo poder de apresentar projetos de lei envolvendo despesas ao Congresso, o qual fica impedido de alterar para mais qualquer artigo referente a gastos

do governo. (3) O presidente tem o poder de declarar o estado de sítio por até 30 dias ou prolongá-lo por mais 30 dias no máximo (com a exigência de um relatório ao Congresso dentro de 48 horas). (4) O presidente, “no interesse da paz e da honra nacional”, tem amplos poderes para suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão e cancelar os mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais. (5) Suspensão da estabilidade dos servidores públicos por seis meses.

(SKIDMORE, 2004: 48 e 49)

Com validade prevista até 31 de janeiro de 1966, o AI-1 ainda previa que a eleição presidencial, fosse realizada em sessão pública e votação nominal, pela maioria absoluta dos membros do Congresso, bem como fixava a instauração de inquéritos e processos tanto individuais, quanto coletivos, com o intuito de apurar responsabilidade pela prática de crime contra o Estado, seu patrimônio, a ordem política e social ou atos de guerra revolucionária. Além disso, o AI-1 vinha acompanhado de uma lista de pessoas – cujo primeiro nome era o de Goulart – que perderiam os seus mandatos e teriam seus direitos políticos cassados.

No bojo de justificativas para a sua concepção – que constavam em seu próprio conteúdo – estava não só a necessidade de respaldar a reconstrução econômica, política e social do país, mas também a urgência em deter terminantemente a “bolchevização” almejada pelo governo anterior. Ou seja, o mesmo discurso que havia sido utilizado para viabilizar o golpe era, agora, usado para explicar o AI-1.

No outro extremo da correlação de forças políticas, a vitória do golpe retardou a tão idealizada revolução popular comandada pelo proletariado. Muitos políticos, sindicalistas e professores de esquerda tiveram que se exilar. Uma parte dos militantes cessou temporariamente a atuação política, enquanto outros se puseram a procurar maneiras de se rearticular na clandestinidade. Para as esquerdas, o sucesso do golpe provava que a aliança com a burguesia não funcionava⁴³, já que esta última, além de uma classe vacilante, não tinha qualquer caráter revolucionário⁴⁴. Mas, segundo Daniel Aarão (1990), essas observações não

⁴³ É preciso ressaltar aqui que o projeto do PCB em formar uma aliança com a burguesia para viabilizar a revolução já se mostrava ilusório desde o início e foi criticado por outras organizações de esquerda antes mesmo do golpe. Afinal, era uma utopia acreditar que a burguesia abandonaria interesses próprios em defesa de uma revolução de massas. Daniel Aarão (1990: 39) ilustra tal afirmação: “Tanto a POLOP como o PC do B negavam o papel dirigente da burguesia nacional na revolução brasileira. (...) Ambas as organizações referiam-se à sólida aliança que se estabelecera entre as classes dominantes, rejeitavam a tutela burguesa e estavam de acordo quanto ao impasse em que se encontrava o país”.

⁴⁴ Essa visão de que já era esperada essa atitude da burguesia de apoiar os golpistas e não as esquerdas também é compartilhada por Sodré (1984: 13), que explica: “A sociedade burguesa conferiu destacada função política aos militares, na medida em que, paradoxalmente, a tarefa específica deles, a guerra, ia se transformando em problema de toda a sociedade, de toda a população. De que teria derivado esse paradoxo? Do fato muito simples de que a sociedade burguesa moderna encerra profundas contradições e o Estado necessita, para funcionar com o mínimo de eficiência, de instrumentos de força”. Sodré (1984: 30) ainda ressalta que era relativamente fácil convencer a burguesia – dado que se tratava de uma classe vacilante, com dificuldades de encontrar seu próprio caminho e temerosa quanto aos efeitos do movimento operário – de que as forças armadas tinham o papel

bastavam. Aos partidos de esquerda ainda era preciso, portanto, perceber que havia algumas outras falhas, tais como o alto nível de expectativa em relação ao papel da classe operária na revolução e dos próprios partidos, que se colocavam – cada um ao seu modo – como tutores das classes desprivilegiadas na condução do processo revolucionário – e o desconhecimento da complexidade da realidade brasileira naquele momento. Sodré (1984: 56) apresenta visão semelhante quando afirma:

Algumas conclusões, de ordem geral, poderiam ter sido colocadas, desde logo, permitindo o encaminhamento do esforço de compreensão do que se passava, para que, no fim de contas, fosse possível, dentro de prazo razoável, retomar o fio da história, inserindo, progressivamente, atos de vontade no processo político tão brutalmente interrompido, de sorte a retomar a marcha com o mínimo de erros.

O fato é que as divergências de posturas e estratégias, somadas a certas doses de ingenuidade e utopia, fizeram com que as organizações de esquerda enfrentassem o golpe divididas, o que pode ter, de alguma forma, influenciado na própria derrota destas.

Como o PCB havia sido o partido idealizador da aliança com a burguesia, fora também o primeiro a sofrer as consequências e críticas posteriores ao golpe de 64. Para os demais partidos⁴⁵, o PCB era desqualificado como partido de vanguarda, “estava falido, destinado à derrota e ao desaparecimento” (REIS FILHO, 1990: 39). Algumas dessas organizações passaram, inclusive, a considerar que a única alternativa viável para a revolução, após o golpe, era a luta armada.

Apesar de trocarem algumas farpas e definir soluções sem muita reflexão anterior, as organizações de esquerda não se aprofundaram na discussão das causas da vitória golpista, preferindo a tradição do bode expiatório para eleger culpados pela derrota sofrida.

Segundo o PCB, cabia ao “esquerdismo” a responsabilidade pelo golpe. Para os demais, a responsabilidade recaía sobre o “direitismo”. Para os primeiros tratava-se de esconjurar os líderes nacionalistas e comunistas que quiseram ir longe demais. Para os segundos, era necessário fazer rolar as cabeças dos dirigentes do PCB, a de Prestes em particular. Em comum, a idéia de que a derrota podia ser explicada por uma falha no mecanismo de direção política. Corrigida, substituída esta peça, podia-se recomeçar de onde se estava. Com as mesmas premissas, os mesmos esquemas explicativos, e as mesmas expectativas. A “crise de direção”, um velho espantalho do movimento comunista internacional, possibilitaria fazer a economia do processo de reflexão que a realidade da derrota impunha.

(REIS FILHO, 1990: 47)

fundamental de salvar Deus, a Pátria e as Famílias do perigo comunista, que no discurso militar era fruto de todos os males que atingiam a sociedade. Eram, portanto, as características da burguesia que viabilizavam a sua associação a componentes mais reacionários, em detrimento do apoio às esquerdas.

⁴⁵ Essa também vai ser a opinião de muitos estudantes que integravam o PCB. Muitos deles, inclusive, deixaram o partido após o golpe e passaram a participar de outras organizações de esquerda, como será evidenciado mais adiante neste trabalho.

Logo nas primeiras horas depois do golpe, ficou também evidente como seria, a partir daquele momento, a relação de forças entre o novo governo e o movimento estudantil, segundo relata Poerner (*apud* SANFELICE, 1986: 29), no artigo intitulado “A verdade do movimento estudantil”, publicado no Jornal do Brasil de 6 de novembro de 1966:

No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica.

Na invasão e incêndio ao prédio da entidade, foram queimados também os documentos do Centro Popular de Cultura. Sobre este episódio, o depoimento de um ex-líder estudantil da época revela:

O golpe militar de 1º de abril de 1964 voltava toda a sua ferocidade à classe operária, muito mais pelo que ela poderia avançar do que de fato pelo que avançou até aquele momento.

Os estudantes foram atingidos pelo crime – que muito os honra – de ter procurado se colocar ao lado dos trabalhadores. Ou pelo menos por pensarem os golpistas que isso ocorria.

A Sede da UNE (...) foi incendiada por bandos repressores insuflados pelos golpistas. Bandos que sempre embalaram o desejo de destruir a UNE, uma vez que por eleições ou outro processo democrático foram sempre repudiados pela imensa maioria dos estudantes. A UIE (União Internacional dos Estudantes) elaborou um cartaz com a fotografia da UNE em chamas e o espalhou, com grande repercussão, pelo mundo inteiro⁴⁶.

Como o movimento estudantil já havia assumido um posicionamento político contrário àqueles que tomaram o poder, passaram a sofrer muitos ataques após o golpe, configurando um período de relações conflituosas entre estudantes e governo. Até as verbas oficiais, aprovadas pela Câmara dos Deputados, que as entidades estudantis recebiam antes do golpe, foram cortadas. O governo não aceitava, não dava espaço, nem mesmo se mostrava receptivo às iniciativas e ideologias da UNE. Além da repressão que se abateu sobre o estudantado, “os governos militares e os grupos sociais que representavam empenharam-se numa tarefa obsessiva, visando ao controle, à manipulação ou à redefinição do movimento estudantil” (SANFELICE, 1986: 30).

Um exemplo desse empenho foi que, mesmo antes de Castelo Branco assumir o poder, a Universidade de Brasília já havia sido invadida por cerca de 400 soldados da Polícia Militar, gerando um grande trauma naqueles que assistiram e participaram da sua criação, que

⁴⁶ UNE. **História da UNE:** depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Editorial Livramento, 1980, p.31.

simbolizava o surgimento de uma nova era na cultura brasileira. Machado Neto⁴⁷ comenta detalhes do episódio:

A 9 de abril, tropas da Polícia Militar de Minas Gerais e efetivos do Exército sediados em Mato Grosso, ocupando quatorze ônibus e trazendo três ambulâncias de serviço médico – não se sabe até hoje o porquê, mas era esperada uma reação de parte da Universidade – em uniforme de campanha e portando equipamento de combate, invadiam o *campus* universitário. À invasão seguiu-se uma minuciosa batida e revistamento das secretarias da reitoria e dos demais departamentos, em particular da Biblioteca Central, cujo prédio, inclusive os gabinetes dos professores do Instituto Central de Ciências Humanas, sediado no primeiro andar, foi interditado por dezesseis dias. Com as tropas, vinha uma lista de professores a serem aprisionados. Doze professores puderam ser encontrados, seja no *campus*, seja em suas residências, onde foram chamados pela reitoria e pelos colegas, que julgavam melhor seria os mesmos se apresentarem, já que nada tinham a ocultar e, assim, poderiam facilmente desfazer equívocos. Nossa surpresa foi, porém, que muitos deles ficaram presos no quartel do Batalhão da Guarda Presidencial de treze a dezoito dias (...).

Dando seqüência às arbitrariedades, em 13 de abril de 1964, a UnB sofreu intervenção decretada pelo regime, tendo o seu reitor, Anísio Teixeira, e o vice-reitor, Almir de Castro, demitidos, bem como o Conselho Diretor da sua Fundação destituído. Alguns professores que não haviam sido presos procuraram resistir, mantendo as aulas. Então, o governo nomeou Zeferino Vaz como reitor-interventor da universidade e este último não tardou a publicar uma lista de 13 docentes demitidos sem qualquer investigação, processo ou direito de defesa (SANFELICE, 1986).

Mesmo diante desses fatos, continuou-se o processo de implantação da UnB, apesar de já se perceber, após a intervenção, além da limitação das verbas, certa má vontade dos órgãos oficiais para com este modelo de universidade moderna, considerada pelo governo, um ambiente subversivo.

Voltando-se para os acontecimentos imediatamente posteriores à decretação do AI-1, os novos detentores do poder resolveram ignorar a cláusula da Constituição de 1946 que considerava inelegíveis para cargos eletivos os oficiais das forças armadas e determinaram a data da realização de eleições para os cargos de presidente e vice-presidente para dois dias a partir de sua publicação. Conforme Skidmore (2004: 50), essa iniciativa do Comando “tornou inevitável a eleição do candidato de consenso dos militares e dos governadores anti-Goulart”.

⁴⁷ NETO, Machado. **A ex-Universidade de Brasília: significação e crise**. IN: RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, 239-60, p. 251.

Nesse sentido, no dia 11 de abril, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito – indiretamente – pela maioria dos votos do Congresso (361 votos, 72 abstenções e 5 votos para outros candidatos conservadores).

2.3. O cenário político, econômico e social de Castello à decretação do AI-5

Castello Branco assumiu no dia 15 de abril, embora a sua indicação houvesse enfrentado a oposição de alguns setores militares mais conservadores⁴⁸. Pelo menos teoricamente, tratava-se de um governo provisório, com duração de menos de dois anos. Não foi bem o que aconteceu. Enganaram-se aqueles que acreditaram que seria um ato transitório e que, tão logo a situação se normalizasse, o poder seria restituído a um membro civil da elite política. Segundo Hayes (1991: 220), não se percebeu que “havia um consenso dos militares de que eles não deviam desperdiçar a oportunidade que se apresentava de influir no curso dos problemas nacionais”.

É possível notar, nas entrelinhas do discurso militar, esse desejo de se manter indefinidamente no poder, usando sempre como principal motivo “o combate ao perigo comunista que ronda a nação”. Isso pode ser observado sucintamente no trecho abaixo:

Com a vitória do movimento militar revolucionário foi afastado o perigo comunista que ameaçava o país. (...) Todo mundo ficou tranqüilo porque ficou sabendo, em definitivo, que as Forças Armadas agiram maciçamente nesse sentido e estarão daqui por diante mais alertas para livrar o povo dessa ideologia. (...) governos como os nossos precisarão estar sempre atentos com os manejos da quinta-coluna interna, organizada para aproveitar os descuidos próprios dos países de índole democrática⁴⁹.

Realmente, a transitoriedade não se confirmou e, por esse motivo, não foi realizada uma nova eleição presidencial. Sendo assim, o mandato de Castello foi prorrogado pelo Congresso Nacional, durando até agosto de 1967. Para Sanfelice (1986: 70), a partir dessa atitude inaugurava-se “uma das práticas freqüentes do movimento de 64: desrespeito à legislação ditada por ele mesmo ou introdução de alterações arbitrárias na lei, sempre que esta deixava de interessá-lo”.

A composição do novo governo incluía os seguintes elementos: o senador Milton Campos (ministro da Justiça); o marechal Juarez Távora (ministro dos Transportes e Obras Públicas); o militante da UDN Flávio Suplicy de Lacerda (ministro da Educação); Raimundo

⁴⁸ Esse grupo de militares mais conservadores era chamado, no próprio ambiente militar, de “linhas duras”. Também havia um segundo grupo, conhecido como “moderado” ou “Sorbonne”, que era formado por militares provenientes da Escola Superior de Guerra, dentre os quais estava Castello Branco.

⁴⁹ DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1993, p.68.

de Brito, também da UDN (ministro da Saúde); o professor da FGV Octavio Gouveia de Bulhões (ministro da Fazenda); o economista Roberto de Oliveira Campos (ministro do Planejamento e Coordenação Econômica); o diplomata Vasco Leitão da Cunha (ministro das Relações Exteriores); o deputado do PSD Daniel Faraco (ministro do Comércio e da Indústria); Luís Viana Filho, integrante da UDN (chefe da Casa Civil); e o general Ernesto Geisel (chefe da Casa Militar).

De acordo com Cavalari⁵⁰, o primeiro governo ditatorial foi marcado por perseguições, prisões, torturas, cassações e expurgos, sendo adotados um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como “Operação Limpeza”, cujo objetivo era “limpar” todos aqueles que estiverem envolvidos com o governo Jango e que, de alguma forma, participavam de movimentos sociais ou partidos comunistas.

Umas das formas encontradas para efetivar a “Operação Limpeza” foi a criação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), através do Decreto Lei nº. 53.897, de 27 de abril de 1964.

Com o objetivo de identificar “subversivos”, foram criadas comissões especiais de inquérito em ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades e outras organizações vinculadas ao governo.

Os IPMs (...) investigaram atividades civis e militares e (...) “constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do ‘inimigo interno’”.

(CAVALARI, 1987: 17)

A Operação Limpeza não atingiu apenas civis. Também fazia parte dos planos dos novos detentores do poder controlar os militares, principalmente aqueles que se opuseram à derrubada de Jango. Com isso, houve expurgos nas três Armas, sendo que a maioria deles ocorreu no Exército, em 1964. Mas existiam outras formas de penalizar militares, segundo aponta Cavalari (1987: 18):

Além de expurgados, os militares podiam ainda ser penalizados por meio de outros expedientes, como serem declarados legalmente mortos. Como “morto”, o militar perdia direito a todas as conquistas adquiridas durante sua carreira e sua mulher passaria a receber uma pensão como “viúva”, o que significava um salário muito menor do que vinha recebendo até então.

Após as inúmeras ações de controle e subordinação dos militares, tornou-se fácil submeter as Forças Armadas à Doutrina da Segurança Nacional, que fora importada e imposta como algo natural do país. De acordo com Sodré (1984: 84), o discurso do regime sobre a finalidade dessa doutrina seguia a seguinte lógica:

(...) as Forças Armadas deixam de servir ao país, para preservar-lhe a integridade física e as instituições. Passam a se constituir em tropa de

⁵⁰ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Os Limites do Movimento Estudantil – 1964 – 1980**. Universidade Estadual de Campinas/ Faculdade de Educação, dissertação de mestrado, 1987, p.16.

ocupação, aptas a reprimir, rápida e violentamente, tudo aquilo que provém do próprio povo, que surge da realidade interna. Particularmente os movimentos reivindicativos democráticos, os anseios de reformas estruturais, a tendência à renovação e à libertação de instituições retrógradas, incompatíveis com o desenvolvimento material e cultural dos povos.

A doutrina da Segurança Nacional foi consolidada a partir de abril de 1965, quando se sucederam várias operações e manifestações no sentido de reprimir qualquer ato que ameaçasse o poder instituído e a exploração imperialista que se instalava no Brasil.

É também no governo Castello que se cria o Serviço Nacional de Informações (SNI) – Decreto Lei nº. 43.341 de 13 de junho de 1964 – para, de acordo com palavras do próprio presidente, “aparelhar melhor o Poder Executivo, mantendo-o bem informado sobre o que se passa no país, para que se possa agir com acerto e oportunidade”. Na prática, o SNI – cujo idealizador e primeiro chefe foi Golbery do Couto e Silva – funcionou como uma verdadeira agência de espionagem a serviço da Doutrina de Segurança Nacional, na qual todos eram suspeitos até que provassem o contrário. Sodré (1984: 96) destaca a importância adquirida por esse órgão durante a ditadura:

(...) o famigerado SNI, erigido à categoria de ministério e tornado, desde logo, peça essencial do regime, com tal importância que nele passaram a ser recrutados os sucessivos ditadores militares (...) não demorou em estender-se a todo território e a todas as atividades nacionais, com orçamento secreto e dotações gigantescas. (...) Montado o SNI, seu pleno funcionamento não teve mais limites, alcançando desde investigações sobre problemas de gravidade indiscutível até a aprovação de nomeação de funcionários subalternos, em que seu pronunciamento se tornou obrigatório. Os poderes do SNI ampliaram-se de tal maneira que nada se fez no país, desde sua criação, que não passasse pela sua teia e fosse submetida à sua aprovação. O SNI tornou-se uma das peças mais características da ditadura (...) implantada no Brasil.

A essa altura, muitos que haviam apoiado o golpe já se encontravam desiludidos com a repressão que se abateu sobre a sociedade. Alguns membros do PTB e da ala esquerda do PSD começaram a questionar a deposição de Goulart e denunciar cassações arbitrárias de personalidades, como a do economista Celso Furtado, do especialista em saúde pública Josué de Castro e do reformador do sistema educacional Anísio Teixeira. Parte da imprensa – como, por exemplo, o *Correio da Manhã*, que havia apoiado o golpe – também estava decepcionada e lançava críticas ao autoritarismo e às ações anti-democráticas do novo regime. A nova publicação de esquerda, Revista Civilização Brasileira, chamou as cassações de “terrorismo cultural” e fez inúmeras denúncias sobre prisões, intimidações e violência a ilustres figuras das artes, ciências e educação.

No âmbito econômico, Castello Branco adotou medidas que visavam, basicamente, combater a inflação, recuperar o desenvolvimento econômico e sanear os problemas da balança de pagamentos, através do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, chefiado pelo ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, e pelo ministro do Planejamento, Roberto de Oliveira Campos. Para isso, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujos objetivos eram, entre 1964 e 1966:

- a) Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962-1963;
- b) Conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966;
- c) Atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida;
- d) Assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente afluí ao mercado de trabalho;
- e) Corrigir a tendência a déficits descontrolados da balança de pagamentos que ameaçam a continuidade do processo do desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar.

(CAVALARI, 1987: 20)

A finalidade do PAEG era abrir as portas do Brasil ao capital internacional, na medida em que assumia tal iniciativa como a maneira mais eficaz de resgatar e promover o desenvolvimento. Entretanto, eram necessárias algumas ações para atrair o capital estrangeiro. Nesse sentido, foi promulgada a Lei de Greve – Lei nº. 4.330, de 1º de junho de 1964) e adotada uma política de controle de salários do setor público, através do Decreto-Lei nº. 54.018. No ano seguinte, essa política de contenção salarial também foi estendida ao setor privado (Lei nº. 4.725, de 13 de julho de 1965).

Ainda com o intuito de atrair o capital externo, foi revogada a Lei de Remessa de Lucros – assinada por Goulart em janeiro de 1964 –, responsável pelo aumento das tensões entre o ex-presidente e os investidores internacionais, particularmente os norte-americanos. No lugar desta, foi aprovada pelo Congresso, em 29 de agosto de 1964, a Lei nº. 4.390, que abolia os limites de capital a ser repatriado. Além disso, a receptividade do Brasil ao capital estrangeiro era demonstrada através da compra da “*American and Foreign Power Company*” (AMFORP) e da “*Hanna Corporation*” (Mineração Novalimense), negócios que estavam pendentes desde antes do golpe. Sobre esse processo crescente de servidão do país ao imperialismo, Sodré (1984: 61 e 62) comenta:

O Brasil assistiu, sem demora, à tranqüila, rápida e efetiva entrega de suas riquezas naturais, à destruição sistemática de suas fontes de acumulação, ao empenho violento em manter o nível baixo de salários e em impedir

qualquer ameaça de reivindicação salarial, à desorganização das empresas estatais, a pretexto de expurgar nelas os elementos ditos subversivos – que eram os que trabalhavam e acreditavam nelas – e sua substituição por apaniguados da nova situação, tão ardente nas punições e nos expurgos e nos desempregos quanto empenhados em que não subsistisse nenhuma dúvida de que a fase era de entrega mansa e pacífica de recursos nacionais em benefício de multinacionais ávidas. Nada do que o imperialismo exigiu lhe foi negado.

Em 1965, com o prazo de vigência do AI-1 prestes a expirar, Castello Branco chegou a acenar para um “retorno à normalidade”. No entanto, a abertura política não se efetivou, já que o presidente percebeu que setores oposicionistas estavam se rearticulando e ganhando força, podendo, então, prejudicar os “ideais da revolução de 1964”.

Nesse ano, deveriam ocorrer eleições estaduais, conforme a Constituição vigente. Esta constatação levou a uma divergência interna no governo. Enquanto um grupo defendia a manutenção das medidas impostas pelo AI-1 e se colocava contra a realização das eleições, bem como não admitia que indivíduos ligados ao governo anterior pudessem concorrer a estas – os chamados “linha-duras” –, o outro grupo – formado por membros da Escola Superior de Guerra, também conhecido como “Sorbonne”, do qual faziam parte Castello e Golbery – contrapunha-se às posições do primeiro, assumindo uma postura mais branda.

Para solucionar esse impasse, o governo promulgou a Lei da Inelegibilidade – Emenda Constitucional nº. 14, de 3 de junho de 1965 –, cuja finalidade imediata era afastar candidaturas indesejáveis, tais como a do Marechal Henrique Teixeira Lott, candidato pelo PTB ao governo da Guanabara, e de Sebastião Paes de Almeida, candidato ao governo de Minas Gerais, pelo PSD. Porém, a iniciativa não foi suficiente para evitar a vitória de alguns candidatos da oposição, como em Santa Catarina e no Mato Grosso. Esse resultado irritou profundamente os militares “linha-duras”, que exigiram de Castello a impugnação das eleições, seguida da intervenção nesses Estados, através da nomeação de novos governadores. Para solucionar esse novo impasse, o presidente definiu que “os governadores eleitos poderiam tomar posse, desde que os Secretários de Segurança dos Estados fossem nomeados pelo Governo Federal” (CAVALARI, 1987: 24).

Ainda em 1965, Castello desejava aprovar uma emenda constitucional que não só limitava o poder do legislativo, como também enfraquecia o judiciário. Percebendo que o Congresso não demonstrou boa vontade para aprovação dessa medida, o presidente decretou o Ato Institucional nº. 2, assinado em 17 de outubro de 1965. Dos principais pontos do AI-2, vale ressaltar os seguintes:

A eleição do Presidente pela maioria absoluta do Congresso; a decretação do estado de sítio, pelo Presidente, para “prevenir ou reprimir a subversão

da ordem interna”; a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; a extinção dos partidos políticos; a possibilidade de o Presidente decretar o recesso do Congresso, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos e a cassação de mandatos legislativos, acarretando a suspensão dos direitos políticos.

(CAVALARI, 1987: 25)

Com vigência prevista até 15 de março de 1967, o AI-2 deu continuidade às perseguições e cassações, não perdendo nem mesmo alguns daqueles que participaram ativamente do golpe que depôs Jango, como, por exemplo, o ex-governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda.

Como os partidos foram extintos pelo AI-2, foi promulgado, em 20 de novembro de 1965, o Ato Complementar nº. 4, dando origem ao bipartidarismo. A partir de então, constitui-se um partido de apoio ao governo, chamado Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e outro de oposição consentida, que reunia membros remanescentes de vários partidos oposicionistas, chamado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 5 de fevereiro de 1966, o governo baixou o Ato Institucional nº. 3, cuja função era regulamentar as eleições estaduais, problema ainda não resolvido pelos dispositivos anteriores. Em conformidade com o AI-3, os governadores deveriam ser eleitos de forma indireta, nas Assembléias Legislativas, por maioria absoluta dos votos, em pleito público e nominal. Além disso,

(...) prefeituras de todas as capitais estaduais seriam ocupadas por elementos nomeados pelos governadores. Essas medidas eram imprescindíveis para impedir que a oposição conquistasse os chamados Estados-chave, isto é, os mais importantes e industrializados do país.

(CAVALARI, 1987: 26 e 27)

A decretação do AI-3 gerou reação de parte da imprensa, que assim se pronunciou sobre a atitude do presidente:

Cada vez que o marechal Castello Branco pretende defender-se contra a direita radical, dá um golpe que atinge o País e principalmente a democracia. Foi assim em 27 de outubro de 1965. Repete a façanha em 5 de fevereiro de 1966. Lembra a história daquele penitente orgulhoso que, para não ser injustamente acusado de pecado, resolveu pecar de verdade e depois prosseguiu, por gosto ou hábito, não se sabe bem.

(CORREIO DA MANHÃ, *Editorial*, 06/02/1966)

O MDB, embora ainda estivesse se organizando, também se manifestou publicamente contra a iniciativa de Castello, bem como teceu críticas ao processo político e às orientações econômicas do seu governo. Era, portanto, cada vez mais evidente o descontentamento da

oposição, que procurava compreender com clareza o que se passava no país. Mas o general não se sensibilizava com nada disso, dando continuidade ao seu projeto para o Brasil.

Para obter a vitória nas eleições que se aproximavam e aumentar o controle sobre a oposição, o governo baixou 18 atos complementares em apenas dois meses. Através do Ato Complementar nº. 19, foi instituída a fidelidade partidária tanto para a votação dos governos estaduais quanto da presidência, medida que evitava que indivíduos descontentes da ARENA se unissem à oposição para votar. A intenção era intimidar, para favorecer a votação de uma nova Constituição que estava sendo elaborada. Conforme Cavalari (1987: 27), “uma nova Constituição tornava-se imperiosa para incorporar como poder constitucional as medidas excepcionais contidas nos Atos Institucionais anteriores. Ela representava uma forma de dar legitimidade ao governo”.

Castello Branco chegou a se comprometer publicamente com líderes de seu partido que não haveria mais cassações para que o Congresso pudesse, com tranquilidade, discutir e votar a Constituição. Apesar da promessa, o presidente baixou, em outubro de 1966, um decreto que cassava o mandato de seis deputados federais, desagradando até mesmo integrantes da ARENA. O próprio presidente da Câmara, deputado Adauto Cardoso, rebelou-se e não reconheceu as cassações definidas no decreto, permitindo que os cassados continuassem a exercer suas posições, num ato de desobediência ao governo federal. Para acabar com esse clima, Castello Branco baixou o Ato Complementar nº. 23, em 20 de outubro de 1966, determinando o fechamento do Congresso por um mês.

Sobre esse episódio, o presidente se pronunciou através de uma longa nota à Nação, justificando-se, mais uma vez, com o velho discurso de que a sua atitude foi um reflexo da necessidade de defender a “revolução” e “salvar o país da radicalização”:

A entrada do Congresso Nacional em recesso obedece exclusivamente à defesa dos objetivos revolucionários em geral e, em particular, à salvaguarda do papel da Câmara e do Senado. O governo tudo fez para contornar a situação criada na Câmara, limitar seus efeitos e encontrar uma solução capaz de normalizar a vida do Legislativo. Tomaram os perturbadores a nossa serena e prolongada atitude conciliatória como fraqueza do Poder Executivo e desfalecimento revolucionário. Aí vimos, então, que o objetivo não era outro senão o de somente solapar a ordem e desviar os rumos da própria revolução (...).

(CASTELLO BRANCO, *apud* CAVALARI, 1987: 29)

Apesar das intimidações, o Congresso não ficou fechado por muito tempo, já que era preciso ratificar a nova Constituição. Desse modo, em 7 de dezembro de 1966, o presidente decretou o Ato Institucional nº. 4, que convocava o Congresso para uma sessão extraordinária, na qual, sob condições bastante limitadas, a Carta Magna deveria ser discutida

e aprovada. Enfim, conforme fora pré-estabelecido, a Constituição foi promulgada em 24 de janeiro de 1967. Na ocasião, Castello Branco fez o seguinte discurso:

A Constituição que vossas Excelências acabam de entregar ao Brasil, vai abrir a segunda e grande fase da renovação brasileira. A Lei Magna promulgada propiciará uma época estável e duradoura, sobretudo por consubstanciar o aperfeiçoamento das instituições democráticas e condicionar o desenvolvimento, a paz social e a segurança nacional.

(*apud* CAVALARI, 1987: 30)

Além de legalizar muitas das medidas excepcionais decretadas pelo regime através de Atos Institucionais e Complementares, a nova Carta Magna mostrou todo o autoritarismo de que a ditadura era capaz, bem como incluiu no seu texto as diretrizes econômicas e sociais almejadas, para obrigar os futuros governos a darem continuidade às decisões iniciadas por Castello Branco.

Embora tenha sido elaborada com o intuito de legitimar a centralização do Estado e dar amplos poderes ao Executivo, a Constituição deixou uma pequena margem de ação à oposição. Continuaram garantidos os direitos políticos e individuais, pois foram mantidos o “*habeas corpus*”, o direito de reunião, associação e expressão, o direito de defesa e julgamento por júri e a condenação à invasão de domicílios. Além disso, também estava assegurada a imunidade parlamentar, impossibilitando, assim, a cassação de mandatos, isto é, o político só perderia seu mandato se a casa a qual pertencesse autorizasse.

Em 10 de fevereiro de 1967, entrou em vigor a Lei nº. 5.250, que regulou a liberdade de manifestação do pensamento e da informação. Conforme Sanfelice (1986: 118),

embora seu artigo 1º fizesse referência à liberdade de manifestação do pensamento, de procura, recebimento e difusão de informação ou idéias, por qualquer meio, sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometesse, tal disposição não se aplicava a espetáculos e diversões públicas.

Essa nova lei foi bastante útil aos ditadores no que tange à intolerância às manifestações artísticas e culturais, consideradas por eles um ato subversivo contra a ordem política e social. A pena prevista para infrações desse tipo variava de um a quatro anos. Para notícias publicadas, transmitidas ou distribuídas que ferissem a honra ou conduta de alguém – leia-se aquelas que criticasse o regime ou seus intocáveis defensores –, a lei previa reclusão de 4 a 10 anos, ou multa de 5 a 50 salários mínimos. Além disso, os impressos considerados incentivadores de subversão estavam sujeitos à apreensão e, no caso de reincidência, podiam ter sua impressão, circulação e distribuição suspensa.

Já em 13 de março do mesmo ano, foi promulgado o Decreto-lei nº. 314, que definiu os crimes contra a segurança nacional. Esse dispositivo determinava, dentre outras questões, que:

Ofender física ou moralmente quem exercesse autoridade, passou a ser considerado crime contra a segurança nacional. Para efeito de julgamento dos crimes previstos no decreto em pauta, o foro seria militar, inclusive para os civis. Quem fosse condenado à pena de reclusão por mais de dois anos ficaria sujeito, acessoriamente, à suspensão de direitos políticos de dois a dez anos.

(SANFELICE, 1986: 120)

No âmbito econômico, no início de 1967, foi promulgado o Decreto Lei nº. 238, cujo último artigo extinguiu a chamada “cláusula ouro”, estimulando o mercado paralelo de dólares, em continuidade à política de favorecimento do investimento estrangeiro no país. Essa medida enterrou qualquer estipulação de pagamento em ouro, tornando corriqueiro no país o pagamento até de aluguéis em dólares. Em fevereiro do mesmo ano, já no final do primeiro mandato ditatorial, o governo anunciava séria desvalorização do cruzeiro, gerando um aumento considerável no preço das mercadorias, reduzindo o padrão de vida do povo e elevando a especulação no mercado financeiro.

No campo jurídico, durante o governo Castello, além da nova Constituição, foram aprovadas mais de 700 leis, 11 Emendas Constitucionais, baixados 312 Decretos-Lei, 19.259 Decretos, 4 Atos Institucionais, 36 Atos Complementares e 3.747 atos punitivos.

Em 15 de março de 1967, Castello passou a presidência para o marechal Arthur da Costa e Silva que, assim como o primeiro, prometeu restabelecer as regras democráticas – abaladas pelo excesso de medidas arbitrárias adotadas pelo governo anterior – com mais diálogo, bem como difundia a possibilidade de medidas que aumentariam o poder aquisitivo do povo, que se encontrava bastante reduzido em função da política anti-inflacionária implantada pelo seu antecessor. Na ocasião da sua ascensão à presidência, Costa e Silva discursou:

É chegado o momento de uma eqüitativa distribuição de sacrifícios em benefício geral do País; o povo – a grande massa de pobres – vem suportando carga superior às suas forças; impõe-se que parte desse peso mude de membros e recaia em compleições mais aptas a suportá-lo.

(COSTA E SILVA, O Estado de São Paulo, 17/03/1967)

Entretanto, as promessas liberalizantes do novo presidente não passavam de discurso, já que este último atuou de modo a reprimir com violência qualquer tentativa de manifestação social. É nesse contexto que, em janeiro de 1968, através do decreto nº. 348, Costa e Silva disciplinou as responsabilidades, a composição e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional, que tornou ainda mais evidente o caráter centralizador do regime.

Tal Conselho era, agora, dotado da competência para negociar a assinatura de acordos e convênios com países e entidades estrangeiras sobre limites e atividades nas zonas indispensáveis à defesa do país; de programar a cooperação internacional; de estudar os problemas relativos à segurança; de preparar a mobilização nacional e as operações militares, no que concerne às políticas de transporte, mineração, siderurgia, nuclear, petróleo, desenvolvimento industrial, pesquisa, educação, sindical, imigração e telecomunicações. Os assuntos pertinentes a nada menos do que oito ministérios passaram à alçada do Conselho de Segurança Nacional (...), operando este à base da doutrina de Segurança Nacional.

(SODRÉ, 1984: 94)

Nesse período, acentuava-se a quebra de alianças que haviam fortalecido os golpistas em 64. Tratava-se de uma crise, marcada pela resistência daqueles que se sentiram marginalizados dos centros de poder. Um dos exemplos desse fenômeno era a Igreja Católica, que foi se tornando, de maneira crescente, uma defensora daqueles que se opunham ao novo regime, já que discordava da progressiva restrição da liberdade política imposta pelos detentores do poder. Boa parte da hierarquia católica oferecerá, inclusive, grande cobertura ao movimento estudantil, como será visto mais adiante. O fato é que, desde que a Igreja se posicionou contra o regime, foram computados inúmeros episódios de conflito entre esta e o governo. Aarão (1990: 61) esclarece os pormenores dessa inversão de alianças:

O movimento de oposição da Igreja explica-se, em parte, pelas novas definições do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, e reatualizadas para a América Latina pela II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), em Medellín, setembro de 1968. Mas foram os rumos tomados pelo capitalismo brasileiro, inclusive os valores éticos e morais que implicavam, que afastaram a Igreja, pelo menos parcialmente, das classes dominantes.

No âmbito econômico, a política do novo governo, coordenada pelo ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, tinha como meta incentivar o consumo das classes média e alta para incrementar o setor de bens duráveis. Além disso, para estimular os investimentos, eram concedidos incentivos fiscais às camadas mais favorecidas da população, ao mesmo tempo em que se comprimiam os salários à taxa oficial de inflação. Tal atitude foi reduzindo, gradativamente, o poder aquisitivo da classe trabalhadora⁵¹.

Apesar das promessas de melhoria, a política econômica do novo governo começou mal. Em fevereiro de 1968, houve forte valorização do dólar, que passou de 2,20 cruzeiros para 2,70, chegando, em dezembro, a 3,20, ou seja, um aumento de quase 50% em menos de um

⁵¹ Vale ressaltar que, no mesmo passo largo em que os salários decresciam, ampliava-se a infiltração norte-americana no território nacional, apoiada pela ausência de fiscalização por parte do regime. Em 1968, por exemplo, um jornal carioca denunciava que mais da metade do território brasileiro na Amazônia estava cercado por inúmeras propriedades estrangeiras.

ano. Sem contar que “a política de arrocho, tanto do salário como do crédito, tinha arruinado centenas de empresas e desempregado milhares de trabalhadores” (SODRÉ, 1984: 103). Em março de 1968, eclodia também a crise da siderurgia nacional, fruto das medidas impostas pela política econômico-financeira dos tecnocratas a serviço do regime e das multinacionais.

As arbitrariedades do novo governo no campo econômico provocaram reações e uma onda de protestos por todo país, conforme relata Cavalari (1987: 32):

Esse quadro econômico-político foi responsável por um crescente fortalecimento da oposição que se reorganizou, através da Frente Ampla⁵², do movimento dos trabalhadores e principalmente do movimento estudantil, e passou a canalizar o descontentamento da população com o regime implantado em 1964. Os estudantes levavam esse descontentamento às ruas.

Realmente, não faltavam motivos para insatisfação. Os trabalhadores haviam sido muito marginalizados no projeto de desenvolvimento econômico do novo regime e juntamente com outros setores da sociedade sofriam a dura repressão por seus posicionamentos políticos e reivindicações. Nesse sentido, ainda que de maneira debilitada, pôde-se presenciar, nessa época, a retomada das lutas sociais urbanas, ilustradas pela formação do Movimento Inter-sindical Antiarrocho (MIA), pelas pequenas manifestações em Porto Alegre, pelas greves ilegais em Contagem (Minas Gerais) e Osasco (São Paulo) e pelo crescimento da sindicalização no campo⁵³. Também havia as manifestações do movimento estudantil que ganharam muita força em 1968, como será visto adiante.

O crescimento dos protestos da oposição levou Costa e Silva a abandonar o discurso liberalizante. Em 5 de abril de 1968, baixou um decreto proibindo as atividades políticas da Frente Ampla, sob o pretexto desta estar estimulando a agitação estudantil. Além disso, a imprensa foi impedida de publicar qualquer declaração referente à organização ou a qualquer um dos seus membros. Embora tenha enquadrado a Frente Ampla, as manifestações dos estudantes e de trabalhadores continuavam pelo país, desfiando o governo. Este, por sua vez,

⁵² A Frente Ampla foi um movimento criado por Carlos Lacerda com o intuito de esquecer antigas divergências políticas e reunir opositores ao governo e às suas ações arbitrárias. Compunham essa frente desde os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, até elementos que tiveram participação significativa no golpe de 64, como o próprio Lacerda e Magalhães Pinto. No manifesto de criação da Frente Ampla, de janeiro de 1968, Carlos Lacerda declarava: “Na medida em que ajudei esses aventureiros a tomarem o poder, tenho o dever de mobilizar o povo para corrigir esse erro do qual com a melhor das intenções, participei”. O crescimento da Frente Ampla, que começou a atrair militares, estudantes, políticos e líderes sindicais, levou o governo a baixar um decreto, proibindo a sua atuação e existência, como será abordado neste mesmo item do Capítulo II (CAVALARI, 1987: 33).

⁵³ Apesar dessas iniciativas, Aarão (1990: 64) considera a reação da oposição muito limitada nesse período, pela sua incapacidade de articulação, de observação da realidade e de questionamento quanto às estratégias e aos caminhos a serem adotados. De qualquer maneira, foi um período em que vários setores oposicionistas se manifestaram contra a política econômica e a repressão policial, acreditando ilusoriamente que o país se aproximava de uma abertura democrática.

também foi se radicalizando, até levar a repressão às últimas conseqüências no final de 1968, como será visto mais adiante.

2.4. A atuação do ME e a repressão do regime

A história da UNE e do movimento estudantil brasileiro se confunde, (...) a partir de abril de 1964, com a história da repressão às liberdades e da intervenção estrangeira no Brasil. De um lado, a Lei Suplicy de Lacerda. De outro, o Acordo MEC-Usaid. Os estudantes, que vinham de conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (...), passaram (...), à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares ‘eternamente vigilantes’ das novas autoridades. (POERNER, 1995: 203)

Após o golpe, o movimento estudantil passou a ser considerado pelo regime um das maiores forças oposicionistas, pela sua capacidade de mobilização popular e suas manifestações reivindicatórias anteriores. A repressão que se abateu sobre os estudantes durante os governos de Castello Branco e Costa e Silva não só dificulta o resgate de todos os episódios de violência que os envolveram, como também gerou certa perplexidade nessa geração que só conhecia a ditadura que lia nos livros ou ouvia falar. Sobre a relação entre o regime e os estudantes, Poerner (1995: 204) comenta:

O pensamento da ditadura quanto à universidade e aos estudantes se resumia numa “solução”: o “tratamento de choque” – como diria o sr. Roberto Campos – para “acabar com a subversão”. Tratava-se (...) de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais. Para que esse objetivo (...) fosse alcançado (...) valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembléia estudantil; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das nações dos estudantes nos Estados e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país.

Realmente, a repressão policial-militar que se abateu sobre o movimento estudantil era flagrante. Na imprensa da época, era possível colher relatos de episódios de violência contra estudantes, histórias que se repetiram durante todo o período do governo Castello Branco.

As autoridades não encontravam outro recurso senão calar os estudantes, para evitar que protestassem contra o que se passava em sua pátria e para impedir que promovessem novas campanhas de alfabetização de adultos, cujos organizadores e participantes eram, então, submetidos aos arbitrários Inquéritos Policiais Militares (IPM).

(POERNER, 1995: 206)

2.4.1. A Lei Suplicy de Lacerda

No primeiro ano do mandato de Castello, circulavam pelo país notícias que informavam sobre o envio de uma mensagem do ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, ao Congresso sugerindo a extinção da UNE e o encerramento das atividades de outras entidades estudantis, como as uniões estudantis ou metropolitanas de estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundários, as UEEs, entre outras.

O movimento estudantil – na figura do presidente da UME, Antonio Figueira Filho – limitou-se a enviar um telegrama a Castello pedindo a este último que não aceitasse a sugestão do ministro. De acordo com Sanfelice (1986: 72), essa iniciativa do ME representou

(...) uma tentativa de diálogo com as novas autoridades, sugerida por parcela da liderança que escapara à repressão e que se encontrava em atividade sob o comando da União Metropolitana dos Estudantes, apoiada por mais três Uniões Estaduais de Estudantes: Pernambuco, Paraná e Minas Gerais.

A partir da demonstração das intenções do ministro da educação, as entidades estudantis começaram a reorganizar o ME⁵⁴. Com esse intuito, foi realizada, nos dias 24 e 25 de junho de 1964, uma reunião extraordinária do Conselho Nacional dos Estudantes, na sede da União Metropolitana de Estudantes (UME), no Calabouço, no Rio de Janeiro. Nesse encontro, foi composta uma frente de diferentes tendências que elegeu uma junta para dirigir a UNE, já que a diretoria da entidade havia sido dissolvida após o golpe de 64.

Da nova diretoria, uma espécie de colegiado, fizeram parte os universitários Antonio Figueira Filho, presidente da UME (GB), José Tinoco de Albuquerque, presidente da UEE de Pernambuco, Ronaldo Antônio Botelho, presidente da UEE do Paraná, e Elcio Spínola de Castro, da UEE de Minas Gerais. A eles coube a tarefa, de cujo fracasso ou sucesso dependeria a própria sobrevivência da UNE, que, de imediato, podia ser resumida em três objetivos básicos: a) recuperar a sede da UNE na praia do Flamengo; b) realizar o Congresso Nacional dos Estudantes; e c) derrubar, através do Congresso, o projeto Suplicy.

(SANFELICE, 1986: 72)

Nessa ocasião, o ministro Suplicy se pronunciou anunciando que havia sugerido aos reitores a suspensão temporária das eleições acadêmicas e solicitando que estes aguardassem a promulgação da lei que regulamentaria as entidades estudantis. O ministro acreditava que, com a lei, seria possível evitar que estudantes ativistas ocupassem os órgãos de representação

⁵⁴ Pode-se dizer que a iniciativa do ministro Suplicy teve um ponto positivo, uma vez que a arbitrariedade presente nas suas intenções estimulou a rearticulação do movimento estudantil após o golpe.

estudantil, bem como garantiria a liberdade de voto naqueles que não “subverteriam” a ordem nas universidades.

Em outubro de 1964, durante o V Fórum Universitário, o ministro Suplicy fez um discurso, no qual afirmava que a sua lei já estava sendo apreciada no Congresso e também opinava sobre o que considerava uma verdadeira universidade, evidenciando as intenções do regime em controlar as instituições de ensino superior, bem como seus alunos e professores:

Uma organização qualquer e, em especial, instituição tão marcadamente humana como é a universitária, só pode formar-se e em seguida evoluir se colocar na base, justamente, o homem, mas o homem suficientemente preparado e disposto a ser elemento basilar e não decorativo. Desta verdade elementar partiu este Governo Revolucionário da República para formar a Universidade, cuidando do elemento humano, disciplinando-o, porque não há vida universitária sem condição de propósitos sadios. O homem é o aluno e é o professor, juntos e não separados, unidos e não desentendidos em lutas falsas de classes inexistentes. Inicia-se com a regulamentação legal dos órgãos de representação estudantil, já submetida ao Congresso Nacional, que visa a dar estrutura e garantir a dignidade permanente à vida do estudante como tal, protegendo-o contra aqueles que sabem, e bem, que a revolução comunista só poderá partir da Universidade inorgânica.⁵⁵

O presidente Castello Branco também discursou nesse evento, corroborando as posições defendidas pelo ministro Suplicy e reforçando, portanto, o objetivo do regime de manter o controle sobre a universidade, novamente justificando o seu autoritarismo usando o discurso anticomunista de que pretendiam acabar com qualquer tentativa de “subversão” no ambiente acadêmico por parte de estudantes e docentes. Entretanto, ao contrário do ministro, negou que tal controle seria efetivado por instrumentos legais:

Natural (...) que a mocidade estudantil, com os transbordamentos e os entusiasmos tão próprios da juventude, se sinta chamada para participar e influir nos rumos do País. Por isso mesmo o dever dos que têm a seu cargo orientá-la não deverá ser o de tentar sopitar-lhe os anseios, e sim fazer com que estes não sejam desviados para rumos perniciosos à própria vida universitária (...).

E se aceno esse pensamento é para não pairar dúvida quanto à posição do Governo em face do movimento estudantil. Bem sei, e isso é de vosso inteiro conhecimento, que, em tal movimento, existem setores vinculados à subversão. Cumpre localizá-los e detê-los. Mas, a verdade é que isso jamais será obtido por meio de leis, decretos ou regulamentos. (...).

Aos reitores e professores, graças à autêntica posição de liderança no meio estudantil, deverá caber a importante missão de tornar irrelevante, se não insignificante, a ação deletéria dos que se encontram, não a serviço da classe acadêmica ou das aspirações nacionais, mas inspirados pelo desejo de subverter e destruir.

⁵⁵ Discurso do ministro Suplicy de Lacerda, IN: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Superior. **A Universidade e a revolução nacional**, 1964, s/p., *apud* SANFELICE, 1986, p. 76.

(...) muitos se têm deixado arrastar por interpretações inexatas, quando obrigados a considerar setores menos voltados para o aperfeiçoamento da comunidade universitária do que para o fortalecimento das próprias ideologias. E é justamente isso que cumpre evitar, fazendo com que a Universidade, embora permitindo o debate e o choque das idéias, não se transforme num campo em que o ensino, afinal, passasse a ocupar lugar secundário, tais as paixões desencadeadas em seu meio (...).

Não tereis mais que temer o ambiente de subversão e inquietação no qual os objetivos políticos se sobrepunham a todas as conveniências do ensino. Agora, livres das distorções a que estavam submetidas as Universidades, encontrareis o ambiente próprio à fecunda convivência entre mestres e discípulos, todos voltados para o desenvolvimento da cultura nacional.⁵⁶

Apesar do pronunciamento de Castello Branco, negando o emprego de leis e decretos para controlar a universidade, no que tange especificamente ao movimento estudantil a sua afirmação confirmou-se inverídica, já que, em 9 de novembro de 1964, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº. 4.464, também conhecida por “Lei Suplicy”. Sobre essa atitude, o ex-militante estudantil Altino Dantas⁵⁷ comentou:

(...) podemos relatar que antes da votação no Congresso Nacional da “Lei Suplicy”, comissões de estudantes conversaram com quase todos os deputados, ficando com a nítida impressão de que a lei não seria aprovada, pois os parlamentares eram unânimes em prometer aos estudantes votarem contra. Ela foi aprovada por 9 votos de vantagem. Começávamos a aprender como de fato funcionava uma ditadura.

De acordo com José Chrispiniano⁵⁸, através dessa lei o regime definia quais eram as entidades estudantis permitidas, suas atribuições e até mesmo como deveriam ser organizadas as suas eleições. Nesse sentido,

(...) autorizava a existência do Diretório Acadêmico (DA), do Diretório Central de Estudantes (DCE), do Diretório Estadual de Estudantes (DEE) e do Diretório Nacional de Estudantes (DNE). Os DAs e DCEs não podiam ter atuação político-partidária e deveriam indicar os representantes discentes nos órgãos colegiados.

(CHRISPINIANO, 2004: 71)

A lei fixava que o voto dos alunos regularmente matriculados era obrigatório nas eleições dos Diretórios Acadêmicos, sendo que aquele que não comprovasse ter votado no referido pleito ficaria privado de prestar os exames parciais ou finais que acontecessem após a eleição. Também ficava estabelecido que só seria elegível o estudante que não fosse repetente, não carregasse dependência de disciplinas e que não estivesse em regime

⁵⁶ Discurso do presidente Castello Branco, IN: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Superior. **A Universidade e a revolução nacional**, 1964, s/p, *apud* SANFELICE, 1986, p. 78.

⁵⁷ Depoimento de Altino Dantas, *apud* SANFELICE, 1986, p. 80.

⁵⁸ CHRISPINIANO, José. Na criação do DCE livre, uma derrota da ditadura. **REVISTA ADUSP**, nº. 33, outubro de 2004, p. 69-80, p.71.

parcelado. Sobre as eleições propriamente ditas, a sua realização seria acompanhada por representantes da Congregação ou do Conselho Departamental.

A lei ainda previa outras proibições e controles, conforme relata Sanfelice (1986: 81):

Ao mesmo tempo em que ficaram vedadas aos órgãos de representação estudantil quaisquer ações, manifestações ou propaganda de caráter político-partidário, eles agora estavam atrelados à fiscalização dos órgãos oficiais. Caberia à Congregação ou ao Conselho Departamental fiscalizar o Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário fiscalizar o Diretório Central dos Estudantes e ao Conselho Federal de Educação fiscalizar o Diretório Estadual de Estudantes e o Diretório Nacional de Estudantes.

Analizando o teor da Lei Suplicy, pode-se perceber que a sua real intenção era a extinção do movimento estudantil, visto que suas imposições tentavam acabar com a participação política dos estudantes e destruir a autonomia e representatividade das suas entidades em todos os níveis, transformando estas últimas em simples apêndices do Ministério da Educação.

Além de tornar as novas entidades estudantis extremamente dependentes do MEC, no que se refere às verbas e orientação, a Lei Suplicy ainda previa que o Ministério da Educação ou o Conselho Federal de Educação poderia convocar, a qualquer momento, o Diretório Nacional de Estudantes, que substituíria a UNE.

Embora essa lei tenha colocado as entidades estudantis anteriores na ilegalidade, incluindo a UNE, ela apresentou um grande mérito:

o de aglutinar, na luta pela sua revogação, o movimento estudantil, que atravessava, naturalmente, uma fase de reorganização, como consequência da perseguição aos seus líderes (os membros que se encontravam à frente da UNE, sob a presidência de José Serra, em 1º de abril de 1964, estavam no exílio, na prisão ou desaparecidos). As manobras e declarações do ministro da Educação apressaram, na verdade, essa reorganização, porque, revolvendo as cinzas do movimento estudantil, fizeram ressurgir as chamadas da rebelião.

(POERNER, 1995: 214 e 215)

Na USP, foi possível perceber essa rearticulação do movimento estudantil, já que os estudantes procuraram driblar a proibição de montar Centros Acadêmicos criando os Centros de Estudos, onde desenvolviam suas atividades de resistência política. A União Metropolitana de Estudantes (UME) também se manifestou, informando, após a aprovação da Lei Suplicy, que iria fazer uma enquête nacional para conhecer a posição dos estudantes brasileiros a respeito da lei. Além disso, como será visto mais adiante, em todo país estouraram protestos estudantis em repúdio à lei, que foi identificada como “principal instrumento político da ditadura contra o movimento universitário” e, portanto, inimigo número um do movimento estudantil (POERNER, 1995: 215).

Apesar da resistência dos estudantes, o regime deu seqüência aos seus projetos de controle da Universidade. A Lei Suplicy, nesse sentido, representou apenas a ponta do iceberg, uma vez que significou somente uma espécie de garantia de que o terreno acadêmico estava limpo dos “subversivos” para que se pudesse implantar as mudanças que estavam sendo arquitetadas através dos Acordos MEC-USAID⁵⁹.

2.4.2. O caso da Universidade de Brasília (UnB)

Conforme já foi mencionado, logo após o golpe de abril de 1964, a Universidade de Brasília foi invadida, e a Junta Militar que estava no poder nomeou o reitor-interventor Zeferino Vaz para controlar a universidade. Mesmo depois que Castello assumiu, a UnB continuou vivenciando momentos de exceção, decorrentes do mandonismo arbitrário do regime.

Em maio de 1965, Zeferino Vaz admitiu, no quadro de docentes da universidade, o professor de filosofia Ernani Maria Fiori, considerado um pensador católico “suspeito” pelos ditadores. Com isso, o reitor-interventor sofreu inúmeras pressões e teve que reconhecer a sua “falha” em contratar um professor sem antes pedir a permissão do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Depois desse episódio, alguns professores da UnB se organizaram no sentido de defender o professor Fiori, para que este tivesse o seu caso julgado segundo os critérios da universidade. Isso fez com que aumentassem as tensões internas e um aluno foi expulso, acarretando uma greve estudantil de protesto, marcada por várias manifestações de repúdio à intervenção do regime, que acabava com a autonomia universitária. Analisando a repercussão dos acontecimentos, Zeferino Vaz aguardou as férias escolares e, aproveitando-se da ausência dos estudantes, demitiu Ernani Fiori, que não tardou a procurar a justiça para solucionar esse ato abusivo do reitor.

O segundo semestre de 1965 começou com a manutenção das arbitrariedades na UnB. Vários universitários foram presos por determinação de militares encarregos do Inquérito Policial Militar (IPM) da UNE. Em resposta, os estudantes organizaram uma nova greve, cujas conseqüências são narradas por Poerner (1995: 210):

(...) um dos alunos tentou o suicídio na prisão; uma aluna teve de ser internada numa clínica psiquiátrica; outro aluno foi submetido a torturas, durante dois meses de prisão; o movimento grevista estudantil se ampliou

⁵⁹ Aqui, está se referindo ao projeto de Reforma Universitária que estava sendo elaborado pelo governo através desses acordos, que serão abordados mais adiante.

para abranger, também, os protestos contra a demissão do professor Fiori, contra o fechamento do restaurante da universidade e contra a ameaça de aumento nos preços das refeições; e, finalmente, o reitor-interventor Zeferino Vaz abandonou seu cargo, sob intensas manifestações de repúdio estudantil, por sua “cumplicidade com as tentativas de esmagar a cultura e a liberdade de pensamento e de expressão”.

Com a demissão de Zeferino Vaz, foi nomeado, em setembro, outro reitor-interventor, Laerte Ramos de Carvalho. Assim que assumiu, Laerte prometeu que a demissão de docentes aconteceria somente em acordo com os critérios universitários. No entanto, estava sofrendo pressão do governo para demitir o diretor do Instituto de Ciências Humanas, professor Roberto Las Casas.

Demonstrando obediência aos compromissos que assumiu com o regime, Laerte demitiu Las Casas, que teve que se exilar na França. Imediatamente, coordenadores que se sensibilizaram com o professor Las Casas e contrários a esse ato arbitrário renunciaram coletivamente aos seus respectivos cargos. Ao mesmo tempo, professores se reuniram em assembléia geral e, conforme Poerner (1995: 210), decidiram:

1) repudiar as atitudes arbitrárias do reitor-interventor, responsabilizando-o pela crise na universidade; 2) hipotecar solidariedade aos coordenadores demitidos, não aceitando a designação dos seus substitutos; 3) deflagrar uma greve de protesto, de 24 horas, contra as pressões externas exercidas sobre a universidade e contra a demissão do professor Las Casas.

Em apoio à manifestação dos professores e ao corpo docente atingido pelos atos abusivos do reitor-interventor, os estudantes, em sua assembléia-geral, também declararam greve por tempo indeterminado. Dentre as suas exigências, estavam: a renúncia de Laerte Ramos de Carvalho e a aplicação dos estatutos da UnB no julgamento das demissões, com a finalidade de evitar novos atos que atentassem contra a autonomia universitária.

A reação do regime não tardou. No dia 10 de outubro de 1965, policiais invadiram novamente o *campus* da Universidade de Brasília, impedindo que estudantes e professores entrassem e prendendo docentes brasileiros e estrangeiros. Além disso, inúmeros alunos foram detidos, bem como ocorreram mais 15 demissões de professores.

Em solidariedade aos colegas, 200 docentes da universidade pediram demissão coletiva. O reitor-interventor, além de contrariar a sugestão da Comissão de Sindicância – encarregada de solucionar a crise – de readmitir os docentes demitidos, proibiu que estes últimos ingressassem no *campus*. Aqueles que permaneciam na universidade eram “convidados a se retirar”.

De acordo com Poerner (1995: 211 e 212), a essa altura, as arbitrariedades cometidas contra a UnB já geravam repercussão por todo Brasil:

Em Salvador, os universitários entraram em greve, por 48 horas, em sinal de protesto contra a barbárie cometida na capital federal. Na Câmara Federal, se instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que ouviu, na madrugada do dia 22 de outubro, o sr. Laerte Ramos confessar a existência de “um alto nível intelectual entre os estudantes” da Universidade de Brasília – cuja estrutura o próprio reitor-interventor elogiava – e admitir que “a Reitoria conta com um excelente corpo docente”. Interpelado pelo relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, o reitor-interventor sustentou que a derradeira crise na universidade se originara na insistência do Ministério da Educação em exigir a demissão do professor Roberto Las Casas – consumada em 8 de outubro –, muito embora o coordenador do instituto a que pertencia o professor e ele próprio, Laerte Ramos, tivessem efetuado apelos para que a demissão não fosse concretizada.

Mesmo diante desses fatos, a UnB permanecia fechada e ocupada pela polícia, que exigia documentação de qualquer pessoa que se aproximasse do *campus*. Enquanto isso, o reitor-interventor se preparava para melhor se defender na CPI e continuava declarando à imprensa que, embora desejasse restaurar a Universidade de Brasília, não aceitaria qualquer condição que implicasse no retorno dos docentes demitidos, muito menos assembleias e badernas.

Sobre as declarações de Laerte Ramos, o *Correio da Manhã*⁶⁰ publicou uma matéria que trazia a seguinte opinião:

A comissão de sindicância que apurou a crise da Universidade de Brasília concluiu pela readmissão dos 15 professores demitidos pelo reitor. Mas o sr. Laerte Ramos de Carvalho, mesmo diante de uma comissão formada por dois professores insuspeitos, recusa-se a aceitar a sugestão. Ora, acontece que essa comissão foi indicada pelo Conselho Federal de Educação, mediante solicitação do Conselho Diretor da Universidade de Brasília, além de haver sua instauração sido anunciada com ufania pelo reitor, em nota oficial, quando, inclusive, considerava-a *eminente*. Donde se conclui que o reitor de Brasília está, agora, não só contra a universidade, professores e alunos, como também contra a comissão de sindicância, o Conselho Federal de Educação e o próprio órgão da UnB. Sua situação é logicamente insustentável. E pela própria lógica, as autoridades competentes não podem mais sustentar o sr. Laerte de Carvalho.

De nada adiantaram as manifestações pelo país, nem mesmo as denúncias feitas através da imprensa. O regime manteve sua posição de apoio às arbitrariedades do reitor-interventor e a Comissão Parlamentar de Inquérito não chegou a nenhuma definição. Dava-se continuidade, então, aos atos abusivos, como, por exemplo, o episódio em que 16 estudantes foram presos na Rodoviária de Brasília, quando protestavam silenciosamente contra a possibilidade de perda do ano letivo dos seus 1.200 colegas. Dois desses estudantes foram violentamente agredidos pela polícia durante o confronto.

⁶⁰ CORREIO DA MANHÃ, 25/10/1965, *apud* POERNER, 1995, p. 212.

Para piorar ainda mais a situação da UnB, o reitor-interventor aceitou a demissão dos 200 professores e manteve a dos outros 15 anteriormente atingidos. Desse modo, a Universidade de Brasília, criada nos moldes das mais modernas e avançadas universidades norte-americanas e européias, assistia à arbitrária alteração da sua estrutura, transformando-se em uma instituição retrógrada, ultrapassada e sem autonomia.

2.4.3. O ME reorganizado e resistente

Os episódios que marcaram a UnB não aconteceram isoladamente. No início de 1965, a UNE convocou novamente o Conselho Nacional de Estudantes⁶¹ para eleger, com mandato-tampão⁶², o presidente que chefiaria a entidade até o 27º Congresso, previsto para julho desse mesmo ano. Foi escolhido, então, para assumir a entidade o estudante de tendência trabalhista, com idéias progressistas, Alberto Abissâmara. Apesar do seu mandato não apresentar muita importância, devido ao seu caráter transitório, foi nesse período que os primeiros frutos da reorganização estudantil foram colhidos, depois da aprovação da Lei Suplicy.

(...) a UME preparava um plebiscito nacional sobre essa lei, enquanto o marechal Castelo Branco recebia uma estrondosa vaia, na presença inclusive do corpo diplomático, durante a aula inaugural da Universidade do Brasil, em 9 de março de 1965, na Escola Nacional de Arquitetura, na Ilha do Fundão. Cinco dos estudantes que vaiaram o chefe de governo foram presos pela Polícia do Exército, o que não impediu que se repetisse incidente semelhante na cerimônia da aula inaugural da Faculdade Nacional de Filosofia, onde quase todos os estudantes se retiraram ao ser anunciada a palavra do ministro Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil da Presidência da República e, depois, governador da Bahia, também devidamente vaiado.

(POERNER, 1995: 237)

Como a partir daquele momento qualquer arbitrariedade do regime incitava a mobilização do movimento estudantil, a prisão dos universitários da Ilha do Fundão gerou uma reação dos diretórios acadêmicos e da UME que, por sua vez, fez o seguinte pronunciamento, publicado no *Correio da Manhã*⁶³:

A União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara, coerente com suas tradições de entidade de vanguarda na defesa e aprimoramento das liberdades democráticas e dos princípios constitucionais, em vista dos incidentes ocorridos durante a aula inaugural da Universidade do Brasil na

⁶¹ A UNE já havia feito isso em 24 e 25 de junho de 1964, conforme já foi mencionado neste trabalho, para eleger uma junta governativa da entidade, após o golpe civil-militar que dissolveu a sua diretoria.

⁶² Seria o mesmo que um mandato exercido por uma diretoria provisória.

⁶³ CORREIO DA MANHÃ, 16/03/1965, *apud* POERNER, 1995, p. 238.

Ilha do Fundão vem, de público em nome de 20 mil universitários da Guanabara, esclarecer o seguinte: 1) os fatos verificados durante a aula inaugural não foram promovidos por nenhuma entidade estudantil, mas sim produto de um movimento espontâneo dos estudantes ali presentes, como manifestação de repúdio à política do atual governo, com relação ao movimento estudantil; 2) a posição assumida por todas as entidades estudantis da Guanabara foi a de não participação estudantil nas solenidades de abertura do ano letivo da UB, em sinal de protesto pacífico contra as medidas adotadas pelo governo, de liquidação do movimento estudantil: fechamento de DAs, punições e prisões por motivos políticos; 3) outrossim, achamos que a referida manifestação é um produto automático das ações do governo, contrárias aos interesses estudantis e seus sentimentos democráticos; 4) assim protestamos, energicamente, contra a prisão arbitrária de nossos colegas e assegurando-lhes, de público, integral cobertura e solidariedade quando da apreciação dos incidentes pelo Conselho Universitário da UBE, único órgão com apreciação legal para julgá-los.

Sem entender que as vaías, bem como os demais protestos, constituíam-se nos primeiros sintomas da reação estudantil à aprovação da Lei Suplicy, o Conselho Universitário aprovou a suspensão de 30 dias para os estudantes presos, sugerida pela comissão especial incumbida de apurar os motivos das vaías ao presidente.

Na verdade, essa reação do movimento estudantil era o preço que o governo estava pagando por não aceitar o diálogo que as lideranças estudantis tentaram empreender quando correram as primeiras notícias da elaboração da Lei Suplicy. Tratava-se, portanto, de uma manifestação ascendente, que se iniciou com o descontentamento dos estudantes diante da insensibilidade do regime, passando, em seguida, às vaías que alcançaram Castello Branco.

Dando seqüência às arbitrariedades, no dia 1º de abril de 1965, o Conselho Universitário, presidido pelo reitor Pedro Calmon, dissolveu a diretoria do Caco – Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito, que havia organizado uma greve contra o terrorismo cultural, em outubro de 1964 –, presidido por Fernando Barros da Silva, que já havia sido suspenso por três vezes, juntamente com outros colegas, gerando um clima de guerra entre alunos e professores. Em 12 de abril, após a suspensão da diretoria dissolvida do Caco por 60 dias, o diretor da faculdade, Hélio Gomes, solicitou a presença de agentes do DOPS e da polícia militar para conter uma reunião de protesto dos estudantes. O resultado disso já não era mais novidade no ambiente acadêmico: ferimentos, prisões e suspensão das aulas.

Em São Paulo, os estudantes deflagraram uma greve, em junho de 1965. Apesar do motivo principal ser o aumento no preço das refeições do restaurante do CRUSP – Conjunto Residencial da USP –, no manifesto grevista, os universitários afirmaram que aquela paralisação tinha um sentido mais amplo, de oposição a qualquer medida do governo que ameaçasse a democratização do ensino. A resposta do regime foi rápida. O CRUSP foi

invadido pela polícia e teve suas instalações depredadas. Sobre esse fato, o *Correio da Manhã*⁶⁴ noticiou:

Mais de sete mil estudantes da Universidade de São Paulo não compareceram às aulas (...). Outros estabelecimentos de grau superior, não pertencentes à USP, deixaram de funcionar em sinal de solidariedade aos estudantes da USP.

Juntamente com esses episódios, acentuava-se o posicionamento dos estudantes em relação à Lei Suplicy. No plebiscito nacional patrocinado pela UNE, os universitários tiveram que responder à seguinte pergunta: “Você concorda com a Lei 4.464 (Lei Suplicy), que restringe a autonomia das entidades estudantis?” O resultado não foi surpresa: 92,5% dos universitários brasileiros repudiaram a lei.

Realmente, a partir desse resultado, pode-se perceber que, ao contrário das intenções do regime, a lei acabou estimulando a reorganização do movimento estudantil, ou seja, aconteceu justamente o oposto do que a Lei Suplicy pretendia evitar.

No entanto, para que essa reorganização se efetivasse, os estudantes precisavam aprender a driblar a repressão. Nessa época, a maior preocupação das lideranças estudantis era promover a rearticulação da UNE, o que não era uma tarefa fácil, dadas as condições vividas pelo país e a situação em que se encontrava a entidade, sem sede e diretoria. Tentativas anteriores, organizadas pelas UEEs, conquistaram apenas apoios locais ou regionais. Mas, enfim, depois de mais de um ano do golpe de 1964, os estudantes conseguiram chegar ao Congresso da UNE.

O 27º Congresso da entidade foi realizado em São Paulo, na Escola Politécnica da USP, em julho de 1965, reunindo cerca de 400 delegados de todo país. Mesmo com as dificuldades para organizá-lo e de algumas medidas repressivas, o evento não foi impedido. Durante o Congresso, foi eleito para a presidência da UNE o paulista Antônio Xavier. De acordo com Poerner (1995: 240), o predomínio das posições da Ação Popular ficou evidente na principal decisão política do Congresso: a participação ou não dos estudantes nas eleições convocadas pelo MEC para os DAS e DCEs, segundo o Decreto nº. 56.241, que regulamentava a Lei Suplicy. Enquanto os comunistas – universitários vinculados ao PCB – concordavam em participar dessas eleições, marcadas oficialmente para 16 de agosto, a corrente contrária – formada por militantes da AP, Polop, PC do B e outras facções menores – colocava-se contra. Segundo Poerner (1995: 241), “a prevalência desta última tese ocasionou a primeira

⁶⁴ CORREIO DA MANHÃ, 08/06/1965, *apud* SANFELICE, 1986, p. 86.

divisão no movimento estudantil, no período posterior ao golpe militar de 1964, passando os comunistas à oposição interna”.

Com o intuito de não perder a oportunidade de manifestar sua opinião diante das definições do 27º Congresso da UNE, o ministro Suplicy de Lacerda se pronunciou em entrevista ao *Diário de Notícias*, de 13 de agosto.

Suas palavras fizeram referência ao fato de a revolução, segundo ele algo real, ter encontrado a universidade com agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes. Quanto à implantação da lei que disciplinava os universitários, ele disse que a simples história do assunto estava a demonstrar que havia colônias de vírus entre os estudantes a ameaçar o futuro do povo inteiro. Ainda segundo o ministro Suplicy de Lacerda, não era a lei em si que tinha importância capital, mas o pretexto da lei para se continuar a subversão nos meios universitários, “garantindo-se, assim, a contra-revolução capitaneada por ladrões que fugiram da polícia, por corruptos e corruptores e por comunistas de várias tonalidades”.

(SANFELICE, 1986: 89)

Certamente que, após o pronunciamento do ministro, houve uma reação generalizada do movimento estudantil sob a liderança da UNE. Foram registradas greves, protestos e inúmeras outras formas de manifestação contra Suplicy. Por outro lado, os reflexos da cisão interna no ME, bem como da opção de não participar das eleições oficiais também não foram positivos para os estudantes, conforme comenta Poerner (1995: 241):

(...) os estudantes progressistas perderam muitas das entidades que ainda controlavam, e os chamados Diretórios Acadêmicos Livres – formados a partir de agosto, depois do 27º Congresso – tinham sua eficácia algo reduzida, por serem compostos fora das universidades, como o Caco-Livre, por exemplo, que se reunia no bar localizado defronte à faculdade, (...). A não-participação nas eleições, como forma de protesto contra a Lei Suplicy, equivaleu, assim, à automarginalização dos estudantes progressistas, fator que, aliado à subestimação das reivindicações de caráter educacional e a novo surto de repressão policial-militar, voltou a enfraquecer o movimento estudantil.

Apesar das limitações impostas pelo modo de organização, não se pode dizer que os DAs Livres não cumpriram um papel importante na resistência às arbitrariedades do regime. Desde que passaram a existir, atuaram fortemente nas passeatas promovidas pela UNE contra a Lei Suplicy, na campanha contra a destruição da UnB e no Congresso da UME. O Caco-Livre ilustra bem a combatividade dessas entidades, já que, além de se constituir com o apoio maciço dos estudantes da Faculdade Nacional de Direito – o que o tornava um órgão representativo –, manteve o caráter denunciativo e resistente ante a ditadura, embora reconhecesse que esse distanciamento da faculdade limitava sua atuação.

Ao mesmo tempo em que o movimento estudantil sofria as conseqüências de sua posição contrária à participação nas eleições oficiais das entidades estudantis, de acordo com Sanfelice (1986: 89), o ministro Suplicy discursava,

(...) dizendo que os estudantes seriam os homens de amanhã, “mas nós somos os de hoje”. Reiterando sua posição contrária à participação dos universitários no debate dos problemas nacionais dentro das faculdades e estabelecendo que o estudante primeiro deve estudar, depois se aperfeiçoar na prática no sentido amplo, o ministro Suplicy admitiu, porém, que os estudantes fizessem política dentro dos partidos que, segundo ele, estavam envelhecendo e sem líderes para a renovação do pensamento político nacional.

Mesmo diante dos pronunciamentos do ministro, os estudantes mantiveram a sua postura combativa e continuaram se recusando a participar das eleições propostas por Suplicy, que incapaz de convencê-los, recorreu a métodos típicos da sua mentalidade totalitária:

(...) mandou fechar, sumariamente, os diretórios acadêmicos que repudiaram a sua lei e decretou intervenções, com bombas e cassetetes; apelou, enfim, para o SNI e autoridades policial-militares. Tal a ferocidade do ministro da Educação que, perto dele, até o general Juraci Magalhães, então ministro da justiça, pôde posar de bom-moço, ao anunciar que tinha em mãos um pedido do sr. Suplicy de Lacerda sobre a extinção da UNE, mas que isso não permitiria ao governo “dialogar” com os estudantes, sendo necessário para tanto “uma entidade genuinamente estudantil”.

(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 8/12/1965, *apud* POERNER, 1995: 245)

Na ocasião, os estudantes responderam a Juraci Magalhães, afirmando que a tentativa de diálogo com a ditadura era impossível, já que se trataria de um monólogo. A reação do general foi imediata. Juraci encaminhou o processo de fechamento da UNE. Repudiando o diálogo proposto pelo ministro, bem como a decisão de fechar a entidade máxima dos estudantes, líderes da UNE redigiram um manifesto, que dizia o seguinte:

A União Nacional dos Estudantes, hoje cada vez mais perseguida por representar o pensamento dos estudantes, ao se recusar a compactuar com a traição à democracia praticada continuamente pelo Governo Federal, manifesta a sua posição, repudiando as recentes manobras da ditadura, que se pronunciou pelo diálogo com os intelectuais e trabalhadores.

Tal diálogo é apenas uma tentativa de encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros, porque estes têm consciência de que sua vontade não é respeitada, e que a democracia inexiste no país.

1. Desde abril de 1964 vem o Governo mantendo a nação em permanente clima de terror. A perseguição aos representantes de nossa cultura continuou sendo uma realidade. Vimos recentemente a prisão de oito dos mais expressivos intelectuais brasileiros, pelo simples motivo de se terem manifestado por Democracia e Liberdade. Ao mesmo tempo, assistimos o desmantelamento de nossas universidades e da autonomia universitária, como aconteceu recentemente na Universidade de Brasília.

2. Pretenderam suprimir aos estudantes suas entidades representativas, através de intervenções em diretórios acadêmicos e UEEs, e por meio da lei 4.464, que criava o peleguismo no movimento estudantil, reconhecendo

como lideranças e acenando com a bandeira da corrupção através da promessa de um bilhão de cruzeiros a oportunistas sempre repudiados nas eleições estudantis.

3. Mas são aqueles a quem o governo federal mais tenta envolver com suas manobras e demagogias, os trabalhadores, os mais perseguidos e reprimidos pelo governo da ditadura. Seus sindicatos foram fechados ou submetidos a intervenções que ainda perduram. O direito de greve foi praticamente suprimido. As conseqüências da política econômica da ditadura recaíram sobre os trabalhadores, agravando o desemprego e levando à miséria mais crítica grande parte da população.

São pois os autores da perseguição e da violência que hoje falam em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana dos Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3.000 universitários presos, expulsos, expatriados, desde 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes, ferido na Guanabara.

O que na verdade propõem é que abandonemos um diretor da UNE, Heitor de Laola, preso há meses no Ceará. Propõem anular a juventude, moldá-la fascista, violenta, corrupta, transformá-la em força do peleguismo e não de renovação.

E é consciente do compromisso assumido, e do risco que daí advém, que continuamos exigindo liberdade e o respeito aos direitos humanos. Permanecemos lutando por Democracia, embora sabendo que espancamentos serão nossas medalhas. Queremos justiça, mesmo que injustamente sejamos presos.

Por isso nos dirigimos aos intelectuais, hoje, no sentido de que se unam a nós na recusa deste diálogo, que não passa de um monólogo de imposição. Que, conosco, só aceitem o diálogo na medida em que cessem as perseguições e violências. Na medida em que haja anistia. Na medida em que se respeitem os direitos fundamentais da pessoa humana. Voltamo-nos aos intelectuais, para que só aceitem o diálogo verdadeiro, e isto quando de fato, e não de promessas, se crie um clima de liberdade política e cultural.

Queremos lembrar-lhes que a história é irreversível, e que o julgamento das gerações é severo. E que os ideais se conquistam lutando, resistindo e sofrendo.

(UNE, *apud* SANFELICE, 1986: 91 e 92)

Logo depois desse pronunciamento, na Faculdade Nacional de Direito, foi preso o aluno do 4º ano Rodrigo de Faria Lima, enquanto continuava a tramitar, na Justiça Militar, o Inquérito Policial Militar do Caco, que denunciava 7 estudantes que realizaram uma assembléia geral em defesa do governo João Goulart.

O ano de 1966 também foi de grande relevância para o movimento estudantil. Conforme Sanfelice (1986: 99), a União Nacional dos Estudantes

(...) insistia na necessidade de organização popular independente visando conduzir a luta contra a ditadura e canalizar todos os esforços isolados para sua derrubada. Os estudantes percebiam a necessidade de um preparo cada vez maior para enfrentar a polícia da ditadura e as lideranças estudantis acreditaram que o caminho tomado pelo movimento estudantil o levaria a fundir-se nas ruas com o resto do povo oprimido pelo regime.

Na primeira quinzena de março de 1966, foi realizada a passeata dos calouros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. O evento foi considerado uma grande manifestação de resistência e denúncia da ditadura militar, bem como um importante termômetro da repressão do regime contra os estudantes. Maria Lúcia Resende Garcia⁶⁵ relembra os acontecimentos daquele dia:

(...) cartazes e faixas com dizeres Abaixo a ditadura, Fora imperialismo ianque, O povo unido jamais será Vencido, Fora acordo MEC-USAID, eram palavras de ordem, em vozes gritadas pelas ruas. Estudantes em grande número, (...) de todas as universidades de Belo Horizonte, reunidos em frente à Igreja São José, no centro da cidade. A polícia foi acionada para reprimir a manifestação. Houve invasão da Igreja para prender estudantes que lá entraram para se esconder. Bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes foram usados contra os manifestantes.

Em resposta a esse ato repressivo dos militares, decretou-se greve geral e foi realizada uma passeata do silêncio, onde estudantes amordaçados e trajados de preto foram novamente contidos e presos. Na sequência, conforme Garcia (2003:41),

os estudantes das capitais brasileiras e cidades de maior porte começam a se organizar no movimento estudantil. Manifestações estudantis são realizadas em todo o Brasil, sob orientação da União Nacional dos Estudantes.

Realmente, após o episódio em Minas Gerais, que culminou no espancamento de jovens mineiros, foram desencadeadas várias passeatas estudantis de solidariedade pelo país: nos dias 19 (com mais de três mil alunos) e 24 (cerca de 5 mil participantes), no Rio de Janeiro, no dia 18 (dois mil estudantes), em São Paulo, além de manifestações públicas em outros Estados, como Paraná e Espírito Santo.

Poerner (1995: 247) relata o efeito das passeatas tanto para oposição quanto para o regime⁶⁶:

As passeatas irritaram o governo e reanimaram a oposição, à medida que ampliavam o movimento estudantil, mobilizando-o, também para invasão dos restaurantes universitários, arbitrariamente fechados, e para as greves contra o pagamento de anuidades. Aos cartazes estudantis de *Abaixo a ditadura, Viva a soberania nacional. Povo sim, ditadura não, Abaixo o imperialismo, O voto é do povo e Se são fortes, abram as urnas*, bem como o Hino Nacional – entoado em todas as passeatas –, o povo reagia, invariavelmente, com aplausos e chuvas de papel picado do alto dos edifícios.

⁶⁵ GARCIA, Maria Lúcia R. **Geração Esperança**. São Paulo: Alfa-Omega, 2003, p. 40.

⁶⁶ Nesse período, a repressão do regime aumentou muito em relação ao movimento estudantil. Por isso, as passeatas passaram a ser organizadas de forma mais cautelosa, de modo a evitar contratempos com a polícia. Nesse sentido, duas estratégias eram adotadas: os locais do evento eram anunciados quase no momento de acontecerem e os estudantes saíam em grupos das faculdades, concentrando-se onde teria início a passeata. As palavras de ordem ficavam estampadas em cartolinas confeccionadas nos mimeógrafos dos diretórios acadêmicos.

Ainda em 1966, o movimento estudantil mineiro organizou uma concentração na Escola de Direito da UFMG, onde debateram várias propostas de luta contra o regime. Nesse encontro, houve discursos de lideranças da UNE, da UEE-MG, do DCE e de presidentes de diretórios acadêmicos. Mais uma vez, a polícia se apresentou e reprimiu a concentração, após manter os estudantes dentro da universidade até o anoitecer.

Apesar do forte aparato militar – cerca de 5 mil soldados do Exército –, em junho de 1966, foi realizado o II Conselho Nacional de Estudantes, em Salvador, onde começaram os preparativos para o 28º Congresso da UNE, a ser sediado em Belo Horizonte. Durante o encontro, houve, novamente, divergências entre as correntes coexistentes no movimento estudantil quanto ao objetivo do Congresso e a participação nas eleições estudantis tuteladas pelo governo, conforme evidencia Poerner (1995: 244):

De um lado, os socialistas de tendência marxista, querendo um congresso amplo e de massa; de outro, a AP se batendo por um conclave restrito e clandestino, ao qual levaria, como plataforma, a criação do MCD (Movimento Contra a Ditadura), frustrada pela esquerda não-católica, vitoriosa em sua tese pela participação nas eleições estudantis, que geraria a recuperação dos diretórios acadêmicos pelas forças democráticas. Era, na verdade, uma nova forma de derrotar a Suplicy e repudiar a política do marechal Castelo Branco, não implicando, absolutamente, concessões por parte dos estudantes. Tratava-se, apenas, de mudança de tática.

Depois do encontro, o presidente da UNE declarou que o movimento estudantil estava ganhando força, com o intuito de restaurar a democracia e a liberdade no país. Além disso, também afirmou que

(...) o II Conselho Nacional de Estudantes, realizado em Salvador, preconizara diretrizes a serem seguidas pelos universitários. O presidente da UNE esclareceu que entre as diretrizes figuravam a luta contra a “ditadura”, a luta pelas eleições diretas, contra a intervenção nos sindicatos, pela anistia geral dos considerados criminosos políticos, pela revogação da lei de greve, pela extinção da Força Interamericana de Paz (FIP) e por uma reforma agrária radical.

(SANFELICE, 1986: 107)

Em julho de 1966, os organizadores do 28º Congresso descobriram que o decreto presidencial que determinava o fechamento da UNE por seis meses já havia vencido, ou seja, a entidade encontrava-se, novamente, na legalidade. Assim, concluíram que ninguém poderia tentar impedir a realização do Congresso. Foram conclusões precipitadas já que, mais uma vez, a opinião dos estudantes não coincidia com a do regime, que encarregou o Sr. Bias Fortes Filho, secretário de Segurança de Minas Gerais, de coordenar a repressão ao evento. De acordo com as instruções do governo, não só o congresso foi proibido como também a sede da UEE de Minas foi fechada e ocupada pela Polícia Militar por tempo indeterminado.

Além disso, todas as tropas estaduais foram mobilizadas e se colocaram em pontos estratégicos da capital mineira, assim como em todas as vias de acesso à cidade.

Mesmo sendo proibido e reprimido, o Congresso foi realizado em Belo Horizonte, no dia 28 de julho, em um dos salões do porão da Igreja São Francisco de Assis, no Convento dos Padres Franciscanos, já que o DCE – local onde o evento aconteceria – estava cercado por aparato policial. Isso serviu, inclusive para o movimento estudantil e os religiosos que os acolheram obterem apoio da opinião pública. Poerner (1995: 248) relata detalhes dos cuidados dos estudantes para com a repressão durante o evento:

(...) deve constar que os 300 delegados universitários de todo o país que atingiram o local do encontro (200 outros esbarraram no cinturão policial-militar), não vieram de mãos totalmente vazias: no chão monástico, cada um deles depositou, ao chegar, o seu respectivo saco plástico, a ser utilizado como máscara contra gases, caso se confirmassem as ameaças policiais de invasão do convento. Ninguém se descuidou quanto a essa “arma” defensiva, de cuja provisão as 30 delegadas femininas se podiam incumbir, com facilidade.

No dia marcado para realização do Congresso, quando iniciava a missa na Igreja de São Francisco, os delegados abandonaram os fiéis e desceram as escadarias do interior do templo, até chegarem ao Convento, onde encontraram o restante dos colegas que já se encontravam enclausurados há cinco dias no local, para poder participar do evento.

De forma muito cuidadosa e sempre atentos com a possibilidade de invasão policial⁶⁷, os estudantes deram início às discussões do Congresso, no qual foram produzidos e aprovados dois importantes documentos: o Plano de Ação para o exercício de 1966-67 e a Declaração de Princípios da UNE.

No Plano de Ação, a UNE apresentou tanto as suas reivindicações educacionais – luta pela reforma universitária, contra a intervenção norte-americana na educação, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, pela revogação da lei Suplicy, por um ensino secundário voltado para a formação profissional⁶⁸ etc – quanto o seu posicionamento em relação a muitos aspectos políticos, econômicos e sociais nacionais e, até mesmo, internacionais.

⁶⁷ Mais detalhes dos acontecimentos do 28º Congresso podem ser encontrados em : POERNER, *op. cit.*, p. 247 e 248.

⁶⁸ Em tópico específico adiante, serão abordados os projetos dos estudantes para a educação, em conflito com a política educacional elaborada pelo regime.

Segundo Sanfelice (1986: 109), na Declaração de Princípios, além de assumirem a tarefa de denúncia, manifestação das arbitrariedades do regime e propor um programa de luta que fizesse ressurgir o movimento de massas, os estudantes

(...) explicitaram que a UNE, mais uma vez, estava assumindo a vanguarda do povo na luta contra as forças de opressão e que sabiam não estar enfrentando apenas um grupo de militares usurpadores do poder. Para a UNE, os militares estavam representando os interesses imperialistas e monopolistas nacionais contra os direitos da classe produtora camponesa e contra a participação dos trabalhadores no resultado da produção nacional. Os estudantes afirmavam que só a união do povo poderia destruir essas forças e conduzir o processo de libertação nacional (...).

Durante o Congresso, também foi eleito presidente da UNE o universitário mineiro José Luís Guedes, para o período de julho de 1966 a julho de 1967. Algumas tendências políticas, ao final do encontro, chegaram a criticar os organizadores, acusando-os de transformar o congresso em uma reunião de partidos políticos que conseguiram representação na chapa vencedora da eleição⁶⁹.

Setembro de 1966 foi um dos meses mais intensos para os estudantes, bem como um período considerado heróico da atuação destes, já que, ao mesmo tempo em que os universitários estavam mais agitados, o regime radicalizava, ao seu modo, na repressão ao movimento estudantil. De acordo com Poerner (1995), a suspensão das aulas na Faculdade Nacional de Direito, a prisão de 178 universitários – sendo que 36 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional – durante um congresso clandestino em São Bernardo do Campo, as greves de São Paulo e Rio e as passeatas em Minas Gerais foram apenas alguns episódios que marcaram o processo de intensificação das atividades do ME em setembro.

Pouco tempo depois, o governo federal criou o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), na tentativa de cooptar os estudantes. Para o presidente Castello Branco – que doou Cr\$ 20 bilhões em Obrigações do Tesouro à nova sigla –, o MUDES representava um desafio aos ideais dos jovens, na medida em que se constituía em uma “oportunidade de transformar o protesto vazio e a vocalização de *slogans* em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade construtiva da comunidade⁷⁰”.

⁶⁹ Para Poerner (1995: 251), essa crítica não era procedente, dada a situação daquele momento, com o cerco policial apertando do lado de fora do convento e espalhado por toda a cidade. Segundo o autor, naquele momento, o conchavo significou uma atitude realista e demonstrou a sabedoria política dos organizadores, já que, com a repressão “batendo à porta”, não seria inteligente permitir que, durante o evento, “aflorassem (...) todas as divergências quanto à ideologia e método”.

⁷⁰ ALVES, Hermano. **Correio da Manhã**, 15/09/1966, *apud* POERNER, 1995, p. 252.

A visão de Castello era compartilhada também por membros do seu governo, como o ministro do Planejamento, Roberto Campos, como mostra Sanfelice (1986: 111):

Na medida em que passou a repercutir no exterior a violência que o governo estava desenvolvendo contra a universidade, o movimento estudantil e os universitários, o ministro do Planejamento, Roberto Campos justificou a mesma sob o ponto de vista econômico-financeiro: as greves freqüentes estavam acarretando muitos prejuízos. Seu conselho era para que os estudantes não lutassem pelas suas universidades, mas que se engajassem de corpo e alma no MUDES, então presidido por Ney Braga.

Já o novo ministro da Educação, Moniz de Aragão, aconselhava os estudantes a se envolverem na vida pública, mas através de partidos políticos, uma vez que o governo não aceitava que as entidades estudantis fossem um espaço para realização de atividades políticas. Também fez questão de anunciar a manutenção da Lei Suplicy, pois a considerava democrática⁷¹.

Mas, embora encontrasse muitos ecos em sua defesa no governo, essa iniciativa do presidente era, no mínimo, questionável, pois, um dia após essa tentativa de demonstrar suas “boas intenções” com a juventude, estudantes eram presos, em frente à Faculdade Nacional de Filosofia, porque estavam pintando, no chão, uma frase que ficou inacabada: “*Viva a Lib...*”.

No mesmo dia, a Reitoria da UFRJ fechava todas as suas faculdades para tentar impedir uma grande passeata organizada pelos estudantes. Estes últimos, por sua vez, eram alertados pela UNE a levar sacos plásticos para se protegerem de possíveis descargas de gás lacrimogêneo por parte da polícia.

Mesmo que isso não fosse novidade para os estudantes, o novo ministro da Educação começava a mostrar o seu baixo nível de tolerância, seguindo pelos mesmos caminhos dos seus antecessores – Pedro Aleixo e Suplicy de Lacerda. Em 17 de setembro, o *Jornal do Brasil* veiculou alguns de seus comentários, “reafirmando que a posição do governo federal, cuja filosofia repelia a adoção da gratuidade de ensino, era irreversível”, bem como que “aos universitários cabia a missão de expurgar os agitadores e, se quisessem, abrir um diálogo sem antepor exigências ou condições” (SANFELICE, 1986: 112).

Nesse período ocorreu também o primeiro episódio em que o DOPS do Rio de Janeiro teve que soltar um estudante, no mesmo local em que este havia sido preso momentos antes, na Praia Vermelha –, graças à ação do vice-diretor da Faculdade, professor Lauro Sollero. Este último, juntamente com o professor Bruno Lobo, exigiu que o universitário Paulo

⁷¹ É perceptível a semelhança entre o discurso do novo ministro da educação e de Suplicy de Lacerda, bem como entre a forma de atuação destes, defendendo a manutenção das arbitrariedades no campo educacional.

Moreira de Carvalho fosse solto sob sua responsabilidade. Toda essa situação começou por conta de uma greve de protesto, iniciada pelos alunos da Faculdade Nacional de Odontologia, no dia 14 de setembro.

O regime também se voltou contra os professores, acusando-os de serem responsáveis por grande parte da radicalização dos estudantes. Estes, por sua vez, ao invés de ingressarem no MUDES, responderam aos disparates do governo com manifestações em vários Estados brasileiros, bem como elegeram o 22 de setembro como Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura. Sobre a posição do regime, diante dessas manifestações, Sanfelice (1986: 113) relata:

Os órgãos de segurança advertiam para que as manifestações não ocorressem porque haveria repressão. Os estudantes retrucaram que qualquer reprimenda acabaria gerando um campo de combate entre brasileiros. O presidente Castelo Branco determinou às autoridades encarregadas da manutenção da ordem pública que procurassem evitar exageros na repressão às manifestações estudantis, a fim de evitar que os agitadores atingissem o seu objetivo: estudantes espancados por protestarem contra o governo. O líder do governo na Câmara Federal, Raimundo Padilha, por outro lado, defendeu a repressão policial porque, segundo ele, as instruções do comunismo internacional estavam sendo rigorosamente cumpridas pelos líderes do movimento estudantil brasileiro.

No dia 18, a UNE decretou uma greve geral em todo país, que culminou no famoso Massacre da Praia Vermelha, na madrugada de 23 de setembro. Segundo Poerner (1995: 254), “desde a véspera do massacre, após uma passeata em que o tema mais difundido foi ‘O Povo organizado derruba a ditadura’, 600 estudantes (...) estavam encurralados por centenas de policiais, na Faculdade de Medicina”. Na madrugada do dia 23, o futuro senador Mario Martins tentava negociar a retirada pacífica dos estudantes com as autoridades, quando se deu a invasão da Faculdade pela Polícia Militar, que realmente fez uso de uma violência assustadora, massacrando os jovens que ali estavam.

No dia anterior, eleito como Dia Nacional de Luta contra a Ditadura, foram registrados protestos estudantis por todo país, e, conseqüentemente, muitos estudantes feridos e alguns mortos pela repressão. Até Costa e Silva, que já se anunciava como próximo presidente, reconheceu o exagero cometido pela repressão contra estudantes, posição não corroborada por Castello Branco.

Embora a atuação estudantil tenha atingido o seu ponto máximo em setembro de 1966, o movimento estudantil não soube agir estrategicamente, recuando por um tempo, para acumular forças e melhor se preparar para enfrentar a repressão cada vez mais “requintada” do regime. Conforme Poerner (1995: 256), essa falta de percepção gerou três conseqüências:

1) a rearticulação, ainda que inviável em termos amplos, de grupelhos direitistas nas universidades; 2) o desinteresse pelas eleições, com grande abstenção no pleito de agosto de 1967; 3) os resultados pouco convincentes do 29º Congresso Nacional dos Estudantes, que ficaram aquém das expectativas.

No início de 1967, a UNE estava legalmente extinta e substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), criado pela Lei Suplicy. Entretanto, o DNE também acabou sendo fechado porque, além de não conseguir representatividade entre os estudantes, não estava gerando os resultados desejados pelo regime, não justificando, portanto, os recursos governamentais despendidos para entidade. Sem contar que a UNE continuava atuante, mesmo que clandestinamente. Por esses motivos, ao final do seu governo, Castello Branco, através do Decreto-lei nº.228, de 28 de fevereiro de 1967 – conhecido no meio estudantil como Lei Suplicy-Aragão –, revogou a Lei Suplicy e definiu que os órgãos de representação estudantil seriam: o Diretório Acadêmico, em cada escola, e o Diretório Central de Estudantes, em cada universidade. O DNE não existiria mais, assim como as entidades de nível estadual.

Depois de voltarem das férias, os estudantes ingressaram no governo Costa e Silva sem o mesmo otimismo de outros setores oposicionistas. Mantendo a sua perspectiva política, os universitários decidiram – em um congresso clandestino da UME –, antes das eleições parlamentares de outubro de 1967, realizar a Campanha do Voto Nulo. No entanto, assim como todo o povo brasileiro, os estudantes não deixaram de ter uma sensação de alívio com a saída de Castello Branco, sendo os primeiros a comemorarem, já durante o carnaval. Mas, como qualquer manifestação estudantil sempre acabava sendo reprimida pela polícia, dessa vez não foi diferente. Desse modo, 300 estudantes foram presos somente em Niterói, por agentes do DOPS, soldados da PM e funcionários da Censura, por cantarem “Farsa Negra”, paródia da música “Marcha-Negra”, de Zé Kéti.

Sobre a relação entre o movimento estudantil e o novo governo ditatorial de Costa e Silva, Poerner (1995: 259) resume:

A rebelião dos jovens brasileiros perdurou no governo Costa e Silva, em cujos anunciados propósitos democratizantes e nacionalistas os estudantes nunca acreditaram (...). Para os jovens, o novo governo era, simplesmente, um prolongamento da ditadura de Castelo Branco. A favor dessa premissa maior invocavam eles a sobrevivência da Lei Suplicy-Aragão e – após certa hesitação governamental, assinalada, inclusive, por propósitos revisionistas – dos Acordos MEC-USAID. Isso sem falar nos estudantes que continuaram a ser presos, espancados e processados, de norte a sul do país, a ponto de ser solicitada a CPI sobre a repressão ao movimento estudantil (...). Afinal, não era à toa que, junto à Presidência da República, nos Gabinetes Civil e Militar, os estudantes eram responsabilizados,

juntamente com a Igreja e a Frente Ampla, por 90% das enxaquecas governamentais. Nem era por acaso que o SNI pagava verdadeiras fortunas por informações sobre o meio estudantil.

Do golpe civil-militar até 15 de março de 1967, o Brasil não teve nenhuma discordância em relação às imposições feitas pelos Estados Unidos. Assim, era difícil para os estudantes acreditar que Costa e Silva iria impor limites nessa situação. Mesmo assim, o embaixador brasileiro Sérgio Correia da Costa, durante um discurso feito no Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, em 29 de maio de 1967, defendeu “o direito soberano do Brasil a desenvolver, sem as limitações desejadas pelas superpotências, a tecnologia nuclear para fins pacíficos”. Embora os estudantes presentes tenham aplaudido o embaixador, continuavam desconfiando do discurso governamental e da concretização do posicionamento manifestado.

Realmente o movimento estudantil tinha motivos de sobra para duvidar das intenções de Costa e Silva, já que, além das arbitrariedades cometidas na educação, que serão abordadas mais adiante, a repressão aos estudantes se desenvolveu com a mesma violência do governo anterior. Por essas razões, o ME continuou combativo ao novo governo, manifestando-se através de greves e passeatas, assim como havia feito em 1966.

Em março de 1967, os calouros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP foram recepcionados com uma edição especial da *Revista Revisão*, do Grêmio de Filosofia. Além de explicitar os desafios que os estudantes encarariam no âmbito acadêmico e profissional, dada a situação econômica do país, a revista destacou as novas responsabilidades dos calouros para com o movimento estudantil:

Há uma responsabilidade nova esperando por você aqui na Faculdade: sua participação no Movimento Universitário, nas suas lutas, nas suas vitórias.

É uma responsabilidade muito grande, mas temos certeza que você corresponderá.

Sabe porque nós, universitários, somos tão temidos por todos os governos não autênticos, por todos os governos impopulares? Porque somos unidos e temos força e mais ainda, temos consciência da nossa força. E sabemos onde e quando aplicá-la.

Somos privilegiados, mas lutamos para deixar de sê-lo. Queremos que todo o povo tenha a oportunidade que nós tivemos. Que não lhe sejam barradas as portas dos estabelecimentos escolares.

Isto não vai ser fácil. É uma luta dura e longa, que exigirá de nós uma parcela de nosso tempo. Mas valerá a pena.

(REVISÃO, 03/1967: 28, *apud* SANFELICE, 1986: 122)

Em seguida, a revista explicou a organização do movimento estudantil – mencionando os principais órgãos de representação estudantil, como a UNE, UEEs e DCEs –, bem como reforçou o papel da UNE como entidade máxima dos estudantes.

Na *Revisão* de maio do mesmo ano, foram publicadas as teorias da UNE sobre a “infiltração imperialista no Brasil e na educação”, bem como o Plano de Luta da entidade diante desse fato, conforme descreve Sanfelice (1986: 132):

(...) a UNE esclarecia que o movimento estudantil nos países subdesenvolvidos era uma força auxiliar importante na luta antiimperialista. (...) A UNE reconhecia que grande parte dos estudantes era de classe média e que o condicionamento de classe, a própria condição material, tornava-os, freqüentemente, massa de manobra da classe dominante, e afirmava que só compreendendo o inter-relacionamento existente entre fenômenos sociais, o atraso da economia e a forma de propriedade, entre o subdesenvolvimento e a dominação externa, entre a base material e a superestrutura da sociedade, é que poderia desempenhar o papel de aliado da classe revolucionária.

Ainda nessa mesma edição, a UNE afirmava que, no caso brasileiro, o movimento estudantil, embora não tivesse elaborado um plano de luta mais preciso, já vinha desempenhando um papel relevante na luta de classes. A entidade também fez questão de apontar que a repressão sofrida pelo ME desde o golpe de 1964 era fruto da capacidade de mobilização estudantil na denúncia contra as arbitrariedades cometidas pelo regime. Mas, apesar de colocar o movimento estudantil em evidência, a UNE deixava claro que o sucesso contra a ditadura só seria efetivo se os estudantes se unissem aos trabalhadores, concretizando a aliança operário-estudantil-camponesa.

Dizendo ser o movimento estudantil o único setor, graças à sua organização, a se colocar frontalmente contra a estrutura que sustentava o regime, a UNE insistia no alerta para que o movimento estudantil não se mantivesse isolado das classes que realmente teriam condições de modificar essa estrutura, porque senão ele seria aniquilado.

(REVISÃO, 05/1967, *apud* SANFELICE, 1986: 133)

As lutas específicas no âmbito educacional também foram mencionadas pela UNE, entretanto, com a ressalva de que faziam parte de problemas maiores enfrentados pela sociedade. Por esse motivo, segundo a entidade, era tão necessária a homogeneização das lutas com os demais setores e classes sociais.

Depois de apresentar essa análise detalhada da realidade brasileira e posicionar o movimento estudantil nesse cenário, a UNE estabeleceu um Programa Mínimo, que, além de definir quais seriam as lutas específicas do movimento no campo educacional⁷², estabeleceu:

IV) Denúncia de todos os instrumentos utilizados pelo imperialismo entre nós, como por exemplo OS CORPOS DE PAZ, as visitas diplomáticas deverão ser atacadas pelo movimento estudantil,

⁷² Os itens que tratam especificamente do plano de atuação do movimento estudantil no âmbito educacional serão tratados detalhadamente no próximo tópico deste capítulo.

possibilitando assim movimentações que estravazam os limites da universidade.

V) Criação de uma imprensa nacional, universitária, regular e capaz de suprimir as necessidades de comunicação e informação, levando-se em conta que devemos estar convenientemente capacitados a dar continuidade à luta, apesar do aparelho repressivo que se organiza visando barrar a organização das classes exploradas.

VI) Criação de grupos de auto-defesa do movimento universitário, visando não se expor à uma repressão mais violenta, o que com o correr dos fatos implicaria na possível perda inclusive de valiosos elementos, como também poderão levar ao esvaziamento de todo movimento universitário.

Quanto ao fortalecimento do órgão de representação nacional (UNE) e demais órgãos a ele filiados alertados para o fato de estar o movimento estudantil baseado em entidades livres não impede a utilização de entidades enquadradas, desde que não se respeitem as normas jurídicas estabelecidas pelo governo (que devem ser denunciadas e violadas por estes mesmos órgãos enquadrados) e somente na medida em que isto fortaleça o movimento estudantil.

O movimento estudantil brasileiro liderado pela UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE – assume hoje o compromisso de lutar pela libertação do país incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua a perspectiva das classes trabalhadoras.

(REVISÃO, 05/1967, *apud* SANFELICE, 1986: 134)

Percebia-se, assim, sem uma análise crítica mais acurada, que o movimento estudantil estava procurando se aprofundar no estudo da realidade brasileira para que pudesse, com isso, entender a sua própria realidade e adequar suas estratégias de luta.

Apesar de todas as adversidades do período, o movimento estudantil conseguiu realizar o 29º Congresso da UNE, em 2 de agosto de 1967, no município de Valinhos, São Paulo. O evento, novamente clandestino, aconteceu em um convento de padres. Embora a polícia tenha chegado ao local quando a maior parte dos estudantes já havia retornado às suas cidades, alguns universitários e religiosos que ofereceram apoio ao encontro acabaram presos, bem como as instalações do convento foram depredadas. Tal episódio ganhou a solidariedade, ainda que silenciosa, da maioria do povo brasileiro.

Durante o Congresso, no qual foi eleito para novo presidente da UNE o estudante paulista, vinculado à AP, Luís Travassos, percebeu-se que as discussões privilegiaram temas político-revolucionários, em detrimento das reivindicações de caráter estudantil. Quanto à organização, o encontro contou com maior representatividade do que o 28º Congresso, por duas razões: o esquema de segurança permitiu a participação de um número maior de estudantes (cerca de 400 delegados) e havia um número maior de escolas e faculdades em São Paulo, resultando, portanto, na presença de mais representantes.

Também foi possível notar, nesse evento, a perda da influência da Ação Popular entre os estudantes. Conforme Poerner (1995: 266), mesmo sendo o congresso realizado num sítio pertencente a padres, em São Paulo – onde a AP tinha mais força –, o seu declínio atingiu o ponto mais baixo neste encontro.

Do 29º Congresso, resultou a “Carta Política da UNE”, que fomentou uma análise da situação internacional e nacional, bem como externalizou a preocupação mais acentuada de se definir o papel do movimento estudantil na luta geral, novamente reforçando a necessidade da aliança de classes.

Essa luta caracteriza-se no movimento estudantil pela denúncia da ditadura e do imperialismo e pela luta concreta que o imperialismo e a ditadura propõem para a Universidade. O movimento estudantil deve se preparar para a aliança com as classes que historicamente têm condições de levar adiante de forma conseqüente, as transformações revolucionárias da sociedade. O movimento estudantil se aproxima da aliança com os operários enquanto força auxiliar que luta contra o inimigo comum: o imperialismo e a ditadura, que expressa seus interesses.

(UNE, *apud* SANFELICE, 1986: 137)

Do ponto de vista das lutas específicas do ME, a Carta Política insistiu que esta deveria ser empreendida em conjunto com as demais reivindicações da sociedade, bem como serviria de base para o fortalecimento da luta política, já que conseguia mobilizar e organizar os estudantes em torno de um mesmo ideal: libertar a universidade dos interesses daqueles que estavam no poder, tornando-a um espaço verdadeiramente democrático.

Depois da Carta Política, foi definido o Programa de Lutas que iria nortear a nova gestão da UNE e, conseqüentemente, o movimento estudantil. Eram 11 itens no total, que incluíam, dentre outras questões: a luta contra o imperialismo; a denúncia da ditadura, principalmente em relação à repressão contra trabalhadores e estudantes; a promoção de seminários nacionais e regionais para aprofundar a luta ideológica e política dos estudantes; fortalecimento das executivas profissionais e sua integração à UNE para ampliar a luta reivindicatória e promover o estudo dos problemas ligados ao povo; promoção da união entre estudantes e professores; realização de lutas conjuntas entre universitários e secundaristas; luta contra as tentativas da ditadura de esmagar o movimento estudantil através de medidas legais ou de métodos de cooptação dos estudantes, como o MUDES; entre outros. Também faziam parte do programa as lutas específicas no campo educacional, que serão vistas no tópico seguinte deste capítulo.

Quando da organização do 29º Congresso, ficou definido que este aconteceria em duas fases: uma fechada – que foi aquela realizada em Valinhos, onde se reuniu os delegados e elegeu a nova diretoria – e outra aberta, para debater a Carta Política nas escolas e apresentar

a nova gestão da UNE. De acordo com Sanfelice (1986: 139), na fase aberta do evento, “ocorreram muitos tumultos e prisões, mas as reuniões estudantis aconteceram em casas particulares, igrejas e até mesmo escolas”.

Às vésperas da realização do 29º Congresso, no entanto, foi criada a Frente Universitária Progressista (FUP), que denunciava a UNE como uma entidade cada vez mais monopolizada por forças políticas. Para os membros da FUP – liderados pelas UEEs da Bahia e Pernambuco –, era necessário transformar a UNE em uma autêntica entidade de organização das massas, através de um sistema de alianças estudantis. Poerner (1995: 268) comenta as mudanças preconizadas pela nova organização:

A FUP queria ver a UNE desfraldando a bandeira de uma autêntica organização de massa, com o Caco, o Centro Acadêmico XI de Agosto e outras entidades estudantis tradicionais representadas numa diretoria que empolgasse, realmente, um número cada vez maior de jovens para a ação, mediante a aplicação de uma política correta. Para isso, o movimento estudantil teria de se voltar, fundamentalmente, contra a política educacional do governo, que resultara na suspensão da autonomia universitária, e conceder prioridade aos problemas econômicos e profissionais de todos os estudantes, tornando a luta política mais objetiva e, por conseguinte, mais generalizada, ao invés de limitá-la, mediante palavras de ordem muito avançadas, aos jovens já altamente politizados.

Mais uma vez, nota-se a presença de divergências políticas no movimento estudantil. De um lado aqueles que queriam privilegiar as reivindicações específicas dos estudantes e acreditavam no papel das entidades estudantis na conscientização popular e no processo revolucionário brasileiro. De outro, o grupo que se preocupava em expandir a luta estudantil, associando-a as demais reivindicações das classes trabalhadoras e promovendo uma radicalização cada vez maior do movimento estudantil. Segundo Garcia (2003: 51), no próprio Congresso, já se podia notar as divergências políticas no direcionamento das lutas do movimento, dada a variedade de organizações de esquerda presentes no encontro: “debates acirrados aconteciam para fazer prevalecer os objetivos dos partidos cujas linhas políticas se diversificavam”.

Após o 29º Congresso, a revista *Revisão*, de agosto de 1967, publicou uma série de questionamentos quanto aos encaminhamentos políticos do movimento estudantil e solicitou uma definição mais clara contra todas as tendências burguesas e pequeno-burguesas no movimento estudantil, bem como a superação das divergências entre os diversos grupos coexistentes para que se pudesse unificar a ação do movimento. Nesse sentido, a revista sugeriu as seguintes iniciativas:

1. Colocar em termos práticos a aliança operário-estudantil. Fazer os estudantes se interessarem pela vida da classe operária, vivendo a exploração diária, que infligem os padrões nacionais e estrangeiros.
2. Completa solidariedade efetiva com as reivindicações operárias. Formar comissões políticas para atuar constantemente no meio operário. Estar presente nas greves e manifestações. Estar em constante contato com os sindicatos operários.
3. Despertar o interesse dos estudantes em relação aos trabalhadores rurais brasileiros. Divulgando sua situação de miséria, a ação criminosa do IBRA, a expulsão de camponeses e posseiros, etc.
4. Denunciar a infiltração imperialista no Brasil e as manobras da classe capitalista brasileira.
5. Procurar a unificação do movimento estudantil na América Latina, trocando experiências, discutindo idéias, dando um caráter continental à luta dos estudantes.
6. Completa solidariedade ao movimento anti-imperialista e anti-capitalista na América Latina e no mundo.

(REVISÃO, 08/1997, *apud* SANFELICE, 1986: 143 e 144)

Apesar do aumento da repressão, o ano de 1968 é considerado o marco mundial da atuação dos estudantes, porque o movimento estudantil continuava crescendo em resposta não só à violência do regime para com a juventude mas também em virtude da política educacional adotada pelos militares e da subordinação às diretrizes norte-americanas. Conforme José Dirceu⁷³ – que, na época era presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo –, enquanto “a ditadura dizia que as ruas eram da ordem”, os jovens diziam que “a rua era do povo”.

No dia 28 de março de 1968, durante uma manifestação contra a má qualidade do ensino e o aumento do preço da refeição, no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro, houve invasão policial e o estudante secundarista⁷⁴ Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, foi morto a tiros. De acordo com Maria Ribeiro do Valle⁷⁵,

(...) todo o esquema de segurança do governo estava ciente da manifestação dos estudantes no Calabouço, com quase 15 dias de antecedência. Tanto assim que, no momento e local do protesto, estavam presentes a Polícia Militar, a Polícia Civil e agentes do DOPS, para impedir a passeata proibida – por ser “contra o governo”.

Mesmo diante desse fato, o regime insistia no falso discurso de que a violência deflagrada nesse episódio, por parte da polícia, foi uma resposta à agressividade dos estudantes que, além de estarem em maior número, tinham armas em maior quantidade. Já a

⁷³ A frase de José Dirceu pode ser lida IN: O ESTADO DE SÃO PAULO. **De abril a novembro, a luta nas ruas. Caderno Geral**, 10/05/1998.

⁷⁴ Percebe-se, em 1968, um crescimento da participação dos estudantes secundaristas nas lutas do movimento estudantil. Embora não tivessem muita consciência política, eles possuíam uma disposição muito grande e suas ações eram, geralmente, marcadas pelo radicalismo.

⁷⁵ VALLE, Maria Ribeiro do. **A Morte de Edson Luís e a Questão da Violência**. IN: MARTINS FILHO, João Roberto. **1968: Faz 30 Anos**. Campinas: Editora UFSCar/Mercado das Letras, 1998, p.50.

União Metropolitana de Estudantes (UME), salientou que, ao contrário do que afirmava o governo, os estudantes somente se defenderam e revidaram a invasão policial.

A pressão da oposição sobre o governador do Rio de Janeiro, Negrão de Lima, foi tão grande, que este se viu obrigado a afastar o general Osvaldo Niemeyer Lisboa – que chefiou a ação no Calabouço – do cargo de superintendente da Polícia Executiva. O governador ainda prometeu apurar os fatos e responsabilidades daquele episódio.

A imprensa oposicionista, ao noticiar a morte do secundarista, procurou eleger os culpados pela violência, bem como se posicionou, claramente, em defesa do movimento estudantil, como pode ser observado nos trechos abaixo, de dois editoriais da edição de 29 de março de 1968 do *Correio da Manhã*⁷⁶:

A Polícia Militar da Guanabara transformou, ontem à noite, as imediações do novo restaurante do Calabouço em verdadeira praça de guerra, matando um estudante, ferindo outro e mais um servidor do INPS, após vários choques da corporação invadirem o local, onde grupos de estudantes discutiam a realização, hoje, de uma passeata de protesto contra as condições de higiene do restaurante.

Depois de espancar moças e rapazes, os policiais os puseram em fuga, fazendo vários disparos, um dos quais atingiu mortalmente Edson Luís Lima Souto (...).

O tenente Alcindo Costa, do Batalhão motorizado da PM, foi o autor do disparo que atingiu Edson. (...)

A ação policial no Calabouço foi desencadeada de surpresa e ocorreu quando numerosos estudantes faziam refeições. As paredes do restaurante ficaram crivadas de balas de grosso calibre.

Estudantes reuniram-se, ontem, no Calabouço, para protestar contra as precárias condições de higiene do seu restaurante. Protesto justo e correto. (...) Apesar da legitimidade do protesto estudantil, a Polícia Militar decidiu intervir. E o fez à bala. (...)

A partir desse episódio, a reação estudantil foi imediata e as manifestações se propagaram, com maior intensidade, por todo o país.

Após o assassinato, o corpo do estudante foi levado para o prédio da Assembléia Legislativa. Em pouco tempo, o local ficou cheio de pessoas solidárias à causa estudantil. A autópsia foi feita no ambulatório da Assembléia, já que os estudantes não permitiram a entrega do corpo aos funcionários do Instituto Médico Legal. Edson Luís foi velado no saguão durante toda noite. Seu enterro, no dia seguinte, concentrou mais de 50 mil pessoas, sendo considerado um dos maiores atos públicos de protesto contra o regime após 64, pois os estudantes queimaram bandeiras americanas, cantaram o hino nacional e se manifestaram em frente à sede da UNE incendiada e do edifício de Carlos Lacerda. Em nenhum momento, os

⁷⁶ CORREIO DA MANHÃ, 29/03/1968, *apud* VALLE, IN: MARTINS FILHO, *op. cit.*, p.53.

estudantes se esqueceram do significado político daquele ato. Nesse sentido, quando o caixão de Edson Luís desceu, ouvia-se um juramento: “neste luto, começa a luta”.

Enquanto milhares de pessoas acompanham o enterro de Edson Luís no Rio de Janeiro, o governo federal decide “manter a ordem” e a tranquilidade a qualquer preço. Após reunir-se com o ministro Gama e Silva, o governador determina a evacuação da Cinelândia, ocupada por estudantes e populares depois do enterro de Edson Luís, para impedir que a aglomeração termine em desordem. As unidades militares do Exército, da Aeronáutica e da Marinha são colocadas em regime de prontidão.

(VALLE, 1998: 57)

A morte do secundarista teve repercussão em vários Estados brasileiros, onde foram realizados comícios e passeatas de repúdio à violência policial, bem como marcou, definitivamente, a mudança de opção do movimento estudantil, que adotou a tática do enfrentamento, do combate com as forças de repressão. E nesse contexto de responder à violência com violência, os estudantes se depararam com a ação repressiva do regime nas manifestações que se sucederam. De acordo com Valle (1998: 60), “o comando de repressão em todo o país cabe ao general Jayme Portella – chefe da Casa Militar e secretário do Conselho de Segurança Nacional, que emite ordens de impedir qualquer manifestação de rua e de máximo rigor nas ações”. O próprio presidente Costa e Silva, em discurso feito no dia 31 de março, em comemoração ao aniversário do golpe, prometeu responder à expansão das manifestações estudantis e proibiu qualquer protesto deste caráter em todo território nacional.

Mesmo com a advertência e proibição feita pelo governo, na ocasião do aniversário do golpe, foi realizada uma passeata, organizada pela comissão popular formada no velório de Edson Luís, para ampliar o movimento de denúncia da ditadura. Conforme prometido, houve repressão policial no evento:

Por cinco horas e meia – das 17h às 22h30 – mais de cinco mil elementos da PM agrediram, com violência nunca vista, estudantes e populares participantes do movimento de protesto na Guanabara que, às primeiras hora de hoje, já havia resultado na morte de um trabalhador, atendimento de sessenta pessoas nos hospitais, duzentas prisões e ocupação da cidade por tropas do Exército e da Marinha.

(CORREIO DA MANHÃ, 2/04/1968, *apud* VALLE, 1998: 63)

O período entre as manifestações do dia 1º de abril e a missa de sétimo dia do secundarista foi marcado pela ameaça de decretação de estado de sítio, no caso da continuidade dos protestos. Os estudantes foram proibidos de celebrar missas na rua, advertidos de que não haveria tolerância por parte da polícia. O relato do clima deste dia segue abaixo:

As missas da Candelária foram realizadas debaixo de rancos de aviões e sob um clima de extrema tensão. O Brasil, “país mais católico do mundo”,

via, no seu centro político, o Rio, serem impedidas as missas que se pretendiam rezar, no sétimo dia da morte do estudante Edson Luís. Um fedor de golpe e de medidas de exceção tornavam o ar da cidade viciado. Talvez, por isso, para limpar o ar, é que tantas bombas de gás teriam sido jogadas.

(O METROPOLITANO, 04/1968, *apud* VALLE, 1998: 65)

Pode-se constatar que a morte do secundarista resultou em um balanço positivo na atuação do movimento estudantil, já que este episódio, além de levar os jovens a se unirem ao povo, permitiu que o ME voltasse a crescer. Além disso,

(...) a morte do jovem Edson Luís constituiu um marco na história brasileira contemporânea, pois o impacto do acontecimento despertou forças de oposição e protestos que até então pareciam adormecidas. Pessoas e setores que se mantinham apáticos de súbito se mobilizaram num esforço coletivo que, em última instância, visava – embora de maneira às vezes inconsciente – a deter um processo de violência que se chocava com o humanismo inerente ao povo brasileiro.

(POERNER, 1995: 289)

Realmente, os acontecimentos de 28 de março desencadearam uma grande mobilização popular por todo país, sendo que as maiores manifestações se deram no Rio de Janeiro, em 26 de junho e 4 de julho, ficando conhecidas como as “Passeatas dos Cem Mil”, pelo fato de ambas congregarem mais de 100 mil manifestantes nas ruas que, de forma pacífica, procuravam demonstrar o seu descontentamento frente à repressão violenta do regime. Segundo Poerner (1995: 290), as “Passeatas dos Cem Mil criaram no país um clima que deu a muita gente a impressão de que se avizinhava uma nova fase de abertura democrática”. Infelizmente, como será visto mais adiante, as esperanças do povo não passaram de otimismo exagerado.

As manifestações de 1º de maio, Dia do Trabalho, foram marcadas pela ação efusiva da oposição ao regime. Na Praça da Sé, em São Paulo, por exemplo, líderes sindicais, autoridades e o próprio governador do Estado subiram ao palanque para discursar. Do outro lado, a oposição subia em caixotes e se pronunciava, enquanto pequenas passeatas de praças próximas chegavam com cartazes, faixas e gritos de denúncia à ditadura. Quando o governador Abreu Sodré pegou no microfone, os fios foram cortados. Em seguida, como conta João Roberto Martins Filho⁷⁷,

uma chuva de pedras cai sobre o tablado. Protegido por policiais da Força Pública e do DOPS, Sodré é retirado de cena, rumo à catedral da Sé, que lhe serve de refúgio. (...) Milhares de trabalhadores e estudantes aplaudem. Com megafones, falam líderes operários e Luís Travassos, o presidente da UNE. Depois dos discursos, tábua a tábua, a tribuna é rapidamente

⁷⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. **A rebelião estudantil**: México – França – Brasil. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1996, p. 41.

desmontada. Alguns tocam fogo à pilha de madeira, enquanto a multidão observa, abrindo uma clareira para a ação dos militantes. A grande exaltação desemboca na convocação de uma passeata. Às 10h30 min, todos deixam a praça. Logo à frente, derrubam e arrebentam um cartaz do Ministério do Exército. Na avenida São João, a sede do Citibank é atacada, com um poste de sinalização servindo de aríete. Logo à frente, um cordão de soldados com metralhadoras protege o prédio da Polícia Marítima. A marcha então se desvia, para se dissolver mais à frente, já na Praça da República, depois de nova sessão de discursos. (...) os jornais conservadores atribuíram a culpa da confusão aos estudantes.

Em meados de junho, houve um novo confronto entre estudantes e regime. No dia 11, o presidente Costa e Silva proibiu a reposição de aulas durante as férias escolares. Ao mesmo tempo, foi anunciada uma concentração do movimento estudantil em frente ao prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, deixando 4 mil policiais e vários setores do Exército de prontidão. Mesmo com a autorização do governador para a realização da concentração, policiais ocuparam todo centro da cidade. Os estudantes, por sua vez, já estavam espalhados pela área central, esperando o momento certo para o encontro. Na primeira tentativa de se aproximar do prédio do MEC, os policiais afastaram os estudantes com jatos d'água e estes recuaram. Para impedir nova investida dos manifestantes, foram lançadas bombas de gás lacrimogêneo. A situação só acalmou às 20 horas, com a desistência dos jovens.

Ainda no Rio de Janeiro, no dia 20 de junho, os alunos realizaram uma assembléia geral no prédio da reitoria da ex-Universidade do Brasil. Na reunião, dois mil estudantes decidiram reivindicar a libertação de colegas presos, enquanto a PM cercava o edifício, disposta a invadi-lo a qualquer momento para cumprir um mandato de prisão de 8 líderes estudantis procurados. Quanto ao resultado do episódio, Martins Filho (1996: 88) narra:

De repente, no início da tarde, entra pelos corredores o rumor de que a invasão era iminente. As gestões do reitor são infrutíferas. Há um começo de pânico. (...) Em pequenos grupos, os jovens procuram sair do prédio. Começa a correria. Muitos são presos e, depois de reunidos na calçada, são levados para o campo de futebol do Botafogo. O espetáculo que se seguiu teve enorme repercussão. Com as mãos na nuca, deitadas no solo, levantadas pelos cabelos, moças apavoradas freqüentaram as páginas dos jornais da classe média no dia seguinte.

A repressão evoluía paralelamente ao crescimento das mobilizações estudantis. Mais bem equipada e com novas técnicas – passaram a usar cassetetes, jatos de água e cavalaria – a polícia se apresentava para conter qualquer manifestação. No entanto, conforme Garcia (2003:60),

a criatividade dos estudantes estava sempre presente. Inventavam formas para rebater o efeito do gás lacrimogêneo, usando lenço molhado embebido

em bicarbonato e contra os cavalos jogava-se bolinhas de gude, para que eles escorregassem.

Nesse período, também aumenta a infiltração de membros do regime nas universidades. Os espões se passavam até por vendedores de pipoca e picolé para vigiar os estudantes. Mesmo assim, como relata Garcia (2003:60),

dentro das faculdades eles eram logo detectados e desmascarados. Os alunos ligados aos órgãos de repressão eram conhecidos. Às vezes, participavam de assembleias e tentavam tumultuá-las, mas eram logo colocados para fora.

No dia 28 de agosto, soldados armados com fuzis e metralhadoras, trazendo cães e bombas de gás lacrimogêneo reprimiram um protesto organizado por estudantes, jornalistas e populares em São Paulo. No dia seguinte, a violência se deu na capital federal, onde, conforme Poerner (1995: 292),

(...) 30 carros da Polícia Civil, duas companhias da Polícia Militar, agentes da DOPS e do Serviço Nacional de Informações, e mais 12 choques da Polícia do Exército invadiram a Universidade de Brasília, arrombando salas de aula, espancando alunos, professores, parlamentares a até um major do Exército que lá estudava. Além de prejuízos materiais superiores a 300 mil cruzeiros, com a destruição de equipamento de pesquisa de que o país tanto carece para se desenvolver, o balanço da violência registrou inúmeros feridos, entre os quais o estudante Waldemar Alves da Silva, atingido por uma bala de calibre 45 na cabeça.

Quanto a mais esse episódio de profunda barbárie, a justificativa do governo foi a presença, na UnB, de cinco estudantes “subversivos”, dentre os quais o líder estudantil Honestino Guimarães, cuja captura era necessária para a manutenção da segurança nacional.

A opinião pública nacional condenou, através de todos os meios e modos que então ainda restavam (e que já eram poucos), a invasão do atraso e da estupidez em Brasília. A imprensa repeliu o atentado, como quase toda a Câmara dos Deputados, onde surgiu até mesmo um abaixo-assinado de deputados do partido governamental, a Arena, repudiando as violências praticadas na universidade e manifestando confiança nas providências do presidente da República para apurar as responsabilidades e punir os responsáveis. Um parlamentar mais indignado, o ex-jornalista do *Correio da Manhã* Márcio Moreira Alves, foi mais longe, ao sugerir, em represália ao atentado, o boicote popular ao desfile militar tradicionalmente realizado em 7 de setembro, Dia da Independência (...).

(POERNER, 1995: 293)

Em Minas, ainda em agosto, durante as manifestações, os universitários pichavam os ônibus com palavras de ordem e faziam pedágios para arrecadar dinheiro para pagar advogados de presos políticos.

No mês de setembro, apesar da dificuldade para a realização de eventos, a UNE organizou um encontro das Executivas nacionais em Belo Horizonte, para reavaliar a atuação estudantil no âmbito profissional.

Nesse ano, os estudantes adotaram a tática de ocupação das faculdades nas principais capitais do país. Assim, eles ficavam dentro dos prédios promovendo discussões sobre a redefinição da universidade.

No início de outubro, outro episódio balançava o movimento estudantil, ficando conhecido como a “guerra da Maria Antonia”. Tratou-se de um conflito entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – situada no centro de São Paulo, na Rua Maria Antonia – e alunos do Mackenzie, cujo prédio estava localizado na mesma rua. De acordo com Irene Cardoso⁷⁸,

deste conflito resultou a morte de um estudante e um edifício depredado, incendiado e definitivamente interditado pelas forças policiais. Este edifício, de nº 294, era o da Faculdade de Filosofia da USP, um próprio do Estado, destruído com a complacência e/ou conveniência do próprio governo do Estado, do governo federal e de parte das autoridades universitárias.

Enquanto os alunos e professores da FFCL – que haviam ocupado a faculdade para discutir a universidade – ficavam desprotegidos, no momento do ataque, havia um policiamento ostensivo no Mackenzie, fazendo um cordão de proteção dos seus prédios, enquanto, de dentro dos edifícios, estudantes atiravam e bombardeavam o prédio da Filosofia.

Embora na memória sobre os acontecimentos registre-se apenas um conflito entre os estudantes da FFCL e do Mackenzie, este não pode ser tratado como um mero incidente, já que partiu de uma ação organizada e articulada, paramilitarmente, por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que realizaram inúmeros atentados como esse desde 1964, não se restringindo à São Paulo.

O ataque à Maria Antonia foi realizado com pedras, tiros e bombas, tendo durado desde o final da manhã até a noite do dia 3 de outubro, durante 10 horas ininterruptas. À noite só permaneciam no edifício da Faculdade bombeiros tentando apagar os incêndios provocados pelas bombas, que continuavam a cair sobre o prédio, mesmo após a sua evacuação total, quando este é, então, finalmente, invadido pela Força Pública, encerrando o episódio naquele local e encerrando também o período de permanência ali, por quase 20 anos, da FFCL.

(CARDOSO, 1998: 34)

⁷⁸ CARDOSO, Irene. **Maria Antonia**: o edifício de nº 294. IN: MARTINS FILHO, João Roberto. **1968**: Faz 30 Anos. Campinas: Editora UFSCar/Mercado das Letras, 1998, p.27.

Neste episódio, houve a omissão não só da polícia e da Secretaria de Segurança Pública do Estado, como também da Reitoria do Mackenzie, que disse, em pronunciamento, estar do lado dos seus estudantes. Esse descaso com que o acontecimento foi tratado pode ser visto sob a perspectiva da política repressora do regime, já que era interessante para o governo essa tentativa de destruir um local “com vários focos de subversão”.

A essa altura, o movimento estudantil já apresentava certo desgaste, não só por conta dos confrontos freqüentes com a polícia e a repressão que sofria mas também por causa dos inúmeros embates políticos internos, deflagrados pelas diferentes organizações coexistentes no movimento, que discordavam sobre qual luta deveria ser privilegiada pelos estudantes: a política ampla ou a reivindicatória específica. Segundo Sanfelice (1986: 150), “foi aí então que as diferentes tendências políticas do movimento estudantil começaram a se dividir, transpondo para o nível prático aquelas divergências que já existiam no nível teórico”⁷⁹.

Com as cisões internas na UNE, a UEE de São Paulo ficou encarregada de organizar o 30º Congresso, cuja finalidade era eleger a nova diretoria da entidade máxima dos estudantes e discutir os novos encaminhamentos políticos do movimento estudantil. Para o encontro, foi escolhida a cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. Entretanto, o local escolhido não se revelou seguro, visto que a chegada de muitos estudantes no município chamou a atenção da população, chegando, rapidamente aos ouvidos das autoridades, que fecharam o cerco na cidade. No dia 14 de outubro, os 920 universitários presentes no congresso foram presos, dentre eles os 4 principais líderes da época: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos e Jean-Marc Von der Weid. Sobre o cotidiano dos jovens, após serem detidos no Congresso, Sanfelice (1986: 151) ressalta:

(...) a luta dos presos de Ibiúna continuou dentro da própria prisão. Os estudantes presos fizeram greve de fome para quebrar a incomunicabilidade, o que foi conseguido após dois dias; tiraram uma postura comum para responder aos interrogatórios e realizaram discussões políticas que começaram a enfrentar o problema de como dar continuidade ao Congresso. Três posições se definiram: chamar eleições diretas, fazer um novo Congresso ou realizar congressos regionais.

Depois do Congresso de Ibiúna e das prisões efetuadas pelo regime, as condições para a realização de manifestações praticamente não existiam. Garcia (2003:72) relembra que, naquele momento, só se conseguia organizar

comícios relâmpagos nos bairros da periferia, onde rapidamente fazia-se denúncia e os presentes saíam correndo para evitar a repressão. Eram

⁷⁹ O autor está se referindo aos grupos estudantis que começaram a participar das primeiras ações armadas, acreditando ser este o único caminho viável para combater a ditadura. Esse assunto será melhor discutido em um tópico específico deste capítulo, mais adiante.

distribuídos panfletos denunciando as prisões e arbitrariedades da ditadura. O trabalho esteve mais voltado para a soltura dos presos políticos.

O fracasso do Congresso de Ibiúna representou não só o desfecho da quebra de unidade interna da UNE e do desgaste do movimento estudantil, como também mostrou aos estudantes que estes subestimaram o aparato repressivo do regime. Entretanto, estes jovens não imaginavam que a situação ainda podia piorar, como será demonstrado mais adiante.

2.5. A questão da universidade: movimento estudantil *versus* regime

Conforme já foi dito, antes mesmo do golpe, o movimento estudantil estava engajado na busca de uma reforma universitária adequada aos padrões nacionais. Haja vista os Seminários Nacionais organizados pela UNE no início dos anos 60, com o objetivo de debater o assunto, bem como o desejo de inclusão da reforma universitária nas reformas de base do governo Goulart. Nesse período, os estudantes procuraram se aprofundar no estudo e conhecimento da realidade brasileira, com o intuito de adequar as transformações da universidade às necessidades da sociedade⁸⁰. E foram as definições extraídas nos debates realizados nessa época que nortearam a luta do movimento estudantil pela reforma universitária mesmo depois de instaurada a ditadura. Sobre esse período rico em debates a cerca da transformação da universidade, Florestan Fernandes⁸¹ relata o exemplo da USP:

Ela viveu seu momento de apogeu na década de sessenta, antes e depois do golpe de Estado de 1964: foi um momento de euforia, de grandeza e de coragem. Buscava-se uma reforma universitária que nascesse a partir de dentro da instituição, conjugada ao esforço dos estudantes, professores e funcionários que desejassem envolver-se no processo. Uma reforma de alta densidade que, para efetuar certas alterações profundas, requeria uma revolução democrática na sociedade.

É inegável que o modelo de universidade brasileira, construído a partir de 1945, já apresentava sinais de esgotamento, mesmo antes da ditadura, por conta das suas deficiências de infra-estrutura, de recursos, do seu formato administrativo e acadêmico, bem como de seu caráter excludente. Era justamente essa realidade que estimulava estudantes e docentes a discutirem a necessidade de uma reforma ampla da universidade no início dos anos 60.

⁸⁰ Por adequar a universidade às necessidades da sociedade entenda-se democratizar o ensino, mantendo a gratuidade e o investimento nas escolas públicas e ampliando o número de vagas para permitir maior acesso do povo à educação. Essa era uma reivindicação extremamente plausível, visto que, segundo Florestan Fernandes, os dados referentes à matrícula geral no ensino brasileiro, em 1965, demonstravam o seu caráter profundamente elitista. Conforme o sociólogo, “tudo se passa como se a parte dinâmica e vital de todo o sistema estivesse voltada para um único fim essencial – alimentar o minúsculo pólo privilegiado (...)”. IN: FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed., 1979, p. 41.

⁸¹ FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 8 e 9.

Mas, ao contrário daquilo que fora idealizado, com o golpe de 1964, além da tentativa de esmagar a atuação do movimento estudantil, os novos detentores do poder avançaram contra a universidade, através da chamada anti-reforma, que se opunha ao projeto de uma instituição crítica e democrática idealizada internamente por parte da comunidade acadêmica. Assim, segundo Martins Filho (1998: 17),

(...) o governo militar feria de morte duas reivindicações históricas do movimento estudantil: por um lado, o direito à participação, simbolizado na importância da UNE e das UEEs; por outro, a busca de uma universidade “voltada para os interesses nacionais”, pública e gratuita.

Pode-se dizer que o movimento de renovação da universidade, considerado como parte da revolução da sociedade, da cultura e do Estado, amedrontou as classes dominantes – empresários, burocratas civis e militares e acadêmicos conservadores. Para estes, as mudanças propostas – e encaradas pelos proponentes como algo natural a se buscar nas instituições de ensino superior – encarnavam o mal e a rebeldia, sendo, portanto, fundamental combatê-las através de uma contra-reforma⁸².

Durante visita à Universidade do Ceará, em 1964, Castello criticou o movimento de reforma universitária da oposição, acusando-o de criar “um clima de agitação incompatível com os melhores objetivos”. Também afirmou que fazia parte das metas do governo revisar a estrutura da universidade, bem como manter as definições da Lei de Diretrizes e Bases, que preconizava a criação de fundações e autarquias para atender ao ensino superior.

Uma das primeiras mudanças realizadas pelo regime foi a reformulação do Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação em 1962, e revisto em 1965, já com as orientações privatistas do governo. Nessa revisão, como ressaltam Cunha e Góes (2002: 41 e 42),

(...) além de deslocar para mais adiante as metas originais – como a de matricular 100% da população de 7 a 11 anos de idade em escolas primárias –, o CFE aumentou os recursos a serem transferidos para o setor privado. A versão de 1962 daquele plano previa que 3% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário fossem destinados a bolsas de estudo em escolas particulares; a revisão de 1965 aumentou essa proporção para 5%. Da mesma forma, o Fundo Nacional do Ensino Médio, de 14.5% para 20%, e o Fundo Nacional do Ensino Superior, de zero para 5%. (grifo nosso)

⁸²Vale ressaltar, no entanto, que as mudanças efetuadas no âmbito da universidade, após o golpe de 64, não encontraram uma resistência unânime, ou seja, havia, no interior das instituições, quem apoiasse as iniciativas do regime, como pode ser observado na afirmação de Florestan (1984: 49): “No movimento interno à universidade, professores, estudantes e funcionários mais ou menos conservadores aderiram à contra-revolução armada e levaram para o seio da instituição a ditadura que fora implantada na sociedade global”.

Essa iniciativa comprovava a intenção do regime na expansão da privatização em todos os níveis do ensino, em detrimento da contenção do ensino público. Isso sem falar dos sistemas de bolsas de estudo implantados após o golpe, que privilegiavam o setor privado.

Em seguida, o regime tirou da manga um projeto próprio de reforma universitária, inspirado nos modelos norte-americanos, privilegiando o ensino pago e a concepção do ensino como apêndice da economia, ou seja, como investimento diretamente produtivo.

Para responder às deficiências da universidade, os tecnocratas do novo regime foram buscar no modelo universitário norte-americano a idéia da privatização do ensino. Convênios assinados entre o Ministério da Educação e o governo dos EUA – os acordos MEC-USAID – e documentos de especialistas americanos – como o “Relatório Atcon”⁸³ – forneceram subsídios para o projeto governamental.

(MARTINS FILHO, 1996: 74)

Na concepção dos governantes, a universidade passava, portanto, a ser vista como peça fundamental para o avanço da política econômica, voltada às grandes empresas, ou seja, sua função primordial seria fornecer recursos humanos qualificados para o mercado. Para que isso se tornasse viável, era necessário, no entanto, organizá-la de modo a erradicar a consciência política, a crítica social e a criatividade presentes no seu interior⁸⁴. Essa visão de subordinação da educação à economia foi, inclusive, reforçada durante o Simpósio sobre a Reforma da Educação, realizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entre dezembro de 1964 e o início de 1965, que também sugeriu a adoção do modelo de administração e dotação de recursos utilizado pelos norte-americanos nas universidades brasileiras.

A *United States Agency for International Development* – USAID⁸⁵ –, juntamente com o “apoio operacional” de alguns tecnocratas brasileiros, ficou, então, encarregada de reordenar

⁸³ O Relatório Atcon surgiu em 1958, com o título de “Anteprojetos de Concentração Política Norte-americana na América Latina na Reorganização Universitária e sua Integração Econômica”. Foi elaborado pelo professor norte-americano Rudolph Atcon e depois rebatizado com o nome *The Latin American University*, servindo de base para atuação da USAID na educação da América Latina. Segundo Poerner (1995: 220), o relatório preconizava a seguinte interferência no ensino: “Desenvolver uma filosofia educacional para o continente; (...) estabelecer programas de ação educacional em todos os níveis educacionais e obter os meios financeiros para levar à prática tal política; criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas; (...) a transformação da universidade estatal numa fundação privada; (...) a eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial; (...) colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de dez anos (...)”. Percebe-se, realmente, que este documento foi seguido à risca pelos planejadores do ensino no Brasil: a desnacionalização da educação, a submissão desta à economia, a perseguição aos estudantes, o crescimento do setor privado na educação, tudo feito de acordo com as orientações do relatório.

⁸⁴ Como pensavam desse modo, os planejadores do ensino passaram a privilegiar as ciências naturais, engenharia, medicina, treinamento empresarial, direito, administração, em detrimento das humanidades e das artes, por acreditarem que era nestas áreas que se encontravam as resistências ao projeto governamental.

⁸⁵ Cunha e Góes (2002: 32) ressaltam que, embora a inserção da USAID nas questões educacionais brasileiras – disfarçada de “assistência técnica – tenha sido mais efetiva a partir de 1964, esta já vinha de longe e não

a educação nacional, o que aconteceu, pelo menos inicialmente, de maneira sigilosa⁸⁶. Os acordos MEC-USAID não se restringiram às universidades, cobrindo todos os níveis educacionais, isto é, incluíam também o ensino primário e médio. Além disso, previam o treinamento de professores e a produção e distribuição de livros didáticos.

No sistema educacional formatado a partir de Castello Branco, procurou-se realizar uma “desobstrução” do Ministério da Educação. Desse modo, os defensores do ensino público gratuito e de qualidade foram sendo substituídos por aqueles que defendiam a posição de hegemonia da escola particular subsidiada pelo Estado⁸⁷, bem como auxiliavam o governo na repressão às atividades por ele julgadas “subversivas”. Desse modo, enquanto os conservadores acadêmicos, a serviço da ordem vigente, tinham seus mandatos sucessivamente renovados, professores e universitários eram expulsos das instituições onde lecionavam e estudavam por defenderem um modelo diferente de reforma. Até mesmo a ascensão na carreira acadêmica – fato que acabava gerando competição interna entre docentes – passou a ter mediação da repressão política.

Mas, não foram somente os membros da alta administração da universidade e os intelectuais renomados a serem atingidos pela repressão. Conforme Cunha e Góes (2002: 38),

funcionários do MEC, das secretarias estaduais e municipais de educação, e simples professores também foram demitidos ou, se mantidos em seus cargos, ameaçados constantemente, na tentativa de se obter, pelo medo, seu consentimento ao novo regime.

Com isso, era possível notar que, mesmo antes da implantação de medidas radicais – como o AI-5 e o Decreto-lei nº 477⁸⁸ –, a repressão agia no âmbito educacional do mesmo modo que na sociedade, perseguindo aqueles que considerava “subversivos”, tratando todos como suspeitos até que se provasse o contrário. Nesse sentido, Poerner (1995) destaca a

acontecia somente no Brasil. De acordo com os autores, “esses interesses se manifestaram desde a Guerra Fria e cresceram no final dos governos Dutra e Jk”, apesar de terem alcançado um nível de desnacionalização da educação nunca antes visto no governo Castelo Branco.

⁸⁶ O caráter sigiloso foi uma das características dos acordos MEC-USAID. O sigilo parece ter sido tão bem conservado que o próprio ministro da Educação, Tarso Dutra, quando questionado sobre os convênios, em abril de 1967, na Bahia, afirmou que ainda não tinha tido tempo para examiná-los. Conforme Poerner (1995: 220), “ele se sentia, portanto, em condições de duvidar de que os termos dos convênios fossem do conhecimento dos estudantes, cujos protestos contra os ominosos documentos teriam, por conseguinte, segundo o titular da Educação, um sentido ‘puramente emocional, por estar em causa uma organização norte-americana’”.

⁸⁷ Com essa concepção, as verbas públicas que antes eram destinadas para o ensino público, eram reduzidas, sendo a maior parte transferida às escolas particulares que, então, seriam encarregadas da escolarização das crianças e jovens. Somente onde não houvesse interesse em instalar uma escola particular é que seria bem-vinda a escola pública e, assim, promovia-se uma desmontagem ou, no mínimo, uma desaceleração do crescimento da rede pública de ensino em todos os níveis. Essa política é facilmente constatada quando se observa que, antes do golpe, a maioria esmagadora das universidades brasileiras era pública. Já depois de instaurada a reforma da ditadura, houve uma expansão assustadora das instituições particulares de ensino superior.

⁸⁸ Esses dispositivos serão discutidos mais adiante neste trabalho.

importância de se analisar a violência cometida contra o movimento estudantil como parte desse projeto do regime de desnacionalização da educação.

A primeira fase dos Acordos MEC-USAID foi coordenada, em conjunto, pelo Ministério da Educação e do Planejamento, que estabeleceram contato com autoridades norte-americanas para realização de análises dos planos educacionais. Sobre os norte-americanos designados a participar da reformulação da educação brasileira, Poerner (1995: 219) comenta:

A título de entendimento e sondagens iniciais, chegaram as primeiras missões educacionais americanas, os grupos de supostos técnicos em planejamento educacional. Todos, no entanto, pedagogos medíocres em seu país ou mestre-escolas sem nenhum conhecimento das coisas do Brasil, quando não espiões internacionais, recém-chegados da Ásia e da África e outras “fronteiras ideológicas” do “mundo ocidental-cristão”. (...). Pois foi com esse tipo de gente que se firmou, às escondidas, o conjunto de Acordos MEC-Usaid, que criou as comissões de planejamento do ensino superior, médio e primário.

Assim, logo depois do golpe de 1964, os norte-americanos, munidos das “ricas orientações” traçadas no Relatório Atcon, transformaram o Brasil em um país-cobaia para os seus experimentos. É desse relatório, inclusive, que resultou o Acordo MEC-USAID de planejamento do ensino superior. Para execução desse “corajoso” projeto educacional, foi constituída a Equipe de Planejamento do Ensino Superior (Epes), formada por 5 técnicos americanos e 5 brasileiros⁸⁹, sendo que estes últimos trabalhavam em regime de tempo integral. Apesar da igualdade numérica entre os grupos que participavam da Epes, era nítida a situação de inferioridade dos brasileiros, como aponta Poerner (1995: 221):

(...) os americanos é que possuíam o dinheiro e eram eles que forneciam a orientação dos trabalhos e os volumes requintadamente encadernados em que os brasileiros se deviam basear. Quanto as estes, humilhados por essas circunstâncias e mais pela diferença de ordenados, cabia-lhes a obediência, uma vez que o governo do seu país, ao assinar o acordo, confessara, automaticamente, a sua incompetência para planejar a educação do Brasil.

Sobre a sigiliosidade dos Acordos MEC-USAID, havia razões óbvias, tanto para discrição exigida pelos norte-americanos quanto para o sigilo da negociação realizada pelo ministro Suplicy de Lacerda, que, inicialmente, omitiu a assinatura dos convênios até mesmo do Conselho Federal de Educação. Enquanto os primeiros precisavam contornar o ódio provocado pela dominação ostensiva, o segundo só apresentou os acordos ao CFE depois do fato já consumado, obtendo aprovação automática deste órgão, que nem conhecia o teor do documento com o qual acabava de concordar. O fato é que tanta preocupação em esconder

⁸⁹ Em 1967, havia 4 norte-americanos e apenas dois brasileiros nessa equipe.

esses convênios já revelava o perigo neles contido, bem como justificava os protestos que se sucederam quando estes se tornaram conhecidos pela imprensa, por professores e estudantes.

Apesar dos protestos, o presidente Castello Branco não cancelou os acordos, dando seqüência, portanto, ao projeto de desnacionalização da educação brasileira, bem como de expansão privatista do ensino, sob a “preciosa” orientação norte-americana.

Cerca de 20 acordos foram firmados entre a USAID e o MEC, sendo 15 de natureza educacional, quatro sobre o ensino agrícola e um sobre a publicação de livros. No âmbito universitário, o pacote da reforma incluía os seguintes convênios: Acordo MEC-USAID para a reforma da universidade (23/06/1965); Acordo MEC-Contap⁹⁰-USAID de assessoria para a expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores de ensino médio e proposta de reformulação das faculdades de Filosofia do Brasil (24/06/1966); Acordo MEC-USAID de assessoria para a modernização da administração universitária (30/06/1966); Acordo MEC-INEP-Contap-USAID, adicional aos acordos para aperfeiçoamento do ensino primário, promovendo um entrosamento melhor entre este e os ensinos médio e superior (30/12/1966); e Acordo MEC-USAID de reformulação do primeiro acordo de assessoria à modernização do ensino superior (vigente até 30 de junho de 1969). Os dois primeiros acordos que abrangiam, exclusivamente, o ensino superior, assim que se tornaram conhecidos pelos estudantes – ainda que não em sua totalidade – passaram a ser combatidos pelo movimento estudantil.

O fato é que, através desses acordos, ficou nas mãos dos norte-americanos escolher os tipos de currículos, os métodos didáticos, os programas de pesquisa e serviços de orientação de estudantes, enfim, todas as decisões que se deveria tomar para garantir a “eficiência na formação universitária” e, ao mesmo tempo, “suprimir a autonomia das universidades brasileiras, empecilho à uniformização ideológica, transformando-as em fundações” (POERNER, 1995: 227). E os brasileiros, como fantoches, seguiam às orientações.

No ensino superior, era perceptível o crescimento da acumulação de capital no setor privado. Com a política governamental de frear o crescimento das universidades públicas, aliada ao aumento da demanda pelo ensino superior nos anos 60, criou-se o cenário ideal para proliferação das escolas particulares. Nessa época, muitos cursinhos de pré-vestibular privados aproveitaram para expandir os seus negócios, abrindo faculdades. E o regime recebia muito bem essa mudança, que acabava por desobrigá-lo à manutenção do ensino público e gratuito. Segundo Cunha e Góes (2002: 48),

(...) o Conselho Federal de Educação dava sua contribuição a esse “esforço” da iniciativa privada facilitando a concessão de autorização para

⁹⁰ Conselho da Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso.

funcionamento e credenciamento das faculdades particulares que se multiplicavam a cada dia.

É importante destacar que o investimento do governo no setor privado não se dava somente sob a forma da transferência de verbas propriamente dita ou da redução da burocracia para abertura de novas instituições, mas também através de incentivos fiscais, como o abatimento do imposto de renda, por exemplo.

Em 1966, o movimento estudantil saía às ruas em passeatas contra a Lei Suplicy e os Acordos MEC-USAID, enquanto Castello Branco, anunciava, em 1º de março, a continuidade do projeto educacional para promover o desenvolvimento do país. No seu discurso, o presidente afirmou que, em 1964, foi feito o saneamento do sistema educacional e, em 1965, buscou-se consolidar o aperfeiçoamento da vida educacional. Para 1966, o governante adiantou

(...) que encontraria a solução de alguns inúmeros problemas antepostos ao pleno desenvolvimento da estrutura do ensino no país. No ensino superior seria feito um trabalho permanente de assistência: a gratuidade nas escolas federais seria extinta, para aqueles que dispusessem de recursos, e prosseguiriam “as pesquisas e estudos visando definir a problemática do ensino superior brasileiro” (...).

(SANFELICE, 1986: 101 e 102)

Com esse discurso, confirmava-se, mais uma vez, as intenções privatistas do regime na educação, bem como a manutenção dos Acordos MEC-USAID para dar “prosseguimento às pesquisas sobre o ensino superior brasileiro”.

Em 28 de julho de 1966, no 28º Congresso da UNE, realizado em Belo Horizonte, os estudantes novamente se colocaram contra a política educacional que vinha sendo implementada pelo governo e continuaram defendendo uma reforma universitária com o intuito de “abrir as portas da Universidade ao povo brasileiro sem distinção de classes”, acompanhada da modificação das estruturas econômicas e sociais do país. Entretanto, apesar da combatividade do movimento estudantil, o rolo compressor do regime seguia, desnacionalizando as instituições de ensino superior, sob os olhos atentos dos tecnocratas norte-americanos. Tanto a afirmação é verdadeira que, em outubro do mesmo ano, os estudantes ficaram sabendo que o governo estava enviando ao Congresso um projeto de lei sobre a reorganização das universidades federais. Iniciativa que acabou resultando no Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, que fixou os “princípios e normas de organização das universidades federais”.

Procurou-se, através desse decreto, padronizar as universidades, ironicamente, utilizando como inspiração, parte das iniciativas adotadas pela Universidade de Brasília – aquela que os

próprios ditadores fizeram questão de destruir assim que subiram ao poder. Tal atitude mais uma vez demonstrava a arbitrariedade do regime, visto que, o que era bom para UnB não era necessariamente satisfatório para todas as instituições de ensino superior.

Nesse sentido, as primeiras iniciativas do governo para alteração da estrutura das universidades federais brasileiras foram as seguintes: não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes – isso acontecia muito, pois quando as faculdades se uniram para criar as universidades, elas mantiveram a estrutura anterior, o que gerava onerosas duplicações –; a organização de departamentos, para reunir todos os docentes, pesquisadores laboratórios e outros recursos de um mesmo campo do conhecimento⁹¹; e a implantação do regime de créditos – para viabilizar a transição dos estudantes pelas disciplinas dos diversos departamentos, em busca da integralização dos seus diversos currículos⁹².

Mas as novidades não pararam por aí. Ao contrário da Carta Magna de 1946 – que determinava que a União deveria repassar para a educação pelo menos 10% da receita de impostos, enquanto os Estados e municípios, 20% –, a Constituição promulgada pelo regime em 1967 retirou a vinculação automática de verbas para o ensino, no plano federal, ou seja, a União poderia destinar qualquer porcentagem de sua receita para esse setor. Tal medida limitou ainda mais a transferência de recursos para o sistema educacional brasileiro nos 20 anos de ditadura. O efeito mais danoso dessa atitude do governo pôde ser sentido no ensino superior, já que

as verbas destinadas às universidades foram drasticamente cortadas, a ponto de muitas delas terem de paralisar importantes atividades de ensino, de pesquisa e de prestação de serviços. (...) No mesmo sentido descendente foi a remuneração dos professores (...), o que levou muitos professores a procurarem outros empregos como complemento ou substituto da pesquisa e do ensino. Em ambos os casos, o resultado foi a deterioração da qualidade da universidade pública.

(CUNHA; GÓES, 2002: 51)

O corte de verbas, aliado ao aumento do controle das instituições através da redução da independência dos reitores, era uma maneira de, gradativamente, reduzir a autonomia das universidades públicas brasileiras.

⁹¹ O problema dessa iniciativa não era organizar as escolas em departamentos, mas sim o modo como era feita essa organização, que acabava colocando na mesma sala de aula, com um mesmo professor, um grande número de estudantes de diferentes cursos, portanto, com interesses diferentes. Para o governo, isso diluía os custos com os salários docentes, no entanto, reduzia a qualidade do ensino, já que, nesse formato, não cabia a diferenciação de acordo com o tipo de curso do aluno.

⁹² Na verdade, o regime de créditos servia mesmo para viabilizar a organização departamental citada anteriormente. Nesse regime, os estudantes iam colecionando créditos das disciplinas que faziam e lançando-os em seu histórico escolar até que tivessem o número de créditos necessários para se formar. Segundo Cunha e Góes (2002), onde esse formato foi efetivamente implantado houve desorganização das turmas e inviabilização da antiga solidariedade entre os estudantes.

Em março de 1967, um número especial da *Revista Revisão*, dedicado aos calouros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, anunciou que a reforma universitária elaborada pelo governo e os Acordos MEC-USAID eram os maiores responsáveis pela agitação do movimento estudantil, uma vez que ambos deixavam o povo brasileiro de mãos atadas com relação à educação e à cultura. De acordo com a revista, as reformas projetadas pelos norte-americanos entregavam as rédeas do ensino aos técnicos e especialistas estrangeiros. Além disso, *Revisão* denunciou a arbitrariedade do Relatório Atcon, que propunha a transformação do ensino gratuito em pago e da universidade estatal em fundação privada. No final, a revista concluía:

Vejam, colegas, a que ponto chegamos: ao invés de aumentar o âmbito do ensino gratuito, acaba-se com ele. Por isto, combatemos o acordo. Por isto, não concordamos com seus promotores. Por isto achamos que qualquer intromissão estrangeira no ensino, não só fere a nossa soberania, como também ameaça a própria segurança nacional. (...) por isto, achamos que todos os universitários devem formar uma ampla frente de luta contra esses “donos do ensino”.

(REVISÃO, 03/1967, *apud* SANFELICE, 1986: 124)

Foi também em março de 1967 que a UNE promoveu, em Niterói, um seminário⁹³ para discutir os acordos MEC-USAID. Os pontos negativos sobre os convênios suscitados nesse encontro diziam respeito à cobrança de anuidades nas universidades públicas – que funcionariam no sistema de fundações. Na ocasião, houve repressão e estudantes foram presos. A partir dessa discussão, a UNE divulgou sua “Tese sobre a universidade arcaica”, onde fez uma análise da infiltração norte-americana no ensino brasileiro e extraiu um Programa Mínimo que incluía seguintes ações específicas no âmbito da educação:

I) Denúncia do acordo MEC-USAID, do plano Atcon e de todos os instrumentos de infiltração no sistema de ensino. A luta contra esses instrumentos da ditadura e do imperialismo não deve ter um simples caráter de denúncia, mas deverá, inclusive, materializar-se no boicote a sua aplicação, e manifestações contra organismos implicados e contra o pessoal técnico estrangeiro encarregado de sua efetivação.

II) Luta pela reforma universitária – só entendida como transformação total da universidade, com abertura de suas portas para o povo, a participação efetiva dos estudantes na sua direção e orientação de ensino voltada para os problemas nacionais, servindo assim de instrumento de luta de libertação dos trabalhadores e povo brasileiro.

III) Luta pela gratuidade de ensino em todos os níveis – tendo em vista o fato de através dela levantarmos pontos comuns de reivindicações com as classes trabalhadoras. Esse aspecto está incluído dentro da necessidade de projeção dos movimentos para as ruas. (...)

(REVISÃO, 05/1967, *apud* SANFELICE, 1986: 134)

⁹³ O movimento estudantil já vinha realizando seminários regionais sobre os Acordos MEC-USAID desde que tomou conhecimento dos mesmos.

Mas de nada adiantava a resistência do movimento estudantil. As mudanças realizadas na educação aconteciam sob pressão dos norte-americanos sobre o governo. Qualquer ameaça que pairasse sob os planos dos tecnocratas estrangeiros era seguido de uma ameaça: “Se vocês não nos derem isso, cancelaremos isso ou aquilo...”. Foi assim que, em abril de 1967, houve um processo de revisão do acordo referente à reforma da universidade, desencadeado pelo próprio Atcon, que, conforme Poerner (1995: 228), “num relatório sobre a reforma administrativa das universidades brasileiras, concluiu que somente três delas teriam condições de funcionamento e que o resto era uma desordem”.

Desse processo revisionista, foi assinado, em 9 de maio de 1967, outro Acordo MEC-USAID, visando à reformulação do que havia sido feito em 1966, de assessoria para modernização das universidades. No dia 11 do mesmo mês, foi constituído o Grupo Permanente de Planejamento do Ensino Superior que, no início do ano seguinte, continuava trabalhando a todo vapor com os tecnocratas norte-americanos, apesar de apenas um brasileiro ter se mantido no grupo. Embora desse novo acordo tenha saído a promessa de uma ação mais efetiva do MEC nos programas, a estrutura do convênio anterior foi mantida.

Apesar de não terem conhecimento profundo dos convênios entre o MEC e a USAID, os estudantes não deixaram de se manifestar contrariamente a estes. Nesse caso, o desconhecimento de maiores detalhes dos acordos foi favorável ao regime, visto que o estudo mais acurado destes documentos levaria o movimento estudantil a promover protestos mais violentos. A verdade era que os universitários tinham motivos de sobra para se manter em estado de rebelião com relação aos disparates cometidos contra a universidade. Os jovens não acreditavam que o governo Costa e Silva fosse agir de modo diferente do seu antecessor, já que, além da manutenção da Lei Suplicy-Aragão e do acatamento das mudanças propostas pelos acordos com os norte-americanos, ainda não havia sido feita uma reforma adequada das universidades, que tinha somente sua situação agravada pelas medidas que vinham sendo adotadas para destruir sua autonomia e minar ainda mais os seus recursos. Nem mesmo a ampliação do número de vagas no ensino superior o governo foi capaz de realizar para resolver o problema dos excedentes⁹⁴.

⁹⁴ Os excedentes eram estudantes aprovados nos vestibulares com nota acima de 5, mas que ficavam fora por falta de vagas. Em 1968, eles representavam cerca de 58,3% dos aprovados nos exames de ingresso no ensino superior, evidenciando a gravidade dessa questão. O movimento estudantil também se manifestou pela resolução desse problema em 1967, com a realização de importantes greves estudantis, como a dos excedentes de medicina, que montaram um acampamento em frente ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, para chamar a atenção da população e das autoridades.

Diante desse descrédito, o movimento estudantil deu prosseguimento aos protestos contra o governo, manifestando-se contra todos os disparates cometidos na educação, incluindo a questão dos cortes nas verbas destinadas às universidades.

O movimento contra os Acordos MEC-USAID atingiu o seu ápice em 26 de abril de 1967, quando o próprio ministro da Educação, Tarso Dutra, ante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, mesmo alegando desconhecimento dos textos, comprometeu-se a rever os pontos considerados inadequados aos interesses do Brasil. Entretanto, dias depois, o ministro anunciou que não havia nada nos acordos para rever, pois estes não feriam os interesses do país.

Durante o 29º Congresso da UNE, realizado em agosto de 1967, os estudantes elaboraram uma Carta Política, onde enfatizavam a luta contra a falsa reforma universitária do regime e os Acordos MEC-USAID. Além disso, definiram a realização de outros seminários para discutir o teor destes últimos.

Com o crescimento dos protestos estudantis e de outros setores da sociedade, em julho de 1968, foi organizado um grupo de trabalho para elaborar um anteprojeto de reforma universitária. Era a oportunidade, assim, de estender a todo o ensino superior brasileiro as medidas que já tinham sido implementadas nas universidades federais.

A chamada Lei da Reforma Universitária, nº 5.540/68, determinava que todas as instituições de ensino superior se adaptassem ao modelo (...) já ensaiado no sistema federal. Mesmo as universidades estaduais, como a Universidade de São Paulo, de longa tradição, como as faculdades particulares que, então, se multiplicavam, tiveram de se enquadrar aos novos dispositivos.

(CUNHA; GÓES, 2002: 84)

A Lei da Reforma certamente congregava a maior parte das medidas ligadas à política educacional do regime. No entanto, é preciso mencionar que os reformadores procuraram incorporar algumas reivindicações, consideradas ponto de honra para professores e estudantes que já lutavam há muito tempo para a transformação das instituições de ensino superior: a extinção da cátedra vitalícia e a universidade como padrão de organização do ensino superior.

A extinção da cátedra teve seus prós e contras, pois, ao mesmo tempo em que acabou com a improvisação e falta de produtividade da maior parte dos catedráticos, gerou um problema quanto ao funcionamento do corpo docente em departamentos onde não havia uma

hierarquia acadêmica, já que isso estimulou o aumento do individualismo dos professores e da disputa entre eles⁹⁵.

Quanto a colocar a universidade como padrão de organização do ensino superior, a história se deu de modo um pouco diferente das cátedras. Isso aconteceu porque, antes mesmo da elaboração da lei da reforma universitária, já era visível o crescimento das instituições particulares de ensino superior, que vinha de encontro à demanda não suprida pelas universidades públicas. Este chegava a ser um processo óbvio, pois os empresários do ensino estavam ligados ao CFE e, logicamente, não economizaram forças para facilitar a expansão das escolas particulares. Desse modo, a idéia de se fazer da universidade a regra do ensino superior virou letra morta, sendo atropelada pela própria política privatista do regime.

Além dessas medidas, os militares desenvolveram uma série de sugestões que foram adotadas, tais como: plano de carreira docente com introdução do tempo integral; divisão curricular em dois ciclos, um básico e um profissionalizante; integração das atividades de ensino e pesquisa; ênfase na pós-graduação, entre outras⁹⁶.

A questão dos excedentes era considerada o principal impasse a ser resolvido pela reforma universitária. Conforme Suzeley Mathias⁹⁷, na tentativa de solucionar esse problema, duas estratégias foram articuladas⁹⁸: aumentou-se o peso relativo das carreiras tecnológicas em relação às de humanidades – seguindo uma proposta da USAID – e, posteriormente, o grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto dessa reforma sublinhou que seria indispensável uma reforma no ensino médio para que houvesse um crescimento ordenado do ensino superior – assim, transformava-se o primeiro deles em profissionalizante, desviando para o mercado de trabalho um grande número de candidatos potenciais para os cursos universitários⁹⁹.

⁹⁵ Para Cunha e Góes (2002), esse padrão de individualismo, se não foi proposital, também não deixou de ser utilizado pelo regime para impedir o ingresso ou para demitir os professores considerados “subversivos”.

⁹⁶ A reintrodução da disciplina de Educação Moral e Cívica nos currículos escolares era outra medida idealizada pelo regime autoritário instalado em 1964. Na opinião dos seus defensores, ela viria preencher o “vazio ideológico” deixado na mente dos jovens, ocasionado pela deficiência da educação familiar, para que este não fosse preenchido pelas “insinuações materialistas e esquerdistas”. Nos cursos superiores, tentou-se mascarar-la, mudando o seu nome para Estudos de Problemas Brasileiros, embora o seu conteúdo contemplasse, de maneira explícita, as posições do regime para solução dos problemas sociais, políticos e econômicos do país. A educação física também foi enfatizada pelo regime, já que o estudante que praticasse esporte, seria disciplinado e iria se cansar, não tendo, assim, disposição para participar do debate político. A introdução dessas disciplinas será reiterada em 1971, com a Lei nº 5.692.

⁹⁷ MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia**: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação – 1963-1990. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 166.

⁹⁸ Posteriormente, Costa e Silva ainda criou o vestibular classificatório, que passava a considerar aprovados no exame não aqueles que alcançassem a nota mínima, mas os que conseguiam classificar-se para as vagas existentes (CAVALARI, 1987: 78).

⁹⁹ Realmente, o ensino profissionalizante também fazia parte do projeto educacional da ditadura. Dentre outras finalidades – como formar mais rapidamente profissionais para o mercado –, esse projeto fazia parte dos planos

No que tange o caráter público e gratuito de algumas universidades, a professora de sociologia da FFLCH-USP, Irene Cardoso¹⁰⁰, aponta que a reforma universitária, aprovada em 1968, manteve esses traços¹⁰¹.

Esses valores não foram tocados (...), possivelmente porque não se constituíam como referências apenas da “esquerda”. A composição do Grupo de Trabalho Federal da Reforma Universitária, assim como do grupo que elabora o chamado “Memorial Ferri”, que se constituía na “direita” dentro da USP, tem neles representadas figuras que em um momento anterior apoiaram a Campanha em Defesa da Escola Pública.

(CARDOSO, 2004:17)

De fato, o que aconteceu nas universidades públicas após o golpe foi uma *reforma a partir de cima* que procurou acabar com a espontaneidade e sufocar toda estrutura administrativa, afastando esta última da arena política e reduzindo-a ao ordenamento burocrático. De acordo com Florestan (1984: 52 e 53), esse processo era

(...) fruto da modernização tecnocrática. O Estado autocrático-burguês gerou um padrão de organização institucional pelo qual todas as instituições-chave se modelavam por sua imagem. (...) A fascistização localizada preencheu, portanto, sua função medular. Interrompeu o prolongado processo de revolução democrática interior à instituição e colocou em seu lugar controles compulsórios e mecanismos de administração e de decisão que separaram o corpo da cabeça da universidade.

Para Florestan (1984), a reforma universitária realizada pelo regime em 1968 representou a acomodação aos interesses dos profissionais liberais e ao modelo de ensino comercializável necessário para que essas demandas fossem atendidas, não sendo possível combatê-la enquanto não se formasse no interior da universidade um grupo de docentes, estudantes e funcionários realmente comprometidos com a construção de um novo tipo de universidade. De acordo com o sociólogo, naquela época, o novo modelo de instituição de ensino superior deveria, primeiramente, nascer da negação da reforma implementada pelo regime, pois esta se manifestou como uma “tutelagem política e como mera panacéia”, e não como resposta

de contenção da procura de vagas nos cursos superiores, uma vez que, conforme foi já dito, a demanda pela universidade era crescente no início dos anos 60. Como não estava disposto a atender às necessidades da classe média – que dava preferência às instituições públicas para reduzir os seus custos –, como o número de excedentes aumentava a cada ano, assim como suas reivindicações de aumento de vagas nas universidades públicas – e ainda temia que o aumento da oferta de formados no mercado ampliasse o índice de desemprego – podendo transformar os profissionais descontentes em contestadores do regime –, o governo encontrou no ensino profissionalizante a solução que procurava para resolver esse impasse.

¹⁰⁰ CARDOSO, Irene. USP, 70 anos: Comemorações e Contra-comemorações. **Revista Adusp**, nº 33, outubro de 2004, p.13-20.

¹⁰¹ É importante ressaltar que, apesar de não mexer no caráter gratuito das universidades, houve um incentivo enorme por parte do regime à privatização do ensino, bem como um corte considerável das verbas para as escolas públicas, o que não deixa de ser um descaso com a gratuidade das instituições de ensino superior.

aos anseios democráticos daqueles que lutavam pela verdadeira reforma. Em seguida, deveria ser criado a partir das seguintes reivindicações primordiais:

Primeiro, exigindo que a gratuidade do ensino superior seja mantida e completada por medidas que proporcionem, efetivamente, a democratização das oportunidades educacionais e da cultura. Segundo, exigindo, mais que isso, alterações na estrutura da renda, do prestígio social e do poder, que conduzam à existência e à consolidação de um Estado democrático, a uma política educacional voltada para todo o povo brasileiro, e a modelos autônomos do desenvolvimento cultural. Terceiro, finalmente, exigindo que a reconstrução da universidade se processe sem retrocessos e sem destruir as conquistas anteriores – quer quanto à expansão do sistema de ensino público superior, quer quanto à valorização da nacionalização, como técnica administrativa e política, e da democratização das oportunidades educacionais e de participação da cultura, como requisito intelectual de um estilo de vida social democrático.

(FERNANDES, 1979: 153)

2.6. As influências ideológicas dos estudantes e o embrião da luta armada

Como já foi dito, o movimento estudantil das universidades públicas era composto predominantemente por jovens vinculados a partidos e organizações de esquerda. Por esse motivo, a atuação estudantil no cenário nacional era fortemente influenciada pelas ideologias políticas desses grupos. Nesse sentido, torna-se fundamental conhecer a postura destas organizações após o golpe de 1964, para também compreender o modo como o movimento estudantil se articulou a partir deste momento.

A vitória dos golpistas em 1964 levou a uma desagregação das esquerdas brasileiras. Ao invés de refletirem sobre suas falhas no processo que desembocou no golpe, os grupos de esquerda preferiram, cada um, eleger um bode expiatório a se prender em análises aprofundadas sobre a derrota sofrida:

Segundo o PCB, cabia ao “esquerdismo” a responsabilidade pelo golpe. Para os demais¹⁰², a responsabilidade recaía sobre o “direitismo”. Para os primeiros tratava-se de esconjurar os líderes nacionalistas e comunistas que quiseram ir longe demais. Para os segundos, era necessário fazer rolar as cabeças dos dirigentes do PCB, a de Prestes em particular. Em comum, a idéia de que a derrota podia ser explicada por uma falha no mecanismo de direção política. Corrigida, ou substituída esta peça, podia-se recomeçar de onde se estava. Com as mesmas premissas, os mesmos esquemas explicativos, e as mesmas expectativas.

(REIS FILHO, 1990: 47)

¹⁰² Os “demais”, citados por Daniel Aarão, são: o PC do B, a POLOP, a Ação Popular, os estudantes e outras organizações menores.

Também era visível, depois de 1964, a posição da maioria da esquerda – excetuando-se a maioria do Comitê Central do PCB – de que o golpe comprovava a falência do caminho pacífico para promover a revolução no Brasil¹⁰³. Conforme Gorender (1987: 79), “seguia-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos”.

No entanto, apesar da posição conciliatória da revolução através da luta armada, os grupos de esquerda, para variar, discordavam com relação ao encaminhamento desta: “À questão da luta armada se acrescentavam outras, concernentes aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais etc” (GORENDER, 1987: 79).

No âmbito teórico, como já foi mencionado sucintamente, havia três linhas intelectuais que influenciavam o projeto de luta armada da esquerda brasileira: o foquismo cubano, o maoísmo e o modelo insurrecional soviético. A teoria do foco, que teve origem no mito de que a revolução cubana chegou à vitória pela resistência de alguns poucos militantes, tornou-se acessível à esquerda brasileira através dos escritos de Ernesto Che Guevara e Régis Debray. De acordo com essa linha, o foco se iniciava com alguns homens que passavam a atuar junto a camponeses em uma região naturalmente protegida de ataques do exército; em seguida, as colunas guerrilheiras formadas no campo se deslocavam, levando a luta armada para outras regiões e, finalmente, derrotando o inimigo¹⁰⁴. A concepção chinesa da guerrilha popular começou a penetrar no Brasil em 1966, quando circularam exemplares do folheto “*Salve a vitória da guerra popular!*”. Segundo a teoria maoísta – que guardava semelhanças com o foquismo, como o privilégio do campesinato, da guerrilha rural, do caráter revolucionário dos povos do Terceiro Mundo, da revolução em duas etapas, da aliança com a burguesia nacional e do belicismo –, o exército guerrilheiro deveria se submeter ao partido, uma vez que este precede a luta e comanda o trabalho político entre os camponeses. Além de não defender o objetivo socialista imediato – endossado nos escritos de Guevara –, o maoísmo tinha a perspectiva da guerra popular prolongada.

¹⁰³ Vale ressaltar que, embora o movimento estudantil fosse influenciado pelas ideologias dessas organizações, os estudantes não tinham uma posição unânime com relação ao enfrentamento do regime através da luta armada, pelo menos até o fechamento do regime, no final de 1968, quando muitos jovens começaram a participar de ações guerrilheiras.

¹⁰⁴ De acordo com Gorender (1987), a teoria cubana inovou no sentido de estabelecer a primazia do fator militar sobre o político, bem como de priorizar o foco guerrilheiro em detrimento do partido de vanguarda que tutelaria e guiaria as massas na revolução. No entanto, o autor revela que essa teoria era um mito, visto que era humanamente impossível alguns guerrilheiros apenas derrotarem o exército, como Fidel Castro fazia questão de afirmar.

A terceira vertente, a mais antiga entre as esquerdas, era o modelo insurrecional soviético, que previa uma revolução permanente tanto no aspecto tático quanto no objetivo estratégico da ditadura do proletariado. No Brasil, seus seguidores privilegiaram as lutas da classe operária nas cidades, sob a direção do partido de vanguarda. Também optaram pela luta armada sem terrorismo e próxima das massas. Além do PCB, os trotskistas ortodoxos brasileiros eram os mais identificados com essa teoria.

O fato é que a economia reflexiva da esquerda, aliada a variedade de encaminhamentos para a revolução, resultou em insatisfações latentes e, conseqüentemente, em várias cisões nas organizações, explicando a proliferação de tantas siglas na esquerda a partir de 1964.

A primeira cisão, embora não se tenha formado uma nova organização a partir dela, ocorreu no PCB já em julho de 1964. A Corrente Revolucionária, como ficou conhecida, era formada por militantes que se opunham de maneira crítica à orientação política do partido antes do golpe.

Descontentes com as decisões tomadas sempre pela cúpula do PCB, grande parte dos estudantes vinculados ao partido também foi se afastando e ganhando maior autonomia. Alguns se aproximaram da POLOP e do PC do B, de quem passaram a receber influência. Outros jovens passaram a seguir uma orientação política independente e acabaram, desde 1965, formando uma vertente própria em vários estados brasileiros, as Dissidências, que recrutavam adeptos para elas mesmas e não mais para o PCB.

Apesar da vontade dos estudantes, as Dissidências acabaram se pulverizando ao invés de estruturar uma organização nacional, por conta da inexperiência dos seus jovens dirigentes. Nesse sentido, conforme comenta Daniel Aarão (1990: 49 e 50):

A Dissidência de Porto Alegre, depois de conquistar a maioria da Conferência Estadual do Rio Grande do Sul, aproximou-se da POLOP para formar um novo partido: o POC (Partido Operário Comunista). As Dissidências do Paraná e de São Paulo seriam polarizadas pelo PCBR e pela ALN.

A Dissidência da Guanabara (DI-GB) foi a primeira a cindir-se com o velho Partido, ainda em 1966, em torno da questão do voto nulo nas eleições legislativas de novembro. Ganhou expressão nacional na organização e mobilização dos estudantes. Mas não teve o mesmo êxito na tentativa de unificar as Dissidências em âmbito nacional. Em duas Conferências – realizadas em fevereiro e dezembro de 1967 – tentou adquirir um perfil próprio, afirmar uma alternativa entre os que preconizavam ações armadas imediatas (ALN) e os que defendiam a construção prévia de um partido de novo tipo (PCBR). Foi uma busca vã. Já em fins de 1968 era visível a inclinação da DI-GB pelo campo das organizações comprometidas com as ações armadas.

(...) a Dissidência do Estado do Rio, que também se afastou do PCB desde 1966, preferiu dedicar-se à organização de um foco guerrilheiro, segundo os parâmetros defendidos por Régis Debray. Autolimitou-se, nesta

medida, a um pequeno núcleo de militantes cem por cento profissionais. Em 1968 já estava em atividade no oeste do Paraná tentando concretizar seus pontos de vista.

Expulso do PCB depois de participar, em Havana, sem autorização do partido, da Conferência Internacional que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) – comprometida com as definições cubanas sobre a luta armada no continente –, Marighella, juntamente com as bases paulistas, criou, em julho de 1968, o agrupamento comunista de São Paulo, que pouco tempo depois recebeu o nome de Ação Libertadora Nacional (ALN). A nova organização, assim que se formou, partiu imediatamente à prática de ações armadas, rompendo de vez com o caminho pacífico defendido pelo PCB, e aglutinou muitos estudantes – sendo a maioria, cerca de 70%, proveniente da Dissidência estudantil de São Paulo – e membros da Corrente Revolucionária, principalmente de Minas Gerais. Embora seguisse a teoria cubana de revolução, incorporou elementos da experiência brasileira e do pensamento individual do seu fundador. Sobre as ações armadas da ALN, Gorender (1987: 98) relata:

Em dezembro do mesmo ano, a ALN começou os assaltos com finalidade de expropriação de fundos. A primeira *ação* – como se dizia na esquerda armada – interceptou um carro transportador de dinheiro, no bairro paulistano de Santo Amaro (...). Seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, a expropriação do carro pagador da Massey Ferguson, a apreensão de explosivos da Companhia Rochester, em Mogi das Cruzes. A ação mais sensacional – o assalto a um trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, a 10 de agosto de 1968.

Ao longo de 1968, não se conhecia os autores das ações armadas, até que, depois de um assalto ao carro pagador do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG), em 13 de novembro do mesmo ano, a polícia prendeu o motorista do veículo usado pelos guerrilheiros, e este, sob tortura, revelou a participação de Marighella na ação. Marighella, a partir de então, tornou-se o inimigo público número um dos órgãos de repressão. Vale comentar que o desfecho dessa ação foi trágico, pois, na volta para São Paulo, os dois estudantes que participaram do assalto morreram em uma colisão de seu carro com um caminhão.

Em abril de 1968, o PCB sofreu uma nova cisão, de onde surgiu o Partido Comunista Revolucionário (PCBR). A crise que culminou na formação do PCBR começou em setembro de 1967, quando cerca de 30 militantes denunciaram fraudes na preparação do VI Congresso do PCB, durante uma reunião nacional da Corrente Revolucionária em Niterói. Além do núcleo formador do PCBR, dessa reunião também saíram quadros para o PC do B, a ALN e a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Apesar de congregarem militantes da Corrente

Revolucionária e muitos estudantes, o PCBR já nasceu sob o signo da cisão, visto que sofreu perdas de quadros para outras organizações de esquerda. Seu programa político procurava aliar a tradição doutrinária marxista à pressão da luta armada imediata, bem como se colocava de maneira independente, mas solidária a todos os países socialistas. Em 1968, o PCBR participou ativamente das lutas de massas, enquanto outras organizações já estavam enfronhadas nas ações guerrilheiras.

Embora tenha conquistado muitos adeptos – dos quais a maioria estudantes – entre 1965 e 1966, por conta da desagregação do PCB, a POLOP também não saiu ilesa dessa crise que afetou a esquerda após o golpe de 1964. Em 1967, a sua base de Minas Gerais se separou e formou o Comando de Libertação Nacional (COLINA), que defendia a guerrilha rural, ações armadas de propaganda e criticava a orientação política da organização da qual se originou.

No início de 1968, a POLOP sofreu uma nova cisão, dessa vez das suas bases de São Paulo, que se uniram a ex-graduados das Forças Armadas que pertenciam ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) para fundar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A nova organização congregou lideranças estudantis e operárias com a proposta de iniciar ações armadas imediatas no âmbito rural. Chegou a tentar articular uma fusão com a COLINA e as Dissidências do Rio Grande do Sul e da Guanabara (de secundaristas), mas só conseguiu reunir mesmo as duas últimas, originando o Partido Operário Comunista (POC).

O PC do B, assim como as já citadas organizações, não escapou à onda de cisões, como evidencia Daniel Aarão (1990: 51):

Ainda em 1966 surgiria uma primeira cisão: o Partido Comunista Revolucionário – PCR, com núcleos na região da Zona da Mata nordestina. Defendia a guerra popular e o Nordeste como área prioritária para o desencadeamento de ações armadas. Naquele mesmo ano apareceu uma outra posição, em torno de militantes retornados de estágios na China Popular e de algumas bases estudantis. Insurgiram-se contra o documento da direção do Partido, lançado para a discussão da VI Conferência Nacional do PC do B. Expulsos do partido, formaram imediatamente uma nova organização: o Partido Comunista do Brasil – ALA Vermelha (PC do B – AV), com núcleos no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará e Bahia.

Apesar da perda de quadros, o PC do B conseguiu manter suas bases em vários estados brasileiros, bem como foi beneficiado, mais tarde, pela aproximação da Ação Popular (AP), que estava cada mais envolvida pela teoria maoísta da revolução.

Foi dessa maneira, fragmentada por posições divergentes, limitada pelas concepções minimalistas que formulavam sobre a realidade brasileira e desorganizada, que as esquerdas atuaram entre o golpe de 1964 e a decretação do AI-5, em dezembro de 1968. A

superficialidade da análise das organizações de esquerda quanto à situação vivida pelo país era tamanha, que estas chegaram a acreditar que, entre 1967 e 1968, a ditadura tinha alcançado seu ponto máximo e encontrava-se estagnada, ou seja, havia chegado o momento de derrubar o regime através da verdadeira revolução das massas. As Dissidências estudantis partilhavam dessa mesma teoria e algumas começaram, inclusive, a dar encaminhamento prático ao foco guerrilheiro, acreditando piamente na incapacidade de reação do regime. Mais ilusões perdidas, uma vez que a ditadura seguiu firme e forte com seus projetos para o Brasil e com seu aparelho repressivo cada vez mais especializado e atuante.

É nesse contexto de análises superficiais e de continuidade do regime que se forma o embrião da luta armada. De acordo com Daniel Aarão (1990), naquele momento, as organizações de esquerda tiveram a certeza de que a “luta armada, a guerrilha rural em suas várias versões, não eram perspectivas a serem elaboradas, eram tarefas imediatas. Sem elas, as demais atividades se perderiam na inconseqüência reformista”. E foi exatamente assim que aconteceu; entre 1967 e 1968, já começaram a estourar ações armadas, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo.

Pode-se perceber que era grande o número de estudantes envolvidos com as várias organizações de esquerda. No entanto, ao mesmo tempo em que participavam das ações desses grupos, esses jovens atuavam no movimento estudantil, levando para o interior deste as suas influências políticas externas. Com isso, era nítida, principalmente a partir de 1964¹⁰⁵, a coexistência de várias tendências ideológicas no movimento.

Até 1967, a Ação Popular (AP) tinha influência predominante no movimento estudantil. Haja vista o 27º Congresso da UNE de julho de 1965, em que a posição da AP contra a participação dos estudantes nas eleições das entidades estudantis estabelecidas pela Lei Suplicy foi vencedora, em detrimento da proposta do PCB de participação no pleito. Vários autores, inclusive, afirmam que foi nesse encontro que ocorreu a primeira divisão do movimento estudantil, por conta das divergências políticas. Na ocasião, a POLOP e o PC do B corroboraram a posição da AP.

Realmente, a partir de 1967, fica mais visível o crescimento da influência de outras organizações de esquerda no movimento estudantil, incluindo a POLOP, o PC do B e os grupos que se formaram das cisões destes e do PCB. No 29º Congresso da UNE, por exemplo, o PCB ficou marginalizado e a AP – que já se radicalizava no sentido do maoísmo

¹⁰⁵ Destaca-se o ano de 1964, porque, embora sempre tenham coexistido tendências diferentes no movimento estudantil, as diferenças não inviabilizavam a atuação dos estudantes. Já a partir de 1964, começa-se a perceber, em vários momentos, divisões internas mais acirradas no movimento, quanto ao encaminhamento das lutas, por conta das diferentes correntes políticas que conviviam em seu interior.

– ganhou a presidência da UNE, mas, no cômputo geral, perdeu espaço para outras tendências no que se refere ao encaminhamento das lutas do movimento. Isso aconteceu porque, nesse congresso, os diferentes grupos se dividiram e, enquanto o PCB defendia a posição de continuar se apoiando na aliança com a pequena burguesia e a AP propunha o aprofundamento da organização do movimento, através das mobilizações e do acúmulo de forças para os desdobramentos futuros, “algumas tendências existentes no movimento estudantil passaram a entender que a alternativa prática dentro da sociedade (...) era a ação militar de vanguarda e de luta frontal contra o regime militar” (SANFELICE, 1986: 150).

Em 1968, novas divisões ocorrem no movimento estudantil, justamente pelo mesmo motivo que levou à cisão no 29º Congresso, ou seja, o encaminhamento das lutas. De um lado os militantes da AP, que defendiam um movimento centrado nas passeatas e na denúncia da ditadura; de outro, as lideranças estudantis vinculadas às dissidências do PCB e à POLOP, que propunham as lutas focadas nos problemas educacionais, mas, ao mesmo tempo, já se preparavam para deslocar quadros para a guerrilha.

Essa seqüência de embates políticos, aliada ao início da participação de estudantes em ações armadas, provocou um desgaste muito grande do movimento estudantil. Tanto que o 30º Congresso da UNE, é mencionado por vários autores como o ápice da quebra de unidade no movimento. Realidade sintomática, já que, como se verá a seguir, pouco tempo depois, os estudantes foram silenciados, só restando à parte dos seus militantes mergulhar de cabeça na luta armada.

2.7. O fechamento do regime: a decretação do AI-5

Como foi mostrado, os protestos da oposição contra o regime e suas arbitrariedades foram se intensificando ao longo dos primeiros anos da ditadura, chegando, ao final de 1968, a um processo de radicalização, já com as primeiras ações armadas dos grupos de esquerda e manifestações de setores sociais insatisfeitos por todo país. O movimento estudantil, embora desgastado pelas divergências políticas internas, também dava seqüência às suas manifestações e denúncias, bem como fornecia quadros para aquelas organizações de esquerda que, desde 1967, tinham abortado a possibilidade de luta pacífica para derrubar a ditadura. Diante desse cenário, o governo tinha duas saídas: alterar a política econômico-social e promover a liberalização prometida, ou endurecer, implantando medidas repressivas de modo a solapar a rearticulação da oposição. Costa e Silva optou pela segunda,

demonstrando que havia meios de radicalizar ainda mais o autoritarismo que se instalou no Brasil a partir de 1964.

A crise que culminou no fechamento do regime teve início em 29 de agosto de 1968, depois da violenta invasão policial na UnB, mais precisamente, após a reação do Congresso a esse ato profundamente reacionário e descabido. O fato é que o discurso proferido pelo deputado Márcio Moreira Alves em repúdio ao episódio da invasão da Universidade de Brasília¹⁰⁶, irritou os militares, que começaram a exigir uma punição ao parlamentar. Nessa ocasião, o MDB procurou assumir a vanguarda da oposição, conforme relata Poerner (1995: 295):

Em defesa das imunidades parlamentares ameaçadas e pela restauração das abaladas prerrogativas de autonomia e dignidade do Legislativo, o MDB conseguiu sensibilizar e atrair setores da Arena, enquanto o governo confiava em sua maioria no Congresso para ver aprovado o pedido de licença, encaminhado pelo ministro da Justiça, a fim de que o deputado fosse processado e tivesse cassado o seu mandato. O governo garantiu, contudo, inclusive através de conversações informais que chefes militares mantiveram com parlamentares, que respeitaria a decisão do Congresso. Muitos congressistas julgaram, assim, que o Executivo se “arrependera” das pressões anteriores e acabaria cedendo à contestação legal, premido pela crescente impopularidade interna e pela opinião pública internacional.

No dia 12 de dezembro, o Congresso resolveu, então, rejeitar o pedido do governo, inspirado pelo exemplo de resistência estudantil e pelo desejo de recuperar a sua independência. A reação do regime não tardou, visto que não se tratava de um pedido, mas sim de uma exigência. Assim, na noite do dia 13 de dezembro, depois de sucessivas reuniões, foi decretado o Ato Institucional nº 5, considerado o mais drástico dos subterfúgios da ditadura para se manter no poder. Sobre essa medida, Costa e Silva justificou da seguinte maneira o seu posicionamento¹⁰⁷:

(...) diante de uma guerra revolucionária em marcha acelerada com tentativa de penetrar nas Forças Armadas, foi indispensável retomar o processo revolucionário pelo fortalecimento do Executivo. E, sempre que imprescindível, como agora, faremos novas revoluções, dentro da revolução¹⁰⁸.

Através do AI-5, o presidente, orientado pelo Conselho de Segurança Nacional, adotou as seguintes medidas: fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado, bem como várias Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores; transferiu ao Poder Executivo as

¹⁰⁶ Tanto o episódio da invasão da UnB, quanto o discurso do deputado já foram mencionados no capítulo I, no item “O ME reorganizado e resistente”.

¹⁰⁷ Discurso de Costa e Silva em 28 de dezembro de 1968. IN: OLIVEIRA, Eliézer R. de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1976.

¹⁰⁸ A partir desse momento, iniciam-se os anos de chumbo da ditadura, com a decretação do AI-5.

principais funções que, até então, ainda eram responsabilidade do Legislativo; decretou a intervenção federal em muitos municípios; voltou a intensificar os decretos de suspensão de direitos políticos de opositores pelo prazo de dez anos e de cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais – essa atitude afetou parlamentares da oposição, profissionais liberais, intelectuais, estudantes, entre outros –; impediu a apreciação dos atos presidenciais de punição pelo Poder Judiciário; suspendeu as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos; suspendeu a garantia de *habeas corpus* nos casos de crime político contra a segurança nacional e a ordem econômica e social; e impôs a censura à imprensa. Desse modo, o governo se muniu dos instrumentos para promover o fechamento do regime e acabar de vez com o pouco que restava de democracia no país.

CAPÍTULO III

SILENCIAMENTO (1968 – 1974)

3.1. Introdução

Neste capítulo será abordado o período do fechamento do regime entre a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e a mudança de governo em março de 1974. Nesse sentido, vai ser tratada não só a escalada do autoritarismo no país, como também a supressão da atuação do movimento estudantil, levando grande parte dos estudantes a buscar, juntamente com as organizações de esquerda, na luta armada uma alternativa para combater a ditadura. Com esse intuito, além de retratar o cenário político, econômico e social desse período, procurar-se-á demonstrar como se deu a expansão generalizada da repressão a vários setores da sociedade, incluindo o ME, que foi silenciado, tendo muitos de seus membros jogados na clandestinidade ou desaparecidos; o envolvimento das organizações de esquerda – com ativa participação de estudantes – na luta armada e o combate efusivo do regime a esta última; as ações arbitrárias dos ditadores no setor educacional; entre outros.

3.2. O cenário político, econômico e social entre 1969 e 1974

Com a decretação do AI-5, o Congresso Nacional permaneceu fechado entre dezembro de 1968 e outubro de 1969, e o regime se impôs ao país através de sucessivos Atos Institucionais, Atos Complementares e decretos-lei, que institucionalizaram o controle arbitrário da sociedade.

Em 1º de fevereiro de 1969, Costa e Silva editou o Ato Institucional nº. 6, que modificava a Constituição de 1967, abolindo a possibilidade de recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal nos casos de crime contra segurança ou instituições militares. No dia 26 de mesmo mês, foi decretado o Ato Institucional nº. 7, que suspendia as eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos estados, territórios e municípios.

Com o intuito de conter ainda mais as manifestações da oposição, no dia 20 de março de 1969, foi baixado o Decreto-Lei nº. 510, que estabelecia o prazo de até 10 dias de incomunicabilidade para aqueles que fossem indiciados por crime contra a segurança nacional

e regulamentada a primeira Lei da Segurança Nacional – promulgada em 13 de março de 1967, pelo Decreto-Lei nº. 314.

O Ato Institucional nº. 10, de 16 de maio de 1969, foi editado com a justificativa de que era necessário dar seqüência à obra revolucionária iniciada em 1964. Nesse sentido, além de manter a suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos eletivos definidos em Atos Institucionais anteriores, determinou:

a) a perda de qualquer cargo ou função exercidos na administração direta ou indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista), tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios; b) a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo efetivo de serviço, das pessoas que exerçam cargo ou função nas entidades previstas na alínea anterior; c) a cassação imediata do exercício de qualquer mandato eletivo federal, estadual ou municipal, caso não tenham sido eles expressamente cassados. § 1º: A suspensão dos direitos políticos ou a cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais, referidos neste artigo, poderá acarretar, por prazo não superior a 10 (dez) anos, a proibição do exercício de atividades, cargos ou funções em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional. § 2º: O presidente da República poderá, a qualquer tempo, impor as sanções previstas neste artigo, inclusive às pessoas já atingidas pelos Atos Institucionais anteriores a 13 de dezembro de 1968.¹⁰⁹

Em 1969, o presidente Costa e Silva sofreu um derrame e foi afastado, gerando uma nova crise nos bastidores da política por conta da sua sucessão. Na ocasião, quem deveria assumir era seu vice, Pedro Aleixo. No entanto, como Aleixo era um civil e havia se oposto abertamente ao AI-5, não servia aos interesses do regime, sendo, portanto, impedido de assumir o controle do país.

Com o intuito de sepultar essa crise, uma Junta Militar – constituída pelos ministros da Marinha, Augusto Rademacker, do Exército, Lyra Tavares, e da Aeronáutica, Márcio de Souza e Melo – editou, em 31 de agosto de 1969, o Ato Institucional nº. 12, que comunicava à nação que Costa e Silva encontrava-se impedido de exercer plenamente as suas funções por motivos de enfermidade. Como já estava decidido que o vice Pedro Aleixo não iria assumir a presidência, esta foi ocupada por essa Junta, que governou o país por dois meses, decretando novos Atos Institucionais e promovendo alterações na Constituição.

Foi nesse contexto que, em 5 de setembro de 1969, a Junta Militar editou o Ato Institucional nº. 13, determinando o banimento do território nacional de qualquer indivíduo que se tornasse comprovadamente inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional.

¹⁰⁹ CAMPANHOLE; CAMPANHOLE, 1981: 192-3, *apud* SANFELICE, 1986, p. 154.

De acordo com Campanhole e Campanhole (1981, *apud* SANFELICE, 1986: 155), “enquanto perdurasse o banimento, ficariam suspensos o processo ou a execução da pena a que, porventura, o condenado ou banido estivesse respondendo, assim como a prescrição da ação ou da condenação”.

A Constituição, como foi dito, também não escapou à atenção da Junta Militar. Através do Ato Institucional nº. 14, também de 5 de setembro, os ministros militares decidiram aumentar a repressão, pois consideravam que atos de guerra psicológica estavam perturbando a vida do país. Nesse sentido, a redação do parágrafo 11 do artigo 150 da Carta Magna passou a ser o seguinte:

Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de Guerra Externa, Psicológica Adversa, ou Revolucionária ou Subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá, também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício do cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta.¹¹⁰

Em 29 de setembro de 1969, foi baixado o Decreto-Lei nº. 898, que revogou tanto o Decreto nº. 314 quanto o 510, ficando conhecido como a nova Lei da Segurança Nacional. Esse novo instrumento legal previa a prisão perpétua e a pena de morte também para crimes contra a segurança do país.

Pelo Ato Institucional nº. 16, de 14 de outubro, a Junta Militar declarou a vacância na presidência e marcou eleições indiretas para o dia 25 do mesmo mês. Ainda com o Congresso fechado, em 17 de outubro do mesmo ano, os ministros militares fizeram novas alterações que julgaram necessárias na Constituição, através da Emenda Constitucional nº.1. As mudanças foram tão marcantes, que a Carta Magna ficou conhecida como “Constituição de 1969”. Pela Emenda, o Executivo adquiriu poderes extraordinários para executar a política de Segurança Nacional, bem como foram incorporados vários trechos do AI-5 na Constituição, que se tornou ainda mais autoritária.

O Congresso, após tanto tempo fechado e descaracterizado de suas verdadeiras funções, no dia 25 de outubro, apenas referendou a escolha já feita pelos detentores do poder, elegendo Emílio Garrastazu Médici para presidência.

Médici governou de 30 de outubro de 1969 até 15 de março de 1974. Seu mandato ficou conhecido como os anos negros da ditadura, uma vez que foi considerado o período de maior repressão, violência e desrespeito vivenciado pelo país. Além de se especializar, o aparelho

¹¹⁰ CAMPANHOLE; CAMPANHOLE, 1981: 197-8, *apud* SANFELICE, 1986, p. 155.

repressivo perdeu o controle, assumindo características independentes, prendendo milhares de cidadãos e transformando a tortura e o assassinato em rotina¹¹¹.

As medidas de exceção chegaram ao cúmulo da arbitrariedade em 11 de novembro de 1971, quando foi promulgado o Decreto-Lei nº 69.534, que autorizava o Poder Executivo a baixar Decretos-Lei secretos, cujos textos não seriam divulgados. A singularidade desse instrumento era notável, já que uma pessoa podia ser presa por desrespeitar uma lei que nem conhecia.

Além do apogeu da tortura e da repressão, nessa época, os brasileiros assistiram à implementação prática da frase “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”, já que o modelo brasileiro de desenvolvimento iniciado no governo Castello – embasado no crescimento do PIB e na contenção da inflação – atingia seu ponto máximo, naquilo que ficou conhecido como “milagre econômico”.

O milagre também foi alcançado graças à política governamental de acumular capital através do incentivo ao investimento, principalmente estrangeiro. Com esse intuito, o regime adotou inúmeras medidas, como: um amplo programa de incentivos fiscais; isenções de impostos para os investimentos em regiões consideradas importantes para o desenvolvimento nacional – como Amazônia, Nordeste e planícies centrais –; aumento das taxas de juros internos; subsídios para bens destinados à exportação; deduções tributárias para os ganhos de capital, favorecendo o investimento no mercado acionário; entre outros.

A equipe econômica, chefiada pelo ministro do Planejamento Delfim Netto, defendia a idéia de que era preciso, primeiramente, aumentar o tamanho do “bolo” para, em seguida, iniciar a sua distribuição, ou seja, era necessário conquistar o crescimento econômico para, depois, distribuir a renda. De acordo com Cavalari (1987: 118), para esse modelo ser colocado em prática, “exigia um clima econômico que inspirasse confiança ao capital estrangeiro e principalmente um quadro de estabilidade político-social, o que equivale dizer, ausência total de organização e participação popular”. Assim, explicava-se pelo menos parte da repressão que se abateu sobre a sociedade.

O incentivo à indústria de bens duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos, foi outra iniciativa dessa equipe econômica, que considerava tal setor decisivo para o desenvolvimento. A responsabilidade pelo crescimento dessa indústria ficou a cargo das multinacionais, consideradas pelos economistas do governo mais adequadas para realizar essa tarefa de maneira eficiente.

¹¹¹ A questão da escalada repressiva será tratada adiante, no próximo tópico deste capítulo.

O governo, nessa época, em nome da necessidade de promover o desenvolvimento, chegou a desativar ferrovias e sistemas urbanos de ônibus elétricos, para estimular o desenvolvimento da indústria automobilística. Houve, nesse período, importante desnacionalização da economia brasileira. Ao capital privado nacional, restaram os setores de bens intermediários (química, papel, borracha, madeira, materiais de construção, plásticos) e os bens de consumo não-duráveis (têxtil, roupas, gráfica, alimentos), enquanto que as empresas estatais investiam basicamente nas indústrias de base (mineração, aço, petróleo).

(CAVALARI, 1987: 119)

Para viabilizar essa política de incentivo à indústria de bens duráveis, o governo promoveu uma grande concentração da renda, sob a justificativa de que era fundamental criar um mercado interno forte, cuja demanda deveria suprir o crescimento da oferta desse setor. O resultado disso foi um aumento da participação do setor mais rico da população na renda bruta nacional, às custas da marginalização das camadas sociais mais pobres.

Embora a classe média tenha conseguido, nesse período, ampliar ligeiramente a sua parte no “bolo”, o mesmo não aconteceu com os trabalhadores, que foram submetidos a um “arrocho salarial”, tendo o seu poder aquisitivo reduzido gradativamente ao longo dos anos.¹¹²

Além de acarretar um aumento considerável da dívida externa brasileira – que passou de 3,9 bilhões de dólares em 1968, para mais de 12,5 bilhões em 1973 –, o “milagre econômico” não contribuiu em nada para melhoria da educação, da saúde, da habitação e da alimentação das camadas populares.

Na tentativa de omitir os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento econômico, Médici passou a estimular o ufanismo nacional, através da intensificação da propaganda política oficial, que destacava as maravilhas do “milagre econômico”, do “Brasil Grande”, do “Brasil Potência”. Até a conquista do tricampeonato de futebol na Copa de 1970 foi utilizada para propagar essa imagem de que o destino do país era se tornar uma grande potência internacional.

Apesar do esforço do presidente em convencer a população de que a economia crescia a todo vapor, em meados de 1973, o “milagre econômico” começou a dar sinais de esgotamento. Os altos índices de crescimento apresentados nesse período representavam apenas a indústria, já que o setor agrícola se encontrava estagnado. Ao mesmo tempo, cresciam as tensões sociais por conta da desigualdade gerada pela concentração de renda e pelos baixos salários, bem como aumentava a inquietação da classe média, que depois de

¹¹² Houve uma queda considerável do salário mínimo no período do “milagre econômico” e nos anos subsequentes. Enquanto, em janeiro de 1968, o mínimo era Cr\$ 737,88, em janeiro de 1974 seu valor havia reduzido para Cr\$ 623,63 (CAVALARI, 1987: 121).

apoiar o governo no ápice do milagre, passou a questionar mais abertamente a política do regime.

O setor dentro do governo representado pelo grupo da “Sorbonne” (complexo IPES/ESG), captando essas inquietações e esse desgaste, tratou de elaborar um novo modelo político e econômico que trouxesse legitimidade e, sobretudo, que lhe garantisse a permanência no poder.
(CAVALARI, 1987: 131)

Para esse grupo – que congregava militares e civis –, a política repressiva e ufanista de Médici não se adequava ao contexto daquele momento e, portanto, deveria ser substituída por um modelo de “distensão” e “liberalização” controlada, que deveria ser colocada em prática já no mandato do próximo presidente.

O general Ernesto Geisel já era o candidato oficial à presidência no final de 1973. Por isso, nesse período, juntamente com outros integrantes civis e militares do regime, começou a traçar a política do seu governo, com metas a serem atingidas de forma gradativa. Até o seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo já havia sido escolhido, antes mesmo de Geisel ser presidente.

Ao mesmo tempo em que Médici apresentava Geisel ao Brasil como seu sucessor, o MDB, partido de oposição, fazendo uso de dispositivos garantidos na Constituição de 1969, lançou a candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da República. Sobre essa iniciativa, comenta Cavalari (1987: 132):

Tratava-se na verdade de uma candidatura simbólica. Entretanto, Ulysses Guimarães e o seu vice, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entregaram-se totalmente à “campanha eleitoral”, organizada pelo MDB, participando de comícios, passeatas, reuniões públicas em todo o país, denunciando a ilegitimidade do processo eleitoral indireto e a distância entre o discurso “liberalizante” do governo e a sua prática autoritária.

Apesar do empenho da oposição, era evidente que candidatos contrários ao governo não seriam escolhidos pelo Colégio Eleitoral. No entanto, a campanha realizada pelo MDB serviu não só para revigorar os setores oposicionistas da sociedade – que a essa altura se encontravam silenciados e desesperançosos –, como também fortaleceu o próprio partido, contribuindo para a sua vitória nas eleições parlamentares de 1974. Geisel assumia a presidência, mas a oposição voltava a se rearticular.

3.3. A repressão generalizada

Aquilo que chamávamos de ‘ditadura’, antes da decretação do AI-5, nada era comparado ao que ocorreu depois disso. A vida política da Nação – para não falarmos apenas dos estudantes – foi completamente sufocada, a imprensa sob censura completa (mesmo jornais como *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* tinham censores em suas redações), o terrorismo de Estado funcionava como ‘canalizador’ da opinião pública. (...). Pouco (ou nenhum) espaço restava para o exercício da ação política legal e aberta, para o chamado ‘trabalho de massas.’
(MENDES JR., 1982: 85)

Como já foi mencionado, a decretação do AI-5 inaugurou um período de intenso autoritarismo no Brasil. A partir desse momento, ninguém podia se sentir seguro, uma vez que a repressão não só se especializou, como se tornou generalizada, atingindo não só estudantes, organizações de esquerda e demais setores oposicionistas¹¹³, como qualquer cidadão que fosse julgado “uma ameaça à ordem e à segurança nacional”.

Os meios de comunicação sofreram os impactos mais violentos da ditadura militar a partir de dezembro de 1968, passando a ser duramente censurados.

Em cada jornal havia um censor da polícia federal para que não fosse veiculada nenhuma notícia que desagradasse o governo. Uma simples palavra ou imagem podia ser retirada caso remetesse a uma vaga lembrança de propaganda comunista. Era comum, inclusive, encontrar receitas de bolo no jornal, no lugar de uma reportagem que havia sido censurada. Sem contar o descompasso entre a tiragem dos jornais e o número de leitores, como aponta Zuenir Ventura¹¹⁴:

A imprensa, ferida como empresa pelas restrições aos que resistem, não oferece (...) um quadro alentador. A circulação global dos jornais manteve-se constante, em todo o país (menos de 4 milhões de exemplares), nos últimos dez anos, embora a população tenha aumentado aceleradamente.

Além da presença constante de censores e de não poder evidenciar a censura que sofria, a imprensa, muitas vezes, limitava-se a publicar as notas oficiais do governo, que nem sempre passavam informações verídicas. Nesse sentido, era comum encontrar, nas páginas dos jornais, falsas versões, preparadas pelos órgãos de repressão, para os assassinatos de indivíduos que haviam sido presos e torturados pelo regime.

¹¹³ A repressão que atingiu os estudantes e as organizações de esquerda será abordada mais adiante, neste capítulo.

¹¹⁴ VENTURA, Zuenir. **Da ilusão do poder a uma nova esperança**. IN: GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque; VENTURA, Zuenir. **Cultura em trânsito: 70/80 – Da repressão à abertura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 105.

Em linhas gerais, a televisão não sofreu tanto no âmbito político, mas, em contrapartida, foi censurada no campo da crítica social, já que passou por uma vigilância rigorosa e permanente que, praticamente, aboliu a apresentação de temas conflitantes em termos sociais. Conforme Ventura (2000:105), “as novelas passaram do gênero capa-e-espada do começo da década para o tratamento do cotidiano limitado a questões individuais”.

Antes do AI-5, em 1967 e 1968, a arte de protesto se irradiou para todos os campos culturais, explodindo novas cores, imagens e formas, novos sons. Era a hora e a vez do Tropicalismo de Caetano Veloso e companhia, do cinema de Glauber Rocha, das pinturas de Hélio Oiticica, da crônica na literatura, do Oficina e do Arena no teatro, dos festivais, e de outras manifestações, cuja intenção era chocar, através da exuberância formal da produção.

Mas, no final de 1968, a cultura, assim como outros setores, sofreu as consequências do Ato Institucional nº 5, que usava a Segurança Nacional como justificativa para controlar as manifestações artísticas. O resultado desse endurecimento do regime se refletiu rapidamente em todos os campos culturais. Apesar de não se observar uma queda na produção, notava-se um certo recesso criador, o boicote efetuado pela censura, bem como uma certa perda de qualidade e de criatividade naquilo que era oferecido ao público.

As vicissitudes sofridas pelos intelectuais não impediram o crescimento quantitativo dos produtos culturais, mas contribuíram para empobrecer a sua qualidade. Em lugar de uma arte original, nova, inquieta e inquietante, como é próprio de sua natureza, o que se ressalta do balanço é uma produção de baixo consumo – digestiva, requentada e conformista.

(VENTURA, 2000: 106)

Segundo Ventura (2000:105), nos cinco anos que se seguiram, as manifestações artísticas se embasaram em um novo tema, a auto-lamentação. Já que era proibido discutir, expor, a solução era lamentar. Muitos artistas chegaram ao “fundo do poço” nesse período.

A Igreja, que já vinha criticando o regime e apoiando setores oposicionistas, como o movimento estudantil, colocou-se como oposição aberta a partir de 1970, uma vez que também vinha sofrendo com a repressão que se abateu sob o país.

Nesse período, aqueles que ousavam fazer oposição ao regime tinham a seguinte alternativa: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Essa propaganda oficial era usada para silenciar todos que tentassem resistir ao controle do governo, justificando, portanto, a repressão contra os “subversivos”, que “ameaçavam o milagre econômico e a Segurança Nacional”.

É por conta dessa escalada do autoritarismo que, segundo Cavalari (1987: 122), o Brasil, durante o governo Médici

(...) tornou-se conhecido no mundo todo como um país de torturas, perseguições, exílios e cassações. Internamente, esse desrespeito aos

direitos humanos não podia ser denunciado devido à severa censura; entretanto, fora do país, particularmente na Europa e nos Estados Unidos, as denúncias sucediam-se, através dos Comitês Internacionais de Anistia, Movimento de exilados e outras instituições.

Os abusos da repressão se tornaram tão alarmantes que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão pertencente à Organização dos Estados Americanos (OEA), juntamente com a Cruz Vermelha Internacional pediram autorização ao governo brasileiro para averiguar localmente as denúncias de maus tratos a presos políticos. O regime, por sua vez, não só negou a existência de desrespeito aos direitos humanos no país – argumentando que as denúncias não passavam de uma campanha difamatória da esquerda –, como indeferiu a solicitação dos organismos internacionais, sob a justificativa de que tal medida representava uma ameaça à soberania nacional.

Nessa época, as “blitz” antiterroristas¹¹⁵ também eram muito utilizadas pelos órgãos de repressão. Nessas ocasiões – que geralmente resultavam em prisões em massa, espancamentos e intimidações –, cidadãos, residências e automóveis eram revistados à procura de indivíduos “subversivos” ou documentos comprometedores. Havia situações, inclusive, em que o governo montava operações mobilizando todo o efetivo do Exército, como no caso da visita de Nelson Rockefeller ao país, em 1969, quando cerca de 6.000 pessoas foram detidas de maneira “preventiva”. O mesmo aconteceu dias antes da eleição para o Senado, em 1970, uma vez que o regime organizou uma blitz nacional, com o intuito de favorecer, através da intimidação, a vitória do partido governamental.

Também era comum a tentativa do governo de controlar as atividades políticas contrárias ao regime, através de prisões efetuadas de maneira arbitrária, em forma de seqüestro, sem mandato judicial ou embasamento legal. Nesses episódios, cidadãos eram retirados de suas residências, durante a madrugada, e levados aos órgãos de repressão em carros com “chapas frias”. Nem mesmo as famílias e gestantes escapavam das intimidações e ameaças.

Entre 1969 e 1974, vários instrumentos e técnicas de tortura¹¹⁶ foram desenvolvidos e amplamente utilizados para “arrancar” confissões e informações dos presos durante os interrogatórios, bem como para exercer o controle da oposição.

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação dos militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro

¹¹⁵ Conforme Cavalari (1987), essas blitz eram operações de busca e detenção em grande escala, envolvendo numerosos contingentes de policiais e militares.

¹¹⁶ Ver técnicas e instrumentos de tortura utilizados pelo regime no Apêndice deste trabalho.

aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Dan Mitrone, posteriormente transferido para Montevideu, onde acabou seqüestrado e morto. Quando instrutor em Belo Horizonte, nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a polícia local. Seviciados em salas de aula, aqueles pobres homens permitiam que os alunos aprendessem as várias modalidades de criar, no preso, a suprema contradição entre o corpo e o espírito, atingindo-lhes os pontos vulneráveis.¹¹⁷

O aparato repressivo brasileiro se especializou de tal maneira que os torturadores falavam com orgulho que as técnicas de tortura aqui desenvolvidas tinham tanta qualidade que podiam ser até mesmo exportadas para organizações repressivas estrangeiras.

Nesse contexto, além da criação, no governo Castello, do Sistema Nacional de Informações (SNI), que controlava a vida dos cidadãos, vale ressaltar alguns órgãos que tinham papel fundamental no exercício da repressão: os Destacamentos de Operações de Informações (DOI-Codis), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), e a Casa da Morte – centro clandestino de torturas do Exército.

Os DOI-Codis, criados em 1970, representavam a base estrutural da repressão política no país, sendo que cada ministério militar podia ter o seu próprio DOI. Em São Paulo, o DOI-Codi substituiu a Operação Bandeirantes (OBAN), que surgiu em 1969, da mobilização de empresários comprometidos com a repressão e o golpe, de forma clandestina, dando apoio logístico e financeiro. A OBAN, que só passou a ter existência legal quando foram criados os DOI-Codis nas Forças Armadas, por se situar à margem da estrutura legal, alcançou grande autonomia e impunidade quanto aos seus atos, transformando-se em um organismo extremamente eficaz de controle do “inimigo interno”. Desde que foi criada, funcionava em uma Delegacia de Polícia, situada na Rua Tutóia, em São Paulo.

O DOI-Codi de São Paulo também não ficava atrás da OBAN no que diz respeito à violência. Caio Túlio Costa¹¹⁸, relata que havia uma cela, onde os presos eram torturados nesse local, conhecida como *x-zero*, com as seguintes características: “totalmente escura, sem lâmpada, sem janela, um cubículo de 1 metro e meio quadrado, no máximo. Comprida, tinha um lugar de banheiro, o boi, era assim o nome, e um chão de madeira. Só. Não tinha colchão, nada”.

¹¹⁷ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 32.

¹¹⁸ COSTA, Caio Túlio. **Cale-se**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 47.

Os DOPS eram os mais antigos órgãos de repressão políticas do Brasil, surgidos para controlar e reprimir qualquer tipo de atividade considerada anarquista e subversiva. Esses departamentos serviram ao governo Vargas, a todos os mandatos democráticos e, posteriormente, à ditadura militar. Do DOPS, saíram os mais famosos e temidos torturadores do país como, por exemplo, o delegado Sérgio Fleury, que se tornou um símbolo da brutalidade do regime, visto que torturou e matou inúmeros presos políticos. Fleury comandava um grupo de policiais envolvidos com tráfico de entorpecentes autodenominado “Esquadrão da Morte”, treinado para eliminar presos comuns.

As pessoas detidas no DOI-Codi tinham que depor no DOPS, onde ganhavam ficha e reconhecimento legal da prisão. Em casos de morte, não havia passagem pelo DOPS. Conforme Costa (2003:143), o falecido

(...) ou tinha o corpo retalhado e os pedaços ocultados em locais separados (como era muito comum no Rio de Janeiro) ou era levado direto para o Instituto Médico Legal, para ser enterrado como indigente ou entregue à família em caixões lacrados.

O CISA era o órgão de repressão da Aeronáutica, cujo principal braço foi o DOI-Codi instalado na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Foi responsável por várias torturas seguidas de morte, dentre as quais, a mais famosa é a do estudante Stuart Edgar Angel Jones.

A Marinha também tinha uma estrutura para reprimir os opositores do regime, o CENIMAR, que era ligado ao Estado Maior das Forças Armadas e responsável, juntamente com as Polícias Estaduais, pela repressão física até 1967.

Além de todos esses organismos de terror, havia também a Casa da Morte, localizada em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Era o local onde o Centro de Informações do Exército (CIE) realizava torturas clandestinamente. Alguns dos militantes presos nesse lugar são considerados desaparecidos até hoje.

Durante todo o regime, esses órgãos torturaram indiscriminadamente centenas de pessoas. A violência começava no momento da prisão, sendo que o preso, normalmente, era encapuzado ou tinha os olhos vendados para não localizar o ambiente onde se encontrava. As salas de interrogatório eram revestidas de material isolante, para impedir que os barulhos da violência e dos gritos dos presos não se propagassem pela vizinhança.

Segundo Costa (2003:28 e 29), o regime não se especializava apenas na tortura, mas também em inteligência no levantamento de informações, na infiltração de espiões nos grupos opositores, no estudo com a ajuda da CIA – Central norte-americana de inteligência –, na captura de rebeldes, na informatização, no interrogatório e no fuzilamento sumário.

Nesse período, militantes oposicionistas costumavam realizar “justiçamentos”, que significava matar membros do regime envolvidos com a repressão. Entretanto, tão logo os autores cometiam o crime, o regime começava uma verdadeira caçada a essas pessoas e os matava, como se fosse um justicamento reverso.

Os espiões que se infiltravam nas organizações de oposição eram chamados de *cachorros*, já que, conforme o relato de um oficial (COSTA, 2003:41), “eles tinham faro para descobrir a presa, abanavam o rabo para dizer o que haviam encontrado e estavam sempre presos na coleira do militar encarregado de controlá-los”. Esses infiltrados, geralmente, tinham acesso fácil a militantes de esquerda, freqüentavam as reuniões desses grupos, participavam das ações, e, conseqüentemente, levantavam os contatos desejados pelos militares. Seus salários variavam dos vencimentos de um tenente ao de um capitão. Além disso, podiam receber prêmios, caso conseguissem uma informação muito importante ou estivessem se aposentando.

O resultado de tanta violência era notável. Principalmente entre 1969 e 1974, era difícil encontrar uma pessoa que não tivesse tido contato direto ou indireto com a repressão ou que, pelo menos, não tenha sofrido nenhum tipo de intimidação. Nesse período, o silêncio foi imposto à população através de medidas rigorosas de tortura e censura, bem como do intenso controle das universidades, como será visto a seguir.

3.4. A universidade controlada: a manutenção das arbitrariedades na educação

Toda sociedade civil, principalmente as universidades, vivia nesse período a fase mais violenta da repressão policial. O aparelho repressivo, tornando-se onipotente e onipresente, invadia universidades, prendia estudantes e professores. Alguns eram retirados à força das salas de aula, na maioria das vezes, com a conivência da administração das universidades, que se encontrava controlada e domesticada pelos sucessivos expurgos. A imprensa, impedida pela censura, nada noticiava.
(CAVALARI, 1987: 153)

A universidade, depois da reforma realizada em 1968, continuou a ser controlada pelo regime por meio de atos arbitrários. Em 26 fevereiro de 1969, por exemplo, o governo baixou o Decreto-Lei nº 477, elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional especialmente para silenciar estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino. Através desse dispositivo, ficava terminantemente proibida toda e qualquer manifestação política ou de protesto, bem como greves, passeatas e comícios no interior das escolas e universidades públicas e particulares. Se um estudante cometesse alguma dessas “infrações” seria punido

com o desligamento e a proibição de matricular-se em qualquer estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos. Já docentes e funcionários seriam demitidos e proibidos de ser nomeados, admitidos ou contratados por instituições de ensino pelo prazo de 5 anos. Além disso, o Decreto

(...) não permitia aos atingidos se defenderem livremente dos delitos de que eram acusados, violava também um dos preceitos consagrados pelo Direito Universal, pois ao acusador não cabia o ônus da prova; os acusados é que deveriam provar sua inocência. A simples suspeita já era suficiente para afastar alunos e professores das aulas, até que o processo fosse apreciado pela direção da escola ou pela reitoria.

(CAVALARI, 1987: 139)

Para o regime, esse dispositivo era imprescindível para que se pudesse criar condições favoráveis para colocar em prática as medidas propostas pela Reforma Universitária, ou seja, foi necessário para deixar o caminho livre da contestação dos docentes e estudantes. Houve até universidades que incluíram a maior parte dos dispositivos do Decreto 477 em seus estatutos.

Na USP, mesmo depois do AI-5, houve certa resistência da comunidade acadêmica e as discussões sobre a Reforma Universitária puderam continuar. De acordo com Cavalari (1987: 151), isso foi possível devido “à ação enérgica do reitor em exercício, professor Hélio Lourenço de Oliveira, que, opondo-se às interferências policiais dentro da USP, buscou a colaboração dos grupos mais empenhados na democratização da universidade”.

Esse momento rico em debates, que ficou conhecido como “Primavera na USP”, não demorou a ser interrompido. No dia 25 de abril de 1969, o governo baixou um decreto, com base no AI-5, que aposentava compulsoriamente, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, cerca de 42 pessoas, entre intelectuais e três professores da USP, incluindo Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Batista Villanova Artigas. Como sempre, não faltavam arbitrariedades no decreto presidencial, uma vez que este aposentava, “nos cargos que ocupavam nos órgãos da Administração Pública Federal”, três docentes de uma Universidade Estadual.

A medida do regime provocou reações imediatas no âmbito da universidade. Além de vários protestos, o reitor enviou um telegrama ao ministro da Educação, pedindo que este último intercedesse junto ao governo federal para obter a revogação do decreto. A resposta do regime veio sob a forma de um novo decreto, baixado no mesmo mês do anterior, elaborado especialmente para a USP, que aposentava e demitia 23 professores, além do próprio reitor.

Pelo Decreto-Lei nº. 869, também de 1969, a Junta Militar ainda sustentou a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica em todos os níveis educacionais. Conforme Irene Cardoso (2004: 18), nesse caso, embora estivesse silenciada, a comunidade acadêmica se manifestou contra a implantação desta disciplina no ensino superior, bem como também se colocou contra a criação das licenciaturas curtas.

No governo Médici, a educação, que já tinha importante papel no projeto econômico do governo, passou a ser encarada como setor prioritário para a conquista do desenvolvimento. Isso aconteceu porque os resultados do Censo Demográfico de 1970 foram divulgados, apontando exatamente aquilo que representava uma das maiores contradições do regime: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. No entanto, ao invés de atribuir à política econômica a responsabilidade pela má distribuição de renda evidenciada nos dados do Censo, o regime preferiu o argumento de que essa realidade estava intrinsecamente vinculada à desigualdade do acesso à educação. Conforme Cunha e Góes (2002: 55), o governo defendia, então, que “a distribuição da renda mais igualitária viria, *automaticamente*, como resultado da mais ampla distribuição de oportunidades educacionais para todos”.

Desse modo, propunha-se que o sistema educacional se integrasse a outras áreas, tais como: saúde, saneamento, agricultura e abastecimento, desenvolvimento científico e tecnológico. Além disso, vale ressaltar algumas outras estratégias adotadas nesse período, como a expansão dos ensinos primário e superior, com destaque para as instituições de ensino particulares, e a ampliação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967. Como já se podia esperar, os resultados nem de longe alcançaram aquilo que seria ideal para realmente configurar um avanço na democratização da educação¹¹⁹.

No que tange à privatização do ensino, nesse período – mais precisamente nos anos 70 –, também começaram a ser criadas algumas fundações dentro das universidades. Cardoso (2004: 19), comenta essa realidade na USP:

A “inércia burocrática”, a necessidade de “racionalização administrativa” e de “captação de recursos externos” justificavam essas iniciativas que começavam a transformar o perfil da Universidade, sem que se apresentassem explicitamente como projetos nesse sentido. (...) Cursos pagos, oferecidos dentro da instituição, passam a ser vistos como algo inteiramente normal, a partir de um acordo tácito e de um consenso que vai, aos poucos, sendo construído.

¹¹⁹ De acordo com Cunha e Góes (2002: 58), a taxa de analfabetismo, que em 1970 era de 33,6% para a população de 15 e mais, dez anos depois tinha baixado para 25,4%, ou seja, uma diferença de apenas 8,2%, muito pequena para toda a propaganda realizada pelo regime.

Com o intuito já mencionado de reduzir a procura pelo ensino superior, Médici enviou ao Congresso um projeto de lei – que resultou na lei 5.692/71 –, tornando o ensino de 2º grau profissionalizante, ou seja, as escolas de 2º grau transformariam os estudantes em profissionais habilitados para atuar no mercado como técnicos ou auxiliares técnicos. Essa iniciativa do governo, além de não resolver o problema dos excedentes nas universidades, resultou em um impasse no mercado de trabalho¹²⁰, como apontam Cunha e Góes (2002: 65):

Se os planejadores educacionais da ditadura saíssem dos seus gabinetes, iriam ver que os engenheiros estavam ocupando o lugar dos técnicos não por causa da falta de técnicos, mas porque faltavam empregos para engenheiros, e estes venciam aqueles na competição. E não era por outra razão que grande parte dos que concluíam os cursos técnicos industriais acabavam indo para uma escola de engenharia em busca de um diploma (nem sempre de uma qualificação) que os habilitasse a disputar em melhores condições os cargos que lhes eram destinados como técnicos.

Quando os primeiros sinais do esgotamento do “milagre econômico” começaram a aparecer no final de 1973 e, com eles, aumentaram as críticas ao formato do ensino profissionalizante, o então ministro da Educação Ney Braga deu uma ordem ao Conselho Federal de Educação para reavaliação desse modelo. O CFE, por sua vez, fez uma reinterpretação da lei 5.692/71 e, embora tenha mantido o “ideal” do ensino profissionalizante, redefiniu o seu conteúdo, permitindo o aumento da carga de disciplinas de caráter geral.

No âmbito universitário¹²¹, a partir de 1972, foram criados serviços de informações junto às reitorias das Instituições de Ensino. Na USP – assim como em outras universidades brasileiras –, foi implantada, oficialmente, em 23 de maio de 1973, a Assessoria Especial de Segurança e Informação – AESI – que exercia diferentes papéis no cenário acadêmico: realizava triagens de candidatos a funcionários ou docentes; colhia e repassava dados sobre supostas atividades subversivas; levantava e repassava informações acadêmicas dos alunos; copiava e difundia materiais produzidos por estudantes e funcionários; interferia nas disputas estudantis, apoiando chapas politicamente identificadas com o regime; fornecia documentos de reuniões; e até emitia comentários sobre atividades realizadas na universidade.

Os dados colhidos pela AESI eram repassados para órgãos da chamada “comunidade de informações” do regime militar, tais como: Cisa, Cenimar, a Polícia Federal, o SNI e o DOI-Codi. Para levantá-los, a Assessoria recorria a alguns instrumentos, como “utilização ilícita

¹²⁰ Vale ressaltar ainda, que essa iniciativa comprometeu a qualidade do ensino de 2º grau, favoreceu o oportunismo de redes de ensino particulares, que criaram inúmeros cursos técnicos, bem como prejudicou as escolas normais, que foram desativadas.

¹²¹CHRISPINIANO, José; PIKANÇO, Marcy; GONZALEZ, Marina. Filha bastarda da USP, AESI desempenhou diferentes papéis na repressão interna. **Revista Adusp**, nº 33, outubro de 2004, pp. 37-48, p. 37.

de dados acadêmicos, emprego de agentes próprios, colaboração de diretores de unidades e funcionários”¹²². Os primeiros anos de funcionamento da AESI coincidem com o período de endurecimento da ditadura, quando muitos estudantes e demais pessoas vinculadas ao ambiente acadêmico morreram nas mãos dos órgãos de repressão. Conforme Chrispiniano, Picanço e Gonzalez (2004:40), além de informações sobre suas atividades e *modus operandi*,

Nos arquivos do Dops, há documentos da Aesi em dezenas de pastas que retratam o intenso monitoramento policial de tudo que se passava na USP. Apenas sobre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) são 14 pastas, que reúnem material apreendido e relatórios produzidos por várias agências.

Através da atuação da AESI, os órgãos de repressão exerciam absoluto controle das atividades universitárias, perseguindo docentes, funcionários e estudantes supostamente envolvidos com organizações clandestinas ou ações subversivas. Na USP, a Assessoria funcionou até 1982.

Em 1972, também já se podia perceber que a política educacional colocada em prática pelo governo não tinha nada de democratizante, mantendo, portanto, o caráter elitista do ensino superior. Para Florestan Fernandes (1979: 38), a explosão de matrículas nas universidades não representava nem a democratização, nem a melhoria da qualidade do ensino, mas sim era resultado de medidas improvisadas de expansão do acesso à educação, bem como das pressões naturais nascidas do crescimento constante do ensino médio. Nesse sentido, o sociólogo advertia que “tal desdobramento do milagre brasileiro na esfera educacional, (...) meramente contribuiu para alargar um pouco mais o restrito número de privilegiados que atingem o ápice da pirâmide”¹²³.

No ensino de pós-graduação, a matrícula geral, no início de 1971, também evidencia o privilégio da quantidade, em detrimento da qualidade por parte do regime, orientado-se mais pelas aparências do que realmente preocupado em melhorar a infra-estrutura e a pesquisa, conforme aponta a tabela seguinte¹²⁴:

¹²² CHRISPINIANO; PICANÇO; GONZALEZ, 2004, p. 39

¹²³ Florestan Fernandes argumenta com base nos dados oficiais do Anuário Estatístico do Brasil, divulgado em 1973 (Rio de Janeiro, IBGE, 1973), que apontam que a matrícula geral no ensino superior, em 1973, foi de 836.468 alunos, enquanto em 1974, foi de 1.017.630.

¹²⁴ Dados extraídos de: FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: Reforma ou Revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 2ª edição, 1979, p. 40.

Tabela 1 – Matrícula geral na pós-graduação no início de 1971

ÁREAS	MESTRADO	DOCTORADO
Ciências exatas e tecnológicas	4.590	109
Ciências Biomédicas	869	163
Ciências humanas e filosofia	285	–
Ciências sociais	1.161	319
Letras e artes	337	–
TOTAL	7.242	591

Sobre os dados apresentados tanto da graduação como da pós-graduação, Florestan Fernandes (1979: 48) conclui:

(...) indicam que o Brasil enfrenta vários problemas graves em relação à organização, expansão e aproveitamento do ensino superior. Em primeiro lugar, estão os problemas especificamente quantitativos. A proporção de pessoas com formação superior, na população escolarizada e no conjunto da população, é quase ínfima. Em segundo lugar, estão os problemas de natureza pedagógica. Em virtude da predominância dos interesses econômicos, sociais e políticos de elites culturais ralas e egoístas, o ensino superior foi praticamente confinado à função de preparar profissionais liberais.

Quanto aos efeitos da reforma universitária¹²⁵ realizada pelo regime em 1968, Florestan Fernandes (1975) argumenta que se manteve o caráter elitista, conservador e a valorização da quantidade, em detrimento da qualidade no ensino superior, colocando-se apenas como um instrumento de controle e neutralização política das tensões internas à universidade, ao invés de atender realmente os anseios sociais de mudança educacional. Além das observações do sociólogo, vale ressaltar que essa reforma não se alicerçou na realidade brasileira, mas sim nos modelos norte-americanos e, com isso, entre 1969 e 1974, ficava ainda mais evidente que as mudanças promovidas facilitaram a expansão do ensino superior privado, bem como promoveram uma redução dos recursos financeiros e do investimento em infra-estrutura no ensino público. Sem contar o mau aproveitamento dos recursos humanos e as alterações administrativas, que comprometeram ainda mais a qualidade do ensino nas universidades públicas.

¹²⁵ Neste tópico, foram abordados apenas os efeitos da reforma universitária do governo federal. No entanto, em 1969, também foi realizada a reforma universitária da USP, que não será tratada neste trabalho, mas pode ser apreciada nas obras de Florestan Fernandes (“A Questão da USP” e “Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução”) e no livro “1968: Faz 30 Anos”, organizado por João Roberto Martins Filho. Mais detalhes destas indicações constam nas referências bibliográficas desta dissertação.

3.5. O movimento estudantil contido

O movimento estudantil de 69 a 74 caminhou por um espaço tão estreito, que se compararmos com o grande ascenso de 68, teremos a impressão de que, nesse período, ele praticamente deixou de existir.
(CAVALARI, 1987: 136)

Após o AI-5 e o Decreto-Lei 477, os estudantes não tinham mais espaço para atuar através do movimento estudantil. No total, 506 jovens foram atingidos pelo 477, sendo 55 somente na gestão do ministro da Educação Jarbas Passarinho. Os estudantes, por ingenuidade, até tentaram se organizar para derrubar o decreto. Entretanto, não obtiveram sucesso, porque denunciar cassações naquela época acabava implicando em novas cassações. Assim, a única forma que encontraram de se opor à medida foi organizar manifestações de solidariedade aos cassados em algumas escolas. Também houve algumas tentativas de revogar o Decreto no Congresso Nacional:

Em 1970, o deputado Oscar Pedroso Horta, líder do MDB na Câmara, apresentou projeto pedindo a sua revogação, por considerá-lo “uma aberração jurídica inaceitável e cerceadora do tipo de vivência que deve caracterizar a formação do universitário”. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e arquivado. Posteriormente, a mesma iniciativa foi tentada pelo Deputado Marcos Freire, que igualmente não obteve sucesso.

(CAVALARI, 1987: 141)

Com a manutenção do 477, intensificaram-se as perseguições, prisões, invasões de escolas, fechamentos de entidades estudantis, evidenciando, portanto, que, a partir de 1969, militar na oposição significava assumir um risco muito maior de, a qualquer momento, ser preso, sofrer tortura ou até mesmo ser assassinado. Este último, inclusive, foi o destino de muitos daqueles que atuavam no movimento estudantil, nesse período. Aloízio Mercadante¹²⁶ relembra que, nessa época, “as normas de segurança tinham que ser absolutamente rígidas. Em qualquer reunião tinha um litro de álcool no banheiro e um responsável para botar fogo em todas as anotações”, caso a polícia chegasse de repente.

Com a impossibilidade de participar do movimento estudantil – que se encontrava contido pelas forças do regime – muitos estudantes que já estavam integrados em organizações de esquerda buscavam um espaço de atuação em outros movimentos, como o operário e o camponês ou, em última instância, aderiam à luta armada¹²⁷.

¹²⁶ AZEVEDO, Ricardo. **Medo e liberdade**. IN: Revista Teoria e Debate, nº35, julho/agosto/setembro de 1997, ou, então, em: http://www.fpa.org.br/td/nova_td/td35/td35_memoria02.htm. Acesso em 22/11/2005.

¹²⁷ A luta armada será tratada detalhadamente no próximo tópico deste capítulo.

A UNE ainda procurou resistir, de forma absolutamente precária, a mais dois anos na clandestinidade. Depois de iniciar o ano de 1969 sem presidente, já que toda sua diretoria foi presa durante o Congresso de Ibiúna, a entidade começou a organizar mini congressos regionais, para eleger o colegiado que iria escolher a nova diretoria. Nessa ocasião, três chapas concorreram: a “Unidade e Luta”, de Jean Marc, que era apoiada por Luís Travassos, constituída por seis militantes da Ação Popular e quatro do PCB e defendia as manifestações de rua; a “Nova UNE”, de José Dirceu, que era uma frente formada por dissidências, apoiada por Vladimir Palmeira e defendia a luta reivindicatória dentro das universidades; e a “Integração e Luta”, de Marcos Medeiros, que era integrada completamente por militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e, apesar de coincidir com a linha política da primeira chapa, considerava-se menos radical.

No mini congresso realizado, em abril de 1969, no Rio de Janeiro, depois de várias impugnações e embates políticos entre as tendências mencionadas, partiu-se para apuração dos votos, cujos resultados foram os seguintes: Jean Marc obteve 378 votos; José Dirceu, 371; Medeiros, 29; e o restante foram votos em branco do PCB. Foram eleitos também nove vice-presidentes: Honestino Guimarães (presidente da Federação dos Estudantes de Brasília); José Genoíno Neto (presidente do DCE do Ceará); Helenira Rezende (do Centro Acadêmico de Letras da USP); Gildo Macedo Lacerda (presidente do DCE de Minas Gerais); Humberto Câmara (da UEE de Pernambuco); Ronaldo Rocha (do Rio de Janeiro); e José Carlos da Matta Machado (de Minas Gerais).

A atuação da nova diretoria tinha que ser extremamente cautelosa, já que era duramente perseguida pelos órgãos de repressão. Nesse sentido, seus membros eram obrigados a viver na clandestinidade, usando nomes falsos e reunindo-se sigilosamente em “aparelhos”. Sem contar que a maioria tinha prisão decretada e, portanto, para driblar a repressão, tinham que atuar fora dos seus Estados de origem, pois, assim que suas presenças eram detectadas, recomeçavam as perseguições. Cavalari (1987: 147) comenta o cotidiano dessa diretoria, nesse momento em que a repressão alcançava seus níveis mais alarmantes:

O simples fato de ir a uma faculdade exigia todo um esquema preventivo, constituindo-se numa verdadeira operação de segurança. Eram comuns, na época, as aparições inesperadas da diretoria da UNE em determinadas escolas, ou a participação da diretoria em determinados eventos, sem a identificação do diretor e da entidade representada.

Com essa atitude, os líderes da UNE acreditavam estar mostrando ao regime que, apesar da repressão, o movimento estudantil e a entidade continuavam existindo e lutando. No entanto, era perceptível que nada disso contribuía para a organização dos estudantes.

Inclusive, o próprio destino desta diretoria evidencia que a situação do Brasil, nesse período, não permitia nenhuma forma de atuação por parte dos universitários:

(...) Jean Marc: preso em Ibiúna, conseguira evitar o recambiamento para o Rio, onde já havia sido condenado a dois anos de prisão, declarando-se membro da delegação do Paraná; na viagem a Curitiba, aproveitou-se de um cochilo dos agentes para fugir do ônibus que transportava os detidos paranaenses, mas foi novamente apanhado, já eleito presidente, em setembro de 1969, e mantido preso até ser banido do país, em janeiro de 1971, em troca da libertação do embaixador suíço. Seu substituto, o 1º vice-presidente Honestino, presidente interino efetivado num minicongresso ocorrido em setembro de 1971, condenado a 25 anos pela participação nas lutas estudantis de 1968 e ameaçado de morte pelos serviços de segurança militar desde 1971, foi preso no Rio, em outubro de 1973, e visto pela última vez na Oban (...), em abril de 1974. Genoíno e Helenira se entregaram, de corpo e alma, à experiência guerrilheira do Araguaia, onde ele foi preso e ela, morta em combate. Gildo e José Carlos, presos na Bahia em 1973, teriam sido mortos “em tiroteio”, segundo a repressão. Humberto é um dos 144 desaparecidos da relação do Comitê Brasileiro pela Anistia; e Ronaldo foi preso no Rio, em 1972, e cumpriu pena.

(POERNER, 1995: 300 e 301)

Em 1971, a UNE já não tinha mais como exercer o seu papel de liderança no movimento estudantil, não só pela continuidade das divergências políticas internas que não conseguiu solucionar, mas também pelas condições impostas pela repressão, que afastava os seus dirigentes das entidades estudantis de base e obrigava as lideranças a viverem na clandestinidade. Enfim, a UNE e o movimento estudantil estavam silenciados pelas inúmeras medidas arbitrárias do regime.

Nesse mesmo ano, houve uma tentativa de minimizar os efeitos do Decreto 477. Ao perceber que seria impossível conseguir a sua revogação, o deputado J. G. de Araújo Jorge elaborou um projeto que autorizava os punidos a pleitearem uma revisão ou instauração regular de processo, além de, em alguns casos, prever a liberação do pedido de indulto presidencial. Novamente, foi uma iniciativa frustrada, já que o projeto foi rejeitado tanto pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara quanto pela Comissão de Educação e Cultura.

Como se pode perceber, não havia nenhum espaço para atuação do movimento estudantil nessa época, embora os estudantes ainda tenham tentado, equivocadamente, resistir, realizando algumas manifestações isoladas e esparsas, como na ocasião da visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, em 1969; no segundo aniversário da morte de Edson Luís, em 1970; nas denúncias de prisões feitas por diretórios e centros acadêmicos do Rio e de São Paulo, em 1972; nos protestos pela morte do estudante de geologia da USP, Alexandre Vannucchi

Leme¹²⁸, em 1973, entre outros. O resultado dessa resistência era demasiadamente oneroso para o movimento, já que resultava em novas prisões, espancamentos, punições etc. Daí muitos terem optado pelo ingresso na luta armada junto às organizações de esquerda.

3.6. Os estudantes na luta armada

As aposentadorias e demissões com base no AI-5, as punições pelo 477, as constantes perseguições e prisões dos estudantes, enfim, o total controle das universidades e da sociedade civil pelo grupo no poder acabou por criar um clima de insegurança e impotência generalizado, que, além de funcionar como fator coibitivo, serviu também para reforçar, em alguns setores estudantis, a crença de que a única alternativa que se colocava à oposição era o enfrentamento do governo através das armas, uma vez que as formas de participação legal encontravam-se totalmente fechadas. (CAVALARI, 1987: 153)

Como já foi dito, excetuando-se o PCB, que insistia na possibilidade de transição pacífica para o socialismo, as demais organizações de esquerda adotaram a perspectiva da guerrilha urbana e rural como meio de derrubar a ditadura, contando, para isso, com muitos quadros estudantis.

A opção dos estudantes pela luta armada tem três motivos principais. Primeiramente, eles não acreditavam mais na possibilidade da esquerda assumir o poder pela via pacífica e, portanto, não consideravam as discussões teóricas apropriadas para o momento, mas sim a prática, que devia surtir efeitos imediatos. Em segundo, os jovens se baseavam nas experiências de guerrilhas bem-sucedidas, como as de Cuba e da China, imaginando que o mesmo aconteceria no Brasil. Por último, o fechamento do regime, com a escalada repressiva contra o movimento estudantil e demais setores da sociedade, reforçou a idéia de que a única saída era a luta armada.

Dos grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973, o mais expressivo era a Ação Libertadora Nacional (ALN), que, desde a sua criação, em 1967, por Marighella, já se lançou em ações armadas¹²⁹ com o objetivo de levantar fundos para guerrilha rural¹³⁰. A ALN atuava basicamente no eixo Rio–São Paulo.

¹²⁸ Os protestos que se seguiram à morte de Alexandre Vannucchi Leme, bem como o foco de resistência que surgiu na USP serão abordados mais detalhadamente mais adiante, neste capítulo.

¹²⁹ Essas ações incluíam assaltos, expropriações, seqüestros, entre outros.

¹³⁰ Para a ALN e Marighella, a guerrilha rural era a meta maior a ser alcançada, e dessa luta no campo surgiria o Exército da Libertação Nacional que iria derrubar a ditadura.

Depois de ver esgotadas as possibilidades de atuação com as massas, a Dissidência Universitária da Guanabara também partiu para a luta armada, conforme evidencia Gorender (1987: 154):

A Dissidência criou o Grupo de Trabalhos Especiais (GTE), estruturado para ações de guerrilha urbana. A obtenção de fundos mostrou-se bem-sucedida através dos assaltos a agências bancárias, a um carro transportador de valores na rua Farne de Amoedo, em Ipanema, e até a um bar do Castelinho (em fevereiro, mês do carnaval). O escasso proveito do assalto ao bar se compensou pelos trinta mil dólares e pelas jóias arrecadadas no apartamento do deputado federal Edgard Guimarães de Almeida, onde os membros do GTE entraram, a 19 de agosto de 1969, disfarçados de repórteres da revista *Realidade*. (...) o arsenal disponível avolumou-se com as armas arrancadas de sentinelas e de patrulhas policiais.

A Dissidência estudantil de Niterói antecipou-se a quase todas as organizações de esquerda, optando, no final de 1968, por se afastar das cidades, mesmo à custa da perda de mais da metade dos seus militantes. Orientada pela teoria foquista, seus membros se transferiram para duas fazendas compradas em Cascavel e Montelândia, no Paraná, onde se preparavam para atuar, posteriormente, na região de Foz do Iguaçu. A organização, que começou a cair em abril de 1969, após a prisão de várias lideranças, recebeu o nome de MR-8, pois havia editado um jornal intitulado *Movimento Revolucionário 8 de Outubro*, em homenagem à data da morte de Che Guevara. Quando os órgãos de repressão anunciaram a liquidação do MR-8, a Dissidência da Guanabara adotou a mesma sigla, para demonstrar que a organização supostamente aniquilada estava bem viva.

No período em que Costa e Silva se encontrava afastado por motivo de saúde e o país era governado pela Junta Militar, mais precisamente em 4 de setembro de 1969, a ALN, juntamente com o MR-8 (Dissidência da Guanabara), seqüestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, no Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro seqüestro realizado por grupos armados na América Latina, atraindo a atenção do mundo inteiro para a luta armada no Brasil.

O grupo no poder, pego de surpresa e pressionado pelos Estados Unidos, não teve outra alternativa a não ser atender as exigências dos seqüestradores: a divulgação, através de jornais, rádios e TV, de um manifesto e a libertação de quinze presos políticos que deveriam ser levados de avião para o México.

(CAVALARI, 1987: 168)

Por conta dessas ações, Marighella foi muito perseguido pelo aparelho repressivo do regime, acabando assassinado, em novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo, em uma operação misteriosa comandada pelo delegado Sérgio Fleury. Embora os

órgãos de repressão tenham tentado responsabilizar os padres dominicanos pela morte do líder da ALN, eram fortes os indícios do envolvimento da CIA no seu assassinato.

Em 1971, a ALN passava por dificuldades, pois, além da repressão atingir seus militantes em vários Estados, a organização sofreu duas cisões, das quais surgiram o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e a Tendência Leninista (TL), ambas com contingente reduzido e tempo de vida efêmera. A MOLIPO congregou principalmente universitários paulistas em treinamento guerrilheiro em Cuba e já estava completamente destruída em 1973.

O COLINA, fruto de uma cisão na POLOP, envolveu-se na luta armada desde o seu surgimento em 1968, começando por assaltos a agências bancárias e ações de captura de armas. Além disso, teve a oportunidade de realizar um justicamento contra o capitão boliviano Gary Prado, que aprisionou Che Guevara e foi acusado de participação na sua morte. Os líderes do COLINA foram informados que o oficial encontrava-se no Brasil, fazendo um curso da Escola de Estado-Maior do Exército e acreditaram ser a oportunidade de vingar a morte do herói cubano. Desse modo, na noite de 1º de julho de 1968, lideranças da organização foram ao encontro do capitão, na Rua Engenheiro Duarte, na Gávea, Rio de Janeiro. Sobre o desfecho desse episódio, Gorender (1987: 130) relata:

Ali interceptaram o oficial, abateram-no com dez tiros e levaram sua pasta. Ao abri-la, surpresa esmagadora: o oficial justicado não era Gary Prado, mas Edward Ernest Tito Otto Maximilian von Westernhagen, major do Exército da Alemanha Ocidental. O COLINA não podia assumir o terrível engano e silenciou.

A partir de janeiro de 1969, o COLINA passou a sofrer com a intensificação da repressão e perseguição aos seus quadros. Muitos militantes foram mortos e torturados, sendo que alguns figuram na lista de desaparecidos políticos.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo capitão do Exército Brasileiro Carlos Lamarca, também se formou de cisão da POLOP e teve grande expressão nesse período, reunindo muitos estudantes em torno das suas ações armadas. Quando Lamarca desertou do Exército, junto a um grupo de oficiais e soldados, levou consigo uma grande quantidade de armamentos e munições para a guerrilha. Em 1969, no entanto, sofreu várias perdas de quadros por conta da repressão e, em julho, fundiu-se ao COLINA, formando a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares).

Tão logo foi criada, a VAR-Palmares já partiu para ações armadas, das quais a mais importante foi a expropriação do cofre da residência de Ana Capriglione, no Rio de Janeiro, em 18 de julho. Gorender (1987: 136) narra o episódio:

Retirado da mansão e levado para um aparelho, o pesado cofre revelou que a operação valera dois e meio milhões de dólares. Aparentemente, resultado fabuloso: a VAR-Palmares não mais precisaria arriscar-se em assaltos a bancos. Os fundos disponíveis lhe permitiam sustentar-se por muito tempo e preparar a guerrilha rural.

Após o êxito dessa operação, a VAR-Palmares realizou, em setembro do mesmo ano, o seu primeiro congresso. Nesse encontro, divergências culminaram em uma separação, que não resultou na reconstituição das organizações originais – COLINA e VPR –, mas sim na divisão entre VAR e VPR, sendo que esta última ficou com a maioria dos militantes.

A VPR reconstituída começou a se organizar no Vale do Ribeira, onde instalou, desde outubro de 1969, a sua base de treinamento armado. Os seus militantes, após os ensinamentos, partiriam para diferentes regiões, criando outros focos para o desencadeamento de um amplo processo guerrilheiro no país.

Quando a área foi descoberta pela repressão, no início de 1970, foi sitiada pelo Exército, que empregou cerca de 10 mil soldados na operação. Um grupo de sete homens comandado por Lamarca conseguiu furar o cerco e chegar a São Paulo, com uniformes militares, em um caminhão que havia sido tomado do Exército numa emboscada. Após intensas buscas, Lamarca foi assassinado no sertão baiano em 1971.

Apesar da perseguição que sofria, a VPR realizou importantes ações armadas em 1970, como o seqüestro de três diplomatas estrangeiros. O cônsul japonês, Nobuo Okuchi, que foi seqüestrado em São Paulo, em conjunto com a ALN, REDE¹³¹ e MRT, no dia 11 de março desse ano, tinha sua liberdade condicionada à soltura de cinco presos políticos e três crianças, filhos de uma das presas. Entre aqueles que deveriam ser libertados e enviados ao México, estava a freira Maurina Borges da Silveira, que havia sido extremamente torturada por Sérgio Fleury. Em 11 de junho do mesmo ano, foi a vez do embaixador alemão, Ehrenfried Von Hollebem, seqüestrado juntamente com a ALN, no Rio de Janeiro. Sua liberdade custou a soltura de quarenta presos políticos que foram enviados à Argélia. O último seqüestro realizado pela VPR foi o do embaixador suíço, Giovani Enrico Bucher, que foi trocado por 70 presos, enviados ao Chile. Sobre esse episódio, Cavalari (1987: 170 e 171) comenta:

Nessa ocasião, as negociações entre os seqüestradores e o governo foram extremamente difíceis e só chegaram a termo depois de 40 dias. Os militares adotaram uma tática diferente (...) dos seqüestros anteriores. Não

¹³¹ A Resistência Democrática (REDE) era um pequeno agrupamento originado de uma cisão na VPR.

noticiavam os comunicados dos seqüestradores, intensificavam as buscas por toda a cidade, enquanto noticiavam através da imprensa que nenhum contato havia sido feito por parte dos raptos.

Após o congresso que provocou a sua separação da VPR, a VAR montou o Subsetor de Treinamento de Guerrilha, cujo plano era desenvolver um escola de preparação de guerrilheiros na fazenda comprada no Pará, prevista para cursos de três a cinco meses. Com esse intuito, começou a transferir seus quadros, armas e materiais diversos para o Maranhão, região que escolheu para desencadear a luta armada.

Surgido da cisão do POR(T), em 1966, o Movimento Estudantil 1º de Maio¹³², mudou a sua denominação, em 1971, para Organização Comunista 1º de Maio. Formada por militantes estudantis, enfatizava o trabalho com os sindicatos. Apesar da repressão policial, essa organização conseguiu certa fixação no meio operário do ABC paulista.

Também consequência da cisão do POR(T), em 1969, a Fração Bolchevique Trotskista (FBT), agrupou militantes do Rio Grande do Sul, Nordeste e São Paulo. O descuido da FBT com questões de segurança levou à sua aniquilação em 1970.

A Ala Vermelha – dissidência do PC do B – deu início a ações armadas já no final de 1968. Praticou assaltos a agências bancárias, confisco de dinamite de uma pedreira e a expropriação de máquinas gráficas da Loja Kelmaq, com o objetivo de montar uma oficina clandestina. Em 1º de maio de 1969, seus militantes ocuparam a Rádio Independência, em São Bernardo, para difundir à população suas atividades.

No PCBR, a decisão de partir para luta armada foi do Comitê Regional de Pernambuco. A partir de maio de 1969, o partido realizou inúmeras ações guerrilheiras no Nordeste, como assaltos a bancos e postos de gasolina, e atividades de propaganda armada, como a destruição do palanque preparado para as autoridades no desfile de 7 de setembro. Seguindo o exemplo, militantes do PCBR do Rio de Janeiro também ingressaram em ações armadas semelhantes. Ainda no mesmo ano, membros do partido se alocaram na zona rural do Paraná, em dois sítios comprados, e procuraram organizar camponeses e assalariados agrícolas.

A Ação Popular, já influenciada pelo maoísmo, volta-se, desde 1967, para o processo de integração dos seus militantes na produção¹³³, ou seja, procurava eliminar a distância entre o trabalho intelectual e manual, fazendo com que os seus quadros passassem temporadas entre operários e camponeses, vivendo e trabalhando juntos a estes. Sobre esse direcionamento, Gorender (1987: 114), cita comentários de ex-lideranças da AP:

¹³² O movimento recebeu esse nome em homenagem ao festejo da data na Praça da Sé, em 1968.

¹³³ Para AP, a integração com operários e camponeses era a primeira fase de estruturação da guerrilha.

Herbet de Souza, primeiro coordenador nacional da AP e graduado em Economia, escreveu sobre o período em que foi operário comum numa fábrica de cerâmica de São Paulo. O relato é amargo e tem conclusão negativa. Duarte Pereira afirma que a integração na produção desestruturou muitos militantes, jogados em situações aflitivas. Na maioria dos casos, provocou efeito destruidor na base estudantil da AP.

Em 1968, militantes que discordavam dos rumos tomados pela AP começaram a questionar o maoísmo, a revolução em duas etapas e a integração na produção. Essa crise levou a expulsões de membros que, juntamente com ex-militantes da POLOP e do PCB, formaram, em janeiro de 1969, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). O PRT retomou a posição favorável à luta armada no campo, com base na orientação cubana adaptada à realidade brasileira. Nesse sentido, o partido formou núcleos de militantes no Nordeste, Goiás, São Paulo e Minas Gerais, com vistas à preparação de áreas rurais para futuras ações armadas, além de se dedicar ao trabalho com operários em fábricas e sindicatos.

Em 1969, a AP já estabelecia a colaboração mútua com o PC do B, promovendo uma aproximação cada vez maior com o partido. Em março de 1971, formalizou a criação da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), que, em janeiro de 1973, decidiu se incorporar ao PC do B. A minoria que se recusou à integração tentou manter viva a AP-ML.

Para as organizações de esquerda, as ações urbanas armadas eram apenas preparatórias para a guerrilha rural. No entanto, praticamente nenhum grupo chegou efetivamente a essa fase da luta armada, como argumenta Gorender (1987: 207):

Algumas dezenas de pequenas bases foram esboçadas em regiões agrícolas, com famílias camponesas e, eventualmente, combatentes treinados. A compra de sítios e fazendas pelas organizações clandestinas incentivou as transações de terras naqueles anos. Com pequeníssima fração, está claro. Quando não sofreram o desmantelamento por intervenção do inimigo, essas bases da projetada guerrilha rural se desativaram por si mesmas.

Somente o PC do B conseguiu, verdadeiramente, preparar e efetuar operações de guerrilha rural. A Guerrilha do Araguaia, organizada pelo partido no sul do Pará, foi uma importante ação da esquerda armada no período. Desde 1966, o PC do B vinha deslocando e fixando militantes na região do rio Araguaia, considerada ideal para o surgimento do verdadeiro exército que derrubaria a ditadura. Depois do AI-5, o partido acelerou o envio dos seus quadros para essa área, principalmente lideranças estudantis clandestinas. Em 1971, os guerrilheiros, que já estavam completamente implantados, elaboraram, em conjunto com a população local, um programa de 27 pontos, que continha as principais reivindicações da

região, constituindo um movimento chamado União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP).

Em 1972, o “foco” foi descoberto pelos órgãos de segurança, que para lá deslocaram um enorme contingente do Exército, Marinha e Aeronáutica, que ocupou a área, em sucessivas campanhas que prosseguiram até 1974, numa operação militar que envolveu vinte mil homens. Uma vez iniciados os combates, o Partido constituiu as “Forças Guerrilheiras do Araguaia”.

(CAVALARI, 1987: 172)

Em 1974, as Forças Guerrilheiras do PC do B já haviam sido dizimadas pelas tropas do regime. Mais de 50 militantes do partido foram mortos, além de ter sido desencadeada uma repressão generalizada contra a população rural da região.

Como todas as organizações de esquerda que se embrenharam na luta armada possuíam entre seus quadros elementos do movimento estudantil, é fácil chegar à conclusão de que os estudantes, assim como os demais militantes, sofreram as conseqüências nefastas da repressão que se abateu sob esses grupos guerrilheiros. Em meados de 1973, a maior parte já se encontrava derrotada e aniquilada pelo regime.

É possível apontar inúmeros erros para o fracasso da luta armada no Brasil, valendo ressaltar o sectarismo dominante nas organizações de esquerda e o distanciamento desta em relação às massas. Este último pode ser considerado o mais grave, já que esses grupos, ao se colocarem como vanguarda da revolução, acabaram se isolando política e socialmente. Embora afirmassem que a tentativa de tomada do poder se dava em nome do povo, a quase totalidade da militância de esquerda era constituída por pequeno-burgueses e estudantes de classe média. Como resume Cavalari (1987: 177), as organizações de esquerda “lutaram em nome do povo, mas não tinham o respaldo popular”, ou seja, “constituíram, nesse momento, uma vanguarda sem retaguarda”.

3.7. USP: um foco de resistência do ME nos anos negros do regime

Enquanto a maioria dos estudantes estava silenciada e parte havia se aventurado na luta armada, o Diretório Central de Estudantes da USP – composto por membros que, em sua maioria, pertenciam à ALN –, assim como outras organizações de oposição, também vivia na mais absoluta clandestinidade. Entretanto, mesmo com as invasões constantes do *campus* pelos órgãos de segurança e com grande parte dos universitários voltados para ações guerrilheiras, o DCE procurava resistir, organizando manifestações sem que seus membros fossem, no entanto, identificados.

Quando a sua atuação tornou-se totalmente inviável, foi criando, então, em 1971, o Conselho de Presidentes de Centros Acadêmicos (CPCA), cuja luta, concentrada apenas no interior da USP, era voltada para questões específicas dos estudantes. Nesse sentido, a nova entidade realizava tarefas, tais como: imprimir apostilas; projetar filmes; organizar murais, campeonatos esportivos, recepção de calouros; promover discussões sobre os cursos e muitas festas. Naquele momento, era a única forma de atuação possível, uma vez que os centros acadêmicos não podiam nem mesmo denunciar as prisões e torturas freqüentes de estudantes, pois isso implicava no seu fechamento.

Na “calourada” promovida pelo CPCA, em 1972, foi organizado um protesto contra a precariedade das instalações da Faculdade de Filosofia, que funcionava provisoriamente em barracões da Cidade Universitária, após a sua mudança da Rua Maria Antonia. Na verdade, tratava-se de uma anti-solenidade simbólica do lançamento da pedra fundamental do novo prédio, seguida de uma “choppada”. Na ocasião, o CPCA enviou convites a diversos jornais e programas de televisão, que se encontravam sob censura. Estes, por sua vez, acreditando ser uma iniciativa oficial da USP, divulgaram o evento e ainda parabenizaram a universidade. De acordo com Cavaleri (1987: 156), a anti-solenidade “contou com a presença de cerca de três mil estudantes e transcorreu num clima de festa, apesar do intenso policiamento feito, com armas pesadas, pela OBAN e pela Polícia Militar”.

No mesmo ano, alguns Centros Acadêmicos resolveram assumir os riscos e denunciar as prisões de alguns estudantes do curso de História e da Escola Politécnica. Apenas seis CAs assinaram a nota de denúncia. As demais entidades, com medo da possibilidade de fechamento e do afastamento dos estudantes, não tiveram participação nesse episódio. O fato é que essa iniciativa gerou muita polêmica entre as diversas tendências políticas coexistentes no movimento estudantil da USP. O PCB e a ALN discordaram das denúncias, pois acreditavam que isso atrairia a repressão e implicaria no fechamento das entidades. Já os Centros Acadêmicos ligados à AP e ao PC do B eram favoráveis a essa medida e passaram a denunciar as prisões em manifestos, murais, panfletos e nas salas de aula.

Ao mesmo tempo, também eram enviados manifestos aos jornais denunciando as prisões. A imprensa dificilmente os noticiava, uma vez que estava sob rigorosa censura. Apesar disso, houve casos, como o do jornal *O Estado de São Paulo*, que publicou um dos manifestos sobre a prisão de estudantes da FFLCH, em 1972, e do *Jornal do Brasil*, que divulgou um outro, em 1973, assinado por vários CAs, protestando contra a prisão da estudante de História Maria Rosa Bonfiglio.

Em junho de 1972, o CPCA foi substituído pelo Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), durante uma reunião de 17 dos 26 CAs da USP. O CCA retomou as lutas específicas do movimento estudantil pelo ensino público e gratuito. Nesse sentido, em novembro do mesmo ano, realizou um plebiscito – do qual participaram mais de 90% dos estudantes – sobre o ensino pago, que estava sendo defendido pelo Ministro da Educação, Jarbas Passarinho. A grande maioria votou contra a proposta do ministro, que, indignado, contestou o plebiscito através dos meios de comunicação, gerando uma grande polêmica sobre o assunto no âmbito nacional.

No final de 1972, os estudantes encontraram uma alternativa para dar sequência à atuação do movimento estudantil, como relata Cavalari (1987: 158):

Numa tentativa de estabelecer uma coordenação inter-estadual, foram realizados os primeiros encontros por áreas de estudo (engenharia, medicina, etc) que prosseguiram nos anos posteriores. Nesses encontros, as discussões giravam em torno de questões específicas do curso. Discutia-se, por exemplo, a função social de cada área profissional.

Em 1973, ainda durante o governo Médici, iniciou-se uma sequência de prisões de estudantes da USP – e conseqüente morte de alguns deles –, gerando tensão e medo em muitos militantes do movimento estudantil¹³⁴. Um dos primeiros da USP a cair – ser preso pelos órgãos de repressão – foi o estudante de geologia e militante da ALN, Alexandre Vannucchi Leme – conhecido como Minhoca. Conforme Costa (2003), a notícia de sua queda, chegou para os colegas durante as comemorações da recepção dos calouros, em 17 de março de 1973, e se espalhou rapidamente por todo o *campus*. Alexandre havia “furado o ponto”¹³⁵ com sua namorada, daí a conclusão de que havia sido preso.

Assustados com as possíveis conseqüências desse episódio, alguns estudantes – também envolvidos com o ME – começaram a tomar as providências necessárias para escapar do mesmo destino do colega, bem como omitir as informações sobre a atuação estudantil na universidade. De acordo com Costa (2003), além de difundirem a notícia dentro da USP, os estudantes foram avisar advogados e a imprensa. Enquanto isso, um estudante de geologia da turma de Alexandre foi até a sua casa e “tirou todos os livros perigosos, procurou jornais

¹³⁴ Quando um militante estudantil era preso, seus colegas ficavam receosos, pois se corria o risco deste “abrir”, ou seja, do preso delatar, sob tortura, outros nomes envolvidos no movimento estudantil, bem como as ações consideradas subversivas realizadas por estes.

¹³⁵ No jargão dos estudantes, “furar ponto” significava faltar a um encontro marcado com outro colega. Nessa época, esta era uma prática muito comum entre os integrantes do movimento estudantil, dada a repressão e perseguição do regime. Segundo Costa, Alexandre havia marcado ponto com a sua namorada, mas faltou, levando à conclusão de que havia sido preso.

proibidos e panfletos, todos os documentos passíveis de irritar os militares e correu para levá-los embora”.

Como se pode perceber, a preocupação das principais lideranças estudantis da USP com o acontecido era extrema. “Os mais bem informados, com alguma ligação ou contato com organizações políticas consideradas subversivas, sabiam que a barra poderia pesar mais ainda. Os militares estavam apertando o cerco” (COSTA, 2003:23). Com o intuito de pressionar o regime, no sentido de estancar as prisões, alguns estudantes propunham a divulgação externa do episódio.

Enquanto a notícia da prisão de Alexandre corria, este era torturado na sede do DOI-CODI. Ao contrário do que temiam seus colegas, o estudante não delatou ninguém, nem mesmo ofereceu informações sobre as atividades políticas do movimento estudantil da USP. Após sessões de interrogatório e tortura, Alexandre foi encontrado morto na cela. Para eximir o regime da responsabilidade, um dos policiais presentes cortou o pescoço do rapaz e o carcereiro espalhou, entre os outros presos, a versão de suicídio.

Assim que foi informado, o pai de Alexandre passou a procurá-lo nos principais órgãos de repressão do regime. A partir desse momento, surgiu uma nova versão para a morte do estudante, a de atropelamento¹³⁶. A notícia foi veiculada em vários órgãos da imprensa que, como estavam sob censura, publicaram textos nos moldes da história contada pela polícia, classificando Alexandre como “terrorista” e protagonista de ações “subversivas”.

Apesar do empenho da repressão na elaboração dessa versão, vários motivos levavam à conclusão de que a história era forjada. Primeiro, o estudante foi enterrado às pressas, como indigente, demonstrando certa preocupação da polícia em omitir a causa da morte. Além disso, embora tivessem dito ao seu pai que ele não portava documentos no momento da prisão, o seu atestado de óbito continha todos os dados necessários. Sem contar que, na primeira vez que seu pai o procurou, foi apresentada a versão de suicídio, posteriormente substituída pela do atropelamento. Também foram atribuídas várias ações ao estudante, realizadas no período em que este se encontrava no interior, recuperando-se de uma cirurgia. Enfim, era uma versão muito duvidosa, que causava revolta nos familiares e colegas do militante estudantil.

¹³⁶ A versão de atropelamento de militantes estudantis e demais membros de esquerda era muito comum, bem como as histórias contadas eram semelhantes. Segundo Costa (2003:62), a versão da morte de Alexandre havia sido elaborada com as mesmas informações usadas anteriormente, em outubro de 1972, na divulgação do acidente do ex-estudante de arquitetura da USP, Antonio Benetazzo, na verdade, morto sob tortura, assim como o primeiro.

Em 1973, além de Alexandre, muitos outros estudantes da USP foram presos, torturados e até mesmo mortos pelos órgãos de repressão, que usavam as informações obtidas na AESI e também espiões infiltrados para chegarem aos militantes do ME. Dentre eles, destacam-se: o líder da ALN na universidade, Ronaldo Mouth Queiróz – morto a tiros pela polícia – e os estudantes de geologia, Adriano Diogo, conhecido como Mug, e Alberto Alonso Lázaro – presos e torturados.

Mesmo não havendo justificativa para tanta violência, toda essa repressão vivenciada na USP, nesse ano, foi desencadeada após três ações terroristas organizadas por estudantes vinculados a organizações revolucionárias:

Em 16 de fevereiro, furtaram equipamentos de uma sala na USP; em 21 de fevereiro, assassinaram um alcagüete em São Paulo e, quatro dias depois, num domingo, metralharam um delegado paulista no Rio, de folga, a passear na praia.

(COSTA, 2003:33)

Após essas ações, os órgãos de repressão do regime perseguiram e mataram todos os envolvidos, em um justicamento reverso. Parte dos estudantes foi assassinada em 15 de março de 1973, ou seja, dois dias antes do episódio de Alexandre. O restante foi morto tempos depois.

Embora tenham ocorrido muitas prisões, torturas e assassinatos de quadros estudantis, a morte de Alexandre foi a que mais gerou repercussão dentro e fora da USP. Após esse acontecimento, iniciou-se uma grande discussão interna sobre o que fazer em resposta a esse ato de violência. Entretanto, para Costa (2003:71), esse debate ultrapassava a vontade de reagir ao assassinato do colega, pois

(...) refletia maneiras distintas de ver a luta política estudantil. Determinadas correntes achavam que os estudantes tinham de fazer política privilegiando as questões curriculares, internas à universidade, como qualidade, ensino público gratuito e instalações adequadas. Outras achavam, ante a desmobilização política da sociedade, que o movimento estudantil precisava ser uma espécie de porta-voz dos sem-palavras, uma espécie de alto-falante a denunciar o autoritarismo do governo.

O impacto da morte de Alexandre foi tão grande que deu início à rearticulação do movimento estudantil na USP. Nesse momento, mesmo diante da permanência da repressão, os estudantes começaram a retomar as mobilizações contra a ditadura e suas arbitrariedades.

Apesar das divergências que permeavam as discussões dos militantes estudantis no que tange à resposta a ser dada ao regime pela morte de Alexandre, era ponto pacífico que não deviam radicalizar, já que era nítida a desvantagem do movimento estudantil em relação à força da repressão. Assim, os estudantes procuraram os colegas da Faculdade de Direito e o

jornalista Perseu Abramo, não só para angariar apoios mas também para levantar informações e receber orientação sobre como reagir ao episódio. Conforme Costa (2003:73),

(...) esse tipo de informação, para os estudantes, era estratégica. Ajudava-os na “análise da conjuntura”, uma expressão muito usada por eles – servia para examinar como se situavam as forças políticas dentro da própria ditadura, e entender melhor o que seria possível fazer.

No dia seguinte à veiculação da morte de Alexandre – sexta-feira – os universitários paralisaram as aulas e realizaram várias assembléias com um grande número de participantes. De uma reunião no Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), saiu a decisão de declarar luto na universidade e espalhar faixas pretas por todo o *campus*. Os alunos ainda foram instruídos a usar braçadeiras negras em forma de protesto. A intenção era transformar a USP em um reduto de resistência no Brasil, uma vez que o movimento estudantil estava contido no restante do país. Segundo Costa (2003:76), nesse momento,

(...) todas as divergências políticas se neutralizaram ante o fato catalisador de uma ação conjunta, sem rachas nem brigas por picuinhas. A palavra de ordem era divulgar o caso para o maior número possível de pessoas e enlutar, cobrir, com um pano preto, as placas recém-instaladas de identificação das escolas.

Essa operação era bastante complicada, visto que sempre havia policiais em pontos estratégicos da universidade, anotando e fotografando todos os detalhes da movimentação dos estudantes. Entretanto, além da motivação do assassinato de Alexandre, era a própria permanência e violência da repressão que estimulavam a reorganização estudantil.

Durante a noite, após colocarem as faixas – que eram arrancadas pelos policiais – os estudantes interromperam as aulas e se reuniram no maior auditório dos Barracos – o B3 – para dar continuidade às discussões. Nesse encontro, onde havia mais de 500 alunos da USP, definiram algumas palavras de ordem – repúdio às prisões, ao clima de insegurança geral e à repressão social e política –, coletaram fundos para custear as faixas e braçadeiras, bem como leram e afixaram no mural o manifesto do CCA, contendo todas as informações sobre Alexandre, o episódio da sua morte, as ações estudantis frente ao acontecido e considerações a respeito da repressão policial. O manifesto terminava com um tom de retomada da mobilização estudantil:

Por tudo isso, os colegas da USP e de algumas escolas da PUC-SP estão de luto. Luto que não traduz apenas o nosso pesar pela irreparável perda do colega Alexandre, como também nossa união para repudiar este ignominioso estado de coisas a que nos vemos submetidos e assumir conscientemente a posição de dizer-lhe um basta.

(COSTA, 2003:80)

Na manhã seguinte, um sábado, o Centro de Estudos Geográficos – CEGE – foi invadido. Todas as faixas de luto e cartazes preparados pelos estudantes foram levados. Mesmo assim, não desanimaram. Depois de uma decisão das lideranças dos Centros Acadêmicos, o presidente do Grêmio Politécnico começou a preparar uma carta para ser entregue ao reitor – que, na época, era Miguel Reale – e lida em reunião do Conselho Universitário. Na carta, os alunos exigiam que o reitor solicitasse informações oficiais do regime sobre a morte do colega. O pedido foi acatado e Miguel Reale enviou um ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado. A resposta veio no dia 30 de março de 1973, assinada pelo general-secretário, com as mesmas informações mentirosas que já tinham sido divulgadas pela imprensa, demonstrando a preocupação do regime em forjar uma história nos mínimos detalhes. Apesar de, mais uma vez, ser apresentada a falsa versão da morte de Alexandre, presenciava-se um avanço da mobilização estudantil, pois, pela primeira vez, o regime era obrigado a dar uma explicação pública do ocorrido.

Com isso, redobrou-se a vigilância na USP. Os relatórios das atividades estudantis, produzidos pela AESI ou por agentes infiltrados, passaram a fornecer informações detalhadas de tudo que acontecia, incluindo as ações definidas nas assembléias.

Obedecendo a outra sugestão da reunião realizada na sexta-feira, os estudantes resolveram organizar uma missa pela morte de Alexandre. Nesse sentido, formaram uma comitiva e foram até a casa do cardeal D. Paulo Evaristo Arns pedir que este a celebrasse. Embora a idéia inicial dos universitários fosse realizar o culto na própria USP,

(...) sem deixar brecha para negociação, D. Paulo os convenceu de que a celebração na Catedral da Sé, no coração da cidade, seria uma manifestação para todo o Brasil acompanhar, testemunhar. Se desse certo, seria a primeira vez desde 1968 que se faria uma importante manifestação pública de afronta ao regime.

(COSTA, 2003:88)

Além de ampliar a difusão do episódio, a missa na Sé oferecia maior segurança. Por isso, a argumentação do cardeal foi rapidamente acatada pela comitiva uspiana. Como em 31 de março os militares comemoravam o golpe, D. Paulo, em concordância com os estudantes, decidiu celebrar a missa no dia 30 e, em seguida,

(...) passou a instruí-los quanto à necessidade de fazer tudo com muita calma, sem gritos, sem quebra-quebra. Não deveria haver a menor provocação. O cardeal temia a transformação do caso numa crise mais grave do que a renunciada.

(COSTA, 2003:88)

Paralelamente, outra comitiva estudantil foi buscar apoio de outros setores da sociedade que estavam engajados na defesa dos direitos humanos, tais como: deputados da oposição –

representados na figura de Ulysses Guimarães –, advogados da OAB e jornalistas da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Após o retorno de ambas comitivas, o presidente do CCA, conhecido por Turco, fez um balanço positivo, já que haviam conquistado apoio não só interno mas também da Arquidiocese, do MDB, da OAB e da ABI. A partir daí, começaram os preparativos para a missa. Enquanto alguns estudantes estruturavam o comunicado aos colegas, outros participavam de uma reunião com a Arquidiocese para acertar os detalhes da celebração. Neste encontro, tudo foi definido, inclusive que a missa terminaria sob o som de uma música histórica de Geraldo Vandré.

Na Universidade, foi elaborada uma filipeta a ser entregue durante a missa, com as Póstumas no verso e o seguinte texto na frente:

Missa de 7º dia. Os alunos de Geologia da USP convidam os colegas, professores e funcionários da universidade e das faculdades de São Paulo a participar da Missa em memória de Alexandre Vannucchi Leme, a ser celebrada sexta-feira, dia trinta de março de mil novecentos e setenta e três, às dezoito e trinta horas, na Catedral da Sé. Antecipadamente agradecemos.
(COSTA, 2003:90)

Ir a uma missa como essa, naquela época, não era nada simples. Como já se esperava, o aparato policial em torno da Sé assemelhava-se ao de uma guerra. Organizou-se, antecipadamente, uma ação conjunta de soldados da PM, investigadores e agentes especiais; todos preparados para conter qualquer tipo de manifestação.

Postaram uma metralhadora na frente da catedral. Carros e mais carros de polícia rondavam em volta da igreja, com as sirenes permanentemente ligadas. Em cada esquina havia um carro da ROTA, Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, recheado com cinco policiais armados. Outros policiais com cassetete na mão e cães na coleira patrulhavam a praça, as calçadas, as filas de ônibus. Havia ainda os policiais à paisana: disfarçados de policial mesmo – terno barato e chapéu – ou de *hippie* – cabelão sujo, calça Lee, camiseta e chinelos.

(COSTA, 2003:94)

Simultaneamente, a polícia montou barreiras próximas à saída da Cidade Universitária, com o intuito de deter e interrogar estudantes que estavam a caminho da missa. Assim, muitos foram presos e levados ao DOPS para prestar declarações. Aqueles que conseguiram se safar do cerco, seguiram para Catedral, onde encontravam – além de todo o aparato militar montado para a ocasião – câmeras de televisão filmando todos os presentes, com o falso pretexto de transmitir a celebração. Segundo Costa (2003:97), o operador de câmera

(...) passava de fila em fila com a objetiva focada no rosto de cada um. O programa da missa, impresso em folha de papel sulfite, intitulado “Celebração da Esperança”, era usado como meio de se proteger da

objetiva. Num carro técnico, fora da catedral, os policiais se revezavam para identificar nos monitores os rostos dos mais “subversivos”.

A missa, que começou pontualmente, contou com a presença de 24 religiosos no altar, incluindo o bispo de Sorocaba – cidade dos pais de Alexandre –, D. José Melhado Campos. Nos sermões, tanto o bispo como D. Paulo não se furtaram a falar da forma como o estudante foi morto e enterrado. Foram feitas 8 orações, sendo três diretamente referentes a Alexandre. Antes da comunhão, Sérgio Ricardo subiu ao altar com seu violão para cantar a música *Calabouço*, que havia composto em lembrança ao episódio ocorrido no Rio de Janeiro, quando o estudante Edson Luis foi assassinado. Na saída, outra música, *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré.

Para Costa (2003:103), aquela celebração representou um marco da retomada política do movimento estudantil da USP, pois “os jovens voltavam a se pronunciar em massa”, mesmo havendo “uma diferença notável em relação às formas de luta de então: os estudantes vinham em paz”.

Enquanto os presentes saíam tensos da Igreja, por conta do aparato policial externo, seus colegas continuavam sendo retidos no cerco próximo à Cidade Universitária. Não se sabia ao certo quantos estudantes foram pegos nesse dia. Pelos depoimentos colhidos, a maior parte deles não havia participado da organização da missa.

Do mesmo modo que Alexandre, o líder estudantil da ALN na USP, Ronaldo Mouth Queiróz, – conhecido como Papa – também estava sendo seguido pela repressão há 15 meses e, por isso, encontrava-se na clandestinidade, morando em uma pensão na Lapa. Várias vezes, foi alertado pelos amigos, mas não tomou providências. Até que, no dia 6 de abril de 1973, em um ponto de ônibus da Avenida Angélica, foi surpreendido por policiais, que lhe deram dois tiros à queima roupa. Foi entregue por um espião infiltrado na organização.

A versão divulgada pelo regime era, novamente, falsa. No mesmo dia, a televisão transmitiu a notícia de que Papa havia sido morto num tiroteio com agentes de segurança. Coincidentemente, o laudo do IML foi assinado pelos mesmos médicos que elaboraram o de Alexandre. O corpo de Ronaldo foi encontrado no necrotério do IML e entregue em caixão lacrado para família. Além disso, os policiais

(...) exibiram o material apreendido na pensão: panfletos, um velho mimeógrafo e duas armas (um revólver Rossi, calibre 38, cano médio, oxidado, e um Taurus, calibre 38, cano médio, também oxidado). Não há indicação de que eram mesmo as armas dele ou se foram aquelas colocadas pelo policial quando o matou.

(COSTA, 2003:117)

A continuidade da violência demonstrava que os órgãos de repressão não haviam superado o furto dos mimeógrafos, bem como o assassinato do informante português e do delegado. Sem contar a missa de Alexandre, que engoliram a seco. Entretanto, após a morte de Queiróz, os estudantes da USP notaram uma certa trégua do regime. Conforme Costa (2003:120), as informações “chegadas do DOI-CODI sugeriam um tratamento mais ameno aos presos, a fase negra teria passado”. A maior parte dos uspianos detidos no dia da missa tinha sido solta.

Pouco tempo depois, percebia-se que essa trégua era uma fachada. O parceiro de Ronaldo Queiróz, Alberto Alonso Lázaro – conhecido como Babão –, foi preso assim que retornou aos estudos, no dia 24 de abril. A sua prisão inaugurou a terceira grande leva de prisões na universidade naquele ano. Babão havia se afastado da USP por questão de segurança, após a morte do seu companheiro da ALN. Acreditando na falsa calmaria, voltou às aulas e foi detido.

Levaram-no para o DOI-CODI. As torturas com choques eram à noite. Pancadas, tapas e o telefone, como chamavam a batida violenta e simultânea nos ouvidos. (...) Apanhou muito. Os torturadores se dividiam em três equipes: A, B e C. Identificou o estilo de cada uma. A equipe A era mais inteligente, batia bem, mas era refinada, sempre aparecia depois que o sujeito havia levado muita porrada. (...) A equipe B dava porrada sem refinamento, e a equipe C era “a várzea”, na definição de Babão.

(COSTA, 2003:123)

Diariamente, Alberto era torturado pelas três equipes. Mas, após 7 dias, não agüentou mais apanhar e resolveu parar de segurar informações sobre o movimento estudantil e a mobilização cultural dos uspianos. Citou nomes de alguns colegas, certo de que não havia nada de grave que os compromettesse.

Na USP, outros estudantes acreditaram nesse clima de trégua da repressão. Os universitários chegaram a marcar uma festa na ex-república de Alexandre. Também estavam errados, pois, na mesma terça-feira da queda do Babão, a polícia promoveu um arrastão no local da festa. Dois amigos de Alberto, Ruy e Bombom, estavam entre os detidos. Na prisão, foram informados que Babão estava preso. Tão logo foram soltos, avisaram a família deste, procuraram um advogado para ajudá-lo e ainda elaboraram um panfleto denunciando o episódio, com o seguinte texto:

Terça-feira (24/04), o colega Alberto Alonso Lázaro, aluno da Escola de Geologia da USP, desapareceu de sua casa e da faculdade, nas mesmas circunstâncias que envolveram o desaparecimento de Alexandre Vannucchi Leme e de muitas outras pessoas de diversos setores da população. O panfleto acrescentava que “temiam pela sua vida”.

(COSTA, 2003:125)

Após essa denúncia, Ruy e Bombom foram novamente presos. Ao contrário da primeira vez, os policiais já tinham dados sobre ambos e, portanto, não foram isentados das torturas e do interrogatório. Inteligentes, os estudantes perceberam que alguém tinha passado essas informações anteriormente – no caso, o colega deles, Babão. Os policiais que faziam os interrogatórios estavam interessados em descobrir o paradeiro do presidente do CCA da USP, Marcelo Chueiri, apelidado de Turco, de sua namorada, Laís Abramo, e do presidente da UNE, Honestino Guimarães. Cansado de apanhar, Bombom entregou o local onde Turco morava. No mesmo dia, a repressão prendeu o advogado que os dois haviam procurado para ajudar Babão.

Em 4 de maio, foi a vez de Marcelo. Segundo Costa (2003:129), Turco desconsiderou os conselhos de cautela dos colegas e continuou participando “normalmente de todas as reuniões do conselho de centrinhos para organizar a reação contra as últimas prisões”. Quando voltava para casa, foi abordado por policiais e detido. Afinal, era o elo de contato com o principal alvo da repressão: Honestino Guimarães.

Para a repressão, ainda faltavam dois importantes nomes do movimento estudantil da USP: a aluna de psicologia e militante da ALN, apelidada de Loira – que estava completamente envolvida com as ações da organização – e seu marido, ex-aluno da geologia e funcionário do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Frazão. Este último foi o primeiro a ser pego, em seu local de trabalho, no dia 8 de maio. Antes de ser detido, solicitou aos amigos que avisassem a sua esposa do ocorrido. No DOI-CODI, foi colocado na mesma cela onde esteve Alexandre, sendo interrogado e torturado.

Paralelamente, policiais foram à casa dos pais de Loira e prenderam a sua família, como estratégia para que esta se entregasse. Como os colegas que conheciam seu envolvimento na militância estavam mortos ou exilados, Loira concluiu que a repressão não tinha muitas informações a seu respeito. Assim, decidiu se entregar, principalmente, quando soube da prisão dos familiares. Segundo Costa (2003:137 e 138),

(...) ao contrário da maioria dos presos, ela havia se preparado para aquele momento. Com extremo sangue-frio, realizara algo que poucos tiveram idéia de fazer. Perguntara para todos os seus conhecidos presos, detalhadamente, como era a tortura, como a praticavam, como se dava a dor, por que doía, quando doía.

Conhecendo a estrutura da repressão, Loira já estava preparada para o que estava por vir. No DOI-CODI, chegou falando alto para o marido escutá-la. Quando começaram a torturá-la, gritava muito, de modo a demonstrar que seu limite para dor era pequeno. No interrogatório, responsabilizava o colega Enzo – que se encontrava no exílio – de todas as ações

questionadas pelo policial. Além disso, pediram que escrevesse uma carta contando tudo que sabia. Essa estratégia foi boa, pois Loira teve certo tempo para articular as idéias, elaborar uma versão bem amarrada do seu envolvimento com os demais militantes, bem como decorar toda a história que havia inventado.

Embora alguns presos – como Adriano Diogo, o Mug – continuassem sendo torturados, a maior parte deles não apanhava mais. Costa (2003:141), relata que,

(...) o ambiente era agradável na cela de Frazão, Bombom, Turco e Ruy. Jogavam cartas e cantavam muito, o Frazão era sambista, foi da turma do Geosamba. Uma das brincadeiras favoritas era detonar o Babão, sempre firme na idéia de abrir tudo.

Tempos depois, Loira foi chamada para um novo interrogatório no DOPS. Mesmo depois de ser colocada ao lado dos pertences de Queiróz, em seu depoimento, a estudante confirmou toda a história que havia inventado. Voltou ao DOI-CODI feliz, pois havia ouvido que todos seriam soltos no dia seguinte. Entretanto, na mesma noite, foi surpreendida por um novo interrogatório, considerado o pior de sua vida. Nesse episódio,

(...) foi acareada com o Mug. Ela não sabia o que ele tinha falado dela, ela nem sabia se ele tinha falado dela. Foi terrível, porque na frente dele ela ia pondo a culpa nele e negando tudo a respeito de si mesma. Constatou que ele estava arrebetado, com as mãos perfuradas, cheio de marcas roxas, pois haviam posto os fios sob sua pele, subcutâneo, horrível de ver.

(COSTA, 2003:144)

Mesmo sabendo que Loira estava mentindo – pois estava certo de que ela sabia muito mais do que contou –, o major responsável pela acareação a soltou. Mas, para amedrontá-la, avisou que não voltasse porque, se isso acontecesse, não sairia viva.

Em maio de 1973, as prisões de estudantes continuavam. A repressão não poupava ninguém. Na nova leva de detidos, estava Geraldo Siqueira Filho, o Geraldinho, presidente do Centro Acadêmico da Geografia. Em seu interrogatório, os policiais faziam perguntas gerais, sobre as atividades estudantis e, em seguida, questionavam sobre pessoas do movimento estudantil, envolvidas com organizações revolucionárias. Geraldinho acabou sendo solto no mesmo dia em que fora detido.

Na USP, o clima continuava muito tenso. Os agentes infiltrados acompanhavam cada passo e reunião dos estudantes, informando tudo aos órgãos de repressão. A sensação era de estar, ao mesmo tempo, solto e preso. Só do curso de Geologia tinha 10% dos alunos presos e dois deles mortos.

Embora, oficialmente, tivessem sido presos cerca de 40 estudantes da USP, no dia 9 de maio, o Centro Acadêmico das Ciências Sociais distribuiu um comunicado, citando os nomes

de 35 estudantes detidos e um morto, Alexandre. Na relação oficial, constavam: 10 alunos da Geologia, 9 da Física, 6 da Geografia, 4 da Psicologia, 3 da Economia, 2 da História, 1 da Filosofia, 1 da Comunicação, 1 da Enfermagem, 1 da Engenharia, 1 da Letras e 1 da Sociologia e Política. Nesse panfleto, que terminava com a palavra de ordem “Não há neutralidade, discuta”, também incluíram o seguinte texto, demonstrando que a repressão não se resumia à Universidade de São Paulo:

Exemplos de que essa situação opressiva não se limita à USP são a invasão e o fechamento dos diretórios acadêmicos e DCE, pela polícia especial, da Universidade Federal Fluminense, interferência na Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, assim como prisões, invasões e contínuas intervenções em todas as universidades e escolas do país.
(COSTA, 2003:151)

Em 25 de maio de 1973, no auditório do DOI-CODI era preparado um verdadeiro espetáculo para os familiares dos militantes estudantis presos. Com um tom profissional, o Major Tibiriçá, juntamente com outros policiais, tentava mostrar aos pais daqueles estudantes que estes haviam sido “seduzidos” pelos terroristas e, por isso, perderam-se. Na ocasião, também citaram o bispo D. Paulo, como uma das autoridades que atrapalhavam o trabalho da polícia. Entretanto, os principais objetivos daquele teatro eram: dar explicações sobre a morte de Alexandre e intimidar os familiares, chamando-lhes a responsabilidade de cuidar para que os filhos não se envolvessem mais em atividades “subversivas”. Ao final do “show”, a maior parte dos presos foi libertada.

Na universidade, ampliava-se o debate político através da cultura. A idéia era utilizar as produções artísticas para questionar a realidade política do país. Isso acontecia porque

(...) os estudantes viviam um dilema desde o fechamento político no final dos anos 60: ou não faziam nada, ou militavam na luta armada – e o caminho era a prisão, a tortura, o exílio ou a morte. Na busca de uma brecha para respirar, manifestar, eles procuraram espaço nas atividades culturais: música, cinema e, em especial, teatro.
(COSTA, 2003:170)

Os estudantes estavam tão voltados para esse tipo de atividade, que a expectativa em torno do Phono-73¹³⁷, marcado para maio, era muito grande. Para eles, o evento musical representava não só uma maneira de encontrar pessoas e estar em contato com excelentes

¹³⁷ Durante o Phono-73, a música composta por Gilberto Gil e Chico Buarque, *Cálice*, foi censurada pelos órgãos do regime. Entretanto, na apresentação que fizeram no evento, os músicos, em desobediência à censura, cantaram a composição, mesmo tendo, os organizadores, desligado a aparelhagem de som. Isso foi encarado pelos estudantes da USP como uma forma de protesto. Por isso, ficaram encantados e achavam que Gil seria uma figura importante na denúncia dos problemas dos estudantes.

cantores, mas também de obter apoio dos artistas na denúncia dos problemas pelos quais os militantes estudantis estavam passando.

Um dos alunos mais atuantes no âmbito cultural era Adriano Diogo, o Mug. Antes de ser preso pelo regime, costumava organizar peças teatrais na universidade, que mesclavam calouros e veteranos. Os temas eram sempre relacionados à política ou a ações repressivas do governo militar. Mug chegou a apresentar o texto de uma peça sobre a construção da Transamazônica para Augusto Boal que, na época, simbolizava o teatro de protesto. Também havia o Grupo de Teatro Politécnico (GTP) que, na USP, era um dos mais organizados e engajados politicamente, nascido em 1950. De acordo com Costa (2003:175), entre 1971 e 1973

(...) o GTP encenou somente peças próprias, nenhuma de outro autor, só aquelas produzidas em casa, em processos de criação coletiva. Ligado umbilicalmente ao grêmio, reunia o pessoal mais politizado e formava a unidade de elite do mesmo, produzindo política por meio do teatro.

O GTP ainda costumava realizar intervenções teatrais nos pátios das faculdades, de modo a alertar e conscientizar os demais estudantes sobre a realidade política do país. Geralmente, finalizavam as encenações com um poema, “no qual se afirmava ser possível construir o novo, de forma criativa e coletiva, desde que as pessoas estivessem motivadas para tal” (COSTA, 2003:176). Considerado um território neutro, já que tinha como regra a não filiação partidária, o Grupo tornou-se um núcleo fomentador de políticas, reflexões e posturas dentro da universidade.

É ainda durante o mês de maio que a USP “ganha” espiões próprios, com a instalação oficial da AESI. Mesmo sem ter conhecimento desse novo instrumento de controle da repressão, era ponto pacífico entre os estudantes que precisavam continuar realizando atividades culturais para denunciar as perseguições e arbitrariedades do regime.

Nesse sentido, os shows musicais também eram um importante recurso cultural para passar essas idéias para a comunidade uspiana. Foi desse modo que alguns músicos foram convidados para cantar na universidade. Muitos cantores foram e fizeram shows memoráveis – como Milton Nascimento, Gonzaguinha, Mercedes Sosa, Astor Piazzola. Um único entre eles, porém, conseguiu realmente sensibilizar os estudantes, Gilberto Gil.

A decisão de convidar Gil para fazer um show na USP surgiu em uma reunião do CCA, quando os universitários planejavam reações contra as prisões de estudantes. Optaram por Gilberto Gil, porque estavam encantados com a sua atitude durante o Phono 73. Como Laís Abramo – militante estudantil – havia morado na Bahia, onde conheceu o músico, decidiram

formar uma comitiva e procurá-lo, após o show que estava fazendo no Teatro das Nações, na Avenida São João, para formalizar o convite.

Depois de muita argumentação dos estudantes, Gil aceitou fazer o show na Escola Politécnica da USP. No dia seguinte, começaram os preparativos para o evento. Enquanto o CCA fazia a divulgação, o Grêmio da Escola Politécnica organizava a infra-estrutura do show, que seria realizado no anfiteatro Biênio, da respectiva Faculdade.

A questão da cobrança de ingresso no evento gerou uma grande divergência entre os militantes estudantis, uma vez que os membros do PC do B eram favoráveis à cobrança – porque queriam que o dinheiro levantado fosse enviado à UNE –, ao passo que os demais eram contra, pois se tratava de um show de denúncia e, portanto, quanto maior fosse a platéia, maior seria a divulgação das arbitrariedades do regime.

O pau quebrou feio. O pessoal mais novo do Conselho de Centros Acadêmicos, que não estava preso, queria, de fato, fugir do modelo instituído de se fazer política estudantil. O pessoal mais antigo queria cobrar ingresso por orientação partidária. Venceu o pessoal mais novo. O show seria de graça.

(COSTA, 2003:192)

Resolvido o impasse da entrada, no sábado, 26 de maio – dia do show –, foram acertados os últimos detalhes. Muitos estudantes se apresentaram como voluntários para auxiliar na organização. As cadeiras do anfiteatro foram retiradas, para que coubesse um maior número de pessoas, e o equipamento de som foi instalado.

Paralelamente, a AESI, que já funcionava a todo vapor na USP, entrou em contato com o diretor da Escola Politécnica, Rubens Guedes Jordão, e ordenou que este suspendesse o show. Preocupado com os possíveis efeitos, Jordão procurou o presidente do Grêmio, Coelho, e tentou aconselhá-lo a não realizar o evento. A argumentação de Coelho – no sentido de utilizar o show para tratar de problemas relativos aos estudantes – não deixou espaço para insistências por parte do diretor, que resolveu desistir, deixando que os alunos se responsabilizassem pelas consequências.

Por cautela, o CCA armou um esquema de segurança, colocando olheiros desde a entrada da Cidade Universitária até o anfiteatro. Todos estavam preparados para avisar, caso houvesse invasão policial. Mesmo com esse aparato montado, os uspianos estavam temerosos, pois sabiam que o show havia sido proibido. Mas, apesar da tensão, o Biênio começou a encher de pessoas, incluindo aqueles que haviam sido soltos no dia anterior, como Turco e Geraldinho.

No local do evento, foi afixado, dentre outros recados, um aviso que registrava, segundo dados da USP, os nomes de alunos que continuavam presos – César Augusto Castiglioni (Geografia), Roberto Cunha Azzi (Direito), Adriano Diogo (Geologia), Tânia Rodrigues (Comunicação) –, bem como o número de estudantes que haviam sido soltos – 29, no total.

O anfiteatro lotou com mais de mil presentes. Até pessoas externas à USP apareceram para prestigiar. Foram colocadas caixas de som do lado de fora do local, para aqueles que não conseguiram entrar. Como relata Costa (2003:200), “ninguém que se prezasse podia deixar de ver aquilo. O caráter de proibido uniu públicos que não se bicavam, os da música de protesto e os da música rotulada de desbundada, o pessoal do tropicalismo. Estava todo mundo apoiando”.

Assim que chegou, Gil se instalou no centro do palco, em um banco de madeira, com seu violão no colo. Começou a cantar por volta das 5 e meia da tarde. Em um certo momento do show, a platéia começou a pedir *Cálice* – composição de Gil e Chico Buarque que fora censurada durante o Phono-73. Como Gil disse não lembrar de toda letra da música, os presentes lhe deram o jornal *A Ponte*, do CCA, onde esta constava. Todos os presentes cantaram o refrão de *Cálice* com Gil, que recebeu aplausos fortíssimos, visto que era a primeira vez que se ouvia a música inteira.

Além de abordar o tema da censura, questionado por um estudante da platéia, Gil também fazia intervenções, nos intervalos musicais, onde falava de temas variados, como as suas composições, as músicas de protesto e a necessidade das pessoas agirem e refletirem.

Apesar de ter se comprometido a fazer um show de meia hora, Gil acabou ficando quase três horas na USP. Ao final, concedeu o bis de *Cálice*, acompanhado por toda platéia. De acordo com Costa (2003:248), as pessoas saíam do anfiteatro “enlevadas pela atmosfera de cumplicidade criada pelo momento. Sentiam-se parte da história”.

Para Gil, aquele momento que passou na USP deixou boas lembranças, porque “ele sentiu todos a viver o claro sinal verde do repensar e do reconciliar. No seu entender, os estudantes estavam em estado de plena autocrítica” (COSTA, 2003:253). Essa era, justamente, a intenção do músico, ou seja, ele pretendia plantar a idéia da reflexão na cabeça dos estudantes.

Na USP, não havia um universitário que não considerasse o show de Gil um episódio ímpar na história. Para eles, o evento representava, além de um momento de paz – já que vivenciavam, em 1973, um dos piores períodos de prisões e mortes –, um coroamento das mudanças que a música vinha operando. Gil havia conseguido atingir seu objetivo, pois, a

partir daquele dia, os estudantes começaram a avaliar o passado, de modo a formular as bases ideológicas que os projetariam para o futuro. Além disso, no show,

(...) todas as correntes políticas estavam juntas, cantaram juntas, abraçaram-se. Naquele anfiteatro, com mais de mil pessoas, soube-se depois, encontrava-se um pedaço do embrião de futuros partidos, dos partidos de oposição que empurrariam a anistia ampla, geral e irrestrita, as eleições diretas, um *impeachment* de presidente, a eleição de um presidente de centro-esquerda e a eleição do primeiro presidente de esquerda do Brasil, quase três décadas depois.

(COSTA, 2003:259)

Após definir o show de Gil como um “reencontro maduro e político”, o Grêmio da Politécnica, ao final de 1973, produziu um documento que apresentava um balanço das atividades artísticas promovidas na USP:

As manifestações culturais, com artistas e intelectuais, foram realizadas com um duplo objetivo: primeiro, mostrar o trabalho de pessoas que já saíram da perplexidade e da angústia verificadas pós-68, e segundo, criar um hábito e um debate cultural entre os estudantes, o que possibilitaria uma maior integração e o desenvolvimento de um maior espírito crítico.

(COSTA, 2003:261)

A música *Cálice* também passou a ser utilizada como instrumento permanente de protesto. Houve até um episódio, no curso de economia, em que os estudantes cantaram a música para uma professora considerada muito conservadora e didaticamente mal capacitada. Esse era um exemplo da preocupação dos militantes estudantis em mobilizar os colegas, alinhando a questão educacional à luta pela democracia.

Para se ter uma idéia dos efeitos da ida de Gilberto Gil à USP, o show – que fora gravado – foi ouvido e cultuado por longos anos, em reuniões realizadas pelos estudantes. Por isso, pode-se considerar que, a partir desse evento, “estavam dadas as bases da transformação do sofrimento em prazer; dera-se mais um passo para o abandono definitivo da luta armada em favor de uma política pacífica de mobilização das massas” (COSTA, 2003:262).

CAPÍTULO IV

RETOMADA (1974-1984)

4.1. Introdução

Neste capítulo, será abordado o período em que o país passou pelo processo de abertura, entre 1974 e 1984. Além de iniciar com a exposição do cenário político, econômico e social desses dez anos, procurar-se-á evidenciar a retomada da atuação estudantil após os anos de fechamento do regime; a participação dos estudantes nos grandes episódios que marcaram esse período – tais como a luta pela anistia, educação e redemocratização –; como se deu a reorganização das entidades estudantis; o novo direcionamento do movimento estudantil e as novas bandeiras que passou a defender; as influências políticas e ideológicas coexistentes no movimento; entre outros.

4.2. O processo de abertura política

O general Ernesto Geisel¹³⁸ assumiu a presidência em 15 de março de 1974, com quatro objetivos principais: a manutenção do apoio militar majoritário, através da redução do poder da linha dura e do restabelecimento do caráter profissional dos membros das Forças Armadas; o controle da subversão que ainda persistisse após o governo Médici¹³⁹; a promoção do retorno à democracia, por um processo de distensão “segura, lenta e gradual”; e a manutenção das altas taxas de crescimento econômico.

A política de distensão, além de representar a busca de legitimidade por parte do Estado, era uma forma de negociar com a oposição, ou seja, de um lado, incorporavam-se algumas reivindicações desta última que não ferissem a Segurança Nacional, de outro, ampliava-se a base de sustentação do governo. Esse processo seria coordenado pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, que, conforme Cavalari (1987: 133), “já havia alertado contra o perigo que significava o uso ilimitado da repressão para garantir a

¹³⁸ Vale ressaltar que Geisel era considerado um militar moderado, do grupo de Castello Branco, por isso, conhecido por Castelista.

¹³⁹ Embora reconhecesse que os órgãos de segurança, controlados por militares conservadores, fossem contra a liberalização do país e, por esse motivo, superestimavam a ameaça subversiva para promover seus interesses políticos, Geisel não pretendia lhes dar a oportunidade de acusá-lo de “ameno” com a esquerda.

segurança absoluta”, pois acreditava que “esse uso poderia comprometer a segurança nacional que se pretendia alcançar”.

Em suma, para se manter no poder, bem como no controle da transição para a democracia, o regime adotou uma política de abertura que mesclava medidas liberalizantes e repressivas.

Em novembro de 1974, houve eleições para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembléias Estaduais. O MDB, partido oficial de oposição, com o apoio dos meios de comunicação, conquistou uma vitória importante sobre a ARENA, algo que não acontecia desde a criação do bipartidarismo. Na sua campanha, o MDB aproveitou-se do clima de liberalização para realizar reuniões, comícios e denunciar questões relevantes, como o desrespeito aos direitos humanos, as injustiças e a desigualdade social.

O resultado da campanha foi a clara vitória do partido de oposição¹⁴⁰ sobre o ARENA, aumentando significativamente sua representação no Congresso Nacional. Das 22 vagas disputadas no Senado, 13 ficaram com o MDB; na Câmara Federal, o partido de oposição passou de 87 para 161 cadeiras, enquanto a ARENA regredia de 223 para 203 cadeiras. Nas Assembléias Estaduais, das 70 cadeiras disputadas no Estado de São Paulo, a oposição conquistou 45; das 94 no Rio de Janeiro, 65 ficaram com a oposição, além do completo controle das Assembléias de Estados importantes, como Paraná e Rio Grande do Sul.

(CAVALARI, 1987: 134 e 135)

Naquele momento, o resultado das eleições foi respeitado. No entanto, para fazer frente ao crescimento das oposições nas eleições de 1974, bem como se proteger de nova derrota nas eleições municipais de 1976 e legislativas de 1978 – já que isso podia ameaçar o controle do processo de abertura –, promulgou a Lei Falcão, em 24 de junho de 1976, impedindo o debate político nos meios de comunicação e coibindo comícios e concentrações em lugares públicos. Depois dessa medida, a propaganda eleitoral no rádio e na televisão resumia-se à apresentação do nome, número, currículo e fotografia dos candidatos dos dois partidos.

Outras iniciativas foram adotadas pelo governo com o intuito de manter o domínio político em Câmaras Municipais e Prefeituras, tais como: os candidatos da ARENA seguiam as estratégias eleitorais elaboradas pelo SNI; criação de políticas de incentivo para municípios sob controle do partido do governo, em detrimento da redução de recursos àqueles controlados pela oposição; e colocação da máquina administrativa a serviço da campanha da ARENA. Como os candidatos governistas não podiam se apresentar na televisão, também era comum os ministros, governadores e o próprio chefe do executivo

¹⁴⁰ Pode-se dizer que a vitória da oposição explica-se, em parte, pelo caráter plebiscitário que as eleições assumiram em 1974, já que os eleitores votavam para manifestar o seu descontentamento em relação à política do regime, ou seja, tratava-se de um voto de protesto contra o governo.

apresentá-los ao país, procurando relacioná-los à política de distensão, ao mesmo tempo em que insinuavam que uma vitória da oposição poderia gerar uma nova onda repressiva. Além disso, embora o país vivesse uma abertura “segura, lenta e gradual”, Geisel ainda cassou mandatos e direitos políticos, amparado pela Lei de Segurança Nacional.

Mesmo com todas essas medidas, o balanço das eleições de 1976 não foi tão positivo como o esperado pelo regime, conforme aponta Cavalari (1987: 180):

A vitória do partido do governo, apesar das vantagens de que gozava, não foi a esperada. Recebeu 15.200.000 votos (cerca de 35%), enquanto a oposição recebeu 12.700.000 votos (30%). O resultado das eleições serviu para confirmar as previsões feitas anteriormente pelo SNI; sem controles eleitorais, a oposição conquistaria a maioria, principalmente nas cidades com mais de 100.000 habitantes e nos estados mais industrializados.

Prevendo uma nova vitória da oposição nas eleições de 1978, Geisel usou o pretexto da rejeição do projeto de reforma do Judiciário por parte do MDB para fechar o Congresso Nacional em 1º de abril de 1977. Nessa ocasião, convocou o Conselho de Segurança Nacional e, utilizando-se dos poderes conferidos ao presidente pelo AI-5, assinou, em 13 de abril do mesmo ano, a Emenda Constitucional nº. 7 – que instituía a Reforma do Judiciário¹⁴¹ – e, no dia seguinte, a Emenda Constitucional nº. 8 – que estabelecia alterações fiscais e modificava as regras eleitorais¹⁴². Essas medidas ficaram conhecidas como “Pacote Abril”¹⁴³.

Apesar de comprometer a imagem tanto do governo quanto da política de distensão, o Pacote Abril conseguiu atingir o seu objetivo de conter o crescimento e fortalecimento da oposição, conforme mostra Cavalari (1987: 185):

Nas eleições de 1978, o partido de oposição conquistou para o Senado 56,9% dos votos válidos, entretanto, graças aos expedientes criados pelo “pacote de abril”, ficou com apenas 9 cadeiras, enquanto o partido do governo obteve 36 cadeiras. Desse total, 21 cadeiras pertenciam aos “biônicos”, eleitos através de eleições indiretas nos estados.

Na Câmara Federal, a ARENA venceu o MDB por estreita margem de votos – 50,4% contra 49,5% do MDB. Mas aí também, devido ao “pacote”,

¹⁴¹ Essa reforma visava ao atendimento de exigências dos militares conservadores que preconizavam, há tempos, instrumentos de controle permanente do judiciário.

¹⁴² Já essa emenda era fundamental para o domínio do partido do governo, ameaçado pelo fortalecimento do MDB.

¹⁴³ De acordo com o Pacote Abril, as bancadas estaduais da Câmara não podiam ter mais do que 55 deputados ou menos que 6. Com isso, os Estados do Norte e do Nordeste, menos populosos, mas controlados pela ARENA, garantiram uma boa representação no Congresso, contrabalançando as bancadas do Sul e do Sudeste, nas quais a oposição era mais expressiva e o número de eleitores era muito superior. O Pacote também manteve as eleições indiretas para governadores e criou a figura do senador biônico, isto é, um em cada três senadores passou a ser eleito indiretamente pelas Assembléias Legislativas dos seus Estados. Além disso, o mandato presidencial foi ampliado para 6 anos; foi efetivada a reforma do Judiciário; foi reduzido o quorum para votação de emendas constitucionais, em sessão conjunta de ambas as Casas, da maioria de dois terços, para a maioria absoluta; bem como a Lei Falcão foi estendida a todas as eleições.

o governo conseguiu maioria. Ao partido do governo pertenciam 231 cadeiras e à oposição, 189.

Pode-se dizer, portanto, que o Pacote Abril foi um “toque mágico” para manter o governo no controle político do país, mesmo sendo a ARENA derrotada nas eleições. Nunca o regime foi tão acusado de fraudar eleições como no governo Geisel. Por isso, esse período é considerado contraditório, uma vez que medidas liberalizantes se alternavam com ações repressivas, criando um espectro de insegurança e incerteza no país. Por exemplo: se em um momento, atividades políticas eram permitidas e estimuladas em nome da distensão, em seguida, eram reprimidas por representarem ameaça à segurança nacional.

Apesar da criação de vários expedientes para conter a oposição, a partir de 1977, percebe-se que o panorama político brasileiro começa a se alterar, estimulado pelo crescimento das lutas populares – haja vista o surgimento do novo movimento sindical e das importantes greves que eclodem nos anos seguintes, dentre outras iniciativas de demais setores da sociedade, como o movimento pela Anistia¹⁴⁴ –, pelo isolamento político cada vez maior do regime e pela crise do modelo econômico.

Em 1978, o presidente Geisel deu início a uma política de diálogo com a oposição, intermediada pelo senador da ARENA, Patrônio Portella, como descreve Cavalari (1987: 1999):

A “Missão Portella”, como ficou conhecida, previa uma série de encontros com líderes da OAB, da ABI, do MDB e representantes da CNBB, para procurar levantar e discutir as principais reivindicações da oposição. Como resultado desses encontros, o governo elaborou uma série de reformas, introduzidas sob a forma da Emenda Constitucional nº. 11¹⁴⁵. O “Pacote de Reformas”, como se tornou conhecido, trouxe algum espaço para a oposição, apesar das “reformas serem insuficientes para saciar a sede de democracia que já dominava a nação”.

As limitações das reformas foram logo detectadas pela oposição e denunciadas, visto que, apesar de conter medidas liberalizantes, ainda se espelhava na Doutrina da Segurança Nacional, prevendo a possibilidade de instauração de “salvaguardas de emergência”¹⁴⁶, caso se julgasse necessário manter a segurança do país.

¹⁴⁴ A Anistia será tratada a seguir, nesse mesmo capítulo.

¹⁴⁵ Pela Emenda Constitucional nº. 11, revogava-se o artigo 182 da Constituição de 1969, ou seja, na prática, isso significava a extinção do AI-5 e de todos os atos complementares e leis dele decorrentes. Assim, ficavam garantidos os direitos de *habeas corpus* para os crimes políticos e de não ser preso sem acusação ou mandato. Além disso, restabelecia-se a independência do poder judiciário, com a volta das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como o Executivo perdia o poder de decretar recesso ou fechar o Congresso Nacional e Assembléias Estaduais e cassar mandatos eleitorais por decreto, sem direito de defesa ou recurso.

¹⁴⁶ Através dessas “salvaguardas”, o Executivo adquiria poderes extraordinários em caso de guerra externa, de ameaça à existência do Estado, ou em situações de sublevação interna. Nessas ocasiões, poderia decretar o “Estado de Emergência” por 90 dias, prorrogáveis por mais 90, nas regiões onde julgasse necessário, sem

A sucessão presidencial foi uma das maiores crises enfrentadas pelo regime, pois tornaram-se ainda mais evidentes as divergências entre o governo e a oposição, bem como as disputas internas entre os dois grupos governistas (moderados e conservadores).

Geisel já havia escolhido seu sucessor mesmo antes de ser presidente, embora afirmasse que só trataria dessa questão em janeiro de 1978. Essa decisão fazia parte da necessidade de dar continuidade à política de distensão iniciada em seu mandato. No entanto, em meados de 1977, o ministro do Exército, general Sylvio Frota – ligado aos militares conservadores –, lançou-se candidato à presidência. Em outubro, Geisel o exonerou, argumentando que não se tratava de decisão de caráter pessoal. Em dezembro de 1977, o presidente resolveu, então, assumir publicamente a candidatura do general João Baptista Figueiredo. Na ocasião, o chefe do Gabinete Militar, Hugo Abreu – que era contra essa candidatura –, demitiu-se.

Em 15 de outubro do mesmo ano, o MDB também apresentou seu candidato ao Colégio Eleitoral, o general Euler Bentes. Nesse momento, a oposição se encontrava otimista, conforme evidencia Cavalari (1987: 204):

Durante um curto período de tempo, houve um clima de euforia em alguns setores da oposição, pela criação da “Frente Nacional da Redemocratização”, pelos comícios feitos por ela em prol da candidatura Euler Bentes, que tinha como vice o senador da oposição Paulo Brossard. Essa candidatura era vista como um governo de transição para conduzir o país a um estado de direito democrático.

Menos de um mês depois, a euforia foi cessada pela renúncia de Euler à sua candidatura. A outra alternativa, o senador Magalhães Pinto – que havia sido um dos fundadores da Frente Nacional da Redemocratização –, também se tornou inviável, já que este se aproximou do candidato do governo e decidiu se candidatar a deputado federal. Desse modo, não houve dificuldades para eleger Figueiredo o novo presidente da República e Geisel conseguiu que o processo de redemocratização seguisse nos moldes definidos durante o seu governo, mesmo não tendo mais forças para conter o avanço dos grupos oposicionistas.

Figueiredo assumiu a presidência em 15 de março de 1979, tendo como vice Aureliano Chaves. Durante o seu mandato, deu-se prosseguimento à transição do regime para a democracia.

A anistia pode ser considerada uma grande mobilização da sociedade civil, durante esse período de transição do regime militar. A luta pela sua conquista começou em 1978, ainda no governo Geisel, por iniciativa do Movimento Feminista, que tinha à frente Terezinha Zerbini.

precisar consultar o Congresso. Nos locais atingidos, eram suspendidas as garantias legais de liberdade de associação e reunião, a estabilidade no emprego, bem como se autorizavam as operações de busca e detenção, censura à imprensa, à correspondência, às telecomunicações e a qualquer atividade recreativa.

Nos anos seguintes, ganhou adesão de diversas organizações sociais – dentre elas, a OAB, a Associação Brasileira de Imprensa, e a UNE –, cujo papel fundamental era denunciar as arbitrariedades cometidas pelos militares. Foi nesse mesmo ano, inclusive, que foram criados os primeiros Comitês Brasileiros de Anistia, congregando opositores da ditadura (estudantes, artistas, intelectuais etc) e familiares de presos políticos, com apoio decisivo de setores da Igreja Católica e de diversos parlamentares no Congresso Nacional.

A partir da criação dos Comitês em várias capitais brasileiras, foram organizadas diversas manifestações públicas, obviamente, sob forte ameaça da repressão do regime. Segundo Perseu Abramo¹⁴⁷,

(...) a marca principal da campanha foi a unidade política: batalhou-se pela liberdade – ou pelo resgate da memória – de comunistas, socialistas, trotsquistas, anarquistas, trabalhistas, democratas, independentes, sem discriminação nem sectarismo. Diante da repressão, forças democráticas e de esquerda unificaram-se, sem escamotear divergências nem dissolver fronteiras, mas extraindo da diversidade a unidade necessária para enfrentar a ditadura.

Ao final de 1978, realizou-se, em São Paulo, o 1º Congresso Nacional da Anistia, que contou com a participação de milhares de pessoas. Foi nesse evento que o movimento lançou a palavra de ordem: “anistia ampla, geral e irrestrita”. Homero Costa¹⁴⁸ explica o sentido da expressão: “ampla, porque deveria alcançar todos os punidos com base nos Atos Institucionais, geral e irrestrita, porque não deveriam impor qualquer condição aos seus beneficiários e sem exame de mérito dos atos praticados”.

Dado o apoio dos Comitês de Anistia e de parlamentares, em 22 de julho de 1979¹⁴⁹, presos políticos do Rio de Janeiro iniciaram uma greve de fome em repúdio à repressão do regime. Desse modo, conseguiram ganhar visibilidade junto à imprensa e à opinião pública. Antes da greve, a situação dos presos era conhecida basicamente pelos familiares e militantes pró-anistia. No auge da manifestação, que durou 32 dias, o presidente Figueiredo se comprometeu a revisar os inquéritos, processos de cassação e condenações de presos políticos.

¹⁴⁷ ABRAMO, Perseu. **Dez Anos de Anistia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, agosto de 1989. IN: <http://www.fpa.org.br>, acessado em 22 de novembro de 2005.

¹⁴⁸ COSTA, Homero de Oliveira. **Incursões na História das Anistias Políticas no Brasil**, IN: <http://www.dhtnet.org.br>, acesso em 22 de novembro de 2005.

¹⁴⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: uma luta de 20 anos**. São Paulo, 28 de agosto de 1999. IN: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/anistia/20anos.html>, acesso em 22 de novembro de 2005.

No dia 18 de agosto de 1979, Figueiredo encaminhou um projeto sobre a anistia para o Congresso, que foi aprovado, no dia 28¹⁵⁰, em votação apertada – 206 votos a favor e 201 contra. Embora fosse uma conquista daqueles que lutaram, o projeto não representava a anistia ampla, geral e irrestrita reivindicada pela campanha.

Após a aprovação do projeto, os exilados, banidos e demais cidadãos perseguidos pelo regime puderam voltar ao convívio familiar. Entretanto, apesar de anistiar pessoas formalmente processadas pelo governo militar, a Lei não abrangeu aqueles cujas prisões não foram oficializadas, participantes da luta armada, bem como negava liberdade imediata aos condenados pela Lei de Segurança Nacional e não reconheceu os mortos e desaparecidos políticos, deixando muitos destes, inclusive, sem atestado de óbito. Além disso, a anistia não puniu os ditadores mandantes das torturas, assassinatos e seus executores. Estes últimos foram perdoados, não sendo sequer julgados pelos seus atos.

Como foi dito, também foi promulgada, no governo Figueiredo, a Nova Lei Orgânica dos Partidos – a Lei nº. 6.767, de 20 de dezembro de 1979 –, extinguindo a ARENA e o MDB e restabelecendo o pluripartidarismo. Segundo Cavalari (1987: 207), apesar da iniciativa, as novas entidades políticas, para conquistarem o registro de partido, deveriam cumprir as seguintes regras:

(...) exigência da palavra “Partido”, a ser colocada na frente de qualquer nome de agremiação política; exigência de “convenções regionais em pelo menos nove Estados e em um quinto dos respectivos municípios”. Além disso, as convenções municipais só poderiam ser realizadas nos municípios que já contassem com um mínimo de filiados. Esse mínimo era calculado de modo a beneficiar a organização em municípios pequenos; registro provisório dos partidos, até as eleições de 1982, quando receberiam o registro definitivo, se conseguissem 5% dos votos para as Assembléias Estaduais, a Câmara Federal e o Senado, com pelo menos 3% em cada um dos nove Estados.

Se os partidos não obedecessem a essas exigências, perderiam o direito à representação e teriam anulados os eventuais votos que recebessem nas eleições. Também seriam proibidos de utilizar a designação partidária, bem como de arregimentar filiados e adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe. Essas imposições tinham como objetivo tentar impedir ou, no mínimo dificultar, o registro do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1979.

Após o restabelecimento do pluripartidarismo, o PT – que nasceu das greves de 1978, 1979 e 1980 – representava uma nova forma de atuação política, em aliança com

¹⁵⁰ Trata-se da Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979, concedendo anistia a presos políticos.

movimentos de base e a Igreja progressista. Já os outros partidos surgidos da reforma, mantinham correntes tradicionais, como ressalta Cavalari (1987: 208):

O Partido Democrático Social (PDS) congregava os elementos do antigo partido do governo, ARENA.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) apresentava-se como o maior partido de oposição ao governo, e contava em seus quadros com opositores de todos os matizes, desde conservadores e ex-integrantes da ARENA até elementos egressos da esquerda armada.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) abrigava sob a mesma sigla, os adeptos do trabalhismo populista de Vargas, os do janismo e os do lacerdismo.

O Partido Popular (PP) representava os elementos conservadores do ex-MDB, basicamente capitalistas e representantes dos setores financeiros. Em 1981, com a criação do “voto vinculado”, o PP extinguiu-se e incorporou-se ao PMDB.

E, finalmente, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), nascido de uma cisão do PTB, e que tem suas raízes no trabalhismo de Vargas e Goulart, agora mesclado por concepções socialistas e social-democratas.

Também vale ressaltar, sobre esse período, o restabelecimento das eleições diretas para governadores e fim dos senadores biônicos, em 13 de novembro de 1980; a realização da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em 1981, dando o ponto de partida para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e as mobilizações em prol da Campanha “Diretas Já”, entre outros.

Mesmo com todas as estratégias do regime para controlar a transição e o avanço da oposição, a eleição de 1982 – a primeira em que os eleitores puderam votar para escolher os governadores – demonstrou um crescimento considerável da oposição, que passou a dominar os principais estados brasileiros. Apesar dessa mudança, o governo manteve a maioria no Colégio Eleitoral. Alberto Tosi Rodrigues¹⁵¹ relata o processo:

O Senado teve uma renovação de 36% de suas cadeiras e a Câmara de 55%. A bancada do PDS somou 235 deputados e a dos partidos de oposição 244 (200 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, 23 do Partido Democrático Trabalhista – PDT, 13 do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e 8 do PT). Dos 479 deputados que chegaram à Câmara em 1983, 222 estavam em primeiro mandato. Destes, 96 eram pedessistas e 126 oposicionistas (98 do PMDB, 13 do PDT, 8 do PTB e 7 do PT). O governo, porém, apesar da renovação significativa, manteve a maioria no Colégio Eleitoral. Embora PDS e PMDB tenham tido desempenho eleitoral idêntico, com cerca de 37% do total de votos cada um, os mecanismos de sobre-representação garantiram ao partido governista cerca de 50% das cadeiras do Colégio.

¹⁵¹ RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já: o grito preso na garganta**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.17 e 18.

Toda essa conjuntura política leva à compreensão dos motivos que desencadearam a proposta de eleições diretas para presidente em 1984. A campanha Diretas Já estava, portanto, em sintonia com a inviabilidade da perpetuação da ditadura.

Os momentos que precederam a sucessão presidencial foram pautados por incertezas, imprevisibilidades e articulações políticas tanto do governo quanto da oposição. Segundo Rodrigues (2003:19), era evidente que esse conflito extrapolaria a simples “consulta interna”, antes praticada pelo regime, e adquiriria dimensões mais amplas.

Os setores oposicionistas começavam um movimento de pressão para a extinção do Colégio Eleitoral e o retorno das eleições diretas. Dentro desse panorama de disputa de forças, a sucessão de Figueiredo poderia ser realizada por três vertentes distintas:

1. *Continuidade*. A escolha dos nomes se daria pelas disputas internas ao PDS, em confluência ou não com a “coordenação” do presidente Figueiredo, e culminaria no Colégio Eleitoral.
 2. *Negociação*. Haveria um processo de negociação política – de conteúdo e amplitude a princípio em aberto – entre, de um lado, membros do governo e do PDS, de outro, parte da oposição. O horizonte dessa negociação seria, ainda, o Colégio Eleitoral.
 3. *Ruptura*. Tornar-se-ia viável a proposta de eleições diretas já para 1984.
- (RODRIGUES, 2003:20)

A situação em 1983 foi, portanto, desenhada por diferentes atores políticos do governo e da oposição, que apresentavam perspectivas diversas para a sucessão presidencial. Nos últimos meses do ano, presenciava-se

(...) um quadro que tendia a esvaziar a primeira possibilidade de desfecho (restringir a sucessão ao PDS) e que parecia apontar para a viabilidade da segunda alternativa (negociação entre governo e oposição). No entanto, a terceira possibilidade – a proposta de eleições diretas –, ao ampliar o leque de potencialidades do conflito político e incorporar a dimensão societal ao jogo de forças, logrou, no início de 1984, suspender a dominância das duas primeiras alternativas, suspensão que durou enquanto se manteve a mobilização política, até a votação da Emenda Dante de Oliveira. Porém, a predominância da saída representada pelas eleições diretas, mesmo no auge da campanha, não foi total. (...) paralelamente às manifestações de massa, diversos protagonistas (...) trabalhavam no sentido de circunscrever e amenizar os espaços de confrontação e viabilizar saídas “negociadas”.

(RODRIGUES, 2003:22 e 23)

Do lado governista, a articulação para sucessão se organizava em três eixos: os militares, que se dividiam entre a candidatura do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, e do ministro do Interior, Mário Andreazza; o grupo composto pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, pelos ministros da Marinha e da Aeronáutica, e por líderes do PDS, que se amparavam na candidatura do vice-presidente Aureliano Chaves; e a cúpula dirigente

do PDS, autodenominada “Participação” que, embora não se limitasse a seguir orientações do governo, tendia a estabelecer um acordo com o ministro Leitão.

Na frente oposicionista, também se formavam três bases: uma de membros do PMDB e do PP – da qual fazia parte o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves –, que defendia um processo de negociação consensual entre situação e oposição; outra formada por militantes históricos do PMDB – como Ulysses Guimarães – aliados ao PT e ao PDT, que apoiavam a campanha popular pelas eleições diretas; e, finalmente, um último grupo, composto por atores sem representação no sistema político institucional – como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), Igrejas, movimentos sociais urbanos, associações de moradores e cidadãos comuns –, que engrossavam o coro em favor das diretas.

Em 17 de junho de 1983, o presidente do PDS, José Sarney, enviou um documento a Figueiredo, contendo as assinaturas dos 46 senadores e 231 dos 235 deputados do partido, em que confiava ao presidente a coordenação do processo de sucessão presidencial. Mesmo diante desse ato simbólico, as preocupações da bancada governista e do presidente não cessaram, pois, nessa época, uma “pesquisa do *Jornal do Brasil* apurara que 126 congressistas votariam em Maluf, para contrariedade de Figueiredo, que preferia Mário Andreazza, seu ministro do Interior. Porém, na mesma enquete, Andreazza recebia (...) não mais que 26 adesões” (RODRIGUES, 2003:23).

Dentro desse contexto incerto, a expectativa dos governistas era de que Figueiredo retornasse de Cleveland, nos Estados Unidos, – onde se submeteu a uma cirurgia para implantação de pontes de safena – e recolocasse o processo sucessório novamente nos trilhos, ou seja, esperava-se que o presidente, juntamente com o PDS, controlasse a transição nos moldes em que esta havia sido articulada anteriormente.

Durante os 43 dias em que Figueiredo esteve no exterior, seu vice, Aureliano Chaves, assumiu a presidência e conseguiu transmitir uma imagem de administrador competente e dinâmico. Com isso, passou a ocupar uma posição de liderança nas pesquisas eleitorais.

Em meio a esse quadro de disputas políticas e problemas econômicos crescentes, Figueiredo retornou com um discurso fortemente direcionado ao consenso. Paralelamente, em 24 de agosto de 1983, o PMDB, através de Ulysses Guimarães, apresentou propostas de mudanças no âmbito político, institucional e econômico, com o intuito de marcar posição e, ao mesmo tempo, abrir canais de interlocução com o PDS.

A proposta previa, entre outros pontos, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o estabelecimento de eleições diretas para a

Presidência da República em 1984, a decretação de uma moratória unilateral do Brasil junto aos credores, o rompimento com o FMI, o fim da recessão e o aumento do salário médio real, além de reformas fiscal e do sistema financeiro.

(RODRIGUES, 2003:26 E 27)

Todo esse clima de impasses políticos, crise econômica e sucessivas derrotas no Congresso¹⁵² demonstravam que o governo estava perdendo as rédeas da sucessão. Procurando um diálogo com a oposição, Figueiredo queixou-se a Tancredo Neves da falta de apoio do PDS, e obteve deste último a promessa de que o PMDB se empenharia em negociar uma saída para os impasses políticos e econômicos com o governo. Contudo, de acordo com Rodrigues (2003: 28),

(...) esse acerto desabou com a estrepitosa vaia que o PMDB recebeu das galerias do Congresso – tomadas por cerca de 4 mil manifestantes – ao anunciar que negociava com o governo. Por outro lado, o ministro Delfim Netto encarregou-se de minar as bases dos entendimentos, já que considerava impossível a revisão da política salarial.

(RODRIGUES, 2003: 28)

Em 19 de outubro de 1983, temendo as manifestações de rua que cresciam em Brasília por causa do descontentamento com o processo sucessório e com a crise econômica, Figueiredo baixou as Medidas de Emergência para a Salvaguarda das Instituições, alegando distúrbios no Legislativo e em outras áreas da capital. Além disso, o governo concebeu uma nova política de aumento salarial (Decreto-lei 2.065), que foi aprovado pela oposição, conforme explica Rodrigues (2003:29):

O Diretório Nacional do PDS fechou questão em favor da aprovação do 2.065 e o líder Marchezan obteve, nos quadros do PTB, os votos que faltavam para a aprovação em plenário. Em troca o partido receberia cargos na Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), na Telesp (Telecomunicações de São Paulo) e na Light (empresa de distribuição de energia do Rio de Janeiro). Sob forte pressão do grupo de Tancredo, que era favorável ao entendimento, a cúpula do PMDB não conseguiu fechar questão contra o decreto. Sua aprovação estava garantida.

Embora houvesse um direcionamento do grupo de Tancredo para um acordo de bastidores com os governistas, as expectativas de negociação da sucessão em torno das eleições diretas cresciam, já que outros protagonistas políticos não eram tão afeitos a esse

¹⁵² A primeira derrota do governo no Congresso se deu em 21 de setembro de 1983, quando foi rejeitado o Decreto-lei 2.024, que baixava de 110% para 100% da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor o reajuste salarial máximo dos trabalhadores na faixa de até três salários mínimos, estabelecendo índices progressivamente menores para as faixas acima disso. A rejeição se deu com a participação de 11 votos da bancada do PDS, além do comparecimento em massa dos 244 deputados dos partidos oposicionistas. Depois foi a vez de a Câmara rejeitar o Decreto-lei 2.045, em 19 de outubro de 1983, mostrando o baixo índice de lealdade dos partidos com relação ao governo.

tipo de solução consensual, bem como se ampliavam as manifestações de rua em prol das diretas. Até mesmo o presidente Figueiredo se mostrou favorável a essa mudança: “Eu sou pela eleição direta. Eu acho que é assim que deve ser. Mas, no momento, não há possibilidade. Porque meu partido não iria se conformar”.

Quanto à opinião pública, pesquisas da época evidenciam um aumento gradativo da preferência pelas eleições diretas. De acordo com Muszynski e Mendes¹⁵³, os dados coletados na cidade de São Paulo, desde os anos 70, mostravam a proporção dos que aprovavam o retorno à democracia e o sistema de eleições diretas para escolha dos governantes. Segundo os indicadores da pesquisa, o número dos que endossavam essas mudanças

(...) cresceu de 62% em 1974 para 80% em 1988; a proporção dos que aprovavam a legalização dos partidos comunistas aumentou de apenas 15% em 1982 para 56% em 1988; a proporção dos que concordavam com greves como forma de pressão dos trabalhadores passou de 59% em 1979 para 77% em 1988. Em meio a essas transformações houve também um aumento na atenção em relação à vida pública: ampliou-se o grupo dos que declaravam muito interesse por política no período de maior mobilização (meados dos anos 80), e a atenção em relação às ações do governo também aumentou.

(MUSZYNSKI; MENDES, 1990:62 E 63)

Diante desse apoio popular crescente, os atores políticos passaram a considerar a opinião pública no jogo da sucessão. Nesse sentido, o PMDB realizou um evento em Goiânia, em 15 de junho de 1983, com o intuito de observar a repercussão de uma eventual campanha que reivindicasse as diretas. Na oportunidade, cerca de cinco mil pessoas lotaram o ginásio de esportes e surpreenderam os peemedebistas, que esperavam uma audiência bem menor. Logo em seguida, no dia 26 de junho do mesmo ano, era realizado um ato público em Teresina, no Piauí.

A partir dessas primeiras mobilizações em torno das diretas, os partidos oposicionistas começaram a articular uma frente suprapartidária que reunisse, simultaneamente, PT, PMDB, PTB e PDT. Segundo Rodrigues (2003:31),

(...) os presidentes do PT e do PMDB se encarregaram, inclusive, de buscar a adesão de entidades da chamada sociedade civil, como a OAB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), para integrar os nascentes comitês pró-eleições diretas.

¹⁵³ MUSZYNSKI, Judith; MENDES, Antonio Manuel Teixeira. **Democratização e opinião pública no Brasil**. IN: LAMOUNIER, Bolívar (org.) et al. **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990, capítulo III, p. 61 – 80, p. 62.

Aos poucos, passava-se a acreditar que o crescimento do apoio popular às eleições diretas pudesse se transformar em um grande movimento capaz de determinar os rumos das negociações do processo sucessório. O temor de que isso se tornasse realidade levou interlocutores de Figueiredo a se reunirem, ao final de 1983, com o grupo de Tancredo para tentar promover uma sucessão pactuada. Paralelamente, conforme Rodrigues (2003:32),

(...) a articulação de uma campanha nacional de rua pelas eleições diretas começava a se viabilizar. Em 19 de novembro, o governador de São Paulo, Franco Montoro, do PMDB, elabora um manifesto pró-Diretas a ser assinado pela maioria dos governadores em ato solene no dia 26. (...) Participaram daquela reunião de governadores vários dirigentes e parlamentares pedessistas. Dentro do PDS, essas manifestações favoráveis às Diretas contribuíam para impedir que a sucessão seguisse seu leito “natural” (...). Em novembro, 10 dos 12 governadores situacionistas já haviam aderido à idéia de apoiar uma campanha por eleições diretas para a sucessão de Figueiredo, entre eles Gonzaga Motta (CE), Roberto Magalhães (PE), Espiridião Amin (SC) e Jair Soares (RS).

Apesar das pesquisas afirmarem que os votos de situacionistas pró-diretas, somados aos da oposição, serviriam de grande suporte para a mudança do texto constitucional – que necessitava de dois terços do Congresso para ser aprovada –, o presidente do PDS, José Sarney, recusava esses indicadores e não tardou a coletar entre suas bancadas as assinaturas de 26 dos 46 senadores e de 181 dos 235 deputados do partido, para se manifestar contra a alteração na estratégia de sucessão.

No mesmo compasso em que os governistas tentavam manter um pacto sucessório, ampliavam-se os atos públicos pró-diretas, tais como: a manifestação da União Brasileira de Teatro, em 24 de novembro de 1983; e a grande festa-comício realizada na Praça Charles Muller, em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo, organizada por 70 entidades – dentre elas, o PT, o PMDB, o PDT, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a CUT, a Conclat, a UNE, entre outras.

Nesse contexto de manifestações pró-Diretas, de dificuldades para negociar uma saída consensual com a oposição e de crescimento da candidatura de Maluf, Figueiredo decidiu, estrategicamente, renunciar à coordenação da sucessão. A tática do presidente consistia em ganhar tempo para estudar um acordo com segmentos oposicionistas no Colégio Eleitoral, enquanto deixava os problemas com Maluf para a direção do PDS que, em resposta, havia tomado para si a coordenação. Conforme Rodrigues (2003:37), paralelamente,

Figueiredo deu um ultimato a seu candidato preferido, Mário Andreazza. Este disporia de prazo até fevereiro de 1984 – tempo que se acreditava suficiente para o arrefecimento da campanha pelas Diretas – para angariar entre os convencionais do PDS os apoios necessários à sua indicação, pelo presidente, à Convenção partidária.

Enquanto situacionistas se articulavam, a oposição – nas figuras de Tancredo e Ulysses Guimarães – estabelecia que a decisão sobre a postura oficial do PMDB seria definida na Convenção do partido, em abril de 1984. Desse modo, Ulysses teria a possibilidade de atuar no sentido de ampliar a importância política da campanha pró-Diretas, de forma que esta conseguisse a mudança do texto constitucional. Caso o objetivo não fosse alcançado até a Convenção, Tancredo e seu grupo estariam livres para negociar um desfecho consensual da sucessão com o regime.

Além de todos esses impasses, havia a Emenda Dante de Oliveira, concebida em janeiro de 1983, cerca de um ano antes do fortalecimento das manifestações pelas diretas. Para que pudesse apresentar a Emenda, cuja finalidade era propor eleições diretas, o deputado do PMDB, Dante de Oliveira, recolheu 160 assinaturas de seus colegas. O texto fora redigido com auxílio de seu pai, o advogado Sebastião de Oliveira, com base na Constituição de 1946.

Seguindo os passos do deputado Dante, no início de 1984, já tramitavam cinco emendas no Congresso que, embora com redações diferentes, também propunham eleições diretas para presidente. Entretanto, para facilitar os trabalhos, todas foram, de maneira acordada, reduzidas à Dante de Oliveira. Quanto à sua tramitação,

(...) o presidente do Senado, Moacyr Dalla, após reunião com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, acabou fixando a data de 11 de abril para sua apreciação no Congresso. Segundo o regimento, ela seria submetida à votação na Câmara dos Deputados e, em caso de obter dois terços dos votos, seria remetida ao Senado.

(RODRIGUES, 2003:42)

Ao contrário das anteriores, as manifestações pró-diretas realizadas a partir de janeiro de 1984 tinham como finalidade pressionar a aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Isso ficou evidente tanto no comício realizado na Boca Maldita, em Curitiba, no dia 12 de janeiro – que reuniu entre 30 e 50 mil pessoas –, quanto no da Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 do mesmo mês – onde estiveram presentes entre 200 e 300 mil pessoas.

Após o comício de Curitiba, o governo procurou não explicitar contrariedade à mobilização e ainda demonstrou uma suposta indiferença ao evento. Já no segmento oposicionista, a manifestação teve duplo impacto, pois, ao mesmo tempo em que mostrou a viabilidade da campanha, pressionou lideranças moderadas como, por exemplo, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que se viu sem saída e resolveu não só aderir ao movimento, como se dispôs a participar do comício em São Paulo e organizar o evento no Rio.

O comício de São Paulo foi muito impactante, dado o alto índice de participação civil, a ampla adesão de artistas, intelectuais, políticos e demais setores, bem como a repercussão nos veículos de comunicação e na arena onde se travava o jogo político da sucessão. Mesmo assim, não se pode falar em unanimidade, visto que o empresariado, por exemplo, não demonstrava tanto engajamento à causa. Além disso, sentiu-se a ausência de Tancredo, que não compareceu ao comício porque teve que receber o presidente Figueiredo em visita oficial a Minas Gerais.

A amplitude e os resultados desses eventos deixavam Tancredo e seus seguidores em uma situação delicada, já que estes sempre pretenderam

(...) obter a configuração de uma arena de jogo sobre a qual os recursos adquiridos pela participação na campanha ganhassem eficácia na negociação com o regime. E mais: que o impacto da mobilização sobre o sistema político fosse forte o bastante para desestruturar as estratégias governistas de continuísmo puro e simples, mas não tão forte a ponto de romper com os mecanismos institucionais – vale dizer, indiretos – da sucessão.

(RODRIGUES, 2003:49)

Em 3 de fevereiro de 1984, Aureliano Chaves lançou sua candidatura direcionando-se ao povo, ou seja, fazendo uso do discurso pró-diretas, já que este havia conquistado grande adesão dos brasileiros e, portanto, ampliava suas chances no jogo da sucessão. Entretanto, no mesmo mês, o regime iniciou uma tentativa de se rearticular e retomar o controle da situação. Com esse intuito, o coordenador da candidatura de Mário Andreazza e governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães,

(...) lançou, em 6 de fevereiro, uma idéia que logo em seguida seria encampada pelo ministro Leitão de Abreu e se tornaria, como se verá, um elemento importante no conflito. ACM defendeu que o governo tomasse a iniciativa de propor eleições presidenciais diretas ao Congresso, mas não imediatamente, e sim para o sucessor do sucessor de Figueiredo.

(RODRIGUES, 2003:51)

Ao mesmo tempo em que se dava a articulação política do governo nos bastidores, o sucesso dos comícios impulsionava os principais segmentos da oposição a organizar mais mobilizações por todo o país, entre os dias 13 e 20 de fevereiro. Essa expedição ficou conhecida como Caravana das Diretas e foi liderada por pessoas como Ulysses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do PDT, Doutel de Andrade. A caravana realizou eventos em Terezina (PI), Porto Velho (RO), São Luís (MA), Macapá (AP), Belém (PA), e, finalmente, em Belo Horizonte (MG), onde o número de pessoas ultrapassou o comício de São Paulo, sendo, assim, considerado o evento mais importante das Diretas. Sem contar que,

ao contrário das atividades políticas, que foram suspensas, a campanha continuou durante o carnaval, demonstrando também o seu caráter de festa cívica.

Além de resgatar as grandes manifestações de massa no cenário político, as Diretas Já adquiriram dimensão suficiente para balizar o debate em torno da sucessão presidencial. Para Rodrigues (2003:61), essa Campanha ainda serviu para explicitar duas tendências:

De um lado, o investimento na ampliação da emergência da dimensão societal do conflito, com a conseqüente tentativa de derrotar o regime militar pela quebra de seu principal mecanismo institucional de referendo, o Colégio Eleitoral. De outro lado, o objetivo de fazer refluir o conflito à sua dimensão institucional, isto é, a intenção de superar o regime com base na sua própria institucionalidade, incorporando parte dos atores políticos a ele ligados. Ou, em outros termos, a lógica da ruptura *versus* a lógica da negociação.

No dia 8 de março, o grupo governista se reuniu e decidiu que a votação da Emenda Dante seria feita em 25 de abril. A partir daí, os articuladores tinham exatos 48 dias para definir uma estratégia e colocá-la em prática. Foi também a primeira vez em que foi discutida a possibilidade do governo enviar uma emenda alternativa que propusesse eleições diretas para 1988. Nesse sentido,

(...) por iniciativa do ministro Leitão de Abreu, o comando governista decidiu que o ponto central de sua estratégia contra a aprovação das Diretas Já seria o envio ao Congresso de uma emenda alternativa antes da votação da Emenda Dante, propondo diretas para 1988 ou 1990. Com isso, esperava-se fornecer aos parlamentares pressionados por suas bases eleitorais um instrumento de justificativa para o voto contra o retorno imediato das Diretas para presidente.

(RODRIGUES, 2003:62)

Apesar de se opor oficialmente a qualquer negociação que adiasse as diretas, parte do PMDB não descartou um possível acordo com o PDS, que estava preparando uma emenda, na qual propunha: eleições diretas, redução do mandato do presidente para quatro anos, ampliação das prerrogativas do Congresso e fim da fidelidade partidária.

Enquanto governo e oposição lançavam toda sua artilharia no jogo da sucessão, o comitê pró-Diretas realizou uma passeata no Rio de Janeiro, em 21 de março, e comícios em: Cascavel (PR), no dia 31 de março; Londrina (PR), em 2 de abril; Recife (PE), em 5 de abril; e Natal (RN), no dia 6 de abril. Paralelamente, houve uma reunião do Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas – com representantes dos partidos de oposição, da CUT, Conclat, ABI, OAB, ANDES¹⁵⁴ e UNE –, onde se decidiu não negociar as diretas e realizar uma paralisação para o dia da votação da Emenda Dante (25 de abril).

¹⁵⁴ Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior.

Em resposta ao ressurgimento das mobilizações de massa e frente ao temor dos comícios programados para São Paulo e Rio de Janeiro, o regime resolveu, na primeira semana de abril de 1984, apresentar dois recursos: enviar a emenda alternativa e decretar as Medidas de Emergência. O primeiro (institucional), contando com a contrapartida do grupo oposicionista conciliador; o segundo (repressivo), visando desestruturar a ação dos “intransigentes”.

Nos dias 10 e 16 de abril, dois grandes comícios – o primeiro no Rio e o segundo, em São Paulo – marcaram a esperança dos integrantes da Campanha Diretas Já de que o movimento obteria sucesso. Cada um deles contou com cerca de um milhão de pessoas e uma cobertura maciça da Rede Globo. O governo, novamente, tentou demonstrar indiferença às mobilizações, procurando omitir a real preocupação com os acontecimentos.

Após dias de manifestações sociais e articulações políticas, chega a data fixada para votação da Emenda Dante. Depois de três sessões,

(...) a Câmara dos Deputados rejeitava a Emenda Dante de Oliveira, que não obteve a maioria qualificada de dois terços exigida para alterações constitucionais, embora os votos favoráveis à aprovação fossem em maior número. Foram 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes. Faltaram 22 votos.

(RODRIGUES, 2003: 92 e 93)

Com a reprovação da Emenda, uma série de manifestações eclodiu pelo Brasil. Algumas delas foram contidas de forma violenta pelo regime. Enquanto o Comitê Pró-Diretas reafirmava a continuidade da luta, segmentos da oposição já falavam em negociar um desfecho consensual com o governo. Em 25 de junho, foi realizada uma mobilização das Diretas em Curitiba, com intuito de pressionar a votação do artigo 183 da emenda do governo, que propunha diretas para 1988. Entretanto, em 28 de junho, Figueiredo retirou a emenda, gerando insatisfação do lado oposicionista. Sem outra saída, governadores do PMDB e políticos ligados a Tancredo decidiram se manifestar em favor da candidatura deste último, aliada à Constituinte. Desse modo, consolidava-se “o caminho sobre o qual o governador Tancredo Neves construiu sua candidatura de ‘conciliação nacional’, o que lhe daria, por via indireta, a Presidência da República. A Nova República começaria de um modo velho” (RODRIGUES, 2003: 98).

Com a vitória de Tancredo em novembro de 1984, podia-se afirmar que não houve um vencedor absoluto no cenário político, já que o governo não conseguiu manter o controle da sucessão da maneira como havia planejado inicialmente, bem como os idealizadores das Diretas também não obtiveram sucesso em sua principal reivindicação. O consenso trouxe perdas e ganhos para ambos os lados e uma grande derrota para a democracia.

4.3. A crise do milagre econômico

Além de herdar inúmeros problemas de outras gestões, Geisel tinha que lidar com diversas críticas referentes a falhas cometidas pelo regime – como o Projeto Amazônico e a existência de corrupção. Mas o problema mais sério na oportunidade era o econômico. A duplicação do preço do petróleo pelos países da OPEP e a recessão internacional decorrente prejudicaram muito o milagre econômico brasileiro, que já vinha apresentando sinais de esgotamento.

Nesse sentido, mesmo diante do arrefecimento do milagre, Geisel criou o II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁵⁵, cuja finalidade era proporcionar crescimento com base no direcionamento dos investimentos para indústria, em projetos que substituíssem as importações.

Para solucionar os impactos da crise do petróleo, Geisel resolveu estimular a ampliação de fontes alternativas de energia, iniciando o Programa Nacional do Álcool (Pró-álcool) – que visava à implementação de um combustível substituto à gasolina –, ao mesmo tempo em que incentivava uma campanha de racionamento de combustíveis. Paralelamente, criou-se o Programa Nacional do Carvão e foi aprovado, em 1975, o Programa Nuclear Brasileiro – que foi firmado com a Alemanha Ocidental e previa a instalação de uma usina de enriquecimento de urânio.

Com essa crise internacional, também era necessário encontrar meios de administrar a pressão sobre a balança de pagamentos brasileira. As soluções encontradas foram: usar as reservas cambiais e pedir empréstimos no exterior. Assim, em 1974, o país praticamente duplicou a sua dívida externa líquida (de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 11,9 bilhões).

As medidas tomadas pelo governo para estimular os empréstimos estrangeiros foram: extinção do depósito compulsório de 40% por parte dos tomadores de empréstimo; redução do período mínimo de permanência do empréstimo de 10 para 5 anos; e redução de 25 para 5% do imposto sobre remessas de lucros para o exterior.

Através dessas iniciativas, a equipe econômica de Geisel conseguiu manter o crescimento acelerado em 1974. No entanto, a inflação saltou de 15,7% para 34,5%, anunciando os graves problemas que seriam enfrentados num futuro próximo. A balança comercial também

¹⁵⁵ O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi criado no governo Médici, sob a responsabilidade do ministro Delfim Netto. Já o II PND foi coordenado pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, e pelo do Planejamento, Reis Velloso, tendo como objetivo começar a substituir as importações de bens de capital. Para isso, o BNDES concedeu créditos a empresas privadas do setor, mas principalmente às empresas estatais, que tiveram grande crescimento.

apresentava um déficit de US\$ 4,7 bilhões, visto que as importações superavam as exportações.

De acordo com Skidmore (2004), analisando os indicadores econômicos básicos, a performance da equipe econômica de Geisel foi até razoável. Entre 1974 e 1978, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 7%, embora tenha ocorrido um decréscimo nos últimos dois anos – 5,4% em 1977 e 4,8% em 1978¹⁵⁶. Com relação à inflação, a taxa média foi de 37,9% nesses quatro anos, sendo exatamente o dobro da média apresentada durante o milagre. Em 1974, a balança de pagamentos sobreviveu à crise do petróleo à custa das medidas mencionadas anteriormente. Nos anos seguintes, o governo restringiu severamente as importações e aumentou as exportações. Mesmo assim, estas últimas não superavam as primeiras, nem mesmo eram suficientes para cobrir as remessas de lucros e a dívida externa.

O que salvou o Brasil foi o ingresso contínuo e maciço de capital estrangeiro, principalmente empréstimos. Em 1978, por exemplo, o ingresso líquido foi de US\$ 7 bilhões. No fim de 1978, por isso mesmo, a dívida externa era de US\$ 43,5 bilhões, mais que o dobro do nível de três anos atrás.

(SKIDMORE, 2004: 403)

Em 1979, o comando da economia voltou para as mãos de Delfim Netto, após a demissão do ministro Mário Henrique Simonsen. Delfim assumiu prometendo combate à inflação e retomada do crescimento, através das seguintes iniciativas: controle da taxa de juros; expansão do crédito agrícola; a criação da Secretaria Especial das Empresas Estatais, com vistas a melhorar a situação destas instituições; eliminação de determinados incentivos fiscais às exportações, do depósito prévio sobre as importações, e a revogação da Lei do Similar Nacional, com intuito de manter o controle do comércio externo através da política cambial e tarifária; estímulo à captação externa; maxidesvalorização do cruzeiro; prefixação da correção monetária e cambial; e aprovação da nova lei salarial.

Os resultados desse pacote de medidas não foram nada positivos. Houve aceleração inflacionária e aumento dos custos dos produtos importados, elevação do processo especulativo e, por fim, o agravamento da crise econômica mundial, em função da crise do petróleo e da elevação das taxas de juros internacionais, gerando ampliação da dívida externa nacional.

O desastre econômico orquestrado por Delfim Netto no governo Figueiredo tinha ainda outro impasse. Era necessário negociar a dívida externa, dada a dificuldade do Brasil em saldar os seus compromissos. Pagavam-se bilhões de juros todos os anos e essa evasão de

¹⁵⁶ Apesar dos números do PIB não serem ruins, não refletia nem de longe os 10,8% alcançados durante o período do milagre econômico.

divisas significava a transferência anual para os cofres externos de grande parte da riqueza produzida nacionalmente.

Do lado credor, os banqueiros internacionais só aceitavam a negociação da dívida brasileira se o país se sujeitasse às orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Como resultado desse cenário, 1983 foi considerado o ano de maior recessão e desemprego. Enquanto as empresas tiveram que restringir suas importações, produzir menos e expandir sua capacidade ociosa, os consumidores vivenciavam um período de restrição creditícia, altos juros e desestímulo para comprar. Já o trabalhador se deparava com os baixos salários e a falta de emprego. O panorama econômico ainda era agravado pelo delicado momento político em 1984, com a mudança de governo e o crescimento das mobilizações populares pela redemocratização.

4.4. A repressão no período de abertura

Nos primeiros meses do governo Geisel, houve uma mudança de tática dos órgãos de repressão, que passaram a ocultar as prisões seguidas de morte, já que dificilmente as falsas versões de “atropelamento” e “tentativa de fuga” – difundidas em excesso na imprensa durante o fechamento do regime e, portanto, da censura completa – poderiam continuar se sustentando. As detenções eram, então, negadas, mesmo havendo provas de que estas ocorreram.

Em 1974, como consequência do excesso de prisões e de violência do regime no período de fechamento, foi criado o Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP), que contava com departamentos jurídicos, de propaganda e de arrecadação.

Apesar dessa iniciativa, o regime manteve o objetivo de controlar a subversão e, por isso, o aparelho repressivo ainda pretendia realizar uma última “limpeza”, abolindo qualquer foco de oposição que houvesse resistido ao período anterior. Nesse sentido, nos anos de 1975 e 1976, foi desencadeada uma campanha repressiva em todo país, especialmente em São Paulo, em busca de militantes de organizações de esquerda – principalmente do PCB e do PC do B. O resultado foi a detenção de cerca de 2.000 pessoas, sendo que 700 permaneceram presas.

O maior núcleo repressivo encontrava-se, na ocasião, em São Paulo, onde os militares do DOI-CODI subordinados ao II Exército tinham extrema dificuldade em adaptar-se aos novos tempos. Foi realizado, nessa época, um grande expurgo na Polícia Militar de São Paulo, com a prisão e tortura de inúmeros integrantes considerados suspeitos e que culminou com a morte, no DOI-CODI de São Paulo, do tenente José Ferreira de Almeida, no dia 8 de agosto de 1975. Sua morte foi explicada oficialmente como

“suicídio por enforcamento”. A mesma explicação seria dada para outras mortes que ocorreram posteriormente no DOI-CODI paulista.
(CAVALARI, 1987: 188)

Em setembro de 1975, houve uma nova onda repressiva em São Paulo, visando à eliminação dos opositores do regime – principalmente aqueles ligados ao PCB –, chamada de “Operação Jacarta”. Essa operação, que foi coordenada pelo secretário de Segurança Pública do Estado, Coronel Erasmo Dias, prendeu e torturou onze jornalistas¹⁵⁷ no DOI-CODI, após alegar a infiltração comunista na imprensa. Essa atitude provocou uma série de protestos do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que denunciou a forma ilegal com que eram efetuadas as prisões de cidadãos idôneos.

Foi nesse contexto que, em 25 de outubro de 1975, foi assassinado o jornalista e professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, Vladimir Herzog. Nesse dia, Herzog apresentou-se pela manhã no DOI-CODI, para dar declarações. À tarde, ele morreu vítima das torturas que sofreu. Novamente, o regime apresentou a falsa versão de suicídio, conforme relata Cavalari (1987: 190):

O DOI-CODI expediu nota oficial explicando que o jornalista havia se enforcado com o cinto do macacão que usava, depois de ter confessado seu envolvimento e dos outros jornalistas com o Partido Comunista Brasileiro, e de estar arrependido de sua militância.

O laudo necroscópico fornecido pelo Instituto Médico Legal (IML), assinado pelo diretor, Harry Shibata, concluía por “asfixia mecânica por enforcamento”.

A morte de Herzog gerou revolta em vários setores da sociedade – Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Associação Brasileiro de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Centros Acadêmicos, entre outros –, levando o Comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello a determinar a instauração de um Inquérito Policial-Militar (IPM) para apurar a morte do jornalista. O IPM confirmou, em dezembro de 1975, a versão de suicídio e, em março do ano seguinte, o processo foi arquivado.

Na ocasião do arquivamento do IPM, a ABI organizou o manifesto “Em nome da Verdade”, assinado por cerca de 1000 jornalistas de todo país, denunciando a versão forjada e exigindo o esclarecimento do crime. Em abril de 1976, a viúva Clarice Herzog e seus filhos

¹⁵⁷ A perseguição maior dos órgãos de repressão se deu principalmente em relação aos jornalistas da TV Cultura, após uma campanha difamatória do jornalista Cláudio Marques, denunciando a infiltração comunista nessa emissora.

entraram com uma ação na Justiça Federal, pleiteando indenização e responsabilidade da União pela tortura seguida do assassinato do jornalista.

Finalmente, em 27 de outubro de 1978, o juiz Márcio José de Moraes, da 7ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, “declara a União responsável pela prisão, tortura e morte de Wladimir Herzog, considerando imprestável o laudo médico que amparava a versão oficial e afirmando que as autoridades não conseguiram provar que a morte ocorreu por suicídio”.

(CAVALARI, 1987: 192)

Embora o assassinato de Herzog tenha se tornado um símbolo da luta pelos direitos humanos no Brasil, dada a repercussão nacional que alcançou, isso não foi suficiente para conter a repressão, já que, em janeiro de 1976, houve nova morte sob tortura no DOI-CODI de São Paulo. A vítima dessa vez foi o metalúrgico Manoel Fiel Filho, cujas circunstâncias foram idênticas ao caso do jornalista, assim como a explicação oficial também foi de suicídio.

Os episódios de repressão não só estavam desgastando a imagem da política de distensão do governo Geisel, como representavam o fortalecimento dos setores oposicionistas e, portanto, ameaçavam o poder central e a Segurança Nacional. Geisel, para solucionar esse impasse – uma vez que o controle dos linha-duras fazia parte dos objetivos do seu governo, conforme já mencionado –, destituiu o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, colocando, em seu lugar, o general Dilermando Gomes Monteiro. Após tal medida, cessaram as mortes no interior do aparelho repressivo da capital paulista, embora o DOI-CODI não tenha sido desativado.

Em dezembro de 1976, no entanto, foi deflagrada outra operação de busca por comunistas, sendo que os oficiais do DOI-CODI de São Paulo invadiram uma reunião clandestina do PC do B, no bairro da Lapa – onde militantes faziam uma análise da experiência do Araguaia –, matando, no local, dois importantes líderes do partido (Ângelo Arroyo e Pedro Pomar) e prendendo outro dirigente, João Batista Franco Drumond, cuja morte foi anunciada tempos depois sob a versão de “atropelamento em tentativa de fuga”. No episódio, vários outros membros do PC do B foram presos e torturados.

A atitude de algumas entidades, como a OAB, ABI, CNBB e Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, em defesa dos direitos humanos, através de denúncias e questionamentos dos atos repressivos do regime, foi muito importante nesse período, como defende Cavalari (1987: 196):

A ação enérgica desses setores da sociedade civil muito contribuiu para um certo recuo do aparelho repressivo. A partir de 1977, não ocorreram novos assassinatos durante interrogatórios, e houve uma diminuição no volume

de processos políticos instaurados, apesar da prática da tortura nesses processos ainda ser constante.

Com o fortalecimento da oposição no campo político e social, o aparato repressivo foi impelido a agir de maneira clandestina. Desse modo, voltaram a acontecer ações terroristas de direita – semelhantes àsquelas praticadas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no início do regime –, realizadas por antigos agentes de segurança, acobertados por novas siglas.

Essas ações, que tiveram início em 1976¹⁵⁸, atingiram seu auge em 1º de maio de 1981, quando dois militares do DOI-CODI do Rio de Janeiro se acidentaram quando preparavam um atentado a bomba no Centro de Convenções Riocentro, durante um show de música popular realizado por músicos da oposição.

4.5. A reorganização do movimento estudantil

O movimento estudantil voltou à cena pública, entre 1975 a 1980, tendo atingido o seu ápice em 77, com grandes manifestações de rua em todo o país. Desde as importantes greves estudantis de 75 até a reconstrução da UNE em 79, o movimento foi marcado por uma crescente organização e mobilização. (CAVALARI, 1987: 209)

A partir de 1974, o movimento estudantil começou, lentamente, a sua reconstrução, através das primeiras reuniões nacionais de área e de greves localizadas que reivindicavam questões imediatas.

Na USP, nesse mesmo ano, foram comemorados os seus 40 anos, de forma “oficial e protocolar” – ou seja, apenas a “direita” participou das celebrações – visto que, embora os estudantes estivessem se rearticulando, a Universidade havia se enquadrado na ditadura (CARDOSO, 2004: 14). Foi também em 1974 que as reações do movimento estudantil uspiano foram fortalecidas pela criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos. Houve, inclusive, grande mobilização interna, bem como a realização de várias concentrações e assembléias nas faculdades de Ciências Sociais, Arquitetura, História e Geografia, como forma de manifestação contrária às prisões recentes ocorridas nessas unidades. Cavalari (1987: 162) comenta que a “última concentração foi marcada para a Faculdade de História e Geografia. A repressão bloqueou a entrada da Cidade Universitária, esvaziou a universidade e cortou a luz”.

¹⁵⁸ Nesse ano, foram computados 10 atentados a bomba no país, assumidos por uma organização clandestina de direita chamada Aliança Anti-Comunista do Brasil (AAB). As vítimas eram sempre elementos da oposição.

No ano seguinte, 1975, a mobilização estudantil voltou-se, inicialmente, para a defesa de três alunos que haviam sido indiciados pelo decreto-lei 477. Paralelamente, em 16 de abril, os alunos da Escola de Comunicações e Artes (ECA) entraram em greve, com o intuito de depor o diretor da Faculdade, professor Manuel Nunes Dias. De acordo com Chrispiniano & Figueiredo¹⁵⁹, Nunes, que antes havia sido chefe do departamento de História, era considerado – tanto pelo corpo docente como discente – praticamente um agente a serviço dos órgãos de repressão do regime militar.

Basta analisar a lista de arbitrariedades cometidas por Manuel Nunes, para concluir que a visão dos professores e alunos tinha fundamento. No período que antecedeu a greve,

(...) o diretor já havia proibido uma feira de livros e uma palestra sobre “Colonialismo Português”. Cortou o auxílio da ECA ao Diretório Acadêmico e retirava cartazes dos murais, às vezes pessoalmente. A pedido dos órgãos de segurança, deixou de renovar os contratos dos professores Paulo Emílio Salles Gomes e José Marques de Mello. Foi preso dentro da escola, sem que se saiba de protesto de Nunes, o professor Jair Borin, em 1974. Papéis da Aesi indicam que o diretor constantemente repassava àquela agência material e informações, e registram conversas suas com agentes do Dops infiltrados na ECA.

(CHRISPINIANO; FIGUEIREDO, 2004: 64 e 65)

Após realizarem uma assembléia, os alunos da ECA decretaram a greve, cujo estopim foi a reprovação do professor Sinval Freitas Medina, na sua prova de qualificação do mestrado. A paralisação, que suspendeu as atividades da Escola por 73 dias, não só promoveu um movimento que exigia a renúncia do diretor, como também avançou no sentido da reconstrução do movimento estudantil e na retomada da cooperação entre os alunos de diferentes unidades da USP.

Os alunos da ECA obtiveram apoio de muitos colegas de outras unidades e até mesmo de outras universidades, como a Federal Fluminense (UFF). Nessa época, foi estabelecida uma Comissão Universitária, com o objetivo de coordenar o movimento estudantil, debater problemas e estruturar a recriação do Diretório Central de Estudantes da USP.

A repercussão do movimento foi tão grande que, em maio de 1975, o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Mello, fez comentários sobre a greve, criticando os estudantes e professores envolvidos, bem como o próprio Manuel Nunes. Apesar disso, o regime rejeitava a deposição do diretor, alegando que, no seu histórico, nada havia que o desabonasse.

¹⁵⁹ CHRISPINIANO, José; FIGUEIREDO, Cecília. A ECA é o principal foco de agitação na USP. **Revista Adusp**, n° 33, outubro de 2004, pp. 63-68, p. 64.

Nesse período, muitos alunos da ECA foram presos e depuseram no DOPS. A greve chegou ao fim, após dois meses de paralisação, por conta do esvaziamento das assembléias e da participação estudantil. Apesar de não ter conquistado sua principal reivindicação – que era a saída de Nunes da diretoria –, esse movimento representou uma grande ação dos alunos em direção à retomada da liberdade e rearticulação do movimento estudantil. Conforme Chrispiniano e Figueiredo (2004:68), “Nunes só deixaria a diretoria no fim do seu mandato, em outubro de 1976, com comemoração dos alunos e da maioria dos docentes registrada na imprensa da época”.

Como já foi mencionado, em 25 de outubro de 1975, foi assassinado, no DOI-CODI, o jornalista e professor da ECA, Vladimir Herzog. No dia do seu enterro – 27 de outubro – um agente infiltrado avisava, em documento produzido aos órgãos de repressão, que os estudantes da ECA estavam reunidos no saguão da escola, onde divulgavam informações sobre a morte do jornalista, anunciando que este último havia sido assassinado pelo regime. No mesmo dia, os alunos realizaram uma assembléia e decidiram decretar greve geral na universidade. A mobilização rapidamente se expandiu por toda USP, evidenciando uma crescente articulação do movimento estudantil. Houve paralisação em uma série de unidades de ensino internas e até mesmo de instituições privadas externas, como a Escola de Sociologia e Política e a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Em 31 de outubro, foi realizada uma celebração ecumênica na Catedral da Sé, marcando um ato público contra a ditadura, em protesto pela morte de Herzog. Chrispiniano (2004:66) relata que os dirigentes do movimento estudantil

(...) recomendavam cautela a quem fosse participar do ato da Sé. Ainda estavam na memória de todos as prisões e identificações que se seguiram à missa por Alexandre Vannucchi Leme, em 1973. Pedia-se aos estudantes que comparecessem em grupos pequenos, e, depois do ato, dispersassem rapidamente pelo centro.

Apesar dos cuidados dos militantes estudantis e da tentativa da polícia de impedir que as pessoas chegassem ao local, ninguém foi detido por participar da celebração, que foi presidida pelo bispo D. Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor James Wright.

Ainda em 1975, várias unidades da USP se mobilizaram em defesa da retomada dos bares pelos estudantes, bem como para que o controle dos preços no *campus* voltasse a ser responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS).

Entre 1975 e 1980, São Paulo era o Estado em que o movimento estudantil se encontrava mais organizado, seguido do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Por esse motivo, as primeiras entidades estudantis foram reconstruídas justamente em terras paulistas.

Nesse período, surgiram várias correntes estudantis que, mesmo tendo bandeiras comuns de luta – como a derrubada da ditadura, o retorno da liberdade democrática, a anistia e a Assembléia Nacional Constituinte –, divergiam quanto à forma de conduzir o movimento estudantil, bem como quanto à análise da conjuntura política do país.

Para reorganizar o movimento estudantil no âmbito nacional, a partir de 1976, os jovens passaram a realizar os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs), em substituição aos encontros por área¹⁶⁰ que aconteciam na época do fechamento do regime.

O I ENE, realizado em Campinas, em janeiro de 1976, contou com reduzida presença de entidades estudantis, bem como foi bastante tumultuado devido às divergências entre as diferentes tendências quanto aos critérios de participação. Sem contar que também não se sabia ao certo qual era a finalidade daquele encontro. Mesmo assim, o II ENE foi marcado para o segundo semestre do mesmo ano. Cavalari (1987: 211) comenta as discussões e definições ocorridas no intervalo entre os dois encontros:

(...) a polêmica referente aos critérios de voto e participação continuava dividindo os estudantes. Foram realizadas reuniões em São Paulo, em abril, e em São Carlos, em agosto, para se discutir especificamente esse ponto. A reunião de São Paulo não logrou qualquer êxito. Os debates foram acirrados e, como o impasse permaneceu, a maioria das entidades presentes se retirou em sinal de protesto. Na reunião de São Carlos, foi criada uma Comissão Executiva e, depois de muita discussão, o impasse foi resolvido, com a adoção do critério de “cinco delegados por escola, eleitos democraticamente”.

Foi também em 1976 que a ditadura sofreu mais uma derrota para o movimento estudantil: na USP, foi criado o Diretório Central dos Estudantes Livre – Alexandre Vannucchi Leme. Chrispiniano (2004:70) relata que, em 31 de maio, a AESI fez o seguinte comentário sobre esse acontecimento: “O DCE é uma entidade espúria, que ora surge como órgão que reivindica a representação de toda a classe discente da USP”.

O fato é que a criação de uma entidade central era vista, de forma crescente, como uma necessidade entre os militantes estudantis. Tanto que a recepção dos calouros em 1976, organizada pela Comissão Universitária, já tinha como tema a reorganização do DCE.

¹⁶⁰ Segundo Cavalari (1987: 210), “os estudantes se utilizavam das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para tentar uma articulação do ME a nível nacional. Essas reuniões eram feitas por área de conhecimento e na mais absoluta clandestinidade”.

No dia 26 de março, uma assembléia realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), encampou a proposta apresentada pelo estudante da FEA, Júlio Turra Filho, e marcou as eleições da nova entidade para os dias 11 e 12 de maio.

Havia discussões sobre o formato da entidade, como deveriam ser as eleições e se ela interferia na autonomia dos centros acadêmicos. O XI de Agosto, da Faculdade de Direito, foi contra a criação do DCE, e se expressou na imprensa em artigo de Marco Antonio Tigrão, presidente daquele CA. Vários CAs responderam apoiando a sua formação, entre os quais os da História, da Física, da FEA, da Medicina, da Filosofia e o Grêmio Politécnico.

(CHRISPINIANO, 2004:70)

Apesar de toda a organização dos estudantes, agentes da repressão infiltrados na USP roubaram 40 urnas que continham 7.910 votos da eleição, durante a madrugada, quando estavam dentro da FEA. Esse episódio obrigou os alunos a promoverem uma nova eleição, no dia 18 de maio. Dessa vez, conforme Chrispiniano (2004:71), “para evitar nova subtração de urnas, realizou-se uma noite de vigília, que mesclou festa, debates e eventos culturais”.

Segundo dados do DOPS, 12.253 alunos votaram na primeira eleição. Embora a imprensa, na época, tenha considerado o comparecimento dos estudantes baixo, esse número era nitidamente alto em uma eleição estudantil. Mesmo diante dessas considerações, era ponto pacífico que a disputa eleitoral foi acirrada.

Os primeiros lugares ficariam entre as três tendências¹⁶¹ que dominariam o movimento estudantil nos anos seguintes: *Refazendo*, com 4.362 votos, e que comandou o DCE nas suas duas primeiras gestões; *Liberdade e Luta (Libelu)*, que obteve 2.955 votos, e que venceria a terceira eleição para o DCE, em 1978; e *Caminhando*, que conseguiu 1.497 votos.

(CHRISPINIANO, 2004:72)

Conforme Ricardo Azevedo (1997), nessa eleição, “as chapas não apresentavam os nomes de seus candidatos”, com a finalidade de proteger as lideranças de possíveis represálias do regime. Além disso, essa estratégia fazia parte de “uma concepção política de buscar não destacar nomes, e sim idéias”. Desse modo, os nove membros eleitos não ocupavam cargos, mas sim faziam parte de uma diretoria colegiada.

Assim que a entidade foi criada e realizada a primeira eleição, a AESI levantou todos os dados sobre os seus membros e repassou para os órgãos de repressão. Para o DOPS, a

¹⁶¹ Sobre essas três tendências, o editor da Revista Teoria & Debate, Ricardo Azevedo, explica que: a Refazendo se originou de militantes oriundos da Ação Popular e tinha maior força na Geologia, Física, Geografia, Psicologia, Politécnica, Ciências Sociais e Economia; a Liberdade e Luta era vinculada à Organização Socialista Internacionalista e tinha maior expressão nos cursos de Arquitetura, Comunicações, Filosofia, Economia e Ciências Sociais; a Caminhando era ligada ao PC do B e tinha maior presença na Medicina, na Politécnica e Ciências Sociais. IN: AZEVEDO, Ricardo. **Medo e Liberdade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. Endereço eletrônico: http://www.fpa.org.br/td/nova_td/td35/td35_memoria02.htm, acesso em 22/11/2005.

entidade era ilegal, visto que contrariava o Decreto 228/67, responsável pela definição das regras da representação estudantil. Foi em resposta a essa afirmação que os estudantes declararam o DCE Livre, ou seja, este não estava subordinado à universidade como as entidades consideradas “legais”.

A primeira atividade do recém-criado DCE Livre foi um debate sobre a anistia, com a presença da presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Terezinha Zerbini, e cerca de 300 pessoas. Esse encontro foi estimulado por uma greve de fome realizada por um preso político em Santa Catarina, que havia sido internado como louco em um hospital psiquiátrico. No entanto, a campanha desenvolvida pelo DCE, no segundo semestre de 1976, contra o aumento do preço das refeições no restaurante do CRUSP – que era mantido pela Coordenadoria de Saúde e Assistência Social (COSEAS) da USP – foi a iniciativa da entidade que mais aglutinou estudantes.

O DCE lançou um jornal chamado “Sujeira”, onde se denunciava a péssima qualidade da comida, a falta de higiene e a corrupção existente na COSEAS.

Com a colaboração de funcionários, os estudantes tomaram o restaurante, assumiram o controle da cozinha e dos caixas, cobraram o preço antigo das refeições e depositaram o dinheiro arrecadado em conta corrente em nome da COSEAS, uma vez que esta se recusou a receber o dinheiro dos estudantes.

(CAVALARI, 1987: 225)

Em 16 de outubro de 1976, aconteceu, na USP, o II ENE, com a presença de 281 delegados, representando 40 escolas de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia e Minas Gerais. Na pauta de discussões, estavam as seguintes questões: reorganização do movimento estudantil, as lutas a serem travadas pelo ME e as eleições municipais daquele ano. Uma campanha pelo voto nulo e a realização de um plebiscito nacional por eleições livres foram as definições extraídas desse encontro.

Em 1977, as manifestações de rua ressurgiram com toda a força. A primeira delas, marcada para o dia 30 de março, em frente à Secretaria da Educação, no Largo do Arouche, no centro de São Paulo, foi proibida. Mesmo assim, cerca de 4 mil estudantes da USP e da PUC se reuniram na Cidade Universitária e saíram em passeata até o Largo de Pinheiros, na zona oeste, lendo uma carta aberta à população, em que explicavam o motivo da manifestação e as suas solicitações. A intenção era entregar uma série de reivindicações¹⁶² ao

¹⁶² Conforme Poerner (1995: 302), as reivindicações dos estudantes nesse período eram bem concretas: “mais verbas para universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular (com a limitação dos aumentos aos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação); a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; a revogação das punições impostas a colegas (sobretudo na PUC do Rio); o fim da aplicação indiscriminada – principalmente na Universidade de

MEC, que incluía mais verba para a USP, para a educação e a criação de um teto para o aumento das mensalidades nas instituições privadas de ensino. Não houve repressão à passeata, pois a polícia se limitou a acompanhar o trajeto dos estudantes.

De acordo com Poerner (1995: 303), o regime continuava tentando impedir, de todas as maneiras, que os estudantes se manifestassem com relação às medidas políticas tomadas pelo governo. O ministro da Educação e Cultura, Nei Braga, chegou a emitir a seguinte opinião sobre essa questão: “dentro das universidades devem ser tratados somente os assuntos ligados à educação e à aprendizagem, deixando para os partidos políticos o debate dos temas alheios aos interesses específicos da classe estudantil”¹⁶³.

Os estudantes, em resposta, mantiveram os protestos e entraram em greve por 24 horas contra o fechamento do Congresso – efetuado em abril de 1977 –, as prisões de operários e intelectuais, a censura à imprensa e todas as medidas repressivas do regime. Além disso, passaram a exigir anistia para todos os brasileiros presos ou exilados em passeatas por todo país. Sobre o alcance das mobilizações estudantis, Poerner (1995: 303) aponta:

Em abril, os protestos e greves haviam alcançado a PUC de São Paulo e do Rio, a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de Brasília, a Universidade do Vale dos Sinos, a Federal e a PUC do Rio Grande do Sul; até setembro, eles atingiriam Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Limeira, Jundiá, Sorocaba, Santos, Bauru, Curitiba, Londrina, Florianópolis, Juiz de Fora, Viçosa (MG), Goiânia, Pelotas, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, Teresina, Belém e Manaus.

Em 3 de maio de 1977, ocorreu um ato público, no teatro da PUC, organizado pelo movimento estudantil em São Paulo, que contou com a adesão de sindicatos, da OAB, do MDB e do Movimento Feminino pela Anistia. Dois dias depois, 15 mil estudantes realizaram outra passeata até o Largo São Francisco, solicitando a libertação de presos políticos e de quatro universitários detidos sob a alegação de estarem envolvidos com atividades subversivas, bem como denunciando a exploração econômica, o arrocho salarial, o alto custo de vida e as péssimas condições de trabalho. Ambos os eventos resultaram na criação do Comitê 1º de Maio pela Anistia e contaram com o apoio da população, que jogava papéis picados dos edifícios. A mobilização do dia 5 foi dispersa pela polícia com gás lacrimogêneo.

O regime mantinha o posicionamento combativo em relação aos protestos estudantis. Tanto que, no dia 9 de maio de 1977, véspera de manifestações programadas no Rio de

Brasília – da pena de jubramento aos estudantes de menor rendimento (em geral, os mais pobres, que trabalham para custear os estudos) e a libertação de colegas presos”.

¹⁶³ JORNAL DO BRASIL. **Líderes estudantis de 34 faculdades e de um colégio fazem assembléia na PUC.** Rio de Janeiro, 16/04/1977, *apud* POERNER, 1995, p. 303.

Janeiro e em Belo Horizonte contra as prisões de estudantes e operários em São Paulo, o ministro da Justiça, Armando Falcão, enviou uma circular aos governadores proibindo, em todo país, qualquer tipo de contestação, passeata ou concentração em locais públicos, pois estas tinham caráter subversivo. Apesar dessa imposição e também da proibição da veiculação de notícias sobre o ME por qualquer órgão de comunicação, as manifestações estudantis se realizaram e se estenderam a outras capitais, culminando, no dia 19 do mesmo mês, no Dia Nacional de Luta pela Anistia e pelas Liberdades Democráticas. Esse evento foi severamente reprimido em São Paulo, Brasília e Salvador.

O fortalecimento do movimento estudantil nesse período, ao contrário de 1968, era fruto da impopularidade do regime, que a cada dia angariava novos opositores, insatisfeitos com os rumos do país. Com isso, os estudantes, além dos apoios já conquistados de sindicatos de operários, da OAB, da Igreja e de órgãos de comunicação, obtiveram novas adesões de setores da classe média, do empresariado e, principalmente dos professores:

600 assinaram, em São Paulo, em maio, manifesto em que denunciaram “as transgressões sistemáticas, por parte das autoridades dos direitos mais elementares”, e rejeitaram “a cumplicidade passiva do silêncio” que lhes era imposta. O sentimento de exclusão ficou bem evidente num pronunciamento do professor Dalmo de Abreu Dallari, então presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo: “Os professores não ignoram que também seus alunos vivem sob suspeita e estão completamente excluídos de qualquer possibilidade de participação efetiva na vida política brasileira”¹⁶⁴.

O agravamento das condições do ensino nas universidades – causado, primordialmente, pela política governamental de redução de verbas e do privilégio da quantidade em detrimento da qualidade – também contribuiu para ampliar os protestos estudantis em 1977. Em São Paulo, a reivindicação era por mais verbas, enquanto, no Rio, os protestos eram contra o aumento exorbitante das anuidades. O regime, por sua vez, interpretava as manifestações como uma conspiração e tentava sufocá-las através da repressão. Tal atitude acabou por popularizar ainda mais esses eventos, bem como facilitou a reorganização do movimento estudantil.

Nessa conjuntura favorável de ampliação dos apoios e de impopularidade do regime, os líderes estudantis concluíram que estava na hora de realizar um novo Dia Nacional de Luta e uma Semana pela Anistia¹⁶⁵, de divulgar ao máximo o *Manifesto nacional por mais verbas*,

¹⁶⁴ JORNAL DO BRASIL. **Manifesto de professores paulistas defende a liberdade**. Rio de Janeiro, 19/05/1977, 1º caderno, p. 15, *apud* POERNER, 1995, p. 305.

¹⁶⁵ A necessidade de um novo protesto em defesa da anistia era nítida, já que, segundo uma denúncia feita na PUC do Rio de Janeiro, durante uma concentração, havia cinco mil brasileiros exilados na Europa e 250

proposto pelo DCE da PUC carioca e de preparar o 3º ENE – ponto de partida para reconstrução da UNE –, marcado para 4 de junho, na Faculdade de Medicina da UFMG, em Belo Horizonte.

No final de maio de 1977, o ministro da Educação, Ney Braga, divulgou uma nota proibindo a realização do 3º ENE. O governador mineiro, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso a todas as escolas superiores de BH e instalar uma tela de arame de dois metros na entrada da Faculdade de Medicina, que sediaria o encontro. O Reitor da UFMG, Eduardo Osório Cisalpino, além de proibir o evento e ameaçar punir os estudantes de acordo com o estatuto da universidade caso utilizassem o diretório como local do ENE, decretou recesso escolar e administrativo nos dias 3 e 4 de junho. Para evitar a chegada de estudantes de outros Estados, policiais revistaram carros e ônibus na entrada da cidade. O balanço do episódio evidenciou o aparato repressor montado para contê-lo: ao todo houve 850 prisões, incluindo 348 estudantes em vigília na Faculdade de Medicina e três jornalistas.

Em repúdio às prisões, uma passeata percorreu as ruas do centro de Belo Horizonte e, no dia seguinte, os protestos se estenderam por todo país. Várias greves de 24 horas foram realizadas em universidades. Em São Carlos e Ribeirão Preto – interior de São Paulo –, cerca de 80 estudantes foram presos quando participavam de manifestações contra a ação policial efetuada na capital mineira.

Depois dos acontecimentos em Minas, a Assembléia Metropolitana de Estudantes Paulistas se reuniu na Faculdade de Medicina e marcou o III ENE para 21 de junho na USP. No entanto, no dia 13 do mesmo mês, lideranças estudantis de vários Estados, “em reunião aberta do ‘Comitê 1º de Maio’, na USP, decidiram pelo adiamento do III ENE para o segundo semestre, em local e data a ser marcada posteriormente” (CAVALARI, 1987: 215).

Da Universidade de Brasília também irradiaram inúmeras manifestações em 1977, uma vez que a instituição passou esse ano sendo cercada e invadida pelas polícias militar e federal, tendo alunos presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Os estudantes da UnB foram os primeiros a decretar uma greve geral por tempo indeterminado em repúdio à suspensão de 16 e ao jubramento de 600 colegas. Nessa época, a universidade era dirigida pelo capitão-de-mar-e-guerra José Carlos de Almeida Azevedo, que, conforme Poerner (1995: 306),

(...) recorria, com frequência, à decretação de recessos, inclusive em junho, quando a esposa do presidente norte-americano Jimmy Carter, Rosalynn, visitou o Distrito Federal. Não conseguiu, no entanto, impedir que seus

alunos entregassem à primeira-dama uma carta em que qualificavam a repressão na UnB como “sintoma da opressão sob a qual nós, como estudantes, temos vivido quase todo o nosso tempo de vida”. E acrescentaram: “O regime que tem governado o país desde 1964 pode ter garantido medidas de estabilidade em benefício dos interesses americanos, mas o fez às custas da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e da liberdade de reunião. Prisões arbitrárias e torturas são temores que marcaram as vidas de todos nós”.

O segundo Dia Nacional de Luta pela Anistia, ocorreu no dia 15 de junho de 1977, sendo marcado por atos de repressão contra estudantes. Na capital paulista, 65 pessoas foram presas. No interior de São Paulo, as manifestações foram reprimidas violentamente pela polícia. Em Belém, Porto Alegre e Brasília, os universitários organizaram concentrações no interior dos *campi*, enquanto no Rio de Janeiro, os jovens, com grande adesão da população, realizaram uma passeata pela Avenida Rio Branco, após terem sido impedidos de se concentrar na Assembléia Legislativa.

O último Dia Nacional de Luta pela Anistia ocorreu no dia 23 de agosto, sendo, também, marcado por muita violência policial contra estudantes e demais presentes, especialmente em São Paulo, onde cerca de 197 pessoas foram detidas e duas presas.

A UEE-SP foi reconstruída em 27 de agosto de 1977, durante um Congresso realizado exatamente com essa finalidade na Escola Politécnica da USP. No evento, que contou com a presença de três mil estudantes e mais 800 representantes de 100 entidades estudantis paulistas, foi criado um Conselho Estadual de Entidades, que dirigiu a UEE até as eleições de 4 e 5 de maio de 1978, a primeira depois dos tempos de clandestinidade.

Em 18 de setembro, os estudantes participaram do Ato de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos, no Santuário de Nossa Senhora da Penha, em São Paulo, organizado pelo Movimento Justiça e Libertação. Ao final do ato, os universitários fizeram uma passeata pelas ruas da Penha, que foi dissolvida por agentes do DOPS com bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes.

Enfim, o 3º ENE, cujo objetivo principal era a reconstrução da UNE, foi marcado para o dia 21 de setembro de 1977, na USP. Como não podia deixar de ser, o encontro foi imediatamente proibido pelos governos estadual e federal, fazendo com que os estudantes não conseguissem realizá-lo na data definida, como relata Cavalari (1987: 215):

No dia 21, a USP amanheceu cercada. Todas as entradas da Universidade foram bloqueadas e, nas principais estradas que dão acesso à capital, foram montadas barreiras, onde policiais militares revistavam ônibus e carros, efetuando inúmeras prisões.

Houve também bloqueio da Pontifícia Universidade Católica (PUC), da Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Prevendo que a repressão pudesse impedir o encontro na Cidade Universitária, os estudantes já haviam definido que, caso essa situação se efetivasse, o ENE seria realizado na Faculdade de Medicina da USP, localizada fora do *campus*. A medida alternativa também não foi bem-sucedida, já que a repressão também impediu que a reunião acontecesse no local, numa operação comandada pessoalmente pelo secretário da Segurança, coronel Antonio Erasmo Dias. A Faculdade foi invadida por 50 policiais da tropa de choque e vários outros à paisana, que cercaram o Centro Acadêmico e mantiveram estudantes presos no seu interior por mais de duas horas. Quando tentaram invadir o Diretório, 167 jovens decidiram sair, de mãos dadas, sendo imediatamente detidos e levados ao DOPS para prestar declarações.

Apesar do esforço do regime em evitar o III ENE, este foi realizado clandestinamente na manhã seguinte – 22 de setembro –, em uma das salas do novo prédio da PUC-SP, com a participação de 60 delegados de 7 Estados. Sobre as estratégias das lideranças estudantis para burlar a repressão, Cavalari (1987: 216) comenta:

O Encontro foi secreto. Não foi permitida a participação da imprensa, nem de estudantes não credenciados como delegados dos estados. Para driblar a repressão, ao mesmo tempo em que ocorria o III ENE, acontecia, no salão Beta da PUC, uma assembléia para encaminhar o Dia Nacional de Protesto, convocada pela Comissão Executiva Nacional dos DCEs, com a participação de 1.500 estudantes.

Durante o encontro, que finalmente foi realizado, criou-se a “Comissão Pró-UNE”, que, além de se encarregar de fazer a propaganda da entidade, difundir a sua história e promover debates, teria as seguintes atribuições: elaborar um jornal periódico nacional, organizar e garantir o IV ENE, coordenar e promover as campanhas estudantis no âmbito nacional.

Depois do encontro, os DCEs da USP e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) divulgaram uma nota aos jornais, afirmando a realização do III ENE e a criação da “Comissão Pró-UNE”, bem como convocando todos os setores comprometidos com a luta pela liberdade a participar de um Ato Público marcado para o mesmo dia, às 21 horas, em frente ao TUCA.

O Ato Público em comemoração à realização do III ENE e em protesto à repressão ao Encontro durou apenas 20 minutos. Os policiais comandados pessoalmente pelo Cel. Erasmo Dias, utilizando-se de cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, invadiram a PUC, prendendo indiscriminadamente, manifestantes, alunos e professores em salas de aulas e funcionários administrativos. Todos os detidos, perto de 1700 pessoas, foram levados para um estacionamento em frente à PUC, para primeira triagem. Cerca de 500 pessoas foram transportadas em ônibus da CMTC para o Batalhão Tobias

de Aguiar e para o DOPS. Quarenta e um estudantes foram enquadrados na LSN.

(CAVALARI, 1987: 218)

Durante a invasão, também houve depredação de salas, do restaurante, da gráfica, da biblioteca central e de vários setores dos departamentos e da administração. A reitora da PUC-SP, professora Nadir Kfoury, juntamente com os vice-reitores, enviou um relatório a várias autoridades, expressando indignação e vergonha pela ação policial.

Embora a Comissão Especial de Inquérito (CPI), que foi instalada para apurar a invasão da PUC, tenha concluído que o coronel Erasmo Dias era responsável pelo ocorrido, um mês depois o relatório foi arquivado, por ordem do Procurador-geral da Justiça do Estado.

Através dos arquivos do DOPS, pode-se perceber que, em 1978, a USP ainda continuava sob forte controle dos órgãos de repressão. Tanto que, conforme Chrispiniano (2004:72), o II Exército chegou a investigar gráficas, onde o DCE imprimia seus panfletos. No mesmo ano, o SNI solicitou uma vigilância em “um curso de férias oferecido pela entidade, cujo tema era o golpe de 1964”. Além disso, foi aberto um auto de investigação sobre a distribuição de panfletos para vestibulandos, criticando a divisão do vestibular da Fuvest em duas fases e defendendo a ampliação de vagas na USP. No *campus* de Bauru, dois alunos foram detidos e interrogados, porque carregavam panfletos da Libelu para campanha eleitoral do DCE daquele ano.

No dia 28 de março, a Comissão Nacional Pró-UNE organizou um Dia Nacional de Protesto em várias capitais, em comemoração aos 10 anos da morte do estudante secundarista Edson Luís, e em homenagem a Alexandre Vannucchi Leme, morto em São Paulo, em 1973. No evento, os estudantes também defendiam a anistia ampla, geral e irrestrita, as liberdades democráticas e o restabelecimento do Estado de Direito. De acordo com Cavalari (1987: 246), não houve repressão aos atos públicos e em todas as cidades onde ocorreram, foi lido um “Manifesto dos estudantes brasileiros”, elaborado pela Comissão Pró-UNE.

Nos dias 4 e 5 de maio de 1978, a UEE-SP realizou eleição para definir sua diretoria, da qual participaram duas chapas: “Construção”, composta por três tendências – Refazendo, Caminhando e Novo Rumo –, e “Libelu”, que preferiu concorrer sozinha. As concorrentes tinham basicamente os mesmos programas: liberdades democráticas, melhores condições de ensino, anistia, direito de greve, fim da ditadura e reconstrução da UNE. Complementarmente, a Libelu defendia a expulsão do imperialismo, a convocação de uma Assembléia Constituinte, o voto de analfabetos, soldados e marinheiros, e a aliança operário-

estudantil. Venceu a chapa Construção, com 22.915 votos. A diretoria, formada por 15 representantes, funcionava como um colegiado.

Em agosto, os estudantes de São Paulo participaram de uma concentração na Catedral da Sé, organizada pelo Movimento do Custo de Vida, bem como de um Ato de Protesto contra a prisão de 22 membros da Convergência Socialista. Na concentração, houve repressão policial com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo.

Nos dias 16 e 17 de setembro do mesmo ano, foi realizado o segundo Congresso da UEE-SP depois da sua reconstrução, na FAU-USP. Além do atraso para iniciar a reunião, contou-se com a participação de um número reduzido de estudantes. A pauta de discussões do encontro incluía discussões sobre: as eleições de 15 de novembro, as greves e a reorganização do movimento estudantil no âmbito nacional. No entanto, como a representatividade do encontro foi pequena, os estudantes resolveram definir apenas um item da pauta, as eleições de 15 de novembro, decidindo-se pelo apoio aos candidatos que apresentassem programas populares.

Nos dias 3 e 4 de outubro de 1978 foi, finalmente, realizado o IV ENE, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU), contando com a presença de aproximadamente 500 delegados, representando 14 Estados. Considerado o encontro de estudantes mais representativo, o IV ENE tinha como principal objetivo discutir a reconstrução da UNE e, novamente, as eleições de 15 de novembro. Quanto a esta última questão, os debates se polarizaram entre tendências que defendiam o voto nulo e outras, favoráveis ao voto em candidatos do MDB. Venceu a segunda proposta.

No último dia do Encontro, foi definida a realização do congresso de reconstrução da UNE, em Salvador, nos dias 29 e 30 de maio de 1979. Além disso, os estudantes decidiram que, no congresso, o número de delegados seria proporcional ao número de alunos de cada escola – seguindo a proporção de três para cada 500 alunos –, bem como seriam escolhidos em assembleias, congressos internos ou votos em urnas.

Para que o IV ENE ocorresse sem que se repetissem ações repressivas por parte do regime, os organizadores buscaram apoio de diversos setores da sociedade e de parlamentares, que passaram a se pronunciar publicamente em defesa do direito dos estudantes realizarem o encontro. Essa medida de segurança surtiu certo efeito, conforme ressalta Cavalari (1987: 220):

Não houve repressão direta ao Encontro, entretanto, todas as emissoras de rádio e televisão de São Paulo foram proibidas pela Polícia Federal de divulgar notícias e comentários sobre o IV ENE, o que provocou protestos do Sindicato de Jornalistas do Estado de São Paulo.

A iniciativa de reconstrução da UNE não partiu somente do movimento estudantil. Além da Comissão Pró-UNE, que continuava ativa, realizando a sua 8ª reunião em janeiro de 1979, no Rio de Janeiro, para finalizar os detalhes da organização do 31º Congresso, foram apresentados dois projetos de lei, em 1978, na Câmara, propondo a recriação da entidade.

No dia 15 de março de 1979, os estudantes resolveram promover um Dia Nacional de Luto, em repúdio à posse do general Figueiredo, bem como, em abril, realizaram o 3º Congresso Nacional pela Anistia¹⁶⁶. Também procuraram os ministros da Justiça e da Educação, Petrônio Portella e Eduardo Portella, para solicitar a legalização da UNE e recursos para preparação do Congresso de Reconstrução da entidade. Embora não tenham conseguido dinheiro¹⁶⁷, o MEC decidiu não proibir o Congresso, mesmo considerando este último ilegal. Apesar dessa atitude, os estudantes não tinham a garantia de que o evento não seria reprimido, pois, além da manutenção dos decretos 228 e 477 e das medidas arbitrárias cometidas pelos dirigentes das instituições de ensino superior, o ministro da Educação, Eduardo Portella, enviou um telex a todos os reitores, no dia 12 de maio, com o seguinte teor:

Comunico que a reunião da Comissão de Reconstrução da UNE, marcada para os dias 29 e 30 deste mês, em Salvador, é ilegal, não tendo o apoio nem a autorização do Ministério. Solicito a V.Sa. adotar providências preventivas cabíveis.

(POERNER, 1995: 309)

No dia 18 de abril de 1979, o movimento estudantil organizou outro Dia Nacional de Luta pela Anistia. Três dias depois, também fizeram uma manifestação em frente à Delegacia do MEC, em protesto contra a cobrança de sobretaxas por escolas particulares.

Em maio de 1979, os estudantes realizaram, em Salvador, o 31º Congresso da UNE, intitulado de “Congresso da Reconstrução” da entidade. Sobre a viabilização do evento, Cavalari (1987: 259 e 260) relata:

Para evitar que a reunião fosse considerada clandestina, e numa tentativa de buscar sustentação política para entidade, os estudantes procuraram divulgar amplamente a finalidade do encontro e buscaram a participação dos outros segmentos da sociedade. Assim, foram convidados parlamentares dos dois partidos e o Presidente da República, João Figueiredo.

Dias antes da realização do encontro, os estudantes receberam mensagens de apoio do clero, de associações de classe e de parlamentares e publicaram-nas na imprensa.

¹⁶⁶ Os dois primeiros Congressos Nacionais pela Anistia ocorreram em São Paulo, em 1977 e 1978.

¹⁶⁷ Como os estudantes não obtiveram êxito nessa questão, levantaram recursos para realização do 31º Congresso através de bônus, pedágios e de uma coleta entre parlamentares e empresários que se sensibilizaram com a situação.

Nesse congresso, não houve nenhuma intervenção policial. O evento, que aconteceu no Centro de Convenções cedido pelo governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, foi aberto no dia 29, mesmo depois da tentativa de reter os estudantes em barreiras policiais montadas nas estradas. Com a participação de mais de cinco mil estudantes – entre os quais estavam 2.304 delegados de 21 Estados e do Distrito Federal – e duração de 34 horas, o Congresso teve como presidente de honra Honestino Guimarães, último presidente da UNE, desaparecido desde 1973.

Após o discurso de abertura proferido por José Serra – presidente da UNE em 1964 –, vários ex-diretores da entidade também foram chamados a se pronunciar. Além disso, foram lidas várias monções e telegramas de apoio à realização do encontro. A partir daí, seguiram-se horas de articulações políticas, debates e apresentações de propostas acerca das pautas do congresso: estatuto e carta de princípios, eleição da diretoria, situação da universidade, balanço e perspectivas das lutas do movimento estudantil, realidade brasileira, entre outros. Quanto ao resultado das deliberações, Poerner (1995: 310) conta:

Na discussão em torno do estatuto, não houve maiores controvérsias: foi aprovada proposta do Diretório Central de Estudantes da PUC do Rio, com o respaldo da UEE paulista, estabelecendo quatro instâncias deliberativas: o Congresso Nacional de Estudantes, o Conselho de Entidades de Base, o Conselho de Entidades Livres (DCEs e UEEs) e a diretoria da UNE. Foi igualmente tranqüila a aprovação da *Carta de Princípios*, segundo a qual a UNE, instituição “livre e independente”, é a “entidade máxima” dos estudantes brasileiros, por cujos direitos e interesses “deve pugnar”; o sétimo e último artigo do documento chegou a gerar alguma polêmica, mas também acabou aceito: “A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração, prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo”.

Como as discussões avançaram além do tempo previsto, a Comissão Pró-UNE resolveu eliminar da pauta os itens referentes à situação da universidade, à realidade brasileira e à programação cultural e esportiva. Também foram definidas as seguintes lutas a serem travadas pelo movimento estudantil: gratuidade do ensino; mais verbas para educação; anistia ampla, geral e irrestrita; contra de devastação da Amazônia; a defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte; e a filiação das entidades de base à UNE.

Embora não tenha havido repressão durante o Congresso, algumas medidas foram tomadas pelos órgãos do regime para perturbar e atrasar o andamento dos trabalhos, conforme menciona Cavalari (1987: 264):

(...) houve tumulto e princípio de pânico provocados pelo lançamento de um pacote contendo pó químico não identificado sobre os estudantes, durante a última sessão plenária do congresso. O pó, que provocava reações semelhantes às do gás-lacrimogêneo, foi atirado sobre o plenário

logo após as luzes terem sido apagadas. Mais de 60 pessoas foram atendidas nos postos médicos, com conjuntivite, coceiras e crise nervosa. O princípio de pânico foi controlado. Os estudantes do plenário acataram a ordem da mesa que pedia calma. Enquanto esperavam que as luzes fossem religadas, cantavam o Hino da UNE e a música “Pra não dizer que não falei das flores (caminhado)”, de Geraldo Vandré.

A eleição da entidade recriada foi o item mais polêmico do congresso, pois era preciso, primeiramente, decidir como seria o processo eleitoral – direto ou indireto; majoritário ou proporcional; de uma diretoria ou de um colegiado; de personalidades ou entidades; efetiva ou provisória; ali, no congresso, ou no segundo semestre; em outro congresso ou com urnas recolhendo os votos nas escolas superiores. Depois de muitos conchavos e de analisar as dez propostas que foram apresentadas, o plenário optou pela escolha imediata de uma diretoria provisória, com a eleição da diretoria definitiva, por urnas, no segundo semestre. Algumas tendências do movimento estudantil se manifestaram contra essa decisão, quando o ex-vice-presidente da UNE, José Genuíno, fazia o pronunciamento de encerramento do evento.

Em agosto de 1979, foi a vez da UEE-SP realizar nova eleição, a segunda desde a sua reconstrução. Cinco chapas concorreram: Libelu, Novação, Chegou a Hora, Voz Ativa e Convenção. Venceu a penúltima, Voz Ativa, composta por uma coligação das tendências “Refazendo” e “Caminhando”. O presidente eleito, Israel Henrique Waligera, estudante de geologia da USP, substituiu, então, o colegiado que dirigia a entidade desde maio de 1978.

No dia 3 de outubro, estudantes de várias correntes ideológicas que concorriam à diretoria da UNE tomaram simbolicamente o prédio da Federação de Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, onde a UNE havia funcionado até 1964. Durante a manifestação, os jovens hastearam a bandeira da entidade ao lado da bandeira brasileira.

Conforme foi definido no 31º Congresso, foi realizada, em 3 e 4 de outubro de 1979, a eleição, por voto direto¹⁶⁸, da diretoria definitiva da UNE em todo país. No processo eleitoral, que foi coordenado pela diretoria provisória da entidade, concorreram cinco chapas: **Novação** – formada pelas tendências Centeia, Peleia, Convergência Socialista e Travessia, que compunham a “Corrente Socialista” do movimento estudantil e apoiavam o PT e o novo movimento sindical –; **Libelu** – conhecida pelo seu aparente radicalismo –; **Maioria** – acusada pelas outras tendências de ser uma chapa “direitista” –; **Mutirão** – composta pelas tendências Refazendo e Caminhando de São Paulo –; e, por fim, **Unidade**, formada por duas vertentes, a “esquerda ortodoxa” e a “frente popular”.

¹⁶⁸ Foi a primeira vez, na história da UNE, que se realizou uma eleição direta para escolha da sua diretoria.

Embora os programas das cinco chapas fossem muito semelhantes – já que todas defendiam a anistia ampla, geral e irrestrita, liberdades democráticas, o fim da ditadura e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte –, elas divergiam quanto à condução do movimento estudantil e às lutas a serem travadas. Ao final da eleição, da qual participaram 713 entidades estudantis e cerca de 300 mil estudantes, venceu a chapa Mutirão, cujo presidente era o aluno da Universidade Federal da Bahia, Rui César Costa e Silva, e o vice-presidente era Marcelo Barbieri, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Foi também em 1979 que o presidente Figueiredo assinou a Lei da Anistia, configurando-se em mais uma importante conquista dos estudantes e demais setores da sociedade envolvidos, mesmo não punindo os responsáveis pela repressão. Ainda em agosto desse ano, foi promulgada a Lei nº 6.680, que revogou os Decretos nº 477 e 228. De acordo com Chrispiniano (2004:71), essa lei

(...) previa menor grau de interferência: não determinava, por exemplo, as regras da eleição. Entretanto, deixava de reconhecer os CAs, as uniões estaduais de estudantes (UEEs) e a UNE. (...) definia a extinção dos DCEs que se ligassem a entidades estudantis fora da universidade.

No dia 1º de outubro, o presidente Figueiredo assinou um Decreto-Lei que regulamentava o parágrafo único do artigo 2 da Lei nº 6.680. Na ocasião, o Decreto foi repudiado pela OAB, na Câmara e no Senado Federal. Vários setores da sociedade, ex-parlamentares e ex-líderes estudantis emitiram notas de protesto contra a medida. Além disso, embora a lei tivesse revogado os decretos 228 e 477, isso não representava segurança absoluta para os estudantes, uma vez que muitas instituições de ensino superior haviam incorporado vários dispositivos destes em seus estatutos.

De acordo com Cavalari (1987), apesar da reconstrução da UNE e de outras entidades, o movimento estudantil já se encontrava em descenso no final de 1979, pois as suas manifestações, além de serem esparsas e localizadas, não mais representavam os anseios da maioria dos estudantes.

Em fevereiro de 1980, durante uma reunião de cinco dias do Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, em Belo Horizonte, a diretoria presidida por Rui César conseguiu abrandar a posição intransigente do movimento estudantil em relação à reforma partidária do governo Figueiredo, defendendo a criação de uma frente de oposição que reunisse o PT, o PMDB, o PTB e o PP. Além disso, decidiu-se concentrar todos os esforços na luta por mais verbas para educação e contra os aumentos abusivos das anuidades nas escolas particulares.

No início de março do mesmo ano, num encontro de trabalho em Salvador, a diretoria da UNE resolveu retomar a sua antiga sede na praia do Flamengo, no dia 2 de abril, exatamente

16 anos após esta ter sido incendiada por membros da extrema direita, por temer que ela fosse demolida, uma vez que, mesmo antes da entidade tomar essa decisão, já havia sido autorizada a sua demolição. Apesar dos protestos de estudantes e de setores da sociedade, e depois de várias medidas judiciais e arbitrariedades, o Tribunal Federal de Recursos assegurou a demolição do prédio, em junho. Para o regime, aquele casarão tinha um grande poder simbólico e, portanto, era perigoso mantê-lo de pé.

Apesar das divergências e, até mesmo, cisões entre os seus 15 dirigentes, a UNE promoveu, em setembro de 1980, uma greve nacional de três dias que, segundo a própria entidade, paralisou um milhão de estudantes e os professores de 32 escolas superiores. A greve, que tinha por finalidade reivindicar mais verbas para educação e protestar contra os aumentos das anuidades superiores a 35% nas instituições de ensino particulares, foi a última iniciativa da gestão de Rui César.

Em outubro de 1980, os universitários realizaram o 32º Congresso da UNE em Piracicaba, interior de São Paulo. Era o primeiro encontro em que os estudantes consideravam que a entidade havia voltado a legalidade. Quanto à organização, Beatriz Elias¹⁶⁹ comenta:

A prefeitura de Piracicaba colocou à disposição da UNE profissionais da área da saúde (para atendimento a eventuais emergências) e também a Guarda Municipal, para a proteção dos estudantes. Por outro lado, a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) entrou em recesso por dez dias, cedendo seus espaços para alojar os cerca de 4 mil participantes, além de colocar funcionários e professores a serviço da infra-estrutura do Congresso.

Apesar de todo esse respaldo, não havia garantias de que o evento seria tranquilo, já que esse auxílio mútuo entre a Prefeitura, a Unimep e a UNE geraram suspeitas e movimentação por parte dos órgãos de repressão – estes chegaram a visitar a cidade antecipadamente para levantar informações –, que enviaram agentes para fiscalizar o encontro e repassar tudo que acontecia no local. Entretanto, durante o encontro, não houve muitos problemas, além de ameaças de bomba. Conforme Elias (2004:78), somente

(...) um alerta foi feito no último dia, pelo reitor Boaventura, devidamente registrado pelo Dops. Boaventura denunciou a infiltração de agentes de segurança, e pediu que, ao final do encontro, os participantes saíssem em grupos e não aceitassem provocações, já que as intimidações haviam aumentado muito.

¹⁶⁹ ELIAS, Beatriz. “Operação Pira”, ou como o regime em agonia espionou o Congresso da UNE. **Revista Adusp**, n° 33, outubro de 2004, pp. 74-80, p.75.

Apesar do clima de euforia que marcou o Congresso, houve grandes discussões políticas entre as várias tendências coexistentes no movimento estudantil, que serviram para aprofundar ainda mais as divergências internas.

Ao final do Congresso, as principais decisões tomadas foram: uma moção de repúdio ao presidente Figueiredo; a realização de um dia Nacional de Luta para reivindicar a aplicação de 12% das verbas orçamentárias em Educação; o indicativo de greve em universidades privadas para controlar o aumento das mensalidades; a exigência de eleições diretas para as reitorias e cargos em órgãos colegiados; a realização, em todo país, de manifestações propondo a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte; a exigência da revogação da Lei de Segurança Nacional, com conseqüente apuração e punição dos autores de atentados terroristas de direita; o apoio irrestrito às reivindicações dos trabalhadores; a defesa das eleições diretas para o cargo de reitor; a exigência do aumento da representatividade estudantil nos órgãos colegiados das universidades; a filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes (UIE) e à Organização Continental Latino-Americana (OCLAE); e, finalmente, as eleições diretas da UNE nos dias 12 e 13 de novembro. Foi negada a proposta da LIBELU de greve geral nas escolas, por melhores condições de ensino.

A última sessão plenária do Congresso foi dedicada à apresentação das chapas que concorreriam às eleições da UNE em novembro. Embora houvesse cinco chapas se candidatando à diretoria da entidade, a disputa ficou mesmo entre duas delas: a ***Viração*** – presidida pelo ex-secretário-geral da UNE na gestão anterior, Aldo Rebelo, e composta por tendências do PC do B, do MR-8 e do PCR – e a ***Voz Ativa*** – presidida por Marcos Galvão, ex-presidente da UEE-SP, formada por dissidências do PC do B, do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e da AP-ML –, que tinha o apoio de Rui César, o então presidente da entidade. A chapa Viração venceu a eleição com 14 mil votos a mais do que os recebidos pela sua maior concorrente.

No final de 1980, o movimento estudantil já começava a apresentar os sinais de seu esgotamento. Segundo Cavalari (1987), esse fato é comprovado pela inexpressiva participação dos estudantes na eleição da UNE realizada em novembro – somente 27% votaram –, bem como pelo progressivo distanciamento da entidade em relação aos anseios da grande massa estudantil. Também vale ressaltar o crescimento da influência dos partidos na UNE, com destaque para o PC do B, gerando o afastamento de muitos jovens do movimento.

Mesmo diante dessa realidade, em 1982, Piracicaba voltou a sediar o 34º Congresso da UNE. Nesse encontro, os órgãos de repressão deslocaram um verdadeiro pelotão de agentes para a cidade – que incluía oito equipes do CIE, da CISA, do CENIMAR, do SNI, do

Departamento da Polícia Federal (DPF) e da Polícia Militar –, organizando uma estrutura que ficou conhecida como “Operação Pira”. Os policiais eram encarregados de se espalharem pelos vários eventos que aconteciam e entregar as informações que levantassem para os controladores, que iriam aperfeiçoá-las e encaminhá-las às equipes de análise. Em chácaras ou locais distantes, a operação montou duas centrais de trabalho, onde atuariam os controladores e os analistas. Elias (2004:78) aponta que os objetivos da Operação Pira eram:

(...) colher informações que possibilitem avaliar os próximos passos do movimento estudantil, particularmente após as eleições de 15 de novembro; verificar a realização de reuniões paralelas ao evento, envolvendo organizações subversivas e/ou seus militantes.

Ao contrário do evento anterior, esse Congresso não teve tanta mobilização da cidade e, aparentemente, dos próprios estudantes. Segundo Elias (2004:78),

A vigilância das delegações foi mais relaxada, os alojamentos não foram objeto de tanto acompanhamento por aqueles que trabalharam na infraestrutura de apoio. As maiores tensões foram registradas nas divisões de grupos estudantis, com “rachas” e dificuldades até mesmo no processo de credenciamento dos delegados.

A maior parte dos relatórios produzidos pelos agentes abordava as tendências políticas dos estudantes presentes, identificava as lideranças por Estado e analisava as composições das chapas para a eleição da nova diretoria da UNE. Praticamente não fizeram menção aos apoiadores do evento – Prefeitura e Unimep.

Ao final do Congresso, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para a presidência da UNE, Clara Araújo. Apenas dois acontecimentos policiais marcaram o encontro: estudantes foram detidos por portarem maconha e o candidato a deputado federal pelo PMDB, Cláudio Campos, foi preso pela Polícia Federal e condenado pela Lei de Segurança Nacional.

Foi também em 1982 que a AESI – órgão que tanto perseguiu os estudantes e controlou as atividades destes – foi extinta na USP, na gestão do reitor Hélio Guerra. Em entrevista concedida à Revista Adusp (2004:38 e 39), o professor Hélio disse ter encontrado, nos arquivos da Assessoria, antigos processos de contratação, pastas com cópias de fichas de órgãos de repressão, entre outros. Como eram documentos carimbados e os originais estavam sob poder do governo, o ex-reitor queimou tudo, obedecendo à lei que determinava a destruição de materiais de natureza reservada ou confidencial.

Em 1984, o movimento estudantil engrossava o coro e as multidões que saíam às ruas em prol da Campanha Diretas Já. A UNE, juntamente com os partidos de oposição e setores organizados da sociedade civil, foi uma das grandes apoiadoras dessa campanha, chegando a mobilizar centenas de estudantes em defesa das eleições diretas para presidente da República.

Vários autores consideram esse momento como um dos últimos em que a UNE teve importância política nacional e representatividade junto à massa estudantil.

4.6. Os impactos do regime no ensino superior

Não se pode ter uma universidade rica em um mundo pobre ou uma universidade revolucionária numa sociedade conservadora. O grau de riqueza, de avanço e autonomia cultural em uma sociedade nacional delimitam o grau de efervescência e de dinamismo inventivo de uma universidade.
(FERNANDES, 1984, 12)

A ditadura, desde o golpe de 1964, procurou controlar a universidade, silenciando seus alunos, professores e funcionários, ao mesmo tempo em que impunha medidas arbitrárias e uma reforma universitária nos moldes definidos pelos acordos com a USAID e não em compasso com as mudanças e necessidades da sociedade brasileira, conforme almejavam aqueles que lutavam pela verdadeira transformação do ensino superior.

Os Estados Unidos forneceram o cérebro com as fórmulas inovadoras seguras, o Estado brasileiro entrou com os técnicos títeres e a vontade “revolucionária”, que impôs de cima para baixo – como óleo de rícino – as novas normas da “institucionalização” da vida universitária, sendo que a própria universidade brasileira forneceu a retaguarda que garantiu o êxito fácil do conformismo “institucionalizado”.
(FERNANDES, 1984: 13)

Uma das ações do regime foi conter o crescimento das universidades públicas, ao mesmo tempo em que aumentava gradativamente a procura pelo ensino superior. Tal situação favoreceu a ampliação da demanda pelo ensino particular, que apresentou um salto quantitativo assustador nesses vinte anos de autoritarismo no país¹⁷⁰. A expansão privatista não só contava com esse apoio indireto dos detentores do poder, como também tinha um suporte direto do Conselho Federal de Educação, que facilitava a concessão de autorização para funcionamento e credenciamento das faculdades particulares.

A deterioração do ensino também foi potencializada pelo corte de recursos, que levou, inclusive, muitas escolas públicas a paralisarem importantes atividades de ensino, pesquisa e extensão¹⁷¹ e sofrerem pela falta de infra-estrutura adequada nos laboratórios, bibliotecas,

¹⁷⁰ Segundo Poerner (1995), o número de matrículas em faculdades particulares, que representavam 40% do total no ensino superior, em 1958, chegou a 80%, em janeiro de 1976. Em 1980, 75% freqüentavam essas escolas particulares que, em geral, tinham baixo nível de ensino e altas anuidades.

¹⁷¹ De acordo com Cunha e Góes (2002: 86), a redução dos recursos destinados às universidades públicas se agravou nos últimos dez anos da ditadura, fazendo com que estas diminuíssem o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e artística, atividades pelas quais são responsáveis em praticamente 90% de tudo o que se faz no país. Dada essa realidade, as universidades passaram a recorrer às agências de fomento à pesquisa para

salas de aula etc. De acordo com Poerner (1995: 313), em 1980, por exemplo, as verbas para educação foram reduzidas a 2,5% do orçamento da União. Paralelamente a essa desobrigação do Estado para com o ensino público e gratuito, aumentavam os subsídios governamentais diretos e indiretos¹⁷² aos empreendimentos privados. Sem contar que o governo fazia vistas grossas aos aumentos abusivos das anuidades cobradas pelas escolas particulares que, em 1980, eram superiores aos 35% fixados pelo MEC.

Assim como os recursos direcionados ao ensino público, a remuneração dos professores também foi decrescente durante a ditadura, segundo afirmam Cunha e Góes (2002: 51):

(...) de janeiro de 1979 a abril de 1984 houve uma perda salarial de 103%, o que levou muitos professores a procurarem outros empregos como complemento ou substituto da pesquisa e do ensino. (...) o resultado foi a deterioração da qualidade da universidade pública.

A política de profissionalização no ensino de 2º grau fracassou, gerando um problema para o regime, que tinha o desafio de conter o excesso de candidatos às universidades (excedentes). A primeira atitude do MEC, nesse sentido, foi estimular a proliferação de cursos superiores, provocando, nos anos 70, a quadruplicação no número de alunos. Se, em 1970, havia 500 mil universitários no Brasil, em meados de década, já se computava um milhão. Como a iniciativa, criou-se um outro problema: o excesso de oferta no mercado de trabalho em muitas áreas. Assim, o governo decidiu conter a procura pelo ensino superior através da elevação da barreira nos exames vestibulares, bem como por meio do incentivo aos cursos superiores de curta duração, oferecidos não pela universidade, mas pelas escolas técnicas federais.

Quanto à reforma universitária, o primeiro passo do regime para viabilizá-la nos seus moldes foi promover um verdadeiro ataque àqueles que realmente desejavam uma transformação do ensino superior em conexão com as necessidades educacionais e culturais da sociedade. Assim, o governo tentava desacreditá-los, acusando-os de “subversivos”, “agitadores”, “comunistas”, “perturbadores da ordem pública” e, portanto, “inadequados para participar do processo de alteração e modernização da universidade”.

De acordo com Florestan Fernandes (1979), o Relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar a reforma universitária teve seus méritos, uma vez que foi “o melhor diagnóstico que o Governo já tentou, tanto dos problemas estruturais com que

não comprometer demasiadamente o desenvolvimento dessa atividade. Estas agências, por sua vez, tiveram seus recursos também reduzidos: em 1984, dispuseram de apenas 20% do montante que lhes foi destinado em 1975.

¹⁷² O subsídio direto se dava pela transferência de recursos públicos para as escolas particulares, enquanto o indireto se processava na forma de abatimentos do imposto de renda, por exemplo.

se defronta o ensino superior, quanto das soluções que eles exigem”¹⁷³. Nesse sentido, pode-se dizer que, pela primeira vez, tentou-se solucionar problemas referentes à relação entre meios e fins; questões de custeio e captação de recursos; bem como problemas de crescimento e programação educacional.

No entanto, o sociólogo ressalta que o Relatório possuía limitações visíveis, que distanciaram a reforma do regime do modelo de universidade integrada e multifuncional ambicionado por alguns estudantes, professores e funcionários: teve de ser elaborado em um prazo muito curto para os desafios e problemas que pretendia solucionar; era destituído de legitimidade, pois ao invés de representar a vontade política da Nação, defendia os interesses do regime; tinha caráter extremamente tecnicista, não se preocupando, de fato, com a orientação de uma verdadeira reforma universitária, mas sim com a proposição “de um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais”; embora não tenha colocado grandes obstáculos à implantação de cursos de pós-graduação, não delimitou nem amparou o processo, além de transferir para “outras instituições” a função de viabilizá-los; incorporou algumas medidas privatistas que comprometem a gratuidade do ensino, como a organização da universidade em fundações, a inclusão de representantes da comunidade (empresários) na administração das escolas e a recomendação para estabelecer maior integração de docentes e pesquisadores com consultores de empresas privadas; não procurou ajustar a estrutura da universidade às condições existentes de funcionamento e de crescimento da instituição; não se empenhou no sentido de proteger e reforçar a autonomia universitária; não apresentou critérios adequados para seleção de pessoal docente e burocrático; estimulou uma distribuição das oportunidades educacionais segundo critérios que descartam o talento ou conduzem ao seu aproveitamento inadequado; deu pouca importância à pesquisa e à relação desta com o ensino; criou um novo regime de trabalho docente tão viciado quanto o sistema de cátedras; entre outros.

As imposições do regime sobre a universidade também produziram efeitos negativos do ponto de vista psicológico e moral, visto que, não só promoveu a desmoralização de agentes da administração, obrigados a acatar ordens externas, como alterou o modo de agir, pensar e ser de docentes, estudantes e funcionários, por conta do trauma da repressão e da apatia política compulsória. Além disso, gerou certa tendência à autopunição por parte daqueles que não conseguiram enfrentar a ditadura no interior das universidades.

¹⁷³ Para Florestan (1979), existem avanços positivos na reforma implementada pelo regime no sentido das potencialidades das soluções recomendadas quanto à melhoria da organização, funcionamento, rendimento e crescimento das universidades.

Em 1976, a USAID já sinalizava a diminuição e, até mesmo, o encerramento das suas contribuições para com o governo brasileiro no que tange a educação. Para justificar o fim da “parceria”, a agência solicitou ao *General Accounting Office* do governo norte-americano um parecer sobre as necessidades efetivas do Brasil em relação ao apoio externo para projetos educacionais. Embora o parecer tenha defendido o fim da ajuda externa, sob o argumento de que o crescimento econômico geraria os recursos demandados pela educação do país, Cunha e Góes (2002: 49) destacam outra razão considerada pela agência para o fim dos acordos:

(...) a política educacional do governo brasileiro não estaria orientada para a democratização das oportunidades educacionais, conforme os acordos internacionais que o governo brasileiro tinha assinado, ainda durante a presidência de João Goulart.

O governo brasileiro estaria (...) aumentando a seletividade da escola, pois usava recursos externos justamente para diminuir os gastos públicos com educação. Além do mais, agravando a seletividade, estaria havendo uma drenagem de recursos públicos para instituições particulares: 1% do total de recursos alocados no 1º grau, 40% do total de gastos com o 2º grau e 39% com o superior estariam sendo transferidos para estabelecimentos particulares.

Como se vê, os resultados perversos da intervenção do regime na educação começaram a saltar aos olhos, aumentando a sua impopularidade e reduzindo, gradativamente, a sua frente de apoios. Em 1978, por exemplo, uma Assembléia Geral da Associação de Docentes da USP (Adusp), “designou uma comissão especial encarregada de desenvolver uma campanha pela reintegração, na vida acadêmica, dos professores atingidos pelos atos de exceção”. Essa comissão criou, então, um grupo de trabalho encarregado de levantar o processo de controle ideológico sobre o corpo docente. Segundo Martins Filho (1998: 31), dessa atividade, surgiu o *Livro Negro da USP – o Controle Ideológico da Universidade*, publicado em 1979.

Em 1982, as lutas da oposição pela democratização do ensino atingiram o Congresso Nacional, tornando possível a aprovação, na Câmara dos Deputados e no Senado, do projeto de reforma constitucional do senador João Calmon, que estabeleceu a vinculação automática de verbas para o ensino. Através dessa medida,

(...) desde dezembro de 1983, a Constituição determina que o governo federal deve gastar pelo menos 13% e os Estados e municípios pelo menos 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

(CUNHA; GÓES, 2002: 52)

A aprovação dessa Emenda Constitucional foi considerada uma importante conquista das forças de oposição, mesmo sendo encarada como uma vitória parcial, já que, além de não especificar a destinação dos recursos ao ensino público e gratuito, não obteve aceitação do

governo, que, primeiramente, adiou a sua vigência e, depois, fez uso de vários expedientes para minimizar os seus efeitos positivos.

Ao se fazer um balanço das iniciativas do regime no âmbito do ensino superior, em 1984, percebe-se que, embasados no conservadorismo, nos interesses particulares, nas soluções técnicas e no terror psicológico, os governos que estiveram no poder a partir de 1964 tentaram promover o castramento da universidade e da comunidade acadêmica, sufocar a potencial contribuição desta à sociedade, reduzir e, em alguns casos, extinguir o seu caráter público e gratuito, bem como contribuíram para a deterioração do ensino, valorizando a quantidade, em detrimento da qualidade.

4.7. Um balanço da repressão aos estudantes na ditadura

No rastro desses anos repressivos ficaram os corpos de muitos líderes estudantis mortos à bala ou sob torturas pelos órgãos de repressão, nas capitais ou em áreas distantes como o Araguaia, merecendo destaque o ocorrido com Honestino Monteiro Guimarães, último dirigente máximo da UNE antes de sua desarticulação, preso em 1973 pelos órgãos de repressão política, que nunca mais deram notícias sobre seu paradeiro.
(Brasil Nunca Mais, 1995: 135)

Observando os dados apresentados pela pesquisa *Brasil Nunca Mais*¹⁷⁴ (BNM), é possível perceber o alcance da repressão política que se abateu sobre o país a partir do regime instaurado em 1964. Do total dos processos reunidos pela BNM, 695 foram analisados para se formar um perfil dos atingidos pela repressão entre 1964 e 1979. Chegou-se, ao final da pesquisa, a 7.367 nomes de pessoas levadas aos bancos dos réus, sendo que algumas delas responderam a mais de um processo.

Na BNM, há dados referentes aos órgãos de segurança, sendo que o Exército é apontado como o principal agente de repressão, pois foi responsável direto por 1.043 prisões, além de outras 884 efetuadas pelos DOI-CODIS, que eram subordinados a oficiais do Exército. Há também um elevado número de casos – 3.754 (51%) – em que inexistem registros sobre o órgão encarregado da detenção.

¹⁷⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. Essa pesquisa fez um levantamento da repressão na ditadura entre 1964 e 1979, a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades responsáveis pelos atos de repressão. Desse modo, reuniu cópias de quase todos os processos políticos que tramitaram na Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar. Obtiveram cópias de 707 processos completos e vários outros incompletos. Os períodos de maior repressão, segundo a pesquisa, foram: entre 1964 e 1966, no governo Castello Branco, e durante o mandato de Emílio Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974.

Quando à idade dos atingidos pela violência, chegou-se a seguinte constatação: “38,9% tinham idade igual ou inferior a 25 anos, realçando a forte participação dos jovens nas atividades de resistência ao Regime Militar e evidenciando sua corajosa predisposição ao enfrentamento de riscos” (BNM, 1985: 85).

Outro dado que comprova o agressivo avanço do regime sobre os estudantes é o grau de instrução. Em termos amplos, informações do próprio governo mostraram que a maioria dos afetados pela repressão era de classe média. Analisando mais a fundo, a BNM concluiu: “entre 4.476 réus, cujo nível de escolaridade aparecia registrado nos processos¹⁷⁵, 2.491 possuíam grau universitário. Ou seja, mais da metade havia atingido a universidade, num contexto nacional em que pouco mais de 1% da população chega até ela” (BNM, 1985: 86).

O tipo de acusação mais comum nos processos era a militância em organização partidária ilegal (4.935 casos). Em seguida, vem a acusação de participação em ação violenta ou armada (1.464). Além disso, conforme ressalta a pesquisa:

Quando se estuda a variação ao longo dos anos do tipo de acusação mais freqüente nas denúncias dos processos, verifica-se uma distribuição que vale como fotografia da triste história de uma repressão que se abate sobre um tipo de atividade, e induz o surgimento de outras, mais duras. Nos processos mais próximos a abril de 1964 e, de um modo geral, nos que se desenrolaram antes da decretação do AI-5, o maior grupo de acusações se encontra no item referente à participação em entidades ou movimentos sociais: era a fase dos IPMs voltados contra o movimento sindical, as mobilizações nacionalistas entre militares, atividades estudantis e órgãos de representação da sociedade civil.

A partir de 1969, entretanto, a acusação predominante passa a ser a militância em organizações partidárias proibidas, crescendo intensamente no período Médici o item referente a ações armadas.

(BNM, 1985: 87, Grifo nosso)

Mesmo sem informações precisas, pois nem todos os réus denunciaram em juízo terem sido vítimas de torturas, a BNM verificou que 1.918 cidadãos, em depoimento durante a etapa judicial, declararam ter sofrido tortura na fase de inquérito, sendo a maior parte delas referente ao período de 1969/1974, ou seja, no governo Médici.

Como grande número de estudantes participou de organizações de esquerda e, por esse motivo, muitas vezes, sofreram ações violentas do regime, torna-se relevante apresentar dados sobre a repressão contra esses grupos.

Dos processos examinados pela BNM, 66 eram referentes ao ***Partido Comunista Brasileiro*** (PCB), envolvendo 783 réus e mais de 1.279 militantes indicados apenas na etapa policial.

¹⁷⁵ Grifo Nosso. Esse ponto deve ser ressaltado porque, na prática, a repressão aos estudantes pode ter sido maior do que a registrada pela BNM, visto que nem todos os processos esclareciam o grau de escolaridade do réu.

As atividades da *Ação Libertadora Nacional* (ALN) foram abordadas em 76 processos, somando mais de 1000 atingidos, dos quais 722 foram processados¹⁷⁶. O *Movimento de Libertação Popular* (MOLIPO), dissidência da ALN, foi objeto de 7 processos, tendo sido extinguido “com a execução sumária ou sob torturas da maioria dos seus membros, entre os quais se destacavam líderes estudantis paulistas como Antônio Benetazzo, José Roberto Arantes de Almeida e Jeová Assis Gomes” (BNM, 1985: 95).

O *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR), formado da cisão com o PCB, está presente em 31 dos processos investigados pela BNM, somando cerca de 400 militantes atingidos como réus ou como indiciados nos inquéritos.

Quanto ao *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8) – conhecido inicialmente como Dissidência da Guanabara –, 33 processos analisados abordavam suas atividades, computando quase 500 membros atingidos como réus ou indiciados.

Dos processos pesquisados pela BNM, 29 eram referentes a ações do *Partido Comunista do Brasil* (PC do B) – fruto da primeira cisão do PCB –, repartidas por 10 Estados brasileiros, onde foram processadas mais de 300 pessoas acusadas de ligação com o partido. A *Ala Vermelha* – dissidência do PC do B – foi mencionada em 10 processos, envolvendo 150 militantes atingidos como réus ou indiciados. A outra dissidência do PC do B, o *Partido Comunista Revolucionário* (PCR), foi abordado em 10 processos, com um total de 39 réus e 11 indiciados.

A *Ação Popular* (AP) está ligada a 49 processos estudados pela BNM, englobando 13 Estados. Mais de 500 militantes responderam como réus e cerca de 250 foram implicados apenas na etapa policial, como indiciados.

Com 5 processos relacionados, a *Organização Revolucionária Marxista–Política Operária* (POLOP) teve aproximadamente 100 dos seus militantes envolvidos como réus. Já o *Partido Operário Comunista* (POC) – formado da união de ex-membros da POLOP e da Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul – foi objeto de 8 processos, que computaram mais de 200 pessoas atingidas como réus ou indiciados. Em relação às outras dissidências da POLOP, a *Vanguarda Popular Revolucionária* (VPR) foi abordada em 30 processos, englobando cerca de 500 cidadãos envolvidos como réus ou indiciados; o *Comando de Libertação Nacional* (COLINA) apareceu como alvo de 6 processos; e a Resistência Democrática (REDE) foi ligada a 4 processos. Também são mencionados pela BNM 35

¹⁷⁶ Nos processos sobre a ALN está incluído o de número 670, correspondente à prisão e morte sob tortura do estudante de geologia da USP, Alexandre Vannucchi Leme, em março de 1973, ocorrida no DOI-CODI de São Paulo, apreciada no capítulo III desta dissertação.

processos referentes às atividades da *Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares* (VAR-Palmares), somando mais de 300 réus e 110 indiciados.

As atividades do *Partido Operário Revolucionário (Trotskista)* – POR (T) – foram relacionadas em 12 processos. Outros 5 processos envolviam suas dissidências, sendo 4 da *Fração Bolchevique Trotskista* (FBT) e um da *Liga Operária* (LO).

A pesquisa BNM também analisou 263 processos não voltados para organizações partidárias clandestinas e constatou que, em 179 ações penais, os réus podiam ser identificados como pertencentes a um dos seguintes setores da sociedade: militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. Tal conclusão é relevante, porque “traz uma fotografia dos alvos prediletos do Regime Militar no exercício de sua ação punitiva e indica quais áreas sociais estiveram empenhadas na oposição ao autoritarismo” (BNM, 1985: 117).

Como se sabe, a repressão se abateu sobre os estudantes desde o início da ditadura. Em 1964, já foram abertos alguns processos para apurar o envolvimento de lideranças estudantis em ações de oposição ao novo regime. Como exemplo, pode-se até citar “o gigantesco processo formado na 2ª Auditoria da Marinha, no Rio, contra dezenas e dezenas de jovens vinculados à UNE” (BNM, 1985: 132).

Dos processos analisados pela pesquisa, 52 envolviam especificamente estudantes, sendo 44 deles pertencentes ao triênio 1968/1970. Dos restantes, cinco são do período anterior e três dos anos posteriores. Essa relação demonstra claramente os diferentes momentos vivenciados pelo movimento estudantil durante a ditadura.

Sobre 1966, a BNM analisou um processo envolvendo a atuação do ME em Brasília, durante as manifestações da “setembrada”. Nele, são abordadas passeatas, panfletos, comícios e, especialmente, a depredação da Casa Thomas Jefferson, vinculada à Embaixada Norte-Americana.

Dos processos de 1967, um correspondia a pichamento de muros do Mackenzie, na Rua Maria Antonia, em São Paulo; outro responsabilizava dois estudantes de Belo Horizonte pela distribuição do jornal “Liberdade”, do DCE da UFMG; e um terceiro investigava atividades da União Paraense dos Estudantes, de Santa Catarina.

Cerca de 23 processos foram iniciados em 1968, envolvendo lideranças do movimento estudantil. Conforme a BNM (1985: 135 e 136):

Há processos pequenos, com poucos réus e voltados para episódios localizados, como a distribuição do jornalzinho “O Acadêmico”, na Semana Universitária de Taquaritinga, interior de São Paulo, ou então como o formado na Auditoria da 10ª CJM contra um estudante e um

professor, presos em Fortaleza após participarem de uma passeata de protesto contra a morte do estudante Edson Luís, portando uma bandeira do Vietnã.

E há também processos volumosos, que implicaram em perseguição policial e decretação da prisão preventiva de centenas de estudantes em todo o país, num vendaval repressivo que parecia considerar os jovens brasileiros inimigos jurados da Segurança da Nação. Pior que isso: numa perseguição que impeliu contingentes imensos de estudantes a abandonarem seus estudos, o próprio país, ou a vida familiar normal para aderir à resistência clandestina ao Regime Militar.

Um exemplo de processo originado de ação contra manifestações estudantis nesse período, antes da decretação do AI-5, foi o referente a uma grande operação militar no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), que resultou em centenas de prisões e apreensão de material considerado subversivo nos apartamentos dos alunos.

O processo referente ao 30º Congresso da UNE – realizado em Ibiúna, em 12 de outubro de 1968 – também é considerado volumoso, visto que foi formado após a prisão de 693 estudantes de todo o país. Esse processo, que foi dividido em várias parcelas, “chegou a ser julgado só no que se referia a alguns grupos de réus, funcionou como ameaça que obrigou centenas de estudantes a optarem pela vida clandestina” (BNM, 1985: 136). Um novo processo surgiu em Brasília, após a prisão de estudantes que protestavam contra a repressão e as prisões efetuadas em Ibiúna.

Em 17 de dezembro, quatro dias depois da decretação do AI-5, foi instaurada outra ação penal por conta da nova tentativa dos estudantes de realizar o 30º Congresso, na Chácara do Alemão, em Curitiba.

Depois do AI-5, percebe-se um crescimento do número de processos volumosos referentes às atividades do movimento estudantil nas principais capitais do país, abordando, conjuntamente, todas as passeatas, comícios, protestos, iniciativas da UNE e das UEEs, conforme relato da própria BNM (1985: 137):

Existiram, assim, os processos do Movimento Estudantil de Belo Horizonte; da “Federação dos Estudantes Universitários de Brasília”; da “União Nacional dos Estudantes Piauienses” (...); das “agitações estudantis” de Sergipe; do “IPM da Área do Ensino em Salvador”; de Vitória, no Espírito Santo; da “União Estadual dos Estudantes” de Goiás; das Faculdades de Economia e Ciências Médicas do Rio de Janeiro; e assim por diante.

Quanto aos processos iniciados contra estudantes no período mais violento do regime, entre 1969 e 1974, a pesquisa BNM destaca aquele formado contra alunos e docentes do Bloco História e Geografia da USP, acusados de integrar as “Comissões Paritárias para a Reforma do Ensino”, conquistadas pelos universitários em 1968. Na mesma linha, houve

outro processo, envolvendo estudantes de Faculdade de Filosofia da USP, que protestavam contra a cassação dos professores Florestan Fernandes, Jayme Tiommo, Villanova Artigas, Isaias Raw, Mario Schemberg, Caio Prado Jr. e muitos outros.

A pesquisa *Brasil Nunca Mais* demonstra, portanto, que os estudantes foram um dos setores mais perseguidos pela repressão do regime, seja pela atuação no movimento estudantil e na universidade, seja pela participação em ações das organizações de esquerda clandestinas.

CONCLUSÃO

A proposta do presente trabalho foi resgatar a história do movimento estudantil das universidades públicas brasileiras, no período entre 1964 e 1984, com ênfase nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o intuito de colher informações e obter subsídios para elaboração de um balanço da atuação e do papel deste movimento no cenário nacional nesses 20 anos. Além disso, pretendia-se, através desse relato histórico, demonstrar que o movimento estudantil vivenciou quatro fases distintas entre 1961 e 1984 – liberdade, resistência, silenciamento e retomada –, acompanhando as transformações políticas do país.

Complementarmente à abordagem histórica específica do movimento estudantil, foi apresentada uma visão geral do panorama político, econômico, social e educacional brasileiro, para contextualizar o movimento estudantil no tempo e nos acontecimentos vivenciados pelo país, contribuindo, assim, para o entendimento da sua atuação nesse período.

A opção pela análise do movimento estudantil das universidades públicas justificou-se ao longo da exposição, uma vez que os relatos comprovaram que os universitários destas instituições foram os mais atuantes no cenário brasileiro, no período abordado por este trabalho, bem como os que mais sofreram as consequências da escalada repressiva do regime. No entanto, este trabalho não pode deixar de mencionar a importância de algumas universidades privadas nesse contexto, como a PUC de São Paulo, por exemplo, que inúmeras vezes apoiou o movimento estudantil das públicas e, por isso, também sofreu as consequências de se colocar contra o regime.

Ficou evidente, ainda, que o movimento estudantil passou por quatro fases distintas entre 1961 e 1984, demonstrando que a sua atuação refletia os diferentes momentos políticos pelos quais o Brasil passou durante esse período. Em outras palavras, quando havia espaço político, era expressiva a participação estudantil nas questões relevantes do país; já quando esse espaço se reduzia, diminuía, proporcionalmente, a atuação dos estudantes no cenário político nacional.

Vale ressaltar que, embora o período de interesse desta pesquisa compreenda o intervalo 1964-1984, entendeu-se como relevante abordar os anos que precederam o golpe civil-militar, primeiramente, porque as articulações que culminaram neste último foram iniciadas tempos antes, assim que Jânio Quadros renunciou à presidência da República. Além disso, foi conveniente retomar essa etapa de transição de regime de governo, para compreender as mudanças sofridas pelo país e, conseqüentemente, pelo movimento estudantil, que, antes do

golpe de 64, tinha liberdade para atuar e colocar as suas reivindicações e, depois deste, viu a sua participação no cenário brasileiro comprometida pelo autoritarismo e pela repressão do regime.

Dada a relevância desse momento de transição para o entendimento da atuação do movimento estudantil durante a ditadura, convém destacar, ainda que resumidamente, alguns pontos dessa fase intitulada “Liberdade”. Neste período, que abrange o intervalo entre agosto de 1961 – quando Jânio renunciou – e abril de 1964 – quando o golpe foi efetivado e o país ingressou na ditadura –, pode-se notar que o meio universitário brasileiro passou por um processo de politização muito intenso. Há muitos aspectos positivos a se destacar dessa época, já que o movimento estudantil procurava não só avançar no entendimento da realidade nacional, como se manifestava em relação às questões econômicas, políticas, sociais educacionais e culturais do país, mobilizando os estudantes em diversas ocasiões.

No âmbito político, os estudantes apoiaram o direito constitucional de João Goulart assumir a presidência depois da renúncia de Jânio e denunciaram a tentativa de um golpe dos conservadores. Além disso, não deixaram de cobrar de Jango uma postura coerente com os anseios do povo brasileiro, exigindo reformas de base, apoiando as classes trabalhadoras (operários e camponeses) e contrariando qualquer tipo de conciliação com os grupos conservadores e com o imperialismo norte-americano. Sem contar que o movimento estudantil foi uma das forças em defesa do retorno ao regime presidencialista e lutou até o último momento contra a instauração da ditadura civil-militar no país.

No campo educacional, o movimento estudantil também avançou muito nesse período, no que tange à formulação de uma visão crítica sobre a universidade brasileira. Realizou seminários, onde se discutiu os principais problemas que afetavam o ensino superior, levantou-se os pontos considerados essenciais para uma reforma universitária adequada, bem como se definiu o esquema de lutas em defesa dessa reforma e da democratização do ensino; passou a cobrar de Jango que as mudanças necessárias na universidade fizessem parte das reformas de base do seu governo; e realizou a primeira luta concreta pela reforma universitária, a “greve de 1/3”, que, embora não tenha atingido seu objetivo final e ainda tenha provocado um desgaste no movimento, chegou a paralisar a maior parte das instituições de ensino superior brasileiras, sendo muito importante para aumentar a consciência política dos estudantes e chamar a atenção da sociedade para os problemas enfrentados pela universidade.

Culturalmente, esse período foi muito produtivo para o movimento estudantil. Através do Centro Popular de Cultura e da UNE-Volante, os estudantes procuraram popularizar as

produções artísticas, produzindo e difundindo a arte com o intuito de conscientizar o povo e transformar a sociedade. Apesar das críticas que recebeu e de não ter alcançado os seus objetivos, o CPC é considerado uma experiência positiva, visto que, além de traduzir muito bem o engajamento estudantil dessa época, teve grande importância no cenário nacional, por sua extrema generosidade e vitalidade no campo cultural.

Explicado o motivo da inserção do período entre 1961 e 1964 nesta pesquisa e feito um levantamento sucinto da participação política dos estudantes nesse momento, parte-se, então, para o balanço da atuação do movimento estudantil nos 20 anos de ditadura militar, com base nos elementos reunidos através do relato histórico desenvolvido ao longo dos capítulos.

Primeiramente, é necessário analisar a relação que se estabeleceu entre o movimento estudantil e o regime a partir de 1964. No relato histórico apresentado neste trabalho, nota-se que, desde o golpe, configurou-se uma relação extremamente conflituosa entre os estudantes e a ditadura. Por que isso aconteceu? Sinteticamente, pode-se dizer que tal embate resultava de posturas políticas e interesses opostos. Para respaldar essa afirmação, é preciso se amparar, novamente, na história.

Como foi mencionado anteriormente, os estudantes vinham de um intenso processo de politização em que tinham liberdade para participar ativamente da política nacional, emitindo opiniões, apresentando idéias e fazendo reivindicações. Além disso, já era notável, no movimento estudantil, a predominância de tendências socialistas e comunistas. Os novos detentores do poder, por sua vez, eram conservadores e tinham um projeto de governo autoritário e centralizador para o país que, portanto, não previa um espaço democrático de participação política. Sem contar que a base desse projeto era um discurso anticomunista muito bem construído, que tentava dissuadir a sociedade quanto ao “perigo vermelho que assolava o Brasil” e a urgência em combatê-lo para salvar o país.

Isso posto, já fica evidente que os dois grupos estavam em posições políticas contrárias. No entanto, essas observações apenas não bastam para esclarecer os pormenores dessa “batalha” travada entre estudantes e ditadores. Convém lembrar ainda que o movimento estudantil foi uma das forças que apoiou o direito de João Goulart assumir a presidência após a renúncia de Jânio, denunciou o “golpe branco” dos conservadores com a implantação do regime parlamentarista, bem como defendeu o retorno ao presidencialismo no início de 1963. Não é preciso nem dizer que todas essas situações se chocavam diretamente com os interesses do grupo que subiu ao poder em abril de 1964, uma vez que adiavam os planos destes de assumir o controle do país. Também é desnecessário ressaltar que, nesses episódios, ficou

claro para os futuros ditadores quem eram os seus opositores potenciais, incluindo, logicamente, o movimento estudantil.

As reivindicações e bandeiras de luta do movimento estudantil no período que precedeu o golpe de 64 representavam outro ponto de divergência entre os estudantes e o regime. A defesa de um governo popular e democrático; o combate à influência e às pressões internacionais; a crítica às concessões e conciliações com o setor conservador; o apoio à reforma agrária; a luta pela reforma universitária que democratizasse o ensino; enfim, questões que, aliadas ao potencial de mobilização popular do movimento estudantil, certamente comprometeriam o projeto dos grupos conservadores que almejavam o poder.

Enfim, todos os pontos levantados comprovam a afirmação de que a relação conflituosa entre o movimento estudantil e o regime era fruto de posturas políticas e interesses contrários. Ou seja, ficam esclarecidos os principais motivos de os ditadores encararem os estudantes como força oposicionista a ser combatida, bem como as razões de os estudantes considerarem os novos detentores do poder como uma ameaça às liberdades democráticas e aos direitos do povo brasileiro.

O desfecho dessa relação conflituosa também está registrado na história. A ditadura, desde o início, perseguiu e reprimiu os estudantes de forma violenta, com o intuito de silenciar o seu movimento, uma vez que este último representava uma ameaça aos planos do grupo que subiu ao poder. Os estudantes, por sua vez, mantiveram o seu posicionamento político, procurando resistir às investidas da ditadura como podiam, através de manifestações, protestos e denúncias das arbitrariedades cometidas pelos novos detentores do poder. Nesse “cabo de guerra”, logicamente a corda pendeu para o lado dos ditadores, que possuíam armas muito mais eficazes e mortais do que o movimento estudantil. Assim, depois da decretação do AI-5, os estudantes foram silenciados, e aqueles que insistiram em resistir, voltando-se para a luta armada ou qualquer forma de atuação política, foram presos, torturados ou mortos pela repressão.

Os impactos da ditadura sobre o movimento estudantil foram apontados neste trabalho, por meio dos dados levantados pela pesquisa “Brasil: Nunca Mais”, evidenciando que os estudantes foram um dos grupos mais perseguidos pela repressão do regime civil-militar, por conta da sua atuação no movimento estudantil ou em ações das organizações de esquerda. Além disso, os números apresentados pela BNM também mostraram a predisposição dos estudantes para enfrentar os riscos de se posicionar contra a ditadura.

É perceptível que os estudantes exerceram um papel muito importante durante o período ditatorial, principalmente na fase chamada “Resistência”, uma vez que se posicionaram

corajosamente contra o autoritarismo, a opressão, a repressão e as demais arbitrariedades cometidas pelos detentores do poder, mesmo sofrendo inúmeras represálias e, muitas vezes, pagando com a própria vida o preço por se colocar como oposição aberta ao regime instituído.

Desse modo, é preciso reconhecer que, em muitos momentos da ditadura, o movimento estudantil funcionou como um “porta-voz” dos descontentamentos da população em relação ao regime, atuando no sentido de desencadear movimentos amplos da sociedade. Ou seja, além da coragem de enfrentar os riscos de se posicionar contra o poder instituído, também pode ser encarada como positiva a capacidade de mobilização popular que os estudantes demonstraram em várias situações relatadas neste trabalho, como, por exemplo, em defesa da Anistia.

A relação que o movimento estudantil estabeleceu com outros setores – como a Igreja, os trabalhadores (operários e camponeses), jornalistas, advogados, artistas, intelectuais etc. – deve ser destacada, visto que essa aproximação com outros grupos que também sofreram represálias do regime fortaleceu a atuação dos estudantes no cenário nacional em diversas ocasiões, servindo de apoio às lutas por estes desencadeadas contra a ditadura. No entanto, convém ressaltar que não se tratou de uma relação unilateral, em que somente esses setores davam suporte ao movimento estudantil, mas sim de um apoio mútuo, já que os estudantes, dentro de suas possibilidades, sempre procuravam dar sustentação às manifestações e reivindicações desses grupos.

Muitas bandeiras de lutas específicas e amplas empunhadas pelos estudantes durante a ditadura devem ser consideradas na análise da atuação do movimento estudantil nesse período, pois não só demonstram a vontade que estes tinham de se envolver ativamente do processo político, como o esforço destes para compreender a conjuntura nacional. A primeira delas, conforme já mencionado, foi a luta contra a Lei Suplicy, em que os universitários defendiam o seu direito à participação política, bem como o funcionamento autônomo das suas entidades representativas. Além disso, houve a questão da reforma universitária, em que os estudantes reivindicavam a democratização do ensino e a adequação das universidades às necessidades da população brasileira, procurando combater a intervenção norte-americana e as arbitrariedades cometidas pelo regime na educação. Ainda podem ser citadas as manifestações de denúncia da repressão que se abateu sobre jovens e vários outros setores da sociedade; a luta pela anistia e pelo retorno da democracia, entre muitas outras.

O processo de politização pelo qual o movimento estudantil passou nesses 20 anos de ditadura é algo que também deve ser analisado, visto que se tratou de um período em que os estudantes não só buscaram se aprofundar no conhecimento da realidade brasileira e das suas

próprias demandas no campo da educação, como tentaram participar de todas as questões políticas relevantes do cenário brasileiro.

Apesar da atuação do movimento estudantil durante a ditadura possuir muitos aspectos relevantes, não se pode deixar de considerar e apontar alguns impasses presentes no seu interior, já que estes últimos, em muitas situações, comprometeram essa atuação, bem como enfraqueceram o potencial de luta desse movimento.

Pode-se observar, por exemplo, no período analisado neste trabalho, uma certa ingenuidade política do movimento estudantil, expressa, primeiramente, pela superestimação da sua capacidade de derrubar a ditadura. Ou seja, se, por um lado, a coragem dos estudantes em enfrentar o regime deve ser encarada como algo positivo, de outro, acreditar que era possível derrubá-lo, mesmo estando em nítida desvantagem de recursos e forças, era uma utopia, que, certamente, comprometeu a atuação deste movimento no cenário brasileiro.

Mas, de onde vinha essa ingenuidade política? Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que, apesar do comprometimento dos estudantes em derrotar o regime, estes não passavam de jovens, cuja faixa etária remete a um nível de maturidade nem sempre suficiente para respaldar uma análise detalhada da correlação de forças que se estabeleceu durante o período ditatorial. Em outras palavras, por mais que os universitários desejassem combater o governo instituído a partir de 1964, não havia, no movimento estudantil, pessoas com a experiência necessária para avaliar adequadamente a situação em vigor no Brasil e, em seguida, elaborar um plano de ação capaz de derrubar o regime e restabelecer a democracia no país.

Além da imaturidade, pode-se dizer que essa ingenuidade também é fruto das influências políticas predominantes no movimento estudantil. Tal afirmação é procedente, visto que a maior parte dos universitários seguia tendências comunistas e socialistas, que, embora procurassem se diferenciar quanto ao seu posicionamento e ao encaminhamento de suas lutas, eram muito semelhantes no que tange à análise superficial da realidade brasileira e, conseqüentemente, à elaboração de uma estratégia inadequada de ação para derrubar a ditadura. Em outras palavras, se as organizações de esquerda que serviam de base ideológica para o movimento estudantil desenvolviam conclusões incipientes e ingênuas acerca da situação política do país, levando-as a uma seqüência de erros e derrotas causados pela superestimação de seu poder em relação ao regime instituído, não é de se estranhar que isso tenha influenciado negativamente na atuação dos estudantes nesse período.

Outra amostra da ingenuidade política do movimento estudantil durante a ditadura estava no fato de os estudantes não saberem agir estrategicamente, recuando por um período para acumular forças e melhor se preparar para enfrentar a repressão do regime. Isso pôde ser

observado, por exemplo, no final de 1966, após as grandes manifestações estudantis de setembro, quando o movimento estudantil acabou se desgastando por não possuir essa maturidade analítica, comprometendo, portanto, o potencial da sua atuação no cenário político nacional.

Se, por um lado, a capacidade de mobilização popular do movimento estudantil era uma característica marcante da sua atuação, por outro, o vanguardismo – isto é, a crença de que os estudantes eram o único grupo capaz de conduzir as massas na revolução – é outro sinal nítido da sua ingenuidade. Afinal, como um movimento que, como já foi dito, não possuía quadros com experiência suficiente para desenvolver uma análise apurada da situação política do país, bem como elaborar um plano estratégico adequado para combater a ditadura estaria apto para liderar o povo na revolução? É certo que os estudantes defendiam a aliança operário-estudantil-camponesa para viabilizar a luta contra a ditadura, pois tinham consciência do importante papel dos trabalhadores nesse processo, mas daí a acreditar que deviam ser eles próprios a comandar essa batalha era muita pretensão, somente explicada pela sua ingenuidade analítica e política.

As ambigüidades de classe presentes no movimento estudantil também devem ser consideradas, uma vez que, em vários momentos, estas comprometeram o encaminhamento de suas lutas ou levantaram questionamentos sobre a sua atuação política.

A primeira delas é o dilema entre origem social e ideologia política, visto que, embora fossem, em sua maioria, de classe média, ou seja, pequeno-burgueses, os universitários seguiam tendências de esquerda que repeliavam conciliações ou alianças com a burguesia. Ora, como refutar a participação desta última no processo revolucionário se eles, os estudantes, eram pequeno-burgueses? Como negar a classe da qual faziam parte se, em várias situações, a sua atuação política refletia tão claramente a sua origem social¹⁷⁷? Esse conflito interno certamente abalava o direcionamento do movimento estudantil.

Outro exemplo de que a ambigüidade de classes era latente entre os estudantes é o posicionamento destes em relação à democratização do ensino. Tal afirmação resulta da observação de que o movimento estudantil, ao mesmo tempo em que empunhava a bandeira do ensino público e gratuito, defendia mais verbas para educação¹⁷⁸ e a redução das

¹⁷⁷ Segundo Cavalari (1987), um exemplo de que a atuação do movimento estudantil refletia, em algumas situações, a sua origem social eram as ações simbólicas que realizavam – tomada simbólica do prédio da UNE, lançamento da pedra fundamental simbólica etc. –, em substituição às ações de fato. Para a autora, os estudantes não podiam ser considerados revolucionários de esquerda, como apontavam as suas escolhas político-ideológicas, mas sim “radicais pequeno-burgueses”.

¹⁷⁸ Note que a palavra “educação” era utilizada em sentido amplo, ou seja, também incluía as escolas particulares.

mensalidades nos estabelecimentos de ensino privado. Enfim, esse paradoxo demonstra a presença da ambigüidade no movimento estudantil, uma vez que essas reivindicações acabavam minando a luta pelo ensino público e gratuito e fortalecendo o privatismo, já em acentuado processo de expansão desde 1968.

Se, por um lado, a presença de várias correntes ideológicas no movimento estudantil pode ser encarada como enriquecedora, na medida em que a pluralidade de idéias favorecia os debates internos, por outro, deve ser mais bem analisada, pois resultava em disputas e embates políticos intermináveis, que não só comprometiam a união dos estudantes em relação ao seu posicionamento político e às lutas a serem priorizadas mas também geravam um profundo desgaste do movimento como um todo.

Para encerrar esse balanço, considera-se relevante analisar, com detalhes, a afirmação de alguns autores, reforçada no relato histórico apresentado neste trabalho, de que o movimento estudantil entrou em declínio a partir do final da década de 70¹⁷⁹.

Primeiramente, vale ressaltar que tal afirmação se comprova pela percepção de que os estudantes, apesar da reconstrução de suas entidades e da possibilidade de participação política resultante do processo de “abertura lenta e gradual” pelo qual o país passava naquele momento, não mais demonstravam, no final dos anos 70, o mesmo entusiasmo que marcou a sua atuação na década de 60. Em outras palavras, a partir desse período, observa-se que o movimento estudantil realizava apenas algumas manifestações esparsas, de caráter local, que não mais representavam a maioria dos estudantes, evidenciando um processo crescente de desmobilização.

Isso posto, cabe, então, analisar os principais motivos dessa desmobilização e desse descompasso em relação às demandas estudantis.

Um dos fatores apontados para esse “esgotamento” precoce é a perda da capacidade de mobilização popular dos estudantes, já que, mesmo no ápice do apoio de massa ao movimento estudantil, observado em 1977, ficou evidente que a simples retomada das formas de luta dos anos 60 – passeatas, comícios, protestos etc. – não conseguiam mais reunir o mesmo número de pessoas que anteriormente.

Outra questão que contribuiu muito para esse descompasso e distanciamento dos estudantes foi a radicalização crescente das divergências entre as tendências político-ideológicas coexistentes no movimento estudantil. Isso aconteceu porque, apesar da

¹⁷⁹ Há autores que consideram o ano de 1977 como o início desse processo de esvaziamento do movimento estudantil, enquanto outros dizem que isso passou a acontecer a partir de 1979. Como não se trata de unanimidade, optou-se, neste trabalho, por usar o termo “final da década de 70” para abordar a questão da desmobilização do ME.

unanimidade dessas correntes quanto à necessidade de se criar uma grande frente de oposição naquele momento de transição de regime político, estas discordavam veemente em relação ao caráter dessa frente. Enquanto PCB, AP, PC do B e MR-8, embora com algumas diferenças, aproximavam-se da idéia de uma “Frente Democrática” ampla, que incluísse até mesmo setores da burguesia na luta pela redemocratização, os grupos mais à esquerda – trotskistas e cisões do PC do B – defendiam uma “Frente Popular”, que excluía a participação da burguesia e enfatizava a urgência de uma democracia “qualitativamente nova”. Para agravar essas divergências, surgiu o debate sobre novos partidos, dividindo as tendências entre o apoio ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido dos Trabalhadores (PT). O acaloramento desses embates acabou, portanto, afastando do movimento aqueles estudantes mais interessados em demandas específicas do campo educacional.

Também é preciso considerar como uma das razões para esse processo de desmobilização o fato de ter surgido uma nova geração estudantil, que não vivenciou os acontecimentos políticos da década de 60 e, conseqüentemente, tinha um modo de fazer política diferente da geração anterior¹⁸⁰, não estando tão disposta a radicalizar sua atuação política na luta pela democracia como fizeram os estudantes idealistas no período chamado de “Resistência” (1964-1968). Logicamente, tal mudança produziu efeitos no movimento estudantil, já que este não pôde mais contar com o mesmo “efetivo” de jovens em suas manifestações contra o regime.

Outra questão determinante para desencadear o “esgotamento” precoce do movimento estudantil a partir do final dos anos 70 foi a profunda mudança no panorama da universidade brasileira. Como se sabe, ao longo do período ditatorial, houve uma expansão acelerada das escolas particulares, em detrimento da redução de investimentos nas instituições públicas de ensino superior. Tal situação modificou drasticamente o cenário universitário nacional, refletindo diretamente na atuação do movimento estudantil. Isso aconteceu porque esse aumento de escolas particulares acabou com a homogeneidade existente no movimento

¹⁸⁰ De acordo com João Roberto Martins Filho (1998: 22 e 23), há vários contrastes entre essas gerações que devem ser observados: “Enquanto a geração de 1968 vivenciara um clima político interno de intensa resistência à militarização e uma conjuntura externa de grande avanço das lutas populares e antiimperialistas (...), a geração de 1977 vivera a aniquilação da política no período Médici. (...) Além disso, enquanto a geração de 1968 se formara no apogeu da cultura de esquerda, herdeira do nacionalismo do pré-64, politizada, contestadora e acentuadamente literária, a geração de 1977 não apenas sofrera os efeitos da censura, mas, o que é mais duradouro, já vivenciara as novas formas de produção cultural da moderna mídia, cuja implantação constituía uma das meninas dos olhos do regime militar. Em outras palavras, o estudantado dos anos 70 parecia apoiar a reconstrução das entidades que lhe tinham sido retiradas e apoiava a democratização do país – e sem dúvida apoiou a reconstrução da UNE, em 1979 –, mas não parecia disposto a acompanhar a esquerda na luta por uma democracia mais avançada”.

estudantil anteriormente, na medida em que pulverizou as suas lutas e reivindicações. Dito de outra maneira, se antes os estudantes lutavam unidos pelo ensino público e gratuito, pois eram, em sua maioria, oriundos de universidades públicas, com essa transformação no cenário educacional, passaram a existir novas demandas, como, por exemplo, a redução das mensalidades das particulares, que ocasionou uma divisão no que tange às suas lutas. Ou seja, a heterogeneidade de interesses, surgida a partir das alterações promovidas pelo regime no campo educacional, gerou uma desmobilização no movimento estudantil como um todo.

O cenário econômico que se delineou no país a partir do final da década de 70 é outro fato que contribuiu para afastar os jovens do movimento estudantil e, conseqüentemente, desmobilizá-lo. A crise econômica que se abateu sobre o Brasil, resultante do fim do “milagre”, exigia que os estudantes não só se dedicassem aos estudos, mas também ingressassem no mercado de trabalho, comprometendo, assim, o tempo que antes era dedicado à sua atuação política junto ao movimento estudantil.

A partidarização crescente do movimento estudantil desde o final dos anos 70 também é apontada como uma das causas do distanciamento entre o movimento e a base estudantil. A maior parte dos autores ou militantes estudantis acredita que foi o aparelhamento do ME – e principalmente da sua entidade máxima, a UNE – por partidos que gerou o esvaziamento cada vez maior deste último, pois as lideranças estudantis acabam defendendo interesses partidários, esquecendo-se das verdadeiras demandas dos jovens que deveriam representar. Para alguns autores, outra questão que leva o partidarismo a afastar os estudantes do ME é o fato deste não prever espaço para individualidade, tão valorizada pela juventude já nesse momento da história política brasileira.

O próprio individualismo pode ser considerado um fator de desmobilização do movimento estudantil, visto que, conforme já foi mencionado, os estudantes, no final da década de 70, não estavam mais dispostos a enfrentar a ditadura a qualquer preço como a geração anterior fez, ou seja, não pretendiam mais assumir riscos para salvar o país da ditadura. Isso quer dizer que essa nova geração estudantil estava mais preocupada em melhorar a sua própria vida, não dando mais tanta importância aos interesses coletivos.

A priorização cada vez maior de debates não relacionados ao ensino ou aos interesses dos jovens durante os congressos estudantis desde o final dos anos 70 também pode ser encarada como uma das causas do descompasso entre o movimento estudantil e os estudantes. Com as mudanças no panorama político do país naquele período, os universitários passaram a se interessar pela discussão de questões, como mercado de trabalho e deficiências de currículo, ao invés dos embates ideológicos que sempre marcaram o movimento. Desse modo, a

insistência, por parte das lideranças do ME, em não abordar temas relacionados aos jovens acabou contribuindo para afastar estes últimos do movimento.

Outra questão levantada por alguns autores como causadora da desmobilização estudantil é o fato de o Brasil ter ingressado, em meados da década de 70, em um processo de abertura política gradual, que satisfazia a classe média, da qual os estudantes faziam parte. Isso quer dizer que a ampliação gradativa do espaço de participação política tornou os jovens mais moderados e menos afoitos quanto à necessidade de se manifestar com a mesma frequência e dimensão da década anterior.

A própria estrutura autoritária e repressora da ditadura pode ser considerada um fator determinante para a desmobilização do movimento estudantil, já que, como foi dito, a geração estudantil do final da década de 70 passou pelo período de fechamento do regime, marcado pela escalada repressiva contra os grupos que lhe faziam oposição, incluindo esses jovens. É evidente que todo esse terrorismo gerou traumas nos estudantes, contribuindo para a sua desmobilização nos anos seguintes.

É nítida a influência de todos os fatores citados no processo de desmobilização do movimento estudantil, iniciado no final dos anos 70. No entanto, convém lembrar que esse descompasso na atuação política estudantil não é uma característica exclusiva deste movimento. Todos aqueles que se dedicam ao estudo da História sabem que, como outros movimentos sociais, o ME obedeceu a fases de fluxo e refluxo, determinadas, antes de tudo, pela conjuntura política do país.

Para finalizar esse balanço, há que se fazer uma última ponderação. Afinal, embora tenham sido observados vários impasses relevantes na atuação do movimento estudantil, bem como este tenha sofrido inúmeras críticas quanto ao seu posicionamento em determinadas ocasiões e em relação ao papel que desempenhou no cenário político brasileiro, é preciso reconhecer a sua importância como grupo de oposição ativa durante a ditadura civil-militar, principalmente na década de 60. Portanto, é ponto pacífico que este movimento possui problemas a serem questionados internamente e resolvidos para potencializar a sua participação na vida política do país, mas isso não deve anular aspectos relevantes de sua atuação nesses 20 anos de autoritarismo.

REFERÊNCIAS*

ABRAMO, Perseu. **Dez Anos de Anistia**. São Paulo, agosto de 1989. Disponível em: http://www.fpa.org.br/especiais/anistia/campanha/10anos_anistia.htm. Acesso em 22 nov. 2005.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985. 312 p.

AZEVEDO, Ricardo. **Medo e liberdade**. Disponível em: http://www.fpa.org.br/td/nova_td/td35/td35_memoria02.htm. Acesso em 22 nov. 2005.

CÂMARA, Rogério. **Por um ME democrático**. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/antereo...9/esplivre.html>. Acesso em 10 maio 2005.

CAVALARI, Rosa Maria F. **Os limites do movimento estudantil: 1964 – 1980**. 1987. 296 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

CODATO, Adriano Nervo. **A Natureza Militar da Ditadura Brasileira**. Disponível em: <http://www.revistasociologiaepolitica.org.br/revista8/nervo.htm>. Acesso em 03 abr. 2005.

COSTA, Caio Túlio. **CALE-SE**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. 350 p.

COSTA, Homero de Oliveira. **Incursões na História das Anistias Políticas no Brasil**. Disponível em: <http://www.dhtnet.org.br>. Acesso em 22 nov. 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

* De acordo com:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacyr. **O golpe na educação**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 99 p.

CZAJKA, Rodrigo. Redesenhando ideologias: cultura e política em tempo de golpe. **Revista História, Questões e Debates**, Curitiba, nº. 40, 2004.

DENYS, Odylio. **Ciclo revolucionário brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1993. 166 p.

FACCIO, Adriano. A estúpida UNE. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Caderno Folhateen, 28 de julho de 1997.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 118 p.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 272 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cenas que fizeram a história**. São Paulo, Folhateen, 27/10/1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Libertar a UNE**. São Paulo, Editorial, 09/07/1997, p.1-2.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Maioria pertence a algum grupo ou partido político**. São Paulo, Cotidiano, 03/07/1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Militância nos anos 90 é outra**. São Paulo, Folhateen, 27/10/1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O Fantasma da UNE**. São Paulo, Editorial, 01/10/1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **PC do B aumenta domínio político na UNE**. São Paulo, Cotidiano, 08/07/1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **UNE anda meio desligada**. São Paulo, Folhateen, 27/10/1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **UNE vota temas não ligados a estudantes.** São Paulo, Cotidiano, 07/07/1997.

FORTES, Alexandre (org.) et. al. **Histórias e perspectivas da esquerda.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. 255 p.

FREAZA, Iza de Salles. O monstro da ditadura. **Jornal Internacional Expresso Online.** Edição Nacional, Caderno Brasil, 01 de dezembro de 2000. Endereço eletrônico: <http://primeirasedicoes.expresso.pt>. Acesso em 11/05/2005.

FREIXO, Adriano; MUNTEAL Filho, Oswaldo (orgs.) et. al. **A ditadura em debate:** estado e sociedade nos anos de autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 203 p.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil.** 5.ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

GARCIA, Maria Lúcia Resende. **Geração Esperança.** São Paulo: Alfa-Omega, 2003. 117 p.

GARCIA, Miliandre. **A questão da cultura popular:** as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Artigo de dissertação (mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

GASPAR, Malu. PC do B e PDT dominam cargos. **Folha de São Paulo.** São Paulo, Edição Nacional, Cotidiano, 02 de julho de 1997.

GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque; VENTURA, Zuenir. **Cultura em trânsito:** da repressão à abertura – 70/80. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000. 332 p.

GOMES, Alfredo. O movimento estudantil e a luta pedagógica. **Jornal Diferencial**, nº 23, julho de 1998. Disponível em: <http://diferencial.ist.utl.pt>. Acesso em 10 de maio 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:** A esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987. 288 p.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. **Movimento estudantil ainda mostra a sua força**. Disponível em: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1203/pag2.html>. Acesso em 22 nov. 2005.

GUIMARÃES, Tereza. UNE era o canal de expressão da sociedade. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 de maio de 1998. Endereço eletrônico: <http://www.estado.estadao.com.br>, acesso em 10/05/2005.

HAYES, Robert Ames. **Nação armada**: A mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991. 266 p.

HOLLANDA, Heloisa B. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LAMOUNIER, Bolívar et. al. **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990. 197 p.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A rebelião estudantil**: Brasil – México – França. Campinas (SP): Mercado das Letras, 1996. 112 p.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.) et. al. **1968**: Faz 30 anos. São Carlos (SP): Editora UFSCar/Mercado das Letras, 1998. 166 p.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia**: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação, 1963-1990. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 226 p.

MATTOS, Meira (coord.). **Castello Branco e a revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994. 204 p.

MENDES JR., Antonio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. 95 p.

MONTEIRO, Dauranísia Diniz. **Educação: mobilização também é contra a privatização**. Disponível em: <http://www.torturanuncamais.org.br>. Acesso em 22 nov. 2005.

_____. **O Brasil vive sob os resquícios da ditadura.** Disponível em: <http://www.wober.com.br/movi.htm>. Acesso em 22 nov. 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. **A ideologia da cultura brasileira.** São Paulo: Ática, 1994.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **De abril a novembro, a luta nas ruas.** Caderno Geral, 10/05/1998. Disponível em: <http://www.estadao.com.br>. Acesso em 22 nov. 2005.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo, Brasiliense, 1988.

POERNER, Artur José. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995. 359 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro:** os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990. 200 p.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil.** IN: La Insígnia, 29/03/2001. Disponível em: <http://www.lainsignia.org>. Acesso em 22 nov. 2005.

_____. **Impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil.** Maio/1999. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv94.htm>. Acesso em 22 nov. 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira (orgs.). **Imagens da revolução:** documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. 368 p.

REVISTA ADUSP. São Paulo: Forma Certa. Nº 33, outubro de 2004. Mensal. ISSN 1807 – 3506, 106 p.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já:** o grito preso na garganta. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 118 p.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez Editora/ Editora Autores Associados, 1986. 240 p.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Tradução Mário Salviano Silva. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 608 p.

SOARES, Gláucio A. Dillon. **Colégio Eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SODRÉ, Nelson W. **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984. 133 p.

SOSNOVSKI, Anatoli. **Brasil rumo à democracia**. São Paulo: Alfa-Omega, 1989. 112 p.

SOUZA, Maria Inês Salgado. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.

TIBIRIÇÁ, Beatriz. **Cronologia do movimento estudantil na USP**. Disponível em: <http://wwwfpabramo.org.br/td/td35/movestusp.htm>. Acesso em 10 de maio de 2005.

UNE. **História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

VALÉRIO, Marcos. 200 anos em 20, 1964-1984. **Departamento de história da UnB**, 09/2000. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/monografias/20em200.html>. Acesso em 10 de maio de 2005.

VERONA, Antonio Folquito. Movimento Estudantil: saudade e esperança. **Jornal Debate**. Lins, 10/06/1999. Disponível em: <http://www.linsnet.br>. Acesso em 22 nov. 2005.

ANEXOS

ANEXO A – Acordo MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil

“São partes do presente convênio o Ministério da Educação e Cultura, atuando através da Diretoria do Ensino Superior, o representante do governo brasileiro para Cooperação Técnica e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid-Brasil), com a participação do Conselho Federal de Educação.

I – Situação atual

Dados informativos disponíveis revelam a existência de uma série de problemas no sistema de ensino superior no Brasil. Incluem-se entre esses problemas:

- a) baixo índice de matrículas – apenas 2% da faixa etária de 18 a 24 anos acham-se matriculados em instituições de ensino superior;
- b) o baixo rendimento – apenas cerca de 22.000 (vinte e dois mil) estudantes graduam-se em cursos de formação universitária;
- c) requisitos rigorosos de admissão – normalmente, mais da metade dos candidatos que aspiram ingressar nas universidades não estão em condições de satisfazer às exigências estabelecidas, embora ocorra, concomitantemente, considerável número de vagas nas classes correspondentes ao primeiro ano (doze mil, em 1963);
- d) um currículo pouco flexível constituído de áreas disciplinares sensivelmente fragmentadas e, com freqüência, parcialmente coincidentes;
- e) ausência de um sistema de testes e serviços de orientação e informação de estudantes;
- f) corpos docente e discente funcionando em regime de tempo parcial – o que conduz a um ensino deficiente, um aproveitamento limitado e a poucas atividades de pesquisa;
- g) insuficiência de espaço e de equipamento, particularmente no que tange a requisitos especiais como aparelhamento de laboratório e auxílios audiovisuais;
- h) livros e textos e materiais de consulta limitados;
- i) concentração de alunos em cursos que não se relacionam à demanda de mão-de-obra no Brasil. Exemplo: existem mais alunos matriculados em cursos de Direito que em qualquer outro curso, quando o Brasil já dispõe de um número elevado de advogados; de outra parte, cursos como Agronomia, Engenharia, Geologia, Matemática, Física, Química e Ciências Sociais, setores em que se verifica sensível demanda de profissionais de nível superior, contam com um reduzido número de matrículas;
- j) estruturas obsoletas de organização e processos administrativos ineficientes, o que não permite ao ensino superior produzir o impacto de seu potencial máximo sobre o desenvolvimento geral do país;
- k) ausência de um planejamento global de longo alcance que norteie a futura expansão e o aperfeiçoamento interno do sistema de ensino superior no Brasil.

II – Finalidades

A finalidade do presente convênio é o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema de ensino brasileiro mediante:

- 1) a elaboração de uma série inicial de planos exequíveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior, abrangendo os próximos cinco anos;
- 2) criação de um mecanismo para desenvolver planos a curto e longo prazos;
- 3) criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, cujo treinamento e experiência os capacite a levar avante, para o Ministério, esses planejamento em bases contínuas e progressivamente mais adiantadas.

III – Responsabilidades

A – O Ministério, por esse instrumento, defere à Diretoria a atribuição de executar em termos do presente convênio e concorda em:

- 1) designar pelo menos cinco educadores brasileiros de alto nível para formar um grupo de planejamento permanente que funcionará em regime de tempo integral e junto ao Ministério, em colaboração com os assessores da Usaid, na execução dos objetivos deste projeto;
- 2) custear os salários, viagens, em território brasileiro e outras despesas eventuais relativas aos serviços desses profissionais brasileiros;
- 3) cooperar com os assessores da Usaid na formulação e execução de um plano detalhado para a consecução das finalidades deste projeto;
- 4) fornecer instalações adequadas de escritório e secretárias bilíngües e outras formas de assistência complementar aos assessores da Usaid;

- 5) assegurar a manutenção dos salários de bolsistas, selecionados de comum acordo, que venham a ser enviados aos Estados Unidos ou a outros países, que não o Brasil, para receber treinamento.

B – A Usaid-Brasil, por este instrumento, defere ao seu Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar os termos deste convênio e concorda em:

- 1) fornecer custeio dos serviços de assessores da Usaid, conforme se indica no Bloco 8 da primeira folha do presente convênio;
- 2) promover um contato com instituições técnicas competentes dos Estados Unidos, com vistas a obter os serviços profissionais de cinco assessores educacionais para trabalhar com o grupo de educadores brasileiros, durante um período de 24 meses, e outros consultores em regime de curta duração, conforme necessário;
- 3) custear as viagens em território brasileiro e outras despesas de caráter eventual, referentes aos serviços desses assessores, ressalvada a disposição do item III-A-4 acima;
- 4) proporcionar orientação geral e normativa aos assessores da Usaid; e
- 5) complementarmente às partes comprometidas nos termos do Convênio presente e dependendo da disponibilidade de verbas e da existência de candidatos habilitados, fornecer recursos adicionais para custeio de treinamento de bolsistas que se tenham candidatado e sido selecionados de comum acordo.

IV – Disposições gerais

A equipe de assessores norte-americanos e equipe de técnicos em planejamento que deverão servir junto ao Ministério constituirão reunidas a Equipe de Planejamento do Ensino Superior, envolvendo os seguintes setores:

- 1) Análise em profundidade do atual sistema de ensino brasileiro superior;
- 2) Determinação do que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil;
- 3) Confronto dessas características ideais com as necessidades admitidas, de forma a chegar a um plano de longo alcance para o desenvolvimento do sistema;
- 4) Planejamento das medidas necessárias à execução do plano mediante a efetivação, por etapas, de reformas desejáveis do sistema;
- 5) O esforço planejador será orientado no sentido de garantir um equilíbrio essencial de análise e ação, de forma que a fixação analítica de metas adequadas ao ensino superior seja acompanhada de perto pela ação executiva que a sua efetivação exige. Metas específicas serão fixadas em termos de:
 1. necessidades globais de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, que se refletem na demanda de elementos, qualificados, de formação universitária, nos diversos setores culturais e profissionais;
 2. necessidades globais de desenvolvimento dos sistemas universitários que refletem os números, tipos, portes, localizações geográficas e especialidades funcionais de instituições reclamadas pelo sistema para atender melhor às necessidades do desenvolvimento do Brasil;
 3. tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisas e serviços de orientação e informação de estudantes, que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária;
 4. tipos de estruturas de organização e de procedimentos administrativos que se fazem necessários para garantir o máximo de eficiência no funcionamento das instituições brasileiras de ensino superior;
 5. totais projetos e formas de provimento dos quadros de pessoal, inclusive dos quadros administrativos, corpos docentes, equipes de quadros burocráticos para o cumprimento dos programas universitários nos termos de estrutura de organização recomendada;
 6. instalações necessárias, inclusive previsões globais de espaço indispensável, e equipamento, bibliotecas, laboratórios e demais instalações para estudo e pesquisa, indispensáveis à adequada execução dos programas universitários preconizados;
 7. requisitos financeiros, tanto em termos de capital, quanto de operação, inclusive prioridades recomendadas, montantes e fontes, para financiamento adequado de todo o sistema de ensino superior;
 8. legislação complementar necessária à realização das reformas didáticas e administrativas que se exigem e facilitem a criação de um sistema de ensino superior eficaz e coordenado, plenamente em condições de atender aos reclamos do rápido desenvolvimento do país.

A equipe de Planejamento do Ensino Superior recomendará nomeação de comitês e comissões constituídos por elementos dos quadros administrativos universitários, corpos docentes, discentes, grupos de líderes de comunidade e outras entidades e órgãos que a equipe julgar necessários ao conveniente estudo de áreas-problemas, sistematização de planos propostos e consecução das metas visadas. Em cada área-problema o objetivo visado será o de colaborar com o grupo de brasileiros que terá a seu cargo a responsabilidade última de

promover implantação das reformas necessárias, de sorte a assegurar a sua efetiva participação no processo do estudo e na formulação de planos exeqüíveis para atingir as metas colimadas. Destarte, o produto final do esforço planificador deverá constituir-se não apenas numa série de planos de grande amplitude, como também de uma equipe permanente de técnicos de planejamento habilitados, dentro do Ministério, como também de um eficaz mecanismo de execução nos comitês e comissões militantes que funcionam dentro do próprio sistema de ensino superior”.

ANEXO B – Convênio MEC-UAID de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior

“São partes do presente Convênio o Ministério da Educação e Cultura (o Ministério), atuando através da Diretoria do Ensino Superior (a Diretoria), o Representante do governo Brasileiro para a Cooperação Técnica (o Representante) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (a Usaid-Brasil) com a participação do Conselho Federal de Educação (o Conselho).

I – Origem do Convênio

De acordo com a Política Nacional de Educação e os compromissos assumidos na Carta de Punta del Leste, pelo governo brasileiro, como um dos membros da Aliança para o Progresso, o Ministério pretende realizar planejamento a curto e a longo prazos do sistema de ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus méritos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor.

Levando em conta essa política e aqueles objetivos, o Ministério, através de sua Diretoria, visando aproveitar a experiência de outros centros educacionais, resolve obter, através da Usaid-Brasil, assessoria de uma instituição educacional norte-americana de alto nível para atingir os objetivos dessa iniciativa brasileira.

II – Finalidade

A finalidade deste Convênio é a de assessorar o trabalho da Diretoria nos seus esforços para atingir a expansão e aperfeiçoamento, a curto e a longo prazos, do sistema do ensino superior brasileiro, através de processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades desse setor.

III – Responsabilidades

A) O Ministério, por este instrumento, delega à Diretoria atribuições de exercer o presente Convênio e concorda em:

1. Designar pelo menos quatro educadores brasileiros de alto nível para constituir Grupo Permanente de Planejamento junto à Diretoria, em regime de tempo integral, assessorados pelos educadores previstos neste Convênio, enquanto vigorar o mesmo;
2. Custear salários, viagens em território nacional e outras despesas eventuais relativos aos serviços desses educadores brasileiros;
3. Assumir a responsabilidade pela preparação de um plano de trabalho detalhado para a execução das atividades previstas neste Convênio;
4. Fornecer instalações adequadas de escritório, equipamento, material de consumo, telefone, secretárias bilíngües e demais assistências complementares, inclusive o pessoal necessário ao funcionamento efetivo do Grupo Permanente de Planejamento e de seus assessores;
5. Assegurar a manutenção dos salários de bolsistas selecionados que venham a ser enviados ao exterior para fins deste Convênio;

B) A Usaid-Brasil, por este instrumento, delega ao seu Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar o presente Convênio, no que lhe competir, concordando em:

1. Fornecer, por período máximo de quatro anos, dependendo da disponibilidade de recursos, através de contrato com instituição educacional de alto nível, sujeito à aprovação prévia da Diretoria, os serviços de pelo menos quatro educadores de alto nível em planejamento educacional, bem como outros assessores em regime de contrato de curta duração, caso seja necessário.
2. Que os recursos para o funcionamento de contratos por um período inicial de aproximadamente 18 (dezoito) meses continuam comprometidos no total indicado na folha anexa com as especificações financeiras.
3. Custear as viagens em território brasileiro e outras despesas de caráter eventual referente aos serviços desses assessores, ressalvadas as disposições do item III-A-4 acima.
4. Custear o treinamento de bolsistas, dependendo das disponibilidades de recursos, em complemento às verbas empenhadas nos termos do presente Convênio.

IV – Disposições gerais

A) Os educadores de que trata o item III-A-1 constituirão a Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior. Esta equipe colaborará, em regime de tempo integral, na implantação de processo dinâmico de planejamento, visando à finalidade deste Convênio, cabendo sempre às autoridades brasileiras competentes a

responsabilidade de determinar a políticas e as normas de Educação, bem como de aprovar ou não todos os planos elaborados. Os planos, quando aprovados, serão postos em execução pelas autoridades brasileiras.

B) A Diretoria poderá também designar comissões constituídas por elementos dos quadros universitários, docentes, administrativos e discentes, bem como designar ou contratar grupos, entidades e organizações da comunidade que julgar úteis ao conveniente estudo dos diversos problemas do ensino superior, e bem assim à revisão e à implantação dos planos propostos.

C) Este Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior reformula, amplia e substitui o Convênio MEC-Usaid assinado pelas partes em 23 de junho de 1965.

D) A regulamentação deste Convênio será elaborada, aprovada e homologada pelas autoridades competentes, passando a integrar este Convênio.

E) O presente Convênio entrará em vigor a partir de sua assinatura e terá vigência até 30 de junho de 1968, podendo ser cancelado pela Diretoria ou pela Usaid-Brasil mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 30 dias, bem como prorrogado ou modificado de comum acordo.

V – Cláusulas específicas aditivas

A) O Ministério, através da Diretoria, concorda em dar publicidade adequada, pelos meios de comunicação apropriados, sobre o andamento e execução deste Convênio, considerando-o como uma das cooperações dentro da Aliança para o Progresso.

B) As Disposições Normativas (Anexo 2), alteradas pelo Memorando de Entendimento sobre Auditoria entre a AID e o Ministério do Planejamento, datado de 22 de abril de 1963, ficam, incorporadas e integradas, no presente Convênio.”

ANEXO C – LEI Nº. 4.464 – DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964¹⁸¹

Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências.

O Presidente da República,

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; e
- g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º – São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada Universidade;
- c) o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal.

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 3º – Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo discente;
- b) designar a representação prevista em lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade.

§ 1º – A representação a que se refere a alínea b deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes regularmente matriculados, em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento ou Instituto deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integrem, tudo de acordo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e estatutos das Universidades.

§ 2º – A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou secção.

Art. 4º – Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar, com amplitude estadual, as finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

Art. 5º – O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§ 1º – Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§ 2º – A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§ 3º – O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.

§ 4º – O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 6º – A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regulamento, atendidas as seguintes normas:

- a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;

¹⁸¹ Lei Suplicy de Lacerda.

- b) realização dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;
- c) identificação do votante mediante nominal fornecida pela Faculdade;
- d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;
- e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;
- f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamentos, na forma do regimento de cada Faculdade.

Parágrafo único – A mudança para regime parcelado, trancamento de matrícula ou conclusão de curso importa em cassação de mandato.

Art. 7º – O Diretório Estadual de Estudante de cada Diretório Acadêmico ou grupos de Diretórios Acadêmicos no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.

Art. 8º – A eleição do Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos, atendidas, no que couber, as normas previstas ao art. 6º. e seu parágrafo único.

Art. 9º – A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus regimentos que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15.

Parágrafo único – O exercício de quaisquer funções de representação, ou dela decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive na exigência de frequência.

Art. 10 – O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preceitos gerais desta Lei.

§ 1º. – Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.

§ 2º. – O Diretório Nacional de Estudantes será constituído de um representante de cada Estado, Território e Distrito Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais, e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

§ 3º. – O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministro da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.

Art. 11 – Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes as normas estabelecidas no art. 5º e seus parágrafos desta Lei.

Art. 12 – As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos estudantes.

§ 1º. – O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regularmente o pagamento das contribuições que lhes competem.

§ 2º. – Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.

§ 3º. – Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não-aprovação das mesmas, se comprovado o uso intencional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 13 – Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhados de parecer.

Art. 14 – É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art. 15 – A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à Congregação ou ao Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário,

quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

Parágrafo único – O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários.

Art. 16 – O regimento de cada Faculdade ou Escola e o estatuto de cada Universidade disporão sobre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sobre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.

Parágrafo único – Quando a matéria for relativa ao previsto no § 2º. do artigo 73, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a decisão de Faculdade ou Escola deverá ocorrer:

a) no prazo de dez dias, em se tratando de não-comparecimento do professor, sem justificção, a 25% das aulas e exercícios;

b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não-cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 17 – O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei.

Parágrafo único – Às Congregações a aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo dos autos que forem levados a seu conhecimento.

Art. 18 – Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

Parágrafo único – Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.

Art. 19 – As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos termos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 20 – Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-se à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 21 – Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 22 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei nº. 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, e as demais disposições em contrário (Documenta, nº. 32: 119-23).

Brasília, 9 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Flávio Lacerda

ANEXO D – ATO INSTITUCIONAL N.º 5 – 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança interna, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº. 4, de 7 de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º – São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º – O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º – Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º – Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais, e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º – Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º – O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único – Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixadas em lei.

Art. 4º – No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único – Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o *quorum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º – A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente, em:

I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III – proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:

a. liberdade vigiada;

- b. proibição de freqüentar determinados lugares;
- c. domicílio determinado.

§ 1º – O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º – As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º – Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º – O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e, demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º – O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º – O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º – O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único – Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á a sua restituição.

Art. 9º – O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas *d* e *e* do § 2º do artigo 152 da Constituição.

Art. 10 – Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 – Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 – O presente Ato Institucional entre em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO E – DECRETO-LEI N.º 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13-12-1968, decreta:

Art. 1º – Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento público ou particular que:

I – alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe desse movimento;

II – atente contra pessoa ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III – pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV – conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V – seqüestre ou mantenha em caráter privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI – use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º – As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I – se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco anos;

II – se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.

§ 2º – Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco anos.

§ 3º – Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2º – A apuração das infrações a que se refere esse decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de 20 dias.

Parágrafo único – Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo, a instauração de inquérito policial.

Art. 3º – O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de 48 horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de 96 horas.

§ 1º – O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se for estudante, proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º – Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º – Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de 48 horas, especificando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º – Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de 48 horas, sob pena do crime definido no art. 319 do Código Penal, além de sanção cominada no item I do § 1º do art. 1º deste decreto-lei.

§ 5º – Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º – Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º – O Ministro do Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de 30 dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste decreto-lei.

Art. 6º – Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

APÊNDICE

APÊNDICE A – MANIFESTO DOS MINISTROS MILITARES¹⁸²

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus ministros, manifestaram a S. Ex^a, o Sr. Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento aos poderes constitucionais, aguardam elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias, e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêm-se constringidas agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrava, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à U.R.S.S e à China Comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional em que vive dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas – e sobretudo nas mais fracas – avultam à luz meridiana os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes, em marcha penosa e árdua para o estágio superior de desenvolvimento econômico-social, com tantos e urgentes problemas, para reparação, até de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos – não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos, nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das intrigas e das acusações mais despudoradas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.

Rio de Janeiro, GB, 30 de agosto de 1961.

- a) Vice-Almirante Sylvio Heck, Ministro da Marinha.
- a) Marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra.
- a) Brigadeiro-do-ar Gabriel Grüm Moss, Ministro da Aeronáutica.

¹⁸² MANIFESTO DOS MINISTROS MILITARES, IN: DENYS, Odylio. **Ciclo Revolucionário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993, pp. 72 e 73.

APÊNDICE B – A EMENDA DANTE DE OLIVEIRA

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art 1º. Os artigos 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74. O presidente e vice-presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de 30 anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo único. A eleição do presidente e do vice-presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 2º. Ficam revogados o Art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o parágrafo 1º do Art. 77 da Constituição Federal, passando seu parágrafo 2º a constituir-se parágrafo único.

APÊNDICE C – TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE TORTURA¹⁸³

Pau de arara: é um dos mais antigos métodos de tortura. Consiste em amarrar punhos e pés do torturado já despido e sentado no chão, forçando-o a dobrar joelhos e a envolvê-los com os braços; em seguida, passar uma barra de ferro de lado a lado – perpendicularmente ao eixo longitudinal do corpo – por um estreito vão formado entre os joelhos flexionados e as dobras do cotovelo. A barra é suspensa e apoiada em dois cavaletes. A posição provoca fortes e crescentes dores em todo o corpo, especialmente nos braços, pernas, costas e pescoço, ao que se soma o estrangulamento da pressão sanguínea nos membros superiores e inferiores. Esse tipo de tortura é responsável pela deformação da espinha, nos joelhos, nas pernas, nas mãos e nos pés, além de outros problemas ósseos, musculares e neurológicos.

Choque elétrico: é a aplicação de várias descargas elétricas em várias partes do corpo do torturado, preferencialmente nas partes mais sensíveis, como, por exemplo, nos órgãos genitais, amarrando-se um pólo no primeiro e introduzindo-se outro no segundo; ou amarrando-se um pólo nos testículos e outro no ouvido; ou, ainda, nos dedos de pés e mãos, na língua etc. Para conseguir as descargas, os torturadores utilizam-se de vários aparelhos: magneto; telefone de campainha; aparelho de televisão; microfone; “pianola”, aparelho que, dispondo de várias telhas, permite a variação controlada da voltagem da corrente elétrica; e ainda choque direto de tomada em corrente de 110 e até 220 volts. O choque queima as partes sensíveis do corpo e leva o torturado a convulsões. Quando aplicado na cabeça, provoca grandes distúrbios na memória e sensível diminuição da capacidade de pensar e, às vezes, amnésia definitiva.

Cadeira do dragão: é semelhante a uma cadeira elétrica. Constitui-se por uma poltrona de madeira, revestida de folha de zinco. O torturado é sentado nu, tendo seus braços amarrados aos braços da cadeira, e as pernas forçadas para baixo e presas por uma trava. Ao ser ligada a corrente elétrica, os choques atingem todo o corpo, principalmente nádegas e testículos; as pernas se ferem batendo na trava que as prende.

Palmatória: é a utilização de uma base de haste de madeira, com perfurações na extremidade, que é arredondada. É usada de preferência na região da omoplata, na planta dos pés e palma das mãos, nádegas etc. Causa o rompimento de capilares sanguíneos e ocasiona derrames e inchaço, que impedem a vítima de caminhar e de segurar qualquer coisa.

Afogamento: é um método cuja aplicação varia de um órgão repressivo para o outro. Uma das formas mais comuns consiste em derramar-se água, ou uma mistura de água e querosene, ou amoníaco, pelo nariz da vítima já pendurada de cabeça para baixo. Outra forma consiste em vedar as narinas e introduzir uma mangueira na boca, por onde é despejada a água. Outras formas, ainda são: mergulhar a cabeça do preso em um tanque, tambor ou balde de água, forçando-lhe a nuca para baixo. Pescaria, quando é amarrada uma longa corda por sob os braços do preso e este é lançado em um poço ou mesmo em rios ou lagoas, afrouxando-se e puxando-se a corda de tempo em tempo.

Telefone: consiste na aplicação de pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos ao mesmo tempo. Esse método de tortura é responsável pelo rompimento de tímpanos de vários presos políticos, provocando, em alguns casos, surdez permanente; em outros, labirintite.

Sessão de karatê ou corredor polonês: o preso é colocado no centro de uma roda formada por vários torturadores, que aos gritos passam a agredi-lo com socos, pontapés, golpes de karatê etc. Esse processo de tortura deixa muitas marcas e tem determinado o prolongamento da incomunicabilidade do torturado. Por vezes, usam pedaços de pau, ripas de madeira, cassetetes, mangueiras de borracha, vergalho de boi ou tiras de pneu.

Soro da verdade: é o nome que dão ao pentotal, que é um sal de sódio do pentotal, um barbiturato. Geralmente sua aplicação é feita com o torturado preso a uma cama ou maca, sendo-lhe a droga injetada por via endovenosa, gota a gota. Promove graves efeitos colaterais e até mesmo a morte no caso de doses excessivas.

Tamponamento de éter: consiste em aplicar uma espécie de compressa embebida com éter, particularmente nas partes sensíveis do corpo, como boca, nariz, ouvidos, ou em introduzir buchas de algodão ou pano, também embebidas de éter no ânus. A aplicação demorada e repetida dessas compressas provoca queimaduras.

Sufocamento: consiste em tapar a boca e o nariz do preso com pedaços de pano, algodão, produzindo intensa sensação de asfixia e impedindo-o de gritar. Aplicado intermitentemente, o sufocamento provoca tonturas e desmaio.

Enforcamento: resume-se em apertar o pescoço do preso com tiras de pano ou pedaços de corda, provocando sensação de asfixia, desmaios etc.

Crucificação: embora conhecido por tal nome, na verdade esse método consiste em pendurar a vítima pelas mãos ou pés amarrados, em ganchos presos no teto ou escadas, deixando-a pendurada e aplicando-lhe choques elétricos, palmatória e as outras torturas usuais.

¹⁸³ As informações sobre técnicas e instrumentos de tortura foram extraídas do endereço eletrônico: http://www.resgatehistorico.com.br/doc_07.html, acesso em 22/11/2005.

Furar poço de petróleo: o torturado é obrigado a colocar a ponta do seu dedo da mão no chão e correr em círculos, sem mexer o dedo até cair exausto. Isto ocorre sob pancadas, pontapés e todo tipo de violência.

Latas: consiste em obrigar o torturado a equilibrar-se com os pés descalços sobre as bordas cortantes de duas latas abertas, geralmente do tipo daquelas utilizadas para comercialização de leite condensado. Por vezes, isso é feito até os pés sangrarem. Se a vítima cai, intensificam-se os espancamentos.

Geladeira: o preso é confinado em uma cela de aproximadamente 1,5 m por 1,5 m e de altura baixa, de forma a impedir que se fique de pé. A porta interna é de metal e as paredes são forradas com placas isolantes. Não há orifício por onde penetre luz ou som externos. Um sistema de refrigeração com temperaturas baixas e outro com temperaturas altas é instalado. A cela fica totalmente escura a maior parte do tempo. No teto, ascendem-se, às vezes, em ritmo rápido e intermitente, pequenas luzes coloridas, ao mesmo tempo em que um alto-falante instalado dentro da cela emite sons de gritos, buzinas e outros, em altíssimo volume. A vítima, permanece ali por períodos que variam de horas até dias, muitas vezes sem qualquer alimentação ou água.

Coroa de cristo: é uma fita de aço que envolve o crânio e possui uma tarraxa com dispositivo para apertar.

Injeção de éter: é a aplicação de injeções subcutâneas de éter, provocando muitas dores. Normalmente, esse método provoca necrose dos tecidos atingidos, cuja extensão depende da área alcançada pelo éter.

Churrasquinho: consiste em molhar com álcool algumas partes do corpo e atear fogo em seguida.

Violação sexual: são inúmeros os casos de presas políticas violentadas pelos torturadores, nos momentos em que se encontravam desfalecidas.

Outras torturas: queimar com cigarro as nádegas e genitais; arrancar pêlos do corpo com alicate; obrigar o torturado a beber salmoura; introduzir buchas de palha de aço no ânus e aplicar descargas elétricas; vestir o preso em camisa de força ou obrigá-lo a permanecer durante horas algemado ou amarrado em camas e macas, ou ainda vendar os olhos ou colocar capuz na cabeça; manter o preso sem comer, sem beber e sem dormir por vários dias, confinando-o em celas fortes chamadas de cofres; acender refletores de luz muito intensa nos olhos das vítimas; ameaças de prender e torturar familiares; simulação de fuzilamento, tortura esposa na frente do marido; introdução de cassetetes ou objetos semelhantes no ânus e nos genitais femininos; puxar o bico dos seios com alicate etc.

APÊNDICE D – CRONOLOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

1960 – A UNE debate a reforma universitária no país, por ocasião do projeto da Lei de Diretrizes e Bases, e realiza em Salvador o Seminário Nacional de Reforma Universitária, que resulta na Declaração da Bahia, considerado um dos mais importantes textos programáticos do movimento estudantil brasileiro. Nessa época, o presidente da UNE era Oliveiros Guanais.

1961 – São criados o Centro Popular de Cultura (CPC) e a UNE-Volante, ambos com o objetivo de promover a conscientização popular através da cultura. Aldo Arantes é eleito presidente da UNE, que participa da Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, pela posse de João Goulart. A entidade transfere sua sede provisoriamente para o Rio Grande do Sul e organiza uma greve de repúdio à tentativa golpista.

1962 – É realizado o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, que emite a Carta do Paraná, para reivindicar a regulamentação, nos estatutos das universidades, da participação dos estudantes nos órgãos colegiados, na proporção de um terço, com direito à voz e voto. Surge a Ação Popular (AP), a partir de desentendimentos entre a JUC e a hierarquia religiosa. Vinícius Caldeira Brandt é eleito presidente da UNE e consolida o domínio da AP no movimento estudantil. A ação estudantil pela reforma universitária leva à decretação de greve geral nacional, paralisando a maior parte das 40 universidades brasileiras da época. O prédio do MEC, no Rio de Janeiro, é ocupado por três dias pelos universitários. A sede da UNE é metralhada por membros do Movimento Anticomunista (MAC).

1964 – A sede da UNE na praia do Flamengo é incendiada por participantes do movimento político militar. O Diário Oficial publica decreto que extingue o mandato de todos os membros do conselho diretor da Universidade de Brasília, que sofre invasão e intervenção policial. O CPC desaparece. A Lei Suplicy de Lacerda coloca na ilegalidade a UNE e as UEEs, que passam a atuar na clandestinidade. Todas as instâncias de representação estudantil são submetidas ao MEC. José Serra é presidente da UNE.

1965 – O Conselho Universitário, presidido pelo reitor Pedro Calmon, dissolve a diretoria do Caco, que tem uma reunião impedida com violência por agentes do Dops e da polícia militar e as aulas são suspensas. Greve de mais de 7 mil alunos paralisa a USP. O paulista Antonio Xavier é eleito presidente da UNE. É realizada uma campanha do movimento estudantil contra a Lei Suplicy de Lacerda. Surgem os Diretórios Acadêmicos Livres. São feitas manifestações contra a Lei Suplicy no Rio de Janeiro.

1966/ 1973 – período da ilegalidade

1966 – Uma passeata em Belo Horizonte contra o regime militar é duramente reprimida e a violência desencadeia mobilizações estudantis em outros estados. Mesmo na ilegalidade, é realizado o XXVIII Congresso da UNE, no porão da Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, que marca a oposição da entidade ao Acordo MEC-USAID. O mineiro José Luís Moreira Guedes é eleito presidente da entidade. As aulas na Faculdade Nacional de Direito são suspensas e 178 estudantes paulistas são presos durante um congresso realizado pela UNE-UEE, em São Bernardo do Campo. Castello Branco cria o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES). Alunos da Faculdade Nacional de Odontologia entram em greve de protesto e colocam cartazes nas imediações da faculdade, gerando um choque entre estudantes e policiais do Dops. A UNE decreta greve geral e elege 22 de setembro como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. A polícia invade a Faculdade de Medicina da UFRJ e expulsa estudantes com violência. Esse episódio ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha.

1967 – É realizado o XXIX Congresso da UNE, em Valinhos – SP, na clandestinidade. Luís Travassos é eleito presidente da entidade. Os estudantes participam da campanha estadual pelo voto nulo.

1968 – O estudante Edson Luís Lima Souto é morto durante uma manifestação contra o fechamento do restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro. No dia seguinte, cerca de 50 mil pessoas participam do cortejo fúnebre. A UNE decreta greve geral dos estudantes e, em junho, promove a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. É realizado clandestinamente o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna – SP. São presas mais de 700 pessoas, entre elas, as principais lideranças do movimento estudantil: Luís Travassos (presidente eleito), Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc Von Der Weid. É decretado o AI-5 e os centros cívicos substituem os grêmios estudantis.

1969 – A UNE tenta manter uma direção com a eleição de Jean Marc Von Der Weid, que é preso em setembro desse ano. O governo Costa e Silva baixa o Decreto-lei nº 477, que penaliza professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público.

1970 – Com quase todas lideranças presas ou exiladas, o movimento estudantil realiza atos isolados, dentre eles uma missa pelo segundo aniversário da morte de Edson Luís.

1971 – Honestino Guimarães, vice de Jean Marc, é efetivado presidente da UNE em um microcongresso.

1972 – A AP passa a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista (APML). O presidente da UNE, Honestino, desaparece.

1973 – Alexandre Vannucchi Leme, aluno da USP, é preso e morto pelos militares. A missa em sua memória, realizada em 30 de março na Catedral da Sé, em São Paulo, é o primeiro grande movimento de massa desde 1968.

1974 – É criado o Comitê de Defesa dos Presos Políticos na USP.

1976 – O I Encontro Nacional de Estudantes (ENE) inicia os debates de reconstrução da UNE.

1977 – Os estudantes voltam às ruas, intensificando a luta contra a ditadura. Pedem mais verbas para as universidades, rebaixamento do preço das mensalidades e libertação dos colegas presos. Em 22 de setembro, as forças policiais invadem o *campus* Monte Alegre da PUC-SP, em repressão ao ato público realizado pelos alunos em razão do 3º Encontro Nacional de Estudantes, que havia sido proibido pelo regime militar. Cerca de 900 pessoas são detidas.

1978 – O IV Encontro Nacional de Estudantes, realizado em São Paulo, aprova a comissão Pró-UNE.

1979 – O XXXI Congresso da UNE, em Salvador, marca a retomada da entidade. É eleito presidente o baiano Rui César Costa Silva.

1980 – O prédio que sediou a UNE até 1964, no Rio de Janeiro, é demolido por ordem do presidente Figueiredo. O XXXII Congresso da entidade, realizado em Piracicaba-SP, elege o alagoano Aldo Rabelo (PC do B) presidente da entidade.

1981 – O XXXIII Congresso Nacional dos Estudantes elege Javier Alfaya que, por ser espanhol, quase é expulso do país pelo ministério da Justiça.

1982 – O XXXIV Congresso da UNE elege Clara Araújo (PC do B), a primeira mulher a ocupar a presidência da entidade.

1983 – O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, cede à UNE o casarão da Rua do Catete, 234, onde passa a funcionar a sede da entidade.

1984 – O movimento estudantil participa ativamente da Campanha das Diretas Já. A UNE apóia a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República.

APÊNDICE E – Estrutura interna do Movimento Estudantil

A estruturação dos estudantes dentro das Universidades e Faculdades se dá através de três tipos de organizações oficialmente estabelecidas: as entidades de base – centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e diretórios centrais –, entidades estaduais e uma entidade nacional. Além disso, também costumam participar de grupos politizados, responsáveis pelo alinhamento a determinados partidos políticos ou posicionamentos ideológicos.

As entidades de base são aquelas através das quais os estudantes são representados nos Congressos e deliberações locais, regionais, estaduais ou nacionais, sendo que o centro acadêmico (CA) se organiza em torno de um determinado curso – por exemplo, os alunos de história podem criar um CA, encarregado de defender as reivindicações específicas desse curso – e o diretório acadêmico (DA) se forma a partir da união entre cursos de linhas e interesses semelhantes – é o caso, por exemplo, da comunicação, que pode englobar jornalismo, relações públicas, publicidade e radialismo em um único DA.

De acordo com Costa (2003:18), na USP, durante a ditadura militar, os centros acadêmicos eram conhecidos como “centrinhos”, e ainda havia a expressão “grêmio estudantil” para se referir aos diretórios acadêmicos.

Quanto aos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), pode-se dizer que são entidades que aglutinam todos os cursos de uma determinada Faculdade ou Universidade, ou seja, é o órgão estudantil máximo no âmbito local. Conforme Costa (2003:22), antes da criação do DCE Livre, em 26 de março de 1976, na USP, o órgão estudantil que unificava todos os cursos e entidades de base era o Conselho de Centros Acadêmicos (CCE).

Para representar os estudantes em nível estadual, foram criadas as Uniãos Estaduais de Estudantes (UEEs). Geralmente, as UEEs são encarregadas de preparar as entidades que aglutinam para os Congressos e deliberações nacionais, além de realizarem encontros estaduais, com o intuito de elaborar reivindicações específicas dos estudantes de cada Estado.

No Brasil, o órgão máximo de representação estudantil é a União Nacional dos Estudantes (UNE). Criada em 13 de agosto de 1937, no mesmo ano em que Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, a UNE, surgiu da necessidade de se organizar a massa estudantil no âmbito nacional. Em 1937, a entidade estava alinhada, ideologicamente, a grupos de direita. Entretanto, pode-se perceber que essa tendência direitista foi breve, predominando, assim, a influência de partidos e propostas de esquerda ao longo da sua história.

O processo eleitoral da maior parte das entidades é direto, ou seja, todos os estudantes votam para eleger seus representantes. Somente a UNE mantém o processo de eleições indiretas para formação da sua diretoria.

Com a finalidade de unir estudantes em torno de um ideal político, bem como alinhá-los a determinados partidos, também existem algumas entidades extra-oficiais – não são consideradas oficiais porque não têm direito a voto nas deliberações estudantis. Um bom exemplo dessas organizações é a União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Criada durante a luta pelas Diretas, a UJS teve como primeiro coordenador o deputado Aldo Rebelo, que definia a entidade como “um amplo movimento de juventude para lutar pelo direito dos jovens à liberdade, ao trabalho, à educação e cultura, ao esporte e ao lazer, pela independência nacional e o socialismo”.

Para atuar no cenário nacional fazendo reivindicações, os estudantes organizam e participam – através de suas entidades – de inúmeros Congressos, Assembléias, Encontros e reuniões. Nesse sentido, os principais eventos estudantis são: o Congresso da UNE e o Congresso Nacional de Entidades de Base (CONEB). Em geral, as plenárias de discussão nesses dois encontros seguem o mesmo roteiro: primeiro, debate-se conjuntura social, política e econômica; em seguida, universidades públicas e particulares; e, por fim, desenvolve-se um plano de luta nacional. É da plenária final desses Congressos que saem as propostas de atuação do movimento estudantil.

Normalmente, as eleições para formação da diretoria da UNE acontecem ao final do Congresso da entidade. O processo eleitoral começa com a apresentação de chapas e das propostas destas. Os delegados – estudantes com direito a voto nos encontros – votam apresentando seus crachás – que são dados a todos os participantes inscritos no Congresso que estão representando alguma entidade estudantil. Terminada a eleição, a diretoria da UNE é formada proporcionalmente à quantidade de votos dados a cada proposta. A chapa que recebe mais votos, geralmente, fica com os cargos mais importantes da entidade, tais como: a presidência, a tesouraria e a secretaria geral. Desde a sua fundação, as eleições da UNE são feitas de modo indireto, ou seja, a sua diretoria não é formada a partir do voto de todos os estudantes brasileiros, mas sim de um número pré-estabelecido de representantes destes.